

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação.
Permitida a cópia xerox. A citação deve ser textual, com indicação
de fonte conforme abaixo.

LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. *Barbosa Lima
Sobrinho I (depoimento, 1977)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 2005.
274 p. dat.

**BARBOSA LIMA SOBRINHO I
(depoimento, 1977)**

Ficha Técnica

tipo de entrevista: história de vida
entrevistador(es): Célia Maria Leite Costa; Dulce Chaves Pandolfi
levantamento de dados: Célia Maria Leite Costa; Dulce Chaves Pandolfi
pesquisa e elaboração do roteiro: Célia Maria Leite Costa; Dulce Chaves Pandolfi
sumário: Ignez Cordeiro de Farias
conferência da transcrição: Maria Teresa Lopes Teixeira
copidesque: Maria Teresa Lopes Teixeira
técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes
local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil
data: 26/04/1977 a 11/10/1977
duração: 16h 45min
fitas cassete: 14
páginas: 274

Entrevista realizada no contexto da pesquisa "Trajetória e desempenho das elites políticas brasileiras", parte integrante do projeto institucional do Programa de História Oral do CPDOC, em vigência desde a sua criação em 1975. Trechos da entrevista foram publicados no livro GETÚLIO: uma história oral. / Valentina da Rocha Lima (Coordenação) ; Dora Rocha...[et al]. Rio de Janeiro: Record, 1986. 321. il.

temas: Abertura Política, Agamenon Magalhães, Agricultura, Ato Institucional, 5 (1968), Barbosa Lima Sobrinho, Constituição Federal (1934), Coronelismo, Democracia, Ditadura, Eletrobrás, Empresas Estrangeiras, Governo Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), Governo João Goulart (1961-1964), Governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), Integralismo, João Pessoa, Leonel Brizola, Lima Cavalcanti, Nacionalismo, Partidos Políticos, Pernambuco, Petrobrás, Política Agrícola, Política Estadual, Política Nacional, Queremismo (1945), Redemocratização de 1945, Revolução de 1930, Tenentismo.

Sumário

1ª Entrevista: origem familiar; formação escolar; escolha da carreira; a Faculdade de Direito do Recife; ingresso no jornalismo; início da vida profissional; crise política em Pernambuco (1922); o Centro Pernambucano, Joaquim Pimenta e o movimento operário pernambucano; a indústria açucareira de Pernambuco; a produção de açúcar em Pernambuco e no Sudeste, antes de 1930; a Cooperativa Açucareira de Pernambuco; a Sociedade Auxiliadora de Agricultura; os usineiros na política pernambucana; a crise do açúcar em 1929; o governo federal e a indústria açucareira no Nordeste.

2ª Entrevista: a Cooperativa Açucareira e a comercialização do açúcar; o clima político em Pernambuco antes de 1930; atividades no Jornal do Brasil; a Aliança Liberal em Pernambuco; a Revolução de 1930; o tenentismo; as cartas falsas; o coronelismo; modificações econômicas e políticas após a Revolução; a criação do IAA; o Instituto de Tecnologia; ação do IAA; o Estatuto da Lavoura Canavieira; a Comissão de Defesa do Açúcar.

3ª Entrevista: a Revolução de 1930; a oposição de Carlos de Lima Cavalcanti a Estácio Coimbra; o assassinato de João Pessoa; a escolha do interventor em Pernambuco; o governo de Lima Cavalcanti; João Cleofas e a questão do açúcar; divergências entre Lima Cavalcanti e José Américo; ingresso na vida política; Joaquim Pimenta e o movimento operário em Pernambuco; oposição ao governo Lima Cavalcanti; os interventores no Norte; a representação classista; a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres; a Constituição de 1934; o integralismo.

4ª Entrevista: as eleições de 1934; o coronelismo; a oposição a Lima Cavalcanti e o grupo ABC; o rompimento entre João Alberto e Carlos de Lima; o tenentismo; a organização dos partidos durante o governo de Lima Cavalcanti; deputado e líder da bancada de Pernambuco; a ANL; o fechamento da Ação Integralista; o movimento de 1935 em Pernambuco; divergências entre Carlos de Lima e Getúlio; a sucessão presidencial (1937); a separação entre Agamenon e Carlos de Lima; o projeto de criação do Instituto de Resseguros; a atuação de Agamenon no Ministério do Trabalho; o golpe de 1937; o Partido Comunista; Agamenon como interventor em Pernambuco.

5ª Entrevista: o acordo de livre-comércio entre o Brasil e os Estados Unidos (1935); relator do projeto para criação do Instituto de Resseguros; a organização partidária (1935-37); o governo de Agamenon; a atuação de Agamenon no Ministério do Trabalho; candidato a governador durante o governo de Demerval Peixoto; relações entre Agamenon e Vargas; a lei Marcondes Filho; a redemocratização de 1945; a atuação da Sociedade dos Amigos da América; a escolha de Agamenon para o Ministério da Justiça; a lei antitruste; o episódio de 13 de março em Pernambuco; o assassinato de Demócrito; a ditadura de Vargas e os regimes nazista e fascista; no IAA; cargos políticos.

6ª Entrevista: a nomeação de Agamenon para o Ministério da Justiça; a emenda constitucional de Marcondes Filho; a organização dos partidos políticos; a formação do PSD em Pernambuco; o quererismo e a criação do PTB; o PSP; a campanha para a presidência da República (1945); candidato ao governo de Pernambuco; eleição para governador e a luta pela posse no TRE.

7ª Entrevista: governador de Pernambuco; áreas prioritárias do governo; a oposição; o secretariado; os coronéis; a política municipal; problemas ligados à terra; relações com fornecedores de cana e com usineiros; relações com o governo federal; a prefeitura de Recife; o governo Dutra; os ministros da Fazenda; o rompimento entre Dutra e Getúlio.

8ª Entrevista: a luta pelo nacionalismo; procurador do estado da Guanabara; o caso da Light; a criação da Petrobrás e da Eletrobrás; a aprovação do Código Nacional de Telecomunicações e a

criação da Embratel; a lei de remessa de lucros; o governo Juscelino e o nacionalismo; a renúncia de Jânio Quadros; o governo João Goulart; Jango e Arrais; a participação de Brizola no governo Jango.

9ª Entrevista: o nacionalismo; empresas estrangeiras no Brasil; o protecionismo; as correntes nacionalistas e antinacionalistas; a Light; o nacionalismo, o imperialismo e a Revolução de 1964; luta de classe; abertura democrática; a liderança de São Paulo no processo político de oposição; o governo Geisel; a campanha pela Constituinte; o AI-5; a candidatura de Magalhães Pinto à presidência da República; Gama e Silva, Buzaid e Armando Falcão; a expulsão de Brizola do Uruguai; as lideranças políticas no Brasil atual.

1ª Entrevista: 26.04.1977

C.C. - Dr. Barbosa, o senhor podia nos falar um pouco sobre sua infância e juventude em Recife, sua família, seus pais...

B.L. - Meu pai era tabelião em Recife. Minha família era uma família de classe média. Minha mãe era irmã do velho Barbosa Lima. Meu pai também gostava muito de escrever; tinha uma certa vocação para a imprensa, mas com o exercício do tabelionato sacrificou essa vocação, entregando-se mais à função que lhe cabia. Minha mãe tinha uma educação de certa maneira intelectual. Ela gostava muito de poesias. Eu me lembro que ela sabia de cor pedaços e pedaços do Dom Jaime. Aliás, isso era uma característica geral da família; havia um irmão seu que conhecia uma quantidade enorme de poesias. Minha mãe era fascinada pelo Juvenal Galeno. Ela passou uma fase no Ceará, onde se enfrontara muito na poesia do Juvenal Galeno.

C.C. - Sua família é pernambucana dos dois lados?

B.L. - Sim; minha mãe era pernambucana, meu pai também era pernambucano. Meus avós, um era paraibano e outro cearense. O avô paterno era paraibano. Costumo dizer que minha família é uma espécie de Confederação do Equador [risos]. Eu tinha um avô cearense, outro paraibano, e as avós pernambucanas. Meu avô materno era Joaquim Barbosa Lima, que inicialmente tinha sido professor em Recife. Ele teve um grande colégio; depois, entregou-se à magistratura e chegou ao cargo de desembargador no Mato Grosso. Numa conferência que pronunciei em Lavras, fiz uma recapitulação da vida desse meu avô. Ele próprio, num memorial que publicou no Ceará, fez uma longa descrição da sua vida. Nesse memorial, aliás muito interessante, meu avô respondia a uma crítica feita por Cotejipe defendendo-se e mostrando os serviços que prestara.

Um magistrado do Império era uma figura interessante, Chegava num município qualquer e era o homem mais importante, porque era o único que tinha uma ligação direta com o governo central. Ela era nomeado pelo governo central e tinha uma certa cultura, de modo que não havia autoridade municipal que pudesse rivalizar-se com o prestígio e a importância do magistrado. Com isso, ele se achava com a responsabilidade de procurar promover o progresso de todos os lugares por onde andava.

Ele, por exemplo, foi juiz de direito de Boa Vista de Tocantins, uma comarca de Goiás. Lá, ele ficou a ensinar até a maneira de utilizar aqueles produtos locais, como o urucum, a organizar comércio com de gado com o Pará, a fazer tudo o que pudesse, a construir igrejas... Seu primeiro encargo foi vestir os índios de uma tribo que havia nessa cidade. Quando chegou lá, os índios andavam nus pelo meio da cidade. Ele tinha levado toda a família e achou que aquilo não era um espetáculo familiar. Então, tratou de arrecadar uma espécie de cota para comprar vestuário para os índios.

Assim foi também em Lavras, Minas Gerais, onde ele fundou uma sociedade para difundir a educação. Construiu uma porção de prédios escolares e criou um curso noturno de alfabetização de adultos. Havia um elemento nessa cidade, chamado Moreira, homem interessante, que organizara um museu e que tinha veneração por toda a tradição local. Esse homem promoveu a comemoração do centenário de fundação

daquela sociedade que meu avô criara, e me convidou para fazer uma conferência a respeito da vida do meu avô.

Já o outro meu avô, que pertencia à família Pereira Lima da Paraíba, tinha sido educado na Inglaterra. Era um homem abastado, que depois perdeu a fortuna. Naquela fase, ele tinha uma máquina para descaroçar algodão. Durante a Guerra de Secessão dos Estados Unidos, houve uma grande alta no preço do algodão, seguida por uma queda súbita. Ele foi colhido no meio dessa tempestade e perdeu a fortuna toda. Educado na Inglaterra, ele tinha uma grande convivência com a colônia inglesa de Recife. Tanto que a minha avó, sua esposa, tinha tomado o hábito de beber chá e difundiu-o entre os netos. No meu caso, posso dizer que, por essa circunstância particular, tomei chá em criança. [risos]

D.P. - Quer dizer que o senhor já herdou as humanidades dos avós.

B.L. - O velho Barbosa Lima era realmente o ídolo da família, tanto que meu pai fez questão de que eu tivesse o nome do velho Barbosa Lima. No começo, aliás, meu pai não fora adepto do nome de Alexandre. Preferia que o primeiro filho homem se chamasse Sebastião, nome do tio e padrinho que o havia criado. No entanto, segundo contavam nas tradições da família, houve uma aposta entre ele e minha mãe, e os dois concordaram que, se eu nascesse até o dia 20 de janeiro, consagrado a São Sebastião, teria o nome de Sebastião, mas se eu nascesse depois, prevaleceria a vontade de minha mãe, e eu me chamaria Alexandre, pois ela queria que eu tivesse o nome do irmão. Acho que a influência dela nessas coisas talvez fosse maior que a de meu pai, e eu nasci mesmo depois do dia 20. Ela venceu, e me chamei Alexandre José, como meu tio. Cintra Lima era o meu nome inicial, mas meu pai, achando que no colégio eu ia tendo um certo destaque, preferiu que eu tivesse o nome do velho Barbosa Lima. Perguntou-me se eu concordava, mas eu não tinha maior discernimento, naquela hora, para dar uma opinião e não fiz nenhuma objeção. Ele foi ao Registro Civil e então passei a ser Alexandre José Barbosa Lima; em consequência, Sobrinho.

C.C. - O senhor poderia falar um pouco dos seus irmãos?

B.L. - A minha família era uma família grande. Tenho oito irmãos, sendo que a maior parte mulheres. Homens somos apenas três. Os outros cinco, mulheres. A minha mãe ainda perdeu outros filhos - creio que chegou a ter uns 12 ou 13. Mesmo numa classe mais abastada como a classe média, onde havia pelo menos alguns recursos, mesmo aí ocorria o problema da mortalidade infantil. Havia falta de cuidados adequados na gestação, uma assistência incompleta durante o parto e em relação ao tratamento das crianças. De modo que, mesmo em família de classe média, havia quase sempre uma defasagem entre os filhos que nasciam e os que sobreviviam: nasciam 12 ou 13, ficavam oito. Nas classes pobres, nasciam mais de 20, ficavam cinco.

C.C. - Sua família é toda do Recife?

B.L. - Sim; nenhum dos meus irmãos nasceu fora do Recife. Eu é que tenho uma filha nascida em São Paulo.

C.C. - O senhor tem origem no interior de Pernambuco?

B.L. - Não; minha família quase toda é do Recife. Não é uma família de tradição ruralista; é de cidade mesmo. Eu tinha parentes no interior do estado - como os Cintras - na cidade de São Bento. Elias Cintra, por exemplo, um antepassado longínquo, veio de Portugal, meteu-se no comércio e foi uma figura influente na fase de 1830 a 1840. Tive também um antepassado que morreu quando fazia um discurso na Câmara (como o Simonsen, aqui na Academia de Letras e Ciências, que morreu na ocasião em que fazia um discurso). Penso que esse meu antepassado foi o primeiro parlamentar da família.

C.C. - E sobre seus estudos secundários, o senhor poderia falar alguma coisa? Qual o colégio em que o senhor estudou?

B.L. - Quem me ensinou a ler foi minha mãe. Depois, estive em um colégio aqui do Rio, colégio de maristas, à altura da rua Conde de Bonfim.

D.P. - O senhor em criança veio para o Rio de Janeiro?

B.L. - Nessa época, passamos quatro anos no Rio de Janeiro. Fiquei no Rio dos cinco aos nove anos de idade, quando voltei para Pernambuco.

D.P. - Seu pai veio transferido para cá?

B.L. - Teve um momento em que ele se aborreceu um pouco com a atividade do cartório e esteve aqui no Rio de Janeiro, onde trabalhou na redação de debates da Câmara dos Deputados. Posteriormente, resolveu voltar a Pernambuco e retornou ao cartório.

C.C. - O senhor se lembra do nome desse colégio em que estudou aqui no Rio?

B.L. - Não me lembro. Em Pernambuco, estudei no Instituto Ginásial Pernambucano, do Cândido Duarte. O Cândido Duarte, aliás era um homem que se dedicou ao ensino durante toda a sua vida. Quando não mais pôde ter o colégio, ele foi administrar uma escola normal. Naquele tempo, os colégios não eram tão prósperos como os de agora. Ele encontrou alguma dificuldade, não pôde levar adiante o colégio, mas foi administrar uma escola normal que havia lá, a Escola Pinto Júnior. Ele dedicou toda a sua vida exclusivamente ao ensino. Desse Instituto Ginásial Pernambucano ele se desvanecia, porque três alunos seus chegaram à Academia de Letras. O primeiro foi Aldemar Tavares, o segundo foi Múcio Leão e o terceiro fui eu. Ainda teve um quarto, que merecia a Academia, mas não conseguiu entrar - era o poeta Francisco de Oliveira e

Silva, que depois veio a ser desembargador aqui no Rio. Ele teria todos os títulos para ser o quarto acadêmico do Instituto Ginásial Pernambucano.

C.C. - O senhor fez todo o seu curso secundário no Instituto Ginásial Pernambucano?

B.L. - Sim; houve uma fase em que, por circunstâncias relativas à mudança de bairro, ficou mais fácil ir para os salesianos de Recife, onde estive por uns seis ou dez meses. Depois voltei ao Instituto Ginásial Pernambucano, onde completei o curso secundário. Fiz exame de admissão para a faculdade e me matriculei, em 1913, na faculdade de Direito do Recife. Terminei o curso em 1917 e fui, aliás, aluno laureado da turma.

D.P. - Nesse período, dr. Barbosa, houve pessoas de sua família ou mesmo de fora da família que tiveram influência em sua formação intelectual?

B.L. - Em certas fases da minha vida, tive muito mais interesse pelos esportes do que por qualquer outra coisa. Isso é um fato até curioso, que me preocupa muito. Entreguei-me realmente até a estudos da cultura física. Eu lia muito uma revista francesa que naquela ocasião circulava. Nesse tempo eu morava em Olinda e tinha um grupo de amigos: Henrique Dória de Vasconcelos, Arlindo Gibson... Fundamos, em Olinda, um clube de futebol que, por espírito de sátira, chamamos de os Coríntians Olindenses - na época os Coríntians ingleses estavam muito em voga.

Eu praticava tudo que era esporte que chegava ao meu alcance: natação, futebol... Íamos jogar, em Olinda, num campo que ficava a três ou quatro quilômetros da cidade; íamos e voltávamos a pé. Eu nadava toda a extensão da praia de Olinda. Tive uma jangada com um remo de duas pás, na qual me exercitava. Montei em casa barras paralelas e no meu quarto, que era de telha-vã, um trapézio onde eu procurava fazer exercícios. Nunca cheguei a desenvolver muito a musculatura, mas de certa maneira esse exercícios me deram alguma saúde e uma certa resistência. Depois, entrei para o clube Náutico Capibaribe, onde pratiquei o remo; fui representante deste clube na Federação. Essa foi uma fase de grande interesse pelos esportes. Cheguei até a ser representante da Federação de Pernambuco na Confederação. Tínhamos ainda a preocupação de dar passeios por Olinda, sobretudo eu e esse meu amigo, Henrique Dória de Vasconcelos, que depois veio para São Paulo, onde foi diretor do Departamento de Terras e Colonização e passou a ser talvez um dos maiores técnicos brasileiros nessa questão de colonização. Havia retretas em Olinda, e nós as acompanhávamos. Quando um dos dois relaxava um pouco a posição do corpo, o outro lhe batia no ombro, e o primeiro imediatamente fazia posição de sentido. Procurávamos ter sempre o tórax levantado e a barriga encolhida em posição de sentido.

Isso de começo parecia um tanto exagerado, mas pouco a pouco nos acostumamos a manter o corpo naturalmente nessa atitude, e ficamos para o resto da vida com essa tendência. Ele próprio, enquanto viveu, teve sempre uma atitude atlética. Aliás, não viveu muito tempo; talvez não tenha chegado aos 60 anos. Sempre conservei também uma posição que algumas pessoas hoje acreditam forçada, mas que não o é de maneira alguma, já que se tornou realmente um hábito para mim. Hoje, aliás, considero que a melhor receita para evitar barriga ainda é essa posição do corpo. Vejo muito magro que tem barriga, mas com essa posição do corpo a barriga encolhe normalmente.

Naturalmente que com um pouco mais de gordura a barriga vai sempre chegando, mesmo sem se querer, embora bem menor do que a barriga que surge de uma posição falsa do corpo.

D.P. - Até que fase da sua vida durou essa atividade nos esportes?

B.L. - Foi até os vinte e poucos anos, quando fiz uma campanha, em Pernambuco, contra o profissionalismo no futebol. Eu achava que não havia condições para um profissionalismo que se estendesse a todos os clubes. Um ou dois clubes tinham alguns profissionais, e eu considerava destoante que alguns profissionais tomassem parte em jogos com amadores. O profissional procuraria desenvolver todos os truques que fossem possíveis, e o amador, pela própria tendência do amadorismo, teria desejo de fazer o jogo dentro de um certo princípio de *fair play*. Desse modo, era desigual um jogo com a presença de profissionais e de amadores.

Fiz então a campanha contra o profissionalismo na Liga de Pernambuco, utilizando os jornais de lá. Escrevi muitos artigos. Chegamos a fazer até uma certa revolução em que depusemos o presidente da Federação Pernambucana; tomamos conta da federação e procuramos anular o registro dos jogadores. Foi uma campanha de certa ordem, que levou até um dos clubes, que tinha profissionais, a convocar para seus representantes na federação os advogados de Recife. Um dos meus professores da faculdade, de repente, apareceu para defender exatamente a causa dos profissionais. Tive até a oportunidade de saudá-lo por esse encontro depois do período de faculdade, embora ali as nossas funções estivessem trocadas. Ele continuava como profissional, e eu era apenas um amador [risos], segundo a atitude que tomávamos na Liga.

Ao lado disso, foi-se desenvolvendo também uma certa preocupação intelectual. Dou alguma importância a uma coisa acidental: o fato de eu ter quebrado um braço quando era adolescente (tinha uns dez ou 11 anos). Nessa ocasião fui obrigado a ficar em casa por um período maior por causa de todas as dificuldades de me mover com o braço naquelas condições. Comecei então a ler. Meu pai tinha alguns livros em sua biblioteca, inclusive uma coleção completa de Vítor Hugo. Comecei a ler esses livros. Li *Dom Quixote*, um dos que mais me impressionaram nessa ocasião; li também alguns livros de Zola. Comecei também a ler o dicionário de Domingos Vieira e a resumir as biografias que apareciam. Mais tarde, cheguei a escrever um jornalzinho que havia no Instituto Ginásial Pernambucano. Com 13 anos publiquei artigos nesse jornal.

Dos meus amigos, o Dória não tinha muita preocupação literária, mas nessa época eu já estava me ligando a outras pessoas, sobretudo na faculdade. O Múcio Leão, por exemplo, e o Edmundo Jordão eram homens que tinham muita preocupação também por literatura. Liam muito Eça de Queirós; Anatole France também apareceu nessa fase.. De modo que estas coisas todas foram-se enquadrando em minha formação intelectual.

O primeiro artigo que escrevi na imprensa foi em defesa do velho Barbosa Lima. Ele tinha feito um governo em Pernambuco e tinha sido muito atacado por episódios pelos quais, aliás, não tinha nenhuma responsabilidade. Tinha havido a morte de um chefe político em Pernambuco, o José Maria, e meu avô, constantemente, era muito atacado por um jornal que pertencia à família desse elemento. Meu primeiro artigo foi em defesa do velho Barbosa Lima, a propósito desses ataques de *A Província*, de Pernambuco. Nessa ocasião, eu tinha 15 anos de idade, e esse artigo saiu no *Diário de*

Pernambuco. Houve dois artigos em resposta, assinados por A. de Andrade, que era o pseudônimo de um dos amigos do José Maria.

C.C. - E a escolha do direito?

B.L. - Na ocasião em que eu devia escolher uma carreira, eu tinha uma certa tendência para a medicina. Eu gostava da medicina e não era de todo infenso a estudos de história natural. Mas achei que as condições financeiras de meu pai não lhe permitiam financiar-me os estudos de medicina na Bahia, ou possivelmente aqui - se eu tivesse que fazê-lo, teria preferido o Rio de Janeiro -, ao passo que o curso de direito era mais fácil, a faculdade já estava lá. Não sei se havia um grande pendor propriamente por direito; foi mais o desejo de fazer um curso superior em condições financeiras mais acessíveis à situação de minha família. Creio que meu teste vocacional sofreu essas influências [risos].

Eu gostaria de ter feito medicina. Não sei se teria dado certo, porque acho que a medicina tem um aspecto negativo: às vezes o médico trata de uma pessoa por cuja vida tem um grande interesse, e a medicina não adianta nada. Nesse caso é preciso ter uma sensibilidade especial, ou, de certa maneira, sofrer muito tempo para se chegar a um estado de equilíbrio em face desses desastres. Não me arrependo; se houvesse outros cursos... Mas naquele tempo só havia isso: engenharia - e eu não tinha uma grande tendência para a matemática -, medicina, que tinha esse outro lado, e direito. Não havia esses cursos que hoje se encontram por toda a parte.

C.C. - Quais são as impressões que o senhor guarda da Faculdade de Direito, de sua vida universitária, dos seus colegas, dos professores?

B.L. - Os professores eram muito desiguais. Havia professores muito interessados pelo ensino e outros que, ou já estavam cansados de ensinar, ou achavam que aquilo era mais propriamente um meio de vida do que um obrigação. Guardo uma viva impressão de alguns que realmente tinham uma grande preocupação de ensinar, como o Hercílio de Sousa. Para mim, o Hercílio de Sousa foi o tipo completo de professor. Era um homem de boa altura, com uma pequena barba branca desse tipo chamado andó, de cabelos também branco, um ar de muita distinção, uma locução fácil e uma grande virtude didática. Ele ensinava realmente coisas que todos os alunos podiam aprender, desde que prestassem alguma atenção.

Eu ainda me recordo de que na banca de exame, por ocasião das provas de direito romano, o Henrique Millet, um outro professor nosso - aliás um homem muito inteligente, grande jornalista - , ficou admirado por ver como todos os alunos do Hercílio estavam, de certa maneira, muito bem informados em direito romano. É uma cadeira um pouco diferente das outras, que não permite muita capacidade inventiva: ou o sujeito sabe, ou não sabe; não pode estar simulando um conhecimento que realmente não tenha adquirido. E o Millet estava admirado por ver como todos os alunos estavam - se saindo muito bem; naturalmente que uns mais, outros menos, mas todos dentro da matéria, todos dando uma demonstração de um aproveitamento razoável do ensino. Ele então voltou - se para o Hercílio: "Mas como você conseguiu que seus alunos aprendessem tanto assim o direito romano?"

Já o Millet, por exemplo, era um homem inteligentíssimo. Ensinava direito civil, mas não tinha a devida assiduidade, e entre as qualidades de um professor não pode deixar de estar uma certa assiduidade necessária à execução dos programas. Tínhamos professores que davam, durante todo o ano, quatro ou cinco aulas, ensinavam quatro ou cinco pontos. Quando chegavam os exames, eles saíam até da sala para deixar os alunos ficarem à vontade. De certa maneira, muita gente gostava desses professores, mas quando saíamos da escola e íamos enfrentar a vida prática, não podíamos perdoar esses professores, que tinham permitido que ficássemos sem nenhum conhecimento daquelas matérias. Era um trabalho que se vinha a fazer depois que se saía da escola. Quando se procurava fazer a comparação entre os dois tipos de professores, os que realmente eram dignos de apreciação eram os exigentes, os que estavam constantemente nas aulas, os que faziam questão de que os alunos, para obterem aprovação, também levassem alguma soma de conhecimento.

Outro professor exigente era o Antônio Amazonas. Não tinha as virtudes de simpatia do Hercílio de Sousa, mas era um professor que cumpria sua função. Quando se criou a universidade, ele foi reitor, e reitor perpétuo. Enquanto viveu, foi reitor. Havia também o Laurindo Leão, aliás pai desse meu amigo Múcio Leão. Era professor de filosofia, homem muito inteligente, agradável, mas a filosofia que ensinava não era muito acessível. E ele próprio também não tinha muito interesse em procurar caminhos didáticos para o ensino, de modo que o que se guardava eram mais anedotas a seu respeito.

Quando ele dava aula, alguém provocava e chamava sua atenção: "Dr. Laurindo, o senhor ainda não falou a respeito da mulher". Então, ele parava a aula e fazia uma exaltação romântica da mulher. Punha a mulher nas alturas [risos], fazia descrições e revelações interessantes com grande entusiasmo a respeito da mulher. E a aula se acabava nisso, na exaltação das mulheres [risos]. Uma vez, quando ele passava no corredor da faculdade, um dos alunos se levantou. Laurindo parou e disse: "Não precisa se levantar. O senhor só devia se levantar se por aqui estivesse passando uma mulher". O rapaz, que conhecia também as tendências do Laurindo, respondeu: "Mas professor, se fosse uma mulher eu ajoelhava". [risos] E os que assistiam a esse diálogo diziam: "Muito bem! Muito bem!" E o Laurindo saiu contente com isso tudo. Era uma figura meio pitoresca.

A faculdade tinha uma excelente biblioteca e um grande bibliotecário, o Eduardo Tavares. Eu talvez tenha freqüentado mais a biblioteca do que as aulas da faculdade. [risos] Era uma sala ampla, com mesas modernas, e havia coleções maravilhosas. Quando fui para a faculdade, esta não mais se encontrava no convento antigo em que vivera durante muitos anos; estava instalada no prédio novo, defronte ao jardim 13 de Maio. Minha turma foi exatamente a primeira que chegou àquele prédio. Na biblioteca, as mesas eram muito espaçosas, de madeira muito clara, bonita mesmo; os livros, muito bem arrumados. Era realmente agradável ficar ali. Eu já tinha uma certa mania. Lembro - me de que, numa certa ocasião, comecei a freqüentar também a biblioteca pública do estado para ler livros de física [risos] - aquela física do Ganot, que na ocasião me estava interessando não sei por que. Nunca tive uma preocupação maior pela física, mas me deu assim na telha... Ao mesmo tempo, eu também às vezes ia para os jardins da praça pública ler as histórias policiais do Nick Carter.

D.P. - O senhor leu muitos livros de direito?

B.L. - Li muitos livros de direito, também. Na biblioteca tinha muita coisa. Li os grandes autores, para organizar os pontos das matérias que eu estudava. O Múcio Leão, que se matriculou na turma seguinte à minha, ficava indignado comigo porque achava que eu fazia pontos muito grandes; [risos] tanto ele como o Edmundo Jordão, que depois acabou desembargador. Mas eu tinha a preocupação de consultar vários autores, porque, quando se lê um autor somente, não se tem a impressão de que se é uma personalidade. Só se tem a impressão de que se está pensando, de que se é uma personalidade, quando se lê vários autores, comparando - os, para assim poder se ter a possibilidade de optar entre um ou outro. Eu tinha a preocupação de ler o que pudesse, para ter condições de chegar a uma atitude individual.

D.P. - Na faculdade, o senhor exerceu alguma atividade ligada à imprensa? Participou de revistas, por exemplo?

B.L. - Na faculdade, eu trabalhava sem remuneração. Comecei a fazer, na imprensa, uma sessão: a crônica esportiva de *A Província*. Era um serviço que tinham atribuído ao Múcio Leão, mas como não lhe agradava, ele me perguntou se eu aceitaria fazê-lo. Era até uma coisa meio difícil, porque *A Província* era um jornal muito contrário ao velho Barbosa Lima.

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

B.L. - Eu fazia então as crônicas dos jogos de futebol a que assistia: redigia para *A Província* e entregava como se fosse trabalho do Múcio Leão. Era uma espécie de crônica esportiva com pseudônimo.

C.C. - Quer dizer, então, que a sua carreira jornalística começou antes mesmo de terminar o curso de direito?

B.L. - Antes de terminar o curso de direito. Depois, escrevi vários artigos também para o *Diário de Pernambuco*. Eu estava muito influenciado pelo Raul Pompéia e um pouco pelo Euclides da Cunha, tanto que, nos artigos que eu escrevia, de vez em quando sentia-se a presença ou a influência desses autores. Depois, fui-me libertando deles, porque acabei conhecendo mais Machado de Assis, Anatole France e Renan, que eram mestres da simplicidade. Daí por diante passei a achar que a arte de escrever era dizer o que precisava ser dito com a maior simplicidade e da maneira mais acessível a quem lesse.

D.P. - Mas na faculdade o senhor não colaborava em nenhuma revista?

B.L. - Fora da faculdade, depois de terminado o curso, trabalhei na revista *Recife Esportivo*, do Maviel do Prado. Não me lembro bem se o nome era *Recife Esportivo*; sei

que no título tinha Recife. Colaborei muito com ele nessa revista, que era praticamente feita por nós dois. Íamos para a oficina e fazíamos a revista.

D.P. - Sobre esportes?

B. L. - Sobre esportes e sobre todas as coisas de sociedade. Passei a ter uma certa vida social, pois achei que isto também fazia parte da vida. Essa vida social era uma coisa indispensável. Durante um longo período, eu desdenhara a vida social, mas passei a achar que era interessante, de fato, me entregar um pouco a isso. Então, nesta revista, fazíamos referência à vida social. Havia uns bailes lá em Boa Viagem, um cassino; descrevíamos as coisas, fazíamos pilhérias com os rapazes e as moças de lá. Maviel do Prado era um sergipano muito inteligente, bom jornalista, orador com voz de trovão, uma voz que desdenharia qualquer microfone, um vozeirão tremendo. Foi deputado estadual e tinha até uma carreira política já em projeto quando veio a Revolução de 30 e pôs tudo isso por água abaixo. Ele então se mudou para cá e passou a viver inteiramente do jornalismo.

Quando já formado, eu estava interessado em estudar para fazer um concurso na Faculdade de Direito. Havia uma vaga projetada para um determinado setor, e comecei a estudar para fazer esse concurso. Nessa ocasião, já formado, continuando em Recife, tive oportunidade, ainda com Maviel do Prado, de me iniciar também no jornalismo, no *Jornal de Recife*. De certa maneira, era já uma fase mais avançada na minha prática de jornalismo, porque eu fora convidado, pela direção do jornal, para fazer uma crônica dominical. Foi minha primeira atividade constante em jornal, como cronista nos domingos. Levei uns dois anos nessa atividade remunerada; eles pagavam 15 mil-réis por artigo. Naquele tempo, 15 mil-réis já não eram grande coisa.

C.C. - Esse seu gosto pelo jornalismo, o senhor acha que foi influenciado por alguma pessoa de sua família, por amigos...

B.L. - Não; acho que foi uma coisa mais natural, o resultado de certas contingências. Às vezes admito que, com o gosto que tenho pela especialização e o desejo de fazer estudos mais aprofundados, talvez eu pudesse ter-me orientado mais para um rumo técnico do que para a atividade jornalística. Mas as contingências da vida criaram certas dificuldades que me levaram naturalmente para a prática do jornalismo. Havia a convivência com esse grupo de amigos que trabalhava em jornal. O Maviel do Prado, por exemplo, nessa fase fazia artigos de fundo para o *Jornal de Recife*. Às vezes, o Maviel tinha que escrever um artigo de fundo e queria fazê-lo num sistema de colaboração, e íamos para a redação: ele, eu, o Nestor Diógenes. Ele fazia um período, eu fazia outro, o Nestor Diógenes outro [risos]. Nunca vi artigos de fundo feitos desse modo. Isto só se via em romances e coisas assim; vários elementos cooperavam para a elaboração de um romance, às vezes até de uma poesia. Mas o Maviel inventou isso no jornalismo, e o artigo de fundo saía de qualquer maneira, com essa tríplice colaboração. Nesse tempo em que eu fazia as crônicas de domingo, eu freqüentava muito o *Jornal de Recife*, onde tinha também o Filimundo de Albuquerque, que era o secretário do jornal; o velho coronel Luís de Faria, dono do jornal, e seus filhos. Fizemos ali um certo grupo. Isso entre 1919 e 1920.

O concurso para trabalhar na faculdade acabou não se realizando. Abriu-se a vaga, mas eles promoveram determinada pessoa a professor, sem precisar de concurso. Eu tinha escrito uns artigos fazendo críticas aos livros apresentados por esse candidato, mostrando que a lei admitia que ele poderia ser aproveitado sem concurso, desde que apresentasse uma obra verdadeiramente notável. Escrevi então, no *Jornal de Recife*, 13 artigos, já com alguma erudição, demonstrando que a obra não era verdadeiramente notável. Não obstante, ele era filho do juiz seccional de lá, os advogados...

[FINAL DA FITA 1 - A]

D.P. - No Recife, não é?

B.L. - No escritório do Joaquim Amazonas, convidado por ele para me ocupar daquelas ações que para ele não seriam agradáveis, pois se tratava de trabalho de viajante. O escritório não tinha um grande movimento, e as ações que ele me atribuía também não eram tão numerosas. De modo que, nessa fase, meu tempo foi dedicado sobretudo a elaborar o meu primeiro livro, que resultou, de certa forma, do concurso que não se realizou.

Meu primeiro livro tinha o título de *A ilusão de Edgar*. Eu o trouxe comigo aqui para o Rio de Janeiro, e foi editado pela Livraria Leite Ribeiro. *A ilusão de Edgar* era exatamente o fruto desses estudos que eu tinha feito para o concurso na cadeira de direito internacional público e privado. Era também uma demonstração de que todos os projetos feitos para estabelecer normas que limitassem a ação dos combatentes nas guerras que se viessem a travar não passavam de ilusões que, no momento exato em que deveriam ser aplicadas, falharam clamorosamente.

C.C. - Fora isso, o senhor trabalhou também como promotor - adjunto...

B.L. - Trabalhei também em Recife como procurador - adjunto. O procurador - adjunto, em Recife, ocupava realmente o lugar do procurador que se houvesse licenciado. O promotor era o Barreto Campelo, que tinha pedido uma licença. Durante seis meses, eu o substituí como promotor - adjunto, mas sem ter tido oportunidade de alcançar nenhum júri, ficando adstrito apenas à parte mais burocrática do exercício da procuradoria.

C.C. - Quando o senhor chegou ao Rio?

B.L. - Cheguei ao Rio em abril de 1921. Já tinha estado aqui antes. Logo que me formei, fiz uma viagem ao Rio de Janeiro, estive aqui cerca de quatro meses e testemunhei a gripe espanhola. Uma das grandes aventuras da minha vida foi exatamente ver essa cidade sob a ação da gripe espanhola. Como eu não sentia nada, eu ia para a cidade e ficava estarecido de ver a avenida Rio Branco completamente deserta. Você não sabe o que é uma peste numa grande cidade. Olhava-se a avenida Rio Branco, e não tinha ninguém, a qualquer hora do dia. O terror que se espalhou por toda

a cidade com a gripe espanhola foi realmente uma coisa tremenda, que eu só vim a encontrar depois, quando li no Manzoni a descrição de uma peste relatada por ele. A gripe espanhola foi isso, no Rio de Janeiro.

Depois fui também alcançado pela gripe, quando ela já estava declinando. Consegui vencê-la sem maior dificuldade. Eu tinha alguns parentes que me valeram, sobretudo um parente médico, o Dr. Paulo Abreu. Embora não houvesse em sua casa ninguém atacado pela gripe espanhola, ele me recebeu e fez todo o tratamento de que eu precisava, com uma dedicação e uma boa vontade excepcionais. Com isso, talvez eu tenha até saído mais forte da gripe, em comparação ao que eu era antes.

D.P. - Mesmo no Rio, o senhor acompanhava o movimento político em Pernambuco, na década de 20?

B.L. - Acompanhava de certa forma, porque o *Jornal do Brasil*, no fundo, era um jornal pernambucano. Cheguei até a tratar disso num prefácio para um livro do Sousa Barros. Creio que quem fizer a história do movimento literário de Pernambuco nessa fase e ignorar o *Jornal do Brasil* estará cometendo um pecado contra Pernambuco. Pelo fato de o conde Pereira Carneiro ser seu proprietário, o *Jornal do Brasil* tinha uma quantidade enorme de pernambucanos: o Dr. Miguel Freire, que foi diretor, o Múcio Leão, que foi redator, o Pedro da Silveira, que também foi redator, um genro do Euclides de Figueiredo e várias outras pessoas. Eu também estava lá. Por essa circunstância, os assuntos de Pernambuco despertavam grande interesse no *Jornal do Brasil*.

Aconteceu mesmo que, em 1922, quando houve aquele episódio da intervenção federal que se projetou fazer em Pernambuco, no tempo ainda do Epiácio Pessoa, fui destacado pelo Centro Pernambucano para ir até lá, representando-o. Encontrei Pernambuco conflagrado, em preparativos tremendos para uma luta que se desenhava assustadora, com o corpo policial mobilizado, os quartéis defendidos por trincheiras, uma situação de verdadeiro pânico em toda a cidade. Por qualquer coisa, as casas de comércio fechavam, a qualquer hora do dia.

C.C. - Isso foi por ocasião da sucessão estadual?

B.L. - Exatamente na ocasião da sucessão. Foi depois da morte de José Bezerra, quando o Borba chefiava o movimento de autonomia de Pernambuco, contra a intervenção que se atribuía aos Pessoas de Queirós e ao Epiácio. A filha de Epiácio nega muito essa intervenção do pai. Mas, de uma forma ou de outra - ou por iniciativa do Epiácio, ou por exploração dos próprios parentes dele -, a impressão que se tinha, em Pernambuco, era realmente a de uma situação de intervenção federal. O Borba chefiou o movimento de reação contra essa intervenção federal e, nos conflitos que então foram surgindo em Recife, a situação parecia tão perigosa que o Centro Pernambucano destacou urna comissão para ir a Pernambuco acompanhar os acontecimentos. Fui nessa comissão. Meu pai, nesse tempo, estava também exercendo a função de delegado de polícia em Olinda, e eu estava receoso do que pudesse acontecer.

D.P. - O que era o Centro Pernambucano?

B.L. - Era uma sociedade formada por pernambucanos que existia aqui no Rio de Janeiro, e que teve uma certa influência, uma certa presença durante um determinado período. Nas grandes datas de Pernambuco, o Centro se reunia para festejar. De vez em quando havia reuniões sociais. Às vezes o Centro até promovia danças e coisas assim. E havia alguns sócios que, de certa maneira, custeavam essas atividades do Centro Pernambucano, que eram dispendiosas e precisavam de maiores recursos, que o conde Pereira Carneiro se prontificou a proporcionar, pelo menos em parte.

D.P. - Quais eram as figuras mais importantes do Centro?

B.L. - O Antônio Austregésilo era uma das figuras mais importantes do Centro Pernambucano. Havia também o conde Pereira Carneiro e o Francisco Solano Carneiro da Cunha. Os pernambucanos de maior importância estavam sempre lá no centro. Era como o Centro Paraibano e o Centro Cearense. Ainda hoje existem vários desses centros, alguns com alguma atividade. Mas o Centro Pernambucano desapareceu, não teve condições de sobrevivência. A primeira condição era ter uma sede, coisa que nunca se concretizou. A sede era sempre alugada. Várias vezes procurou-se ressurgir-lo, com outras diretorias, mas não havia ninguém com bastante projeção e recursos para sustentá-lo. De modo que a esses movimentos de ressurgimento sucedia logo o desaparecimento quase que imediato.

D.P. - Houve alguma outra época em que o centro tenha - se destacado em termos de cobertura jornalística ou participação nos episódios ligados ao movimento político em Pernambuco?

B.L. - Em 1922 formou-se a comissão de que falei, com Bastos Portela... Não sei se o Porto da Silveira também foi nessa comissão. Fomos dois ou três jornalistas daqui para dar uma cobertura e, de certa maneira, trazer um depoimento para o próprio centro. Aceitei a incumbência, porque meu pai era delegado de polícia em Olinda e, diante de uma situação perturbada como a que havia lá, eu tinha muito receio do que pudesse acontecer a ele. Quis estar perto dele para ver como as coisas se desenrolavam. E foi curioso que, pouco tempo depois de minha chegada em Pernambuco, foi feita a paz em torno da candidatura de Sérgio Loreto, e aqui no Rio estourou a Revolução de Cinco de Julho.

D.P. - O senhor acha que houve alguma relação entre a sucessão estadual de Pernambuco, toda essa intervenção federal, e o Levante do Forte, aqui?

B.L. - A agitação do Epiácio, sua suposta intervenção não podia deixar de ser um desses fatores que irritam um pouco o ambiente e criam a possibilidade de uma resposta a essa irritação. Não há propriamente uma ligação direta entre as duas coisas,

mas não pode deixar de haver também uma certa influência. Aqui a conspiração já resultava da própria luta que se vinha travando em torno da sucessão do Epitácio: o movimento contra Bernardes (aquela coisa da carta falsa em que, naquele momento, toda gente acreditava, ou quase toda a gente). Confesso que não acreditei, pensei sempre que não podia haver nenhuma possibilidade de aquilo ser de Bernardes; mas era interessante para o jornalismo explorar a carta dele.

C.C. - E o candidato do Manuel Borba era o Carneiro da Cunha?

B.L. - Era o José Henrique Carneiro da Cunha. Por sinal, o José Henrique era um candidato que parecia muito bom, porque, de certa maneira, reunia quase todas as correntes políticas de Pernambuco - pelo menos aquelas que estavam contra a família Pessoa de Queirós e a influência de Epitácio Pessoa, Estácio Coimbra etc. Mas, por outro lado, não era um homem realmente de combate. De modo que, na hora de tornar posse, não se podia contar com ele, já que a situação era embaraçosa, de ameaça e mesmo de conflito, e ele não era homem propriamente para esses entreveros. Era um homem pacífico, tranqüilo.

D.P. - E em relação ao movimento operário, o senhor tem algumas lembranças desse período?

B.L. - Lembro-me realmente do Joaquim Pimenta. Ele fez um movimento operário em Pernambuco naquela fase.

Aliás, acho que ele sofreu uma grave injustiça naquela descrição que o José Lins do Rego fez dele. O próprio Gilberto Freire parece que não gosta muito do Joaquim Pimenta. Minha impressão pessoal sobre ele é de um homem absolutamente desinteressado, idealista, sincero. Ele chegou a ter realmente um poder extraordinário em Pernambuco - ele e a senhora dele - junto de todos aqueles sindicatos operários, naquela greve que eles organizaram. Ele nunca procurou tirar partido disso e nunca foi candidato a coisa alguma. Depois, quando veio aqui para o Rio de Janeiro e teve um grande acolhimento de Getúlio Vargas, influenciou bastante na legislação trabalhista, mas nunca foi candidato a nada.

Uma vez, parece que ele recebeu uns atrasados de uma ação que tinha promovido como funcionário público, ou que outros tinham promovido e ele apenas se encostou na ação. Com o dinheiro que recebeu, começou por esses morros a distribuir máquinas para as famílias necessitadas. Não dava nenhuma importância nem se preocupava com dinheiro, não fazia questão de conforto. Em Pernambuco, ele foi um homem de combate. Quando ele e sua senhora estavam ameaçados por esse grupo que apoiava os Pessoas de Queirós, chegou a ter bombas de dinamite guardadas em casa. E a senhora dele, que lhe era inteiramente solidária, punha essas bombas em baixo das camas em que dormiam os filhos. Isso eles confessam num livro de memórias que o Joaquim Pimenta publicou, *Retalhos do passado*. Depois, a mulher dele também publicou um livro de memórias, completando o do marido. Não me lembro do título, mas ela narrava isso nesse livro, e o Joaquim Pimenta confirma. Ela era filha do Raul Azedo. Uma senhora, aliás, inteligente, muito solidária com o Pimenta. O Raul Azedo

também era um homem de idéias avançadas. De modo que o Joaquim Pimenta teve essa aventura em Pernambuco.

D.P. - E qual era o nível de combatividade do próprio movimento operário nesse período?

B.L. - Foi intenso. Eles tiveram uma grande influência, uma grande presença. Talvez mais por esta circunstância de terem à frente um líder com a inteligência e a combatividade de Joaquim Pimenta, inteiramente desambicioso. Em geral, esses movimentos todos fracassam porque têm à sua frente uma pessoa que só está fazendo aquilo por cálculo político, porque quer ser isto ou aquilo. Joaquim Pimenta, não. Ele não tinha nenhum cálculo, fazia aquilo porque achava que devia defender os operários; contentava-se com essa atitude, sem pleitear mais nada. O José Lins do Rego, no livro em que se refere a Joaquim Pimenta, descreve-o como um ambicioso, um explorador. Foi uma injustiça do José Lins do Rego.

D.P. - Ele era professor, não?

B.L. - Era, professor. Ele fez concurso para a Faculdade de Direito, juntamente com o Chateaubriand. Ele conhecia o direito muito mais do que Chateaubriand. Naquela hora, fui até partidário do Chateaubriand, mas hoje, fazendo a minha revisão, acho que cometi também uma injustiça contra o Joaquim Pimenta, que merecia mais a cadeira do que Chateaubriand. Pimenta mais tarde fez outro concurso, tirou uma cadeira e ficou ensinando em Pernambuco, até que se transferiu aqui para o Rio de Janeiro e veio ensinar direito do trabalho na Faculdade Nacional de Direito.

Ele publicou livros interessantes. Era um homem de uma cultura muito grande. Publicou uma Enciclopédia de Cultura, com os verbetes cheios de conhecimentos realmente extraordinários, dando demonstração de grande competência. Ele tem ainda trabalhos sobre Sociologia - matéria de que também era professor - e sobre direito do trabalho. Uma das figuras que ficaram marcadas na minha vida é essa do Joaquim Pimenta. Eu o conheci mais de perto na última fase, e passei a admirá-lo muito. Ele tinha um temperamento afetivo, gostava de falar com determinados amigos, para quem telefonava sempre. Nereu Ramos era outro amigo dele. A mim também, de vez em quando, ele telefonava para fazer comentários, dar suas opiniões. Ele sentia uma necessidade de comunicação muito grande, talvez porque nem sempre estivesse elaborando trabalhos. Uma pessoa que vive mergulhada no trabalho não tem muito tempo para procurar essas outras comunicações.

C.C. - Qual era a situação da indústria de Pernambuco neste período? Já havia um núcleo industrial?

B.L. - Não. Em Pernambuco a situação da produção do açúcar mantinha-se a mesma: os comissários ricos, os usineiros mais ou menos ricos - alguns ricos, outros não - e os plantadores de cana lutando com grandes dificuldades. Quem lucrava mais era o

comissário. As grandes fortunas de Pernambuco, em geral, eram de comissários de açúcar.

C.C. - O senhor considera comissários o pessoal do comércio?

B.L. - Comissário era o homem que financiava o produtor. Mas financiava o produtor com a condição de depois ele entregar, pelo preço que se ajustasse na ocasião, toda a sua produção ao financiador. Esse era o comissário. Fosse qual fosse a situação do açúcar, ele lucrava sempre, porque a sua comissão era sagrada. Os usineiros também tinham possibilidades: recebendo a cana dos fornecedores, eles cobravam o trabalho industrial. Era um lucro certo. Só para o plantador é que havia uma circunstância aleatória: ele dependia das safras e dependia dos preços. E era o plantador quem sofria, realmente, todo o ônus dos preços baixos. O usineiro se pagava com o trabalho industrial. O comissário também se pagava, aliás muito bem, com a retribuição do dinheiro emprestado. O produtor é que não tinha para quem apelar, porque não podia forçar o preço do açúcar contra as condições do mercado. Então sofria, realmente ele sozinho, todas as conseqüências das crises açucareiras.

D.P. - Muitos desses comissários eram também usineiros?

B.L. - Naquele tempo, não. Havia usineiros mais cautelosos, que tinham a vida mais ordenada. José Henrique, por exemplo, era um deles; o barão de Suassuna, outro. Eram homens que ajustavam bem as suas contas. Não pediam muito dinheiro emprestado porque procuravam poupar exatamente para que se autofinanciassem. Esses se salvavam também, da mesma forma que os comissários. Agora, um usineiro que precisasse de repente reformular toda a sua instalação para adquirir máquinas ou moedas, ou o que fosse necessário para modernizar a sua fábrica, esse fazia empréstimos consideráveis e passava também à situação de depender dos financiadores. Essa situação, para eles, não era favorável.

C.C. - Os financiadores eram os comissários?

B.L. - Eram os financiadores da produção.

C.C. - Ao mesmo tempo comerciavam; eram eles que faziam o comércio do açúcar?

B.L. - No interior, o produtor entregava o açúcar a eles, que, então, faziam a especulação com o produto, que pagavam pelo preço do mercado na ocasião. Cobriam-se do financiamento feito e iam especular com o açúcar. Além de financiadores, eram comerciantes de açúcar; ao passo que os outros, não. O usineiro que fosse financiado, entregava também o açúcar. Se tivesse grandes dívidas, a situação não era folgada. O plantador é que não tinha para quem apelar, porque sobre ele incidia toda a parte aleatória do processo de produção. Nessa ocasião, aliás, as usinas não tinham grande

interesse em ampliar muito sua plantação de cana; preferiam receber a cana do plantador.

C.C. - O senhor está falando do período de antes de 30, não é?

B.L. - Antes de 30. Nesse período, o usineiro que, por exemplo, não tivesse uma grande plantação de açúcar, não estaria submetido a nenhum fator aleatório. Só tinha o trabalho industrial, sobre o qual cobrava aquilo que considerasse que era devido. O plantador ficava sobrecarregado, porque, se o preço do açúcar descesse, ele é que tinha sua parcela reduzida. Se as safras fossem reduzidas por qualquer circunstância (enchente, ou seca, ou o que fosse), também era ele que sofria o ônus da situação. Para o plantador a situação era a mais difícil possível.

O usineiro que se financiava a si próprio se salvava; mas o que precisasse de financiamento tinha que entregar a produção ao financiador. Esse último, que tinha o comércio de cana e se pagava amplamente com seu financiamento, só tinha que lucrar. As grandes fortunas de Pernambuco, quais eram? Eram o Camorim e sobretudo o Mendes Lima. Este ainda deixou a tradição para o Batista, que ficou com uma fortuna imensa.

D.P. - Batista da Silva era parente do Mendes Lima?

B.L. - Casou com uma filha do Mendes Lima. Tinha se formado em Medicina em Portugal. Quando veio para Pernambuco, ele se casou com a filha do Mendes Lima. Havia os Lólios, financiadores também. O financiador, que era o comissário de açúcar - não só nesse período, como em todo o tempo da produção açucareira - foi sempre quem teve maiores lucros, até que surgiu o Instituto, que acabou com o comissário de açúcar.

C.C. - O senhor poderia falar um pouco sobre como se organizava a produção do açúcar em Pernambuco, sobre semelhanças e diferenças com a organização aqui no Sudeste, neste período antes de 30?

B.L. - A principal produção de açúcar, naquela ocasião, realmente estava em Pernambuco, acompanhado por Alagoas e pelo Estado do Rio. O Estado do Rio sempre apresentou características próprias, sempre teve um grande número de pequenos plantadores, talvez pelo fato de a terra ser mais cara. Lá ninguém tem uma extensão maior de terra, e o que existe é o pequeno produtor. Em Pernambuco a tendência era mais para o latifundiário, que era o dono do próprio engenho. O plantador de cana também era um latifundiário. Aqui no Estado do Rio, não; ele era dono de uma pequena faixa de terra em que plantava a cana que fornecia à usina.

Em São Paulo já tinha começado a aparecer o colono, mas esse estado estava numa certa crise, porque nunca teve, até 30, uma situação muito favorável em matéria de açúcar. No entanto, sempre teve a vantagem de ter o mercado à porta. Em todos os momentos, São Paulo conseguiu preços maiores do que o Norte, porque o usineiro tinha comprador na porta, ao passo que o Norte tinha que mandar o açúcar, por mar, aqui para o Rio, ou para o Rio Grande do Sul. Um dos grandes fregueses de Pernambuco era o

Rio Grande do Sul. Tinha tipos de açúcar especiais que Pernambuco produzia para mandar para lá. Em compensação, recebia do Rio Grande do Sul o charque, que alimentava os operários das fábricas de açúcar do Nordeste.

D.P. - E a Cooperativa Açucareira de Pernambuco?

B.L. - A cooperativa nunca teve, antes do Instituto, uma grande importância. Reunia alguns plantadores, mas não todos. Havia sempre os *outsiders*, pessoas que ficavam do lado de fora e que se regulavam pelos seus próprios interesses.

D.P. - A cooperativa reunia mais os plantadores ou os usineiros?

B.L. - Os usineiros. Sempre houve em Pernambuco a Cooperativa dos Usineiros, a Sociedade dos Plantadores e a Sociedade dos bangüezeiros. Esses três setores ficavam perfeitamente separados, e cada um tinha interesses próprios. Ajustar esses interesses não era realmente fácil, porque o usineiro tinha uma situação de predomínio absoluto em relação ao fornecedor de cana. Este dependia do usineiro em tudo, até para o peso e o pagamento da cana, para as condições de financiamento. Muitas vezes era o próprio usineiro que financiava o plantador. Consequentemente a usina tinha uma situação de grande preponderância sobre o plantador: além de receber e moer as canas, também financiava. Isso era muito freqüente.

C.C. - O senhor se lembra quando surgiu a primeira Cooperativa Açucareira?

B.L. - Não tenho uma idéia precisa. Em Pernambuco também havia uma sociedade muito importante, a Sociedade Auxiliadora da Agricultura, sobre a qual Amaro Cavalcânti até escreveu um estudo muito interessante. Foi uma sociedade muito importante porque se destinava também a estudos sobre os melhores tipos de cana, sobre a expansão que a tecnologia precisava ter não só no processo da produção como na fabricação de açúcar. A frente dessa sociedade havia homens como o velho Manuel Cavalcânti, pai do Amaro, e o Inácio Pais Barreto, que eram homens estudiosos. Num período anterior, também o velho Augusto Millet, pai do professor Henrique Millet. Essa Sociedade Auxiliadora da Agricultura tinha, inclusive, promovido aquele Congresso da Lavoura em 1878, que teve uma grande significação como movimento de classe no conjunto das atividades produtoras.

C.C. - Eram os usineiros que controlavam essa sociedade?

B.L. - Essa sociedade tinha esse caráter, não digo técnico, mas de contar com homens mais inteligentes e mais conhecedores propriamente das atividades produtoras. Esses homens iam para lá e chamavam a atenção para os problemas, para a conjuntura da economia açucareira. Houve momento, por exemplo, em que eles procuraram trabalhar para ver se estabeleciam um sistema de entendimento entre os vários países produtores,

como se veio a fazer depois em relação ao café. Mas nada disso deu maiores resultados, porque a situação de concorrência entre o açúcar produzido da beterraba e o açúcar da cana era de tal ordem que quase se chegou a um período de catástrofe. Crescia tanto a produção de um quanto a do outro tipo de açúcar, e o consumo não acompanhava o desenvolvimento da produção. Houve um momento em que, de fato, os preços desceram tremendamente, e houve uma grande crise internacional entre os produtores de açúcar (isso, no começo do século). Daí então os movimentos, os congressos que eles faziam nessa época. O Instituto do Açúcar publicou trabalhos reunindo os debates de alguns desses congressos e fazendo mesmo uma história dos congressos anteriores.

D.P. - O senhor ouviu falar em alguma dissidência entre usineiros, que estaria ligada aos irmãos Lima Cavalcânti, pouco antes de 30?

B.L. - É possível que houvesse alguns usineiros, eles nunca foram muito submissos ao governo. Havia alguns mais independentes. Mas, nesse tempo, eu não estava em Pernambuco e não sei das ligações de Lima Cavalcânti com outros usineiros. Eles nunca foram muito subservientes; o próprio Agamenon teve lutas tremendas com eles. É verdade que o Agamenon, nesse caso, tomava uma certa ofensiva, não perdoava alguns usineiros. Eles ganhavam dinheiro em Pernambuco e vinham aplicar aqui no Rio, e Agamenon fez campanhas tremendas contra isso. Mas eles também, por seu lado, procuravam se defender, porque achavam que o rendimento para o dinheiro aqui era mais interessante do que em Pernambuco, e vinham construir prédios. José Henrique construiu uma porção de apartamentos aqui. José Bezerra e seu filho também foram donos de vários prédios.

C.C. - Voltando um pouco para o comércio, os comissários de que o senhor falou tinham força política?

B.L. - Não. É verdade que, se eles quisessem, poderiam ter força política, porque eram muito ricos. Mas, para lucrar, eles em geral se colocavam à margem da vida política. Aliás, esse professor americano chamado Eisemberg, no livro que publicou lá nos Estados Unidos sobre o açúcar, andou estudando um pouco essa fase. Esse livro não tem um ano de publicado. Ele andou estudando essa fase, e examinou até livros dessas casas comissárias em Pernambuco, mas não sei a que conclusões teria chegado durante essa pesquisa. Aliás, em geral, esses comissários não eram políticos, nem tinham atividades políticas; ficavam ligados apenas aos interesses comerciais. Se se metessem na política, a coisa seria um pouco mais complicada para eles.

D.P. - Eram grupos bem reduzidos?

B.L. - Eram grupos reduzidos; não eram muitos os que podiam financiar.

D.P. - Além do Mendes Lima, o senhor se lembra de alguém?

B.L. - Eu me lembro do Mendes Lima e do Camorim. Eram poucos. Não havia muitos elementos financiadores, era uma coisa curiosa. Os bancos em geral não tinham uma influência maior nisso. O Banco do Brasil não financiava porque tinha receio de colapsos. O financiador tinha que ter um controle maior sobre o produtor, fiscalizá-lo mais de perto, estar mais ligado realmente ao processo de produção para verificar se o dinheiro estava ou não correndo risco. Isso não era fácil para um banco. Para esses comissários, que tinham lá o seu sistema organizado, isso era possível. Eles acompanhavam, verificavam, sabiam o que estava fazendo cada um daqueles usineiros: se estavam dilapidando ou não os seus recursos, se tinham ou não a safra bem fundada. Com essa fiscalização, eles podiam também ir regulando o financiamento, ampliando-o ou reduzindo-o, conforme as notícias que fossem recebendo da atividade desses produtores.

D.P. - Foram feitas algumas tentativas de criar bancos, como o Banco de Recife, a Carteira Agrícola...

B.L. - Uma turma, da qual eu até conhecia homens, criou o Banco de Recife. Mas esses bancos todos se criavam cautelosamente, porque não tinham a mesma facilidade de manobra dos comissários. Esses podiam recuar com mais facilidade, ao passo que os bancos ficavam meio presos dentro de uma engrenagem, sem ter um meio de fiscalizar tão bom quanto o que tinham os comissários.

D.P. - Mas era uma tentativa talvez de criar...

B.L. - Era uma tentativa de ampliar o financiamento. Fazem-se tentativas de ampliar o crédito agrícola no Brasil desde que nos conhecemos. Mas quantas chegaram realmente a algum resultado? Às vezes, conseguiam alargar um pouco o crédito aqui e ali, mas depois vinham dificuldades ou prejuízos, e o recuo.

As duas figuras que realmente lucravam com o comércio do açúcar eram o comissário, que também era um comerciante, e os compradores das grandes praças, como o Rio de Janeiro e São Paulo, que especulavam com o comércio do açúcar. Eles procuravam, na época da safra, comprar todo o açúcar que pudessem. Estocavam-no e deixavam que pouco a pouco a reação do próprio mercado fosse elevando os preços. Então eles iam soltando o açúcar que tinham comprado por um preço inferior. Isso também diminuía as condições de sobrevivência do produtor, porque, na época da safra, eles vendiam o açúcar pelo preço da safra; o consumidor não lucrava nada, porque na entressafra o preço subia. De modo que, para o consumidor, também não era um bom negócio essa especulação. O comerciante comprava baixo na safra, vendia caro na entressafra, e ia lucrando. O seu lucro vinha todo dessa situação.

C.C. - E os usineiros, como reagiam a isso?

B.L. - Os usineiros que estivessem financiados também eram vítimas, já que entregavam o açúcar na safra pelos preços coerentes. Viam depois, na entressafra, os

preços subirem, mas não partilhavam daquilo; nem eles, nem o fornecedor, porque o açúcar já estava nas mãos do comerciante.

C.C. - Existia, então, uma contradição entre os usineiros financiados e os que se financiavam?

B.L. - Havia, pelo menos, uma diferença. O usineiro que se autofinanciava tinha uma condição de independência muito grande, tanto que acabava rico. O barão de Suassuna fez fortuna, José Henrique também. Todos os que se financiavam realmente fizeram fortuna. Os que precisavam de financiamento alheio viviam em dificuldades.

C.C. - O senhor acha que, neste período, existia uma forte influência dos usineiros na política de Pernambuco?

B.L. - Eles sempre tiveram uma influência maior ou menor. Não podiam ter uma influência muito grande, porque os governos não dependiam deles. Não havia representatividade; as eleições eram feitas a bico de pena. Nesse quadro, o que valia um usineiro com o seu colégio eleitoral? Sem o voto secreto, o que valia o voto numa usina, se a ata podia dar os votos que os usineiros não quisessem dar? Enquanto a eleição foi feita a bico de pena, coisa que ocorreu até a criação do voto realmente secreto (aquele com a cabine indevassável) , o regime brasileiro nunca foi representativo, nem na Monarquia nem na República.

D.P. - Mas, de um modo geral, os governos de Pernambuco sempre estiveram ligados aos usineiros.

B.L. - Sempre estiveram ligados, porque havia uma certa influência. Dos governadores de Pernambuco, vários foram usineiros. O Estácio foi usineiro; o Carlos de Lima, membro da Revolução, usineiro; o José Bezerra, usineiro. O Rosa e Silva, de certa maneira, ficou mais independente dos usineiros; não tinha uma sugestão tão grande porque agia mais segundo valores políticos. Já o Correia de Araújo tinha também negócios de açúcar, mas o Gonçalves Ferreira era um homem político, não tinha propriamente atividades agrícolas. O Sigismundo Gonçalves também não tinha atividades agrícolas. Entretanto, o Herculano Bandeira já era usineiro. Quer dizer, havia sempre uma tendência de se caminhar para os homens ricos de lá.

D.P. - E o Manuel Borba?

B.L. - Manuel Borba, não. Ele tinha uma fábrica de tecidos, mas abandonou-a logo. Era realmente uma figura interessante de homem independente. Tanto que enfrentou o poder econômico dos parentes do Epitácio.

D.P. - Os Pessoas?

B.L. - Os Pessoa de Queirós.

D.P. - E o Sérgio Loreto, ele não tinha nenhuma vinculação com o setor de usinas?

B.L. - O Sérgio Loreto não tinha propriamente vinculação com usinas, mas logo ele estabeleceu uma ligação muito grande com Estácio Coimbra. Tanto que o fez seu sucessor, e deixou o Manuel Borba de lado. Os amigos do Manuel Borba nunca mais perdoaram o fato de ele ter admitido a candidatura de Sérgio Loreto.

D.P. - Sérgio Loreto foi apoiado por que forças políticas?

B.L. - Foi um acordo político, que se deu naquela hora em que, de um lado, estava o Lima Castro; de outro, o José Henrique, que não tinha ânimo para tomar posse. O Lima Castro não tinha também força política para elevá-lo ao poder. Na situação de impasse, surgiu a candidatura do Sérgio Loreto, que era juiz seccional em Pernambuco e foi indicado como homem que não tinha ligações partidárias, nem com um lado, nem com o outro.

D.P. - Um verdadeiro acordo.

C.C. - E sobre o movimento dos fornecedores nesse período, o senhor se lembra de alguma coisa em torno da tabela de preços?

B.L. - Eles sempre reclamaram, sempre protestaram. Mas a situação só chegou realmente a uma crise maior exatamente nesse período de 1929-30, quando o preço do açúcar caiu no mercado internacional. Isso se refletiu também no Brasil. O preço do açúcar não pagava o custo da produção, e começaram a surgir vários movimentos de insurreição de fornecedores de cana, no período final do governo Estácio Coimbra. Aí a situação se agravou de fato. Agora, reclamações, sempre houve, porque os fornecedores consideravam que sua situação era de subordinação, com a qual não podiam realmente se satisfazer.

D.P. - O senhor acha que o governo estadual, em face dessa crise de 29 que atingiu de fato o açúcar, ofereceu alguma proposta de solução, de recuperação do setor açucareiro?

[FINAL DA FITA 1 - B]

B.L. - A crise foi realmente séria em 1929, e o governo procurou tomar algumas providências. Inclusive houve greves, arrancamento de trilhos da Great Western, e a

coisa tomou um certo sentido de insurreição. O governo procurou resolver a questão, mas não estava também a seu alcance encontrar os remédios necessários.

Os produtores faziam reuniões freqüentes: estudavam o problema, procuravam soluções. Vários deles chegaram a sugerir fórmulas que vieram depois a constituir o ponto de partida para a organização da defesa do açúcar, já com a primeira comissão criada logo depois da Revolução de 30. Isso não foi feito de graça, apenas por uma ação generosa do governo; foi resultado de um pleito intenso dos produtores. Eles conheciam os problemas, procuraram conquistar simpatias para sua causa, apresentando fórmulas. Alguns deles eram homens imaginosos, que criavam processos ou sustentavam idéias que pareciam salvadoras. Nem sempre o seriam era preciso verificá-las na realidade; algumas eram temerárias. Mas, de qualquer maneira, essa agitação toda serviu de base para que o governo federal começasse a se interessar pelo problema. Logo depois de vitoriosa a Revolução de 30, um dos primeiros assuntos a serem encarados foi a maneira de se estabelecer um processo de defesa para a produção de açúcar.

D.P. - Antes da Revolução, o senhor acha que havia uma proposta diferente para a solução da crise, por parte do governo estadual, no caso Estácio Coimbra?

B.L. - O governo estadual não tinha muitas condições. O que é que podia fazer? Não podia legislar para regular a situação entre fornecedores e usineiros; não podia forçar o aumento dos preços; não tinha condições para estabelecer regras ou normas para a indústria açucareira. Sua ação era apenas a de prevenir conflitos de maior intensidade. Isso nem sempre dava resultado. Chegou a haver arrancamento de trilhos e manifestações já de certa violência entre os produtores. Naturalmente que o governador procurava levar ao conhecimento do governo federal esse pleito que observava em Pernambuco, sobretudo porque, escapando ao seu poder, ele ficava também imprensado na parede. É natural que procurasse valer-se da influência do governo federal para encontrar uma solução.

C.C. - E havia eco no governo federal?

B.L. - O governo federal não estava muito atento. Isso já vinha de uma fase anterior, com Washington Luís, que tinha urna certa obstinação. Ele achava que os produtores deviam responder pelas próprias crises que surgissem nas suas atividades. Basta dizer que, na própria questão do café, ele, que tinha vindo do governo de São Paulo, não quis tornar nenhuma providência para evitar que a situação entrasse em colapso. Ao contrário, ficava indignado quando via aqueles grandes donos do comércio de café chegarem a palácio com automóveis fantásticos para pedirem a proteção e o auxílio do governo federal, que se recusou a proporcionar esses recursos. Com o açúcar também não creio que ele tivesse sensibilidade para ir ao encontro dos interesses dos produtores do Nordeste.

C.C. - Durante todo esse período da primeira República, o senhor acha que havia algum interesse, por parte do governo federal, de apoio à indústria açucareira do Nordeste?

B.L. - É difícil responder assim, porque algumas vezes houve até o contrário. Epitácio Pessoa, por exemplo, quando o preço do açúcar começou a se elevar por influência do mercado internacional, resolveu intervir no mercado para requisitar açúcar e forçar a baixa do preço. O Nordeste nunca foi uma economia bem amparada, exceto na Monarquia, quando houve algum interesse: eles andaram estudando o processo de construção de grandes centrais. Já naquela fase, eles procuravam ver se desenvolviam a tecnologia da produção açucareira com a criação de centrais. Esse esforço também não chegou a dar grandes resultados, limitando-se a um episódio aqui, outro ali, talvez um interesse maior pela produção do açúcar do que no período da República.

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

B.L. - O ministro brasileiro em Washington era o Salvador Mendonça. Eles achavam que o tratado de comércio feito com os Estados Unidos tinha prejudicado tremendamente essas aspirações dos produtores nordestinos.

2ª Entrevista: 10.05.77

C.C. - Acho que chegamos a 1929 na última gravação, e hoje poderíamos entrar no movimento de 30. Antes, porém, eu gostaria de que o senhor falasse um pouquinho mais sobre a situação do açúcar no período anterior a 30. Há algumas questões que para mim não são muito claras. Por exemplo, o senhor acha que existia alguma ligação entre a Cooperativa Açucareira, que surgiu por volta de 1928/29, e o sistema de comercialização do açúcar?

B.L. - Não; a comercialização do açúcar existia sobretudo nos centros consumidores, enquanto que a cooperativa era mais uma cooperativa de produtores. Naturalmente, enquanto tal, agia no sentido de obter os maiores preços que pudesse para os produtores. Mas isso dependia exatamente do setor comercial instalado aqui, em São Paulo e no Rio Grande do Sul, que eram os principais consumidores do açúcar do Nordeste.

Aqui, aliás, existia um Sr. Vítor, que, naquela ocasião, era dono da Companhia Usinas Nacionais, uma empresa particular de refinação de açúcar. E havia outras empresas de refinação do açúcar com menor capacidade do que as Usinas Nacionais. Esse diretor da Companhia Usinas Nacionais, Sr. Vítor, era realmente o maior comerciante de açúcar daqui, o que tinha maior influência no mercado açucareiro. Os produtores viviam procurando obter, desse Vítor, preços maiores, mas ele agia defendendo também os seus interesses e o dos comerciantes em geral. E dava-se aquele fenômeno que foi uma das bases em que se apoiou a política do açúcar: o preço descia no período da safra e subia na entressafra. No período da safra, o preço descia; a

produção era vendida a preços baixos. Na entressafra, subia o preço; o comerciante então lucrava.

C.C. - Eles guardavam o estoque?

B.L. - Sim; e lucravam depois, com o aumento dos preços.

C.C. - Da última vez o senhor falou, se não me engano, que havia uma parcela de usineiros que se financiavam a si próprios.

B.L. - Isso era na produção, lá em Pernambuco: eles produziam o açúcar lá. Citei o barão de Suassuna e os Henriques, usineiros que se autofinanciavam. Eles não dependiam de financiamento daqui, mas entregavam o açúcar à cooperativa ou às organizações de produtores de lá. Eles próprios não tinham ligações diretas com o comércio comprador.

C.C. - Então o senhor falou que esse pessoal tinha interesses mais próximos ao das casas comissárias do que os usineiros que não se financiavam, que dependiam de financiamento.

B.L. - Eram mais independentes do que os usineiros que eram financiados, porque estes dependiam do comissário. Os que se autofinanciavam não dependiam do comissário, mas todos entregavam o açúcar à cooperativa de produtores que, então, o exportava. O comércio do açúcar era sobretudo dos grandes mercados consumidores.

C.C. - A cooperativa, então, fazia o negócio?

B.L. - Diretamente com os comerciantes do Rio, de São Paulo e do Rio Grande do Sul. Os grandes consumidores do açúcar de Pernambuco, naquela ocasião, eram sobretudo o Rio e o Rio Grande do Sul. Tinha até um tipo especial de açúcar, uma espécie de açúcar cristal, que Pernambuco produzia e só tinha como comprador o Rio Grande do Sul.

C.C. - Fazia a troca com o charque, não?

B.L. - Fazia a troca com o charque, que Pernambuco consumia na alimentação de sua massa operária. Mesmo os usineiros que se autofinanciavam, embora tivessem uma maior independência pessoal, ficavam dependentes da comercialização aqui no Sul.

C.C. - Mas, no caso, a cooperativa era quem comercializava, ou eram as casas comissárias?

B.L. - Eram as casas comissárias que compravam o açúcar de todos eles. Penso que, nessa ocasião, não existia cooperativa; não estou bem lembrado.

C.C. - Acho que a cooperativa surgiu no final de 28 ou 29.

B.L. - Se surgiu em 28/29, então eles estavam nesse regime. Não me lembro bem do início da cooperativa de açúcar de Pernambuco. Mas, se existia cooperativa, o negócio se processava nessa base: a cooperativa recebia de todos os produtores de Pernambuco e se entendia com os centros consumidores, que eram liderados pelos comerciantes.

C.C. - E o senhor sabe quem é que controlava essa cooperativa? Era uma cooperativa controlada por um certo grupo de usineiros?

B.L. - Em geral, eram usineiros. No tempo em que agi no Instituto, um dos principais homens da cooperativa era o Luís Dubeux, que tinha ligações com o comércio de açúcar de toda a parte, sabia os preços no mercado internacional. Antes do Luís Dubeux, não sei quem estava lá. Isso é uma coisa fácil de apurar, pois tenho um amigo, o Honório Cavalcânti, que talvez pudesse me dizer quem é que nessa hora estava à frente da cooperativa. Nesse período, eu estava no *Jornal do Brasil*. Não tinha nenhuma função política; estava mais como jornalista e não estava acompanhando o processo do açúcar. Só comecei a me interessar mais por isso em 34/35, quando eleito deputado. (A eleição foi em 34, logo depois da Constituinte.) Aí comecei a me interessar mais pelo problema, por causa da Lei 178, que foi então processada na Câmara dos Deputados.

Antes disso, como jornalista, escrevi sobre certos problemas, como a relação dos usineiros com fornecedores, quando Epitácio Pessoa, em 1920, andou requisitando açúcar de Pernambuco para, de certa maneira, forçar a baixa do preço e garantir o consumo desse produto no Brasil. Sempre escrevi e me interessei por esse problema, pois Pernambuco realmente vive em torno do açúcar. Por aquela ocasião, o açúcar tinha uma importância primordial, e um jornalista que estivesse ao corrente dos problemas do estado não podia desinteressar - se da situação do açúcar.

D.P. - Dr. Barbosa, aquela firma Mendes Lima fazia o comércio do açúcar?

B.L. - Sim; esse era o principal comissário de açúcar de Pernambuco. Era muito rico e emprestava dinheiro aos usineiros e também a alguns fornecedores de cana, naturalmente com a obrigação de lhe entregarem a produção. Às vezes se fixava um preço. Outras vezes, não; dependia do preço da ocasião. Em geral o financiador usa os dois processos: tem o produtor que vende na folha, como eles chamam, fixando o preço no momento que vende de acordo com o preço corrente na ocasião em que faz a entrega do produto.

Acho que, naquela época, o sistema devia ser diversificado: uns vendiam propriamente na folha, quer dizer, com os preços correntes na ocasião do

financiamento; os outros vendiam com os preços correntes na hora da entrega do açúcar. Dependia da situação de crédito de cada um deles. Se houvesse uma situação de crédito mais folgada, o açúcar era vendido de acordo com os preços correntes na entrega; se o devedor estivesse numa situação mais desesperada, aí ele vendia na folha. Na agricultura, em geral, encontra-se muito isso. Aqui mesmo, nessas zonas próximas do Rio de Janeiro, muitos desses produtores de artigos granjeiros são financiados com preço na folha. No momento em que o vendeiro da região começa a dar-lhe dinheiro para que compre os elementos de que precisa, já estipula o preço da mercadoria. E se a mercadoria sobe de preço, essa vantagem toda vai para o financiador. É por isso que aqui se compram as coisas tão caras.

C.C. - Como jornalista, o senhor acompanhou o clima político de Pernambuco, antes da Revolução de 30?

B.L. - Acompanhava mais ou menos. A luta política em Pernambuco foi realmente muito vigorosa, sobretudo no período de Estácio Coimbra, último governador antes de 30, por sinal deposto exatamente pela Revolução de 30. A oposição contra ele foi violenta, liderada, aliás, pelo Carlos de Lima Cavalcânti, que tinha um jornal, o *Diário da Manhã*. Esse jornal era muito bem feito, tinha um grande público, excelentes jornalistas, e enfrentava, realmente, todos os aspectos do governo.

Do *Diário da Manhã*, naquela época, faziam parte, por exemplo, o José de Sá, jornalista vibrante que depois foi senador; o Osório Borba, que mais tarde se transferiu aqui para o Rio de Janeiro e foi jornalista do *Diário de Notícias*; o Jarbas Peixoto... O Álvaro Lins foi também um dos principais jornalistas do *Diário da Manhã*, ao lado do José de Sá; o Osório Borba veio mais depressa aqui para o Rio de Janeiro. Os dois esteios do jornal eram o José de Sá, uma espécie de redator-chefe, que fazia os principais editoriais, e o Álvaro Lins, que fazia, talvez, os editoriais mais contundentes. Álvaro Lins tinha uma grande inteligência e um grande poder de combatividade, de modo que esse jornal fazia uma oposição tremenda!

Eu me lembro de que, naquela época, houve uma reforma de educação presidida por Antônio Carneiro Leão, que era um grande técnico nesses assuntos educacionais. Carneiro Leão convidou técnicos de São Paulo para irem a Pernambuco e colaborarem com ele numa reforma que realmente se fez naquela ocasião. Como essa reforma já introduzia no ensino primário e no secundário, sobretudo nesse, algumas idéias de educação sexual, isso despertou uma reação tremenda; acharam que se queria destruir a família pernambucana.

D.P. - Isso, no governo de Estácio Coimbra?

B.L. - No governo de Estácio Coimbra. Foi uma das coisas que mais acirraram a população contra o Estácio Coimbra. Depois houve outras crises: a crise do açúcar, essas outras coisas. Enfim, a temperatura política tornou-se candente, em grande parte como resultado da energia com que o *Diário da Manhã* fazia a campanha. Agora, tudo refletia também a situação geral do país. Isso se deu por toda a parte, em todo o Brasil. A oposição, naquele momento, podia manifestar suas idéias, o que hoje não acontece.

C.C. - Em termos de partido, como se situavam essas pessoas que faziam oposição ao governo?

B.L. - É; tinha um partido do governo, não me lembro qual era a sigla.

C.C. - O PR, não?

B.L. - Em geral era o PR; os PR's de todo o país. E tinham os partidos de oposição. Em Pernambuco havia também um jornal oposicionista que foi famoso durante todo o tempo, *A Província*, que vinha daquela corrente do José Maria e que fez uma oposição cerrada a quase todos os governos. Mas na época do Estácio Coimbra, *A Província* foi adquirida por um grupo amigo dele. Gilberto Freire, que foi diretor do jornal nessa fase, não só era amigo do Estácio, como, creio, seu oficial-de-gabinete. *A Província* foi um jornal que passou a acompanhar o governo. Mas o *Diário da Manhã*, por si só, fazia uma oposição muito maior, mais interessante e vigorosa mesmo do que a oposição que *A Província* fazia anteriormente. Por isso não houve propriamente um esmorecimento na campanha; ao contrário, a campanha recrudescer com a atitude e as manifestações do *Diário da Manhã*.

C.C. - Agamenon já participava das manifestações?

B.L. - Agamenon já estava mais no grupo da oposição; nessa hora, ele era da corrente borbista. O Estácio substituiu o Sérgio Loreto, que foi governador do estado. Em torno do Loreto foi feito um acordo de todas as correntes políticas do estado, inclusive a corrente borbista. Mas pouco a pouco o Sérgio Loreto foi evoluindo para o grupo do Estácio Coimbra, passando a apoiá-lo. De modo que os elementos borbistas ficaram à margem, e Agamenon foi um dos elementos marginalizados na fase final do governo do Estácio Coimbra, que também não morria de amores pelo Agamenon. O Agamenon tornou-se, conseqüentemente, aliado também do Carlos de Lima Cavalcânti.

C.C. - O senhor se recorda dos partidos que, nesse momento, atuavam na oposição? Existia um partido?

B.L. - Lembro-me mais de elementos políticos. Não sei quais eram todas as forças de lá de Pernambuco; sei que havia várias famílias, vários grupos. Sei que Solano Carneiro da Cunha também não era favorável ao Estácio, mas já estava aqui no Rio. Tinha ainda o grupo do Arruda Falcão que também era contra. O Arruda Falcão foi um deputado de oposição muito veemente em Pernambuco. Ele, aliás, é pai desse Corinto Falcão, que mora aqui no Rio (não sei se vocês conhecem). Os Arruda Falcão daqui do Rio descendem desse Arruda, que foi um deputado muito votado, e que na Câmara fazia uma oposição terrível.

D.P. - Que outros nomes da oposição em Pernambuco o senhor se lembra?

B.L. - Não me lembro bem da oposição. Nesse tempo eu já vivia aqui, não tinha um contato maior com Pernambuco. Os problemas daqui absorviam todo o meu tempo. Minha atividade de jornalista era intensa, porque entrei no *Jornal do Brasil*, na função de repórter. Repórter, naquela ocasião, não era o que é hoje, porque hoje o repórter é até um elemento de alta categoria nos jornais. Naquele tempo, era apenas um elemento que devia ir buscar as notícias e trazê-las para a redação. O redator então redigia as notícias, de acordo com as informações colhidas pelo repórter.

Tive um ordenado de repórter, mas nunca exerci essas funções; já comecei exercendo as de redator. Mas o ordenado, de início, foi de repórter. Depois, fui passando a redator. Quando morreu o Nuno de Andrade, que era o editorialista principal do *Jornal do Brasil*, passei a fazer os editoriais, em substituição a ele. O Nuno de Andrade era médico, uma grande figura do Rio de Janeiro, um jornalista temido, muito apreciado, e para mim foi realmente uma grande honra substituir um jornalista da categoria dele. Isso foi mais ou menos em 24.

Eu fazia também a parte política do *Jornal do Brasil*, acompanhava as sessões da Câmara, de modo que não tinha tempo, e no pouco que me sobrava, procurava ir à Biblioteca Nacional para escrever alguns dos livros que eu imaginava sobre questões pernambucanas. Eu não acompanhava muito de perto a vida política de lá; se me recordassem os nomes dos deputados daquela ocasião, eu me lembraria da atuação de muitos deles. Mas assim, para evocar nomes propriamente, não tenho muita facilidade.

C.C. - E o movimento da Aliança Liberal, lá em Pernambuco?

B.L. - A Aliança Liberal contou com elementos do Lima Cavalcanti e de Agamenon. Agamenon estava presente na hora do crime de João Pessoa, no momento em que o mataram, numa confeitaria que tinha lá, a Confeitaria Cristal. Agamenon estava presente e assistiu à cena toda: o João Dantas chegou, atirou e matou o João Pessoa. Ele estava cercado daqueles elementos principais da Aliança Liberal.

O elemento principal da Aliança era o Carlos de Lima Cavalcânti, com o *Diário da Manhã*. Era usineiro, dono da Usina Pedrosa, uma usina importante em Pernambuco. Em torno dele se reuniram muitos elementos que formaram um conjunto que deve ter dado uma votação expressiva. Talvez não muito grande, porque naquela ocasião a eleição era feita a bico de pena e não se tinha uma idéia precisa do eleitorado que comparecia às urnas, nem do seu pronunciamento. Os resultados eram todos falsos... Isso foi na eleição do Rui. Até a Revolução de 30, até o Código Eleitoral de 32, realmente as nossas eleições foram eleições fraudadas.

C.C. - Os usineiros, de maneira geral, que posição tomaram em relação a Revolução de 30?

B.L. - Acho que vários deles a apoiaram. Em geral, os usineiros se dividem um pouco: há uns mais arrojados, outros menos. Havia naturalmente os amigos do Estácio, que também era usineiro. Ele era dono da Usina Barreiros, que tinha sido, aliás, montada por ele, junto com o engenho que possuía em Barreiros, um engenho antigo, tradicional na região. Ele montou a Usina Barreiros e creio que comprou a maior parte das máquinas na Holanda, se não me engano. Naquela época, era uma das usinas mais modernas de Pernambuco. Naturalmente, havia facilidades de crédito.

C.C. - O senhor acha que o fato de alguns usineiros estarem mais em volta do governo Estácio Coimbra, e outros, como o Carlos de Lima e o José Henrique Carneiro da Cunha, estarem dentro das articulações revolucionárias, significava uma certa divisão dentro da classe dos usineiros?

B.L. - Certa divisão havia: sempre há elementos que estão com o governo e há elementos que estão do lado de fora, fazendo alguma crítica, alguma resistência. Por exemplo, os Sampaio não são elementos que se possam considerar integrados na situação presente. Naquela ocasião, o pai dele também era um elemento considerado de oposição, o Mendo Sampaio. E havia outros elementos assim, que não tinham compromisso com o governo estadual. Divisão sempre houve.

Agora, a Revolução em Pernambuco foi uma coisa mais espontânea. Eu, nesse livro, conto um movimento que houve lá. Foi uma coisa que resultou de uma hora para outra, quando o Muniz de Farias tomou conta daquele depósito de armas do Exército. Nessa ocasião, o Estácio Coimbra ainda estava dominando toda a cidade; não havia um movimento geral contra ele. Mas o Muniz de Farias, com um pequeno grupo de pessoas, depois de fracassado o ataque contra um batalhão do Exército - que tinha combinações com ele, mas à última hora falhou - , dirigiu-se para o depósito de armas do Exército, conseguiu afastar o sentinela, tomou conta do depósito e começou a distribuir armas pelos operários que vinham chegando a Recife. Uma revolução popular.

As armas foram distribuídas pelos operários que vinham para as fábricas, e, no fim do dia, já a cidade toda estava tomada por essa gente. A polícia não reagiu com a eficácia que o momento exigia. O chefe de polícia era um homem muito honrado, digno magistrado, mas não tinha qualidades mais enérgicas para debelar um movimento desse tipo. Inclusive, era um homem que tinha um defeito físico: ele havia cortado uma das pernas, e vivia com uma perna de borracha. Isso talvez tivesse influído. Além disso, influía também a circunstância de ele ser um homem da lei, que queria agir sempre dentro dos preceitos legais. Nessa ocasião, contara-se que, quando foram comunicar a ele que tinham invadido o depósito de armas do Exército, ele não soube o que fazer, porque achava que era um próprio federal e que, assim, ele não tinha condições de invadi-lo ou de atacá-lo. Isso dá uma idéia de como ele estava longe das soluções militares.

C.C. - Mas o fato de a população aderir à Revolução mostra que havia um grande descontentamento, não?

B.L. - Havia uma grande receptividade. Mas isso havia, em todo o Brasil porque...

C.C. - Havia um descontentamento geral, não?

B.L. - No Brasil, não tenho dúvidas: toda vez que se puder distribuir armas à população, e o governo, de certa maneira, ficar sem uma medida imediata de reação, não haverá governo que continue. Agora mesmo, se distribuíssem armas a todo o povo, em todo o Brasil, caía tudo! Isso em qualquer momento, no Brasil. O descontentamento público é muito grande e tem a sua justificativa, porque os problemas são imensos e as soluções são precárias, não atendem de maneira alguma ao mínimo das exigências populares. Se se for mobilizar esses descontentamentos todos, não haver a nenhum governo que se agüente [risos].

D.P. - Mas o senhor acha que, nesse período, havia uma proposta diferente em relação ao açúcar, por parte do grupo do Estácio Coimbra e do grupo do Lima Cavalcânti?

B.L. - Não; creio que, nessa coisa dos problemas do açúcar, eles, de certa maneira, deviam colaborar. Eles estavam à espera de medidas federais, porque todos estavam sofrendo na carne o ônus da crise do açúcar. Não haveria, ao que me parece, discrepância entre eles.

C.C. - Mas o que se sente, lendo os jornais da época - sobretudo o *Diário da Manhã*, que era um jornal que, o senhor mesmo diz, fazia uma oposição ferrenha -, são os próprios usineiros, no caso esses mesmos que estavam participando da oposição ao governo, fazendo críticas severas ao governo Estácio Coimbra em relação à política do açúcar.

B.L. - Sim, porque eles achavam que o governo não tomava as providências. Eles responsabilizavam o Estácio Coimbra pela falta de providências federais. Washington Luís não era homem para tomar providências nesse caso; já tinha havido o exemplo do café. Quando os comerciantes do café foram ao palácio para lhe pedir providências, ele mandou dizer que não faria coisa alguma em favor deles. Também não ia fazer nada em favor de Pernambuco. Então eles responsabilizavam o Estácio Coimbra e o governo do estado pela ausência de medidas que achavam que o governo federal deveria tomar. Em suma, responsabilizavam o governo de Pernambuco pela inércia do governo federal.

Em grande parte, a campanha seria essa. Por outro lado, o que o governo estadual poderia fazer? Não estava a seu alcance tomar uma medida, uma providência mais enérgica para debelar uma crise do açúcar que não era só de Pernambuco: era também de Alagoas, do Estado do Rio e um pouco de São Paulo (já menos, porque São Paulo ainda tinha uma produção pequena de açúcar). Essa é que era a discrepância; não é que houvesse divergência entre eles, é que eles responsabilizavam o governo de Pernambuco pela falta de providências do governo federal.

C.C. - Quer dizer que o senhor acha que era uma simples circunstância o fato de tal grupo estar no governo, e o outro não?

B.L. - Sim, porque se fosse para tomar uma determinada providência que favorecesse o açúcar, não creio que o Estácio Coimbra deixasse de aceitar, nem que o Carlos de Lima se opusesse. Agora, o que eles não podiam deixar de verberar era a falta de providências, quando eles estavam sofrendo uma crise realmente extraordinária. Então, atacar o governo do estado pela falta de providências do governo federal era uma arma política, muito boa até.

Isso deve ter comprometido muito a administração de São Paulo, como já havia ocorrido na Revolução de 30. A falta de providências na questão do café fez com que, realmente, na hora da crise maior, não houvesse um apoio dos produtores de café a favor do governo de São Paulo. Por quê? Porque o governo federal não tinha tomado as providências que só ele podia tomar. Eram situações equivalentes, tanto no Norte como aqui no Sul.

No meu livro, *A verdade sobre a Revolução de Outubro*, há um capítulo sobre o general café, que fala da crise do café e da falta de providências. Diziam que Washington Luís, quando via chegar aqueles produtores de São Paulo, nos automóveis de alto preço - *Rolls-Royce*, não sei o quê - , ficava indignado: "Essa gente que vem pedir providências ao governo federal, rodando com esses automóveis de alto preço? Não está certo. Não vou expor o país tomando uma providência que exigiria naturalmente emissões". As emissões iriam comprometer a política financeira que ele tinha colocado em prática na fase daquela estabilização monetária, em que ele acreditava, e na qual nunca acreditei. No *Jornal do Brasil* fiz até uma série de artigos, não digo só de oposição, mas de críticas ao programa financeiro do governo Washington Luís. Muita gente chegou a pensar que esses artigos eram redigidos pelo Aníbal Freire, que havia sido ministro da Fazenda. Mas não eram. Os artigos tinham sido estudados e escritos por mim. Foram uns seis artigos, talvez, sobre o plano financeiro de Washington Luís.

C.C. - Como o senhor vê a Revolução de 30?

B.L. - Nesse livro eu explico mais ou menos a minha visão. No fundo, o começo de tudo foi aquela divergência entre os estados: o pleito do estado de Minas Gerais, que não se conformava em não ter direito à presidência da República com Antônio Carlos; o pleito do Rio Grande do Sul, que não podia se contentar em ser excluído; e a Paraíba figurando também no cordão. Esse foi o ponto de partida. Agora, os acontecimentos foram evoluindo, ajudados por essas crises: a crise do café, a crise do açúcar, a crise também da Bolsa de Nova Iorque, tudo isso concorrendo para avolumar realmente a corrente de descontentamentos em todo o país.

De outro lado, um homem sem plasticidade como Washington Luís, que não atendia a nenhum desses problemas, que não ajudava nem o produtor de café, nem o de açúcar, nem atendia à situação geral. Se naquele momento ele tivesse concorrido para uma anistia com uma medida que abrisse um pouco mais a vida política nacional, creio que ele poderia ter domado os ódios. Mas com esses descontentamentos todos aumentando, ele mantinha-se obstinado naquela atitude irredutível. E ainda cometeu erros maiores, com aquela coisa de depuração da bancada da Paraíba: os deputados eleitos por João Pessoa não tiveram direito a entrar na Câmara; ele mandou reconhecer os outros. Tudo isso fez com que a crise realmente chegasse a um movimento

revolucionário, aplaudido praticamente por todo o Brasil, em todos os pontos do território nacional, já que trazia aquela idéia de que era uma nova esperança que se abria para todo o Brasil.

As revoluções são sempre bem recebidas num país em que os descontentamentos se formam dessa maneira extraordinária, pois dão sempre a idéia de que há de vir alguma coisa nova. É como um sujeito que compra um bilhete de loteria e fica contente quando anulam o sorteio, porque o bilhete passa a valer de novo, a concorrer para um outro sorteio. Aliás, ao tempo em que eu lidava um pouco com a ficção, escrevi uma vez um conto sob esse título: *A Revolta do bilhete branco*. Com a revolução, fica a idéia de que pode vir alguma coisa, um cargo, que a pessoa pode ser chamada para isso, para aquilo, para aquilo outro. De modo que o bilhete já estava branco, já não havia mais esperança alguma. De repente, vem uma revolução, o bilhete deixa de ser banco, passa novamente a concorrer...

D.P. - E a participação dos tenentes na Revolução, como o senhor vê? Que vinculação havia com aqueles outros movimentos?

B.L. - Os tenentes, desde 22, vinham-se mobilizando, ou tomando aquelas atitudes, em grande parte assumindo posições contra o Bernardes. Formaram aquele movimento, que foi se consolidando com a Revolução de 22 e de 24. Veio a Coluna Prestes, e eles formaram realmente um grupo de pressão, com elementos que tinham grandes qualidades ativistas. Pesaram consideravelmente na política nacional, embora não tivessem um programa bem organizado, nem muito consistente. Cada um deles tinha lá seus pontos de vista, suas idéias; estavam mais convencidos da crítica do que propriamente de idéias sobre construção e organização.

No meu livro *A presença de Alberto Torres*, analiso muito essas idéias e essas tendências dos tenentes, através dos livros que eles publicaram. Acho que realmente não havia entre eles um vínculo comum, nem tampouco uma idéia definida. Tanto que eles acabaram se dividindo em correntes tão diversas como o radicalismo de Prestes e o conservadorismo de outros, inclusive o Juarez Távora. Eram ativistas, decididos, tinham prestígio, coragem, mas o que lhes faltou foi um programa comum.

C.C. - Até mesmo para os que participaram da Revolução; posteriormente eles tomaram posição diversa.

B.L. - Na hora final, o Luís Carlos Prestes não quis nem entrar. Miguel Costa, que estava mais dentro da corrente do Luís Carlos Prestes, que era mais para o lado do comunismo, apesar disso se meteu na Revolução com outros elementos que, naquela ocasião, pertenciam ao Partido Comunista e que também aderiram. Ao lado dele havia outros elementos que queriam tudo, menos qualquer idéia de comunismo, como o próprio Juarez e outros. Isso prova bem que era uma corrente influente, mas não uma corrente unificada.

C.C. - O senhor falou que, num país de descontentamento, as revoluções são sempre bemvindas?

B.L. - Realmente, num país em que os descontentamentos são grandes, as revoluções são saudadas com grande alegria.

C.C. - O senhor, como cidadão brasileiro, como encarou a Revolução de 30?

B.L. - Não encarei com muita confiança, ou com muita esperança. Achava que a Revolução de 30 tinha sido formada também com elementos que pertenciam aos quadros dos partidos anteriores. O próprio Getúlio Vargas vinha de partidos anteriores, tinha exercido cargos. No Rio Grande do Sul, todos aqueles elementos tinham também participado dos acontecimentos políticos anteriores. O mesmo acontecia com Minas Gerais. Havia vários episódios na Revolução que iam fazendo com que se perdesse muito a confiança na capacidade reformadora deles. Em me lembro do José Bonifácio, que era um líder de Minas Gerais na Câmara dos Deputados; às vezes, no meio dos debates - os debates no Parlamento foram muito vigorosos nessa fase - , ele dava apertes violentos e depois sentava-se na bancada, ofegante, parecendo que estava realmente sob uma grande pressão. Os amigos dele chegavam e diziam: "Mas José Bonifácio, você está aí tão ofegante, isso não vai lhe trazer alguma consequência? É bom você procurar ver, tem um departamento médico aí". Ele então dizia: "Deixa, deixa, isso é para as galerias" [risos]. Havia um fundo de palhaçada que nós também acompanhávamos, e perdíamos uma certa confiança na ação desses homens. No prefácio da segunda edição desse meu livro, eu assinalo isso. Meu ponto de vista foi de considerar que a Revolução depois sofreu um processo. Até então, embora o programa da Esplanada do Castelo tivesse tido algumas idéias interessantes, não se sabia até onde aqueles políticos, tão vinculados a situações anteriores, seriam capazes.

[FINAL DA FITA 2 - A]

B.L. - Havia muita coisa que o programa da Esplanada do Castelo não chegava a cogitar. E ficava-se a pensar: o que esses políticos tão sacrificados, ou tão vinculados a esses acontecimentos anteriores, farão realmente para a aplicação disso? Seria mais um desses programas políticos a que estávamos acostumados, em que as plataformas dos governos reuniam todas as esperanças, todas as promessas, todas as coisas que podiam existir, para fazer a felicidade geral? Depois, diante da realidade, nada daquilo se realizava nem poderia realizar-se, porque todos os programas estavam muito acima das possibilidades de execução em todo o Brasil. Transformavam-se, então, numa coisa inócua, inexpressiva. Essa foi a minha atitude: a de quem via esperar os acontecimentos. Entretanto, depois de a revolução vitoriosa, foi-se dando dentro dela um processo de conflito entre suas várias correntes, que chamei de *dialética revolucionária* no meu prefácio. Através dessa dialética revolucionária, foram pouco a pouco preponderando, ou se manifestando, ou pelo menos intervindo com alguma força, elementos realmente reformadores. Um dos mais importantes elementos dessa fase foi o Lindolfo Collor, um homem muito inteligente, de idéias muito avançadas, e que foi um dos que mais lutaram junto a Getúlio Vargas para conseguir a criação do Ministério do Trabalho.

C.C. - Como o senho vê o afastamento posterior do Lindolfo Collor?

B.L. - Depois, ele veio a romper com Getúlio Vargas, após desentendimentos sobre questões de natureza política. Não sei bem em que ano ele se afastou de Getúlio. Não sei em que fase ele veio a cortar todos os vínculos com Getúlio. Aliás, quem tem estudado isso e está reunindo elementos para escrever a biografia do Lindolfo Collor, que será de grande interesse para o esclarecimento da Revolução de 30, é o Viana Moog.

C.C. - O arquivo do Lindolfo Collor acabou de chegar lá no CPDOC. Viana Moog ainda está trabalhando nele.

B.L. - Essa presença de Lindolfo Collor foi realmente influente. Ao mesmo tempo, havia o próprio João Alberto, em São Paulo, atuando também com desembaraço, permitindo que elementos de todas as correntes, mesmo elementos radicais, se pronunciassem. E, nesse choque de tendências e de correntes, a Revolução foi marcando alguns pontos positivos na questão das reformas sociais, como marcou também alguns pontos positivos em relação ao Código Eleitoral.

Outra das grandes reformas de Getúlio foi a instituição do voto secreto - promessa, aliás, que constava do programa da Revolução. Entretanto, não sabíamos até onde eles caminhariam no voto secreto, porque em quase todas as leis eleitorais no Brasil se falava nele. Todas procuravam garanti-lo, mas nenhuma delas conseguiu realizá-lo, porque o voto secreto depende de uma pequena formalidade, que é aquela cabine indevassável (o chamado sistema australiano, porque iniciado na Austrália). O eleitor se identifica, recebe, então, a sobrecarta da mesa eleitoral, idêntica a todas as outras, e vai para a cabine depositar o voto. Como a sobrecarta é a mesma, e como também os votos não podem ser rasurados, porque são impressos, fica difícil identificar os eleitores. Isso dá ao eleitor a liberdade de votar como quiser.

Antes disso, com o voto que se dizia secreto, era muito fácil para os chefes políticos controlarem o voto do eleitor. Geralmente eles formavam, nos municípios e nos distritos, o chamado "curral": um centro onde se reuniam com todos os seus amigos políticos, e de onde partiam para a eleição já munidos da sobrecarta e dos votos que deveriam depositar na urna. O chefe político controlava esse processo. Não havia voto livre para ninguém. Com o voto secreto, com a cabine australiana, com a cabine indevassável, isso não foi mais possível.

Simultaneamente, Getúlio criou também a Justiça Eleitoral. Até essa época, o reconhecimento de poderes dependia das próprias Câmaras Legislativas. O Senado é que tomava conhecimento das atas e dos debates em torno dos diplomas conferidos aos senadores; a Câmara fazia o mesmo em relação aos diplomas dos deputados. E isso era feito tendo em conta critérios políticos. E no Brasil, com poucas exceções, sempre prevaleceu o critério partidário.

Em todo o período de Pinheiro Machado, por exemplo, só entrava na Câmara e no Senado quem tivesse suas bênçãos. O candidato podia ter a votação que tivesse, mas quando chegava na Câmara ou no Senado, era esbulhado. Aqui mesmo, depois que morreu o Pinheiro Machado, houve, por exemplo, o episódio da eleição do Irineu Machado. Ele teve uma votação imensa no então Distrito Federal, e seu competidor, o

Mendes Tavares, era um político de segundo distrito, sem maior expressão. Mas o Bernardes não perdoava o Irineu Machado porque lhe atribuía - e com razão, pois tinha provas e documentos nesse sentido - o financiamento da fabricação da carta falsa, aquela que na ocasião foi apresentada e constituiu um tremendo problema para o Bernardes.

Quem realmente conseguiu se ligar com o falsificador da carta foi o Irineu Machado. Esse fato foi exposto num livro recente sobre Artur Bernardes, publicado pelo Bruno Magalhães, no qual ele expõe todos esses problemas e mostra como a carta foi fabricada, quem a falsificou, quem financiou, as pessoas que intervieram nesse financiamento. Vê-se que realmente o Irineu Machado estava comprometido. Por causa disso, o Bernardes não permitia que ele fosse reconhecido, e ele não o foi.

C.C. - Acho que esse livro é importante, pois até hoje a historiografia brasileira fica sem afirmar nem negar.

B.L. - Não; hoje a impressão geral é que a carta era falsa. Realmente foi uma carta falsa. Só havia duas pessoas, no Brasil, que ainda acreditavam ser a carta verdadeira: uma delas já morreu, era o Juarez Távora; a outra ainda está viva, é o Brigadeiro [risos]. Fora disso, ninguém mais acredita que a carta tenha sido verdadeira. Os argumentos para demonstrar a falsidade da carta são os mais tremendos, e já o Rui Barbosa, naquela fase, os expunha. São coisas que, numa determinada hora, a paixão política ainda aceita, ainda alimenta. Depois, serenadas as paixões políticas, todos caem em si. Verificaram, então, que os argumentos contra a autenticidade da carta são esmagadores.

Ainda hoje, se falarem que a carta é falsa, o Brigadeiro fica bravo! Talvez não fique tanto, porque ele já não tem condições para ficar muito bravo; mas não acredita que não tenha sido o Bernardes. Já se conhece, perfeitamente, quem fabricou a carta, como foi fabricada, quanto custou, o que se pagou... Tudo isso está de tal maneira esclarecido que não se pode mais admitir que a carta seja verdadeira.

Pois bem, o reconhecimento dos poderes, então, era exclusivamente político. Tanto que Washington Luís, ainda na última fase da República Velha, conseguiu excluir todos os deputados eleitos pelo partido de João Pessoa, que, dominando o estado, tinha naturalmente a maioria da votação para os seus candidatos. Mas o fato de ter mais ou menos votos não adiantava nada. No caso de Irineu Machado, por exemplo, ficou famosa em todo o Brasil a chamada "matemática Pereira Lobo". Não sei se vocês ouviram falar nisso. O Pereira Lobo foi o senador incumbido de dar parecer sobre o mandato de Irineu Machado e a contestação do Mendes Tavares, e ele fez uma tal matemática que concluía pela eleição do Mendes Tavares. Mas quem fosse examinar bem o quadro todo que ele apresentava, chegava à conclusão de que, mesmo com o voto dele, o Irineu ainda tinha vencido [risos]. Essa era a matemática do Pereira Lobo! Pereira Lobo era senador por Sergipe; um general de Exército, que tinha sido governador desse estado.

D.P. - Voltando um pouco, o senhor estava falando das transformações trazidas pela Revolução de 30.

B.L. - Essa da reforma eleitoral, por exemplo: a intervenção da Justiça Eleitoral. Antes, o reconhecimento era feito pelas câmaras políticas. Com a criação da Justiça Eleitoral, todas as contestações e objeções passaram a ser levadas ao seu conhecimento. Em todo o país foram organizados tribunais eleitorais nos estados. Foi criado o Tribunal Superior Eleitoral aqui na capital, e escolhidos elementos de alta projeção para esses tribunais. Isso trouxe, realmente, uma fase nova de garantia para a manifestação das urnas. Só então é que se pode dizer que o regime político do Brasil se tornou realmente representativo. Embora, na fase anterior, não se pudesse também criticar tanto o regime, que, mesmo não sendo representativo, pelo menos ainda permitia um certo debate, um certo pronunciamento das urnas, e sobretudo fazia uma representação muito boa.

O Gilberto Amado sustentou num de seus livros, *Eleição e representação*, a tese verdadeira de que as eleições eram más e a representação boa, porque eram escolhidos elementos de alta categoria: intelectuais, advogados, elementos das classes conservadoras. Tenho um amigo que faz questão de dizer: "Essas classes conversadoras..." [risos]. Acho essa expressão muito engraçada, ele só fala: "Essas classes conversadoras..." Ele acha que elas não passam de conversadoras.

C.C. - Mas essas modificações na Justiça Eleitoral teriam atingido a política coronelista anterior a 30, o poder local? Como os chefes políticos reagiram?

B.L. - Não podia afetar o poder local profundamente, mas não deixava de ter influência sobre ele. Se realmente era a verdade das urnas que vinha a aparecer e que seria prestigiada, a influência dos coronéis não deixava de sofrer um impacto. Em grande parte, a influência dos coronéis também estava baseada nesse sistema de eleições falsas e a bico de pena. Entretanto, onde o coronel realmente dominava com bases mais concretas, mais sólidas, ele se manteve, porque, aí, tratava-se da influência dele sobre o próprio colégio eleitoral. E essa influência existiu e ainda existe. O coronel não é mais que uma liderança, que pode mudar com a criação da cidade. Mas onde não surge propriamente a cidade, e onde a vida é mais ou menos patriarcal, o coronel ainda continua a ter a sua presença e sua influência. Aliás, quem tem um livro muito bom sobre isso é o Vítor Nunes Leal.

C.C. - *Coronelismo, enxada e voto?*

B.L. - Sim; até a segunda edição o prefácio é meu. Continuo a sustentar isso: não se pode extinguir uma liderança, senão substituindo-a por outra. E qual é a liderança que existe hoje? Nas cidades, conhecemos que há numerosas lideranças diversificadas: liderança do médico, do advogado, de pessoas que têm uma maior capacidade de atuação. Mas em outros setores onde não há essa diversificação de influências, e o regime tem bases mais patriarcais, o coronel que tem gosto pela política, que com ela gasta dinheiro, que defende os interesses do seu município, esse continua a ter prestígio.

D.P. - Cria-se uma situação de dependência da população em relação ao coronel.

B.L. - O homem gasta dinheiro e defende os interesses do município. Luta para conquistar um serviço d'água, ou um auxílio qualquer para seu município. Além disso, tem recursos. Não pode haver um coronel pobre. É difícil. Um coronel pobre, só na base de sacrifícios pessoais imensos. Mas, tendo fortuna e tendo disposição de lutar, ele tem uma liderança natural.

Conheci em Pernambuco alguns coronéis, ainda na fase em que fui eleito, que mereciam todos os louvores, como o chefe político de Salgueiro, o Veremundo Soares. Esse era um homem progressista, que lutou por todos os adiantamentos possíveis para o seu município, e que teve uma atuação realmente eficaz. Era um homem rico, comerciante, e tinha também a sua agricultura e uma família numerosa. Era um homem cujo conselho a população local procurava ouvir e, de certa forma, acompanhar. Esse é o tipo de coronel benéfico. O coronel benfeitor era assim. Havia outros talvez, no estado, que não tivessem as mesmas características, não merecessem os mesmos louvores.

Essas foram duas das grandes reformas da Revolução de 30. E a ação social, com a criação dos institutos, das aposentadorias, estendeu-se a todas as classes: o Instituto dos Comerciantes, o de Transportes e Carga... Por fim, o Instituto dos Industriários, reunindo classes imensas de trabalhadores e dando a eles pensões e garantias de aposentadoria. Isso representou, realmente, uma obra social profunda, como antes no Brasil nunca se tinha conseguido. Na fase anterior a 30, tudo o que se tinha conseguido eram apenas algumas leis episódicas sobre regime de férias de trabalhadores do comércio, de caixeiros. Mas eram leis muito tímidas, muito elementares. Na verdade, no governo de Getúlio, com a Revolução de 30, isso teve uma marcha muito mais vigorosa.

D.P. - O senhor acha que poderíamos falar na modificação da própria estrutura do sistema político, com a Revolução de 30?

B.L. - Houve também uma modificação de estrutura, pela modificação da própria representatividade. Se a eleição deixou de ser a bico de pena e se tornou uma eleição realmente em que o voto popular começou a ser contado, isso também afastou as estruturas políticas. Além de trazer novos valores, trouxe outras influências. Aproximava-se mais da realidade do eleitorado do que no período anterior, em que havia um pouco de ficção. O sujeito tomava conta dos cargos e fazia como no Império: quem tinha o poder fazia a eleição; quem fazia a eleição ganhava a maioria. Esse era o processo do Império, que se manteve na República. Os governadores dos estados faziam as eleições e ganhavam o pleito. Bastava ser candidato do governador para se ficar tranqüilo.

Depois disso, naturalmente que houve em torno dos governadores também um movimento político, no sentido de apoiá-los. Em Pernambuco, por exemplo, o Lima Cavalcanti ganhou as eleições. Mas já começavam a aparecer, fora do domínio do governo, candidatos que conseguiam se eleger, independentemente do seu apoio. Antes disso, para que alguém fosse eleito para qualquer assembleia política, não sendo apoiado pelo governo, era necessário receber, pelo menos, o que se chamava de "um esguicho" da votação do governo. O governo tinha uma votação tão grande que podia distribuir esguichos, ou seja, uma certa proteção para favorecer os deputados opositoristas. O sujeito chegava aqui, eleito pela oposição, quando na verdade tinha

sido eleito pelo governo. De modo que a oposição que fazia era tímida, era uma oposição já comprometida.

C.C. - Mas, segundo a sua própria tese exposta no livro *A Revolução de Outubro*, a Revolução de 30 teria sido feita por elementos da estrutura anterior. Como o senhor vê isso? Esses elementos continuaram a participar da política? Houve alguma modificação?

B.L. - É a tal coisa da dialética revolucionária: há um processo de eliminação de alguns elementos e o aparecimento de outros; na base de tudo, a verdade do voto. E a verdade do voto já obrigava aqueles elementos a se apoiarem propriamente na votação, e não apenas no prestígio do chefe político. Não houve uma transformação total, mas houve o começo de uma evolução para a alteração das estruturas. O próprio fato da Revolução fez com que, na maioria dos estados, prevalessem as oposições.

Um processo semelhante ocorrera na fase do Hermes da Fonseca, que foi o "regime das derrubadas". Houve uma modificação total das estruturas no tempo do Hermes, porque vieram as oposições. Na Revolução de 30, com exceção dos três estados que dela tinham tomado parte, em todos os outros os elementos que vieram para o governo eram os que estavam na oposição. Mas tratava-se de uma modificação parcial, porque a verdadeira modificação só veio mesmo através da manifestação do voto popular. Com a verdade da eleição, o regime passou a se tornar realmente representativo.

Agora, é difícil haver uma modificação profunda das estruturas, quando as estruturas anteriores também estavam apoiadas no poder econômico. Esse poder econômico não se transformou totalmente; através dele, muitas coisas das estruturas anteriores foram mantidas.

D.P. - Que transformações econômicas o senhor vê com a Revolução de 30?

B.L. - Em vários setores, naturalmente, de um ponto de vista geral houve o desenvolvimento e a expansão da indústria. Tive uma vez a oportunidade de fazer um confronto e verifiquei que, até 30, a produção industrial mais ou menos se equiparava à produção agrícola. A partir de 30, a produção industrial supera a agrícola, quando começa a se afirmar e passa a ter influência maior em todo o Brasil. Isso já trazia, também, uma alteração do panorama geral.

Na política do açúcar, houve uma espécie de revolução, realmente, com a criação do Instituto do Açúcar. O Instituto do Café não trouxe modificações profundas porque, de certo modo, veio manter aquela tradição que vinha desde o Convênio de Taubaté e que fora reforçada, posteriormente, com a criação do próprio Departamento Nacional do Café. Já existia o Departamento, e o Instituto foi apenas uma nova forma de organização da produção cafeeira. E não houve, também, em outros setores, institutos semelhantes.

Entretanto, já havia uma convicção maior da necessidade da intervenção do Estado. Esse foi outro aspecto também, a meu ver, que resultou do próprio advento da Revolução de 30. Achou-se que o Estado tinha, em certos casos, o dever e todo o

direito de intervir na economia para ajustar interesses que estivessem desacertados. Na questão do Instituto do Açúcar, o governo teve realmente uma atuação mais importante. Primeiro, fez uma comissão de defesa da produção do açúcar, para ver se resolvia aquelas crises que o governo anterior não quisera encarar. Essa Comissão de Defesa do Açúcar funcionou em 31/32. Em 33, chegou-se à convicção de que aquela orientação que tinha sido seguida pela comissão devia se estruturar na criação de um organismo de maior amplitude, e foi então criado o Instituto do Açúcar e do Alcool.

Quem explicou muito bem a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool foi o Leonardo Truda. Seus livros são muito importantes para a compreensão real dos desígnios do Instituto, porque muita gente considerava que o Instituto tinha sido uma criação do Nordeste para proteger os estados açucareiros de lá. Na verdade, o Instituto foi criado por um brasileiro do Rio Grande do Sul, o Leonardo Truda, com a idéia de ajustar interesses de todo o Brasil, e não apenas servir a uma região. Sobretudo, havia o intuito de trabalhar para o desenvolvimento do mercado interno brasileiro.

C.C. - Como o senhor vê a presença de Leonardo Truda na questão da criação do IAA, sendo ele gaúcho?

B.L. - Ele, na ocasião, era o presidente do Banco do Brasil. Estava em entendimentos constantes também com os produtores de Pernambuco, e foi-se compenetrando realmente da importância dos problemas que estavam em foco. Era um homem de jornal; no Rio Grande do Sul, tinha sido jornalista, diretor daquele *Diário de Notícias* de Porto Alegre, que foi um jornal feito e criado por ele, se não me engano. Era um homem muito inteligente, culto, e, nesse contacto com os produtores e com os problemas, foi verificando o que se podia fazer realmente em benefício da produção açucareira de todo o Brasil, bem como o interesse que havia para todo o país nessa proteção.

Truda também levava em consideração a questão do charque, a que há pouco aludimos. Se houvesse uma falência total na produção açucareira do Nordeste, o Rio Grande do Sul perderia um grande mercado para o charque. Se o Norte continuasse a ter a possibilidade de produzir açúcar, iria obter recursos para comprar o charque do Rio Grande do Sul. Nesse movimento de levar o charque para o Norte e trazer o açúcar do Norte para o Rio Grande do Sul, estaria sendo alimentado o comércio interno de todo o Brasil, ao mesmo tempo que se estaria atendendo a duas regiões e estabelecendo, entre elas, vínculos comerciais muito sólidos e consistentes.

Essa foi a principal idéia de Truda na questão da política do açúcar. Mas ele achava também que, para o consumidor, seu plano não iria representar sacrifício algum, porque um dos defeitos da política do açúcar era fixar um preço permanente para todo o período da safra e da entressafra. Como a realidade era aquela a que há pouco me referi - na safra o preço caía e na entressafra subia - , era possível se chegar a um preço para todo o ano, que correspondesse mais ou menos a esses dois períodos: o da baixa e o da alta do preço do açúcar. Então, para o consumidor, tal política não iria representar sacrifício algum porque, se ele pagaria um pouco mais na safra, iria também pagar um pouco menos na entressafra. Esse foi outro dos aspectos da política do açúcar do Truda.

O Instituto sempre teve em vista não esquecer esse interesse do consumidor. Parecia-nos assim que uma política para forçar a alta de preços de um determinado produto, sem levar em consideração o consumidor, era uma política que, de um ponto de vista nacional, não poderia ter nem explicação, nem justificativa. Outro aspecto

também que o Truda teve que encarar foi a necessidade de partir para uma limitação da produção do açúcar. Se todos continuassem a produzir livremente, teríamos períodos de excessos de safra sem colocação, já que o mercado internacional, praticamente, estava fechado, os preços eram vis, e não interessavam propriamente a nenhum país. Não havia como colocar o restante do açúcar. Seria possível transformar em álcool uma parte desse açúcar, mas isso exigiria ainda um período de adaptação, com a criação das destilarias convenientes, tanto mais quanto não se sabia ainda se, de fato, seria possível aproveitar o álcool nos motores dos automóveis que o Brasil importava.

O Instituto, para resolver esses problemas, começou organizando uma longa pesquisa em torno da utilização do álcool no motor. Para isso, tinha um técnico de grande valor no Instituto de Tecnologia - que na época existia aqui no Brasil - , que trabalhava, também, em entendimentos com o Instituto do Açúcar. O diretor do Instituto de Tecnologia era o dr. Fonseca Costa, e o engenheiro que ele encarregou de fazer a pesquisa em torno do álcool motor era dr. Sabino de Oliveira. Dr. Sabino era um rapaz de São Paulo, filho de um grande banqueiro de lá, o Epaminondas de Oliveira, uma das maiores fortunas de São Paulo. Esse rapaz não tinha muito pendor para seguir aquelas coisas que o pai queria que ele fizesse; preferia ter uma vida em que fizesse suas próprias pesquisas, chegasse às suas conclusões. De modo que se afastou de São Paulo, veio trabalhar aqui no Instituto de Tecnologia e incumbiu-se disso.

Ele escreveu um livro realmente notável sobre o aproveitamento do álcool. Chegou à conclusão de que o álcool motor devia ser um álcool desidratado; não o álcool comum que se produzia nas destilarias, com 70 a 80% de teor alcoólico. O álcool precisava chegar a 99,5% de pureza, sem água: um álcool anídrico, totalmente anídrico (ou quase, porque a percentagem de água era pequena). Só esse álcool é que se misturava com a gasolina. O álcool hidratado não se misturava com a gasolina, ficavam sempre aquelas duas camadas, de modo que, para o movimento do motor, não era realmente aproveitável. Mas o álcool desidratado misturava-se totalmente. Então, ele chegou à conclusão de que, com a percentagem de 10 a 15% no máximo de álcool desidratado, obtinha-se um combustível de maior força, de maior importância do que a gasolina pura. E essas conclusões levaram, então, o Instituto a fazer a política alcooleira daquele tempo. Era possível aproveitar uma parte da produção excessiva de cana, que, convertida em açúcar, não teria mercado, para transformá-la em álcool. Transformada em álcool, teria aproveitamento através dos motores, nessa base de 10 a 15% de consumo.

A política do Instituto foi delineada em linhas gerais para execução de todos esses aspectos: assegurar o preço ao produtor durante toda a safra e estabelecer o limite de produção nas fábricas, enquanto não se chegasse a uma solução que pudesse desviar para o álcool o excesso da produção canavieira. Essa política o Instituto começou a executar desde o início de sua criação. Estabeleceu-se o limite da produção por um quinquênio: tomava-se a produção de uma determinada fábrica nesse quinquênio, fazia-se a média, e essa era a cota de cada fábrica. Isso, para todo o Brasil.

C.C. - O papel do Truda, nesse momento, foi importantíssimo.

B.L. - Foi importante na fixação dessas cotas, nessa política. Ele teve, aliás, um auxiliar de primeira ordem, o dr. Andrade Queirós, que era vice-presidente do Instituto e que foi

depois um elemento muito aproximado do Getúlio Vargas, seu subchefe da Casa Civil. Era um elemento inteligente, que tinha sido jornalista no Pará.

Um destino curioso o do Instituto do Açúcar é o de ter tido, nessa primeira fase, uma série de jornalistas [risos]: um jornalista do Rio Grande do Sul, que foi o Truda; esse jornalista do Pará, que foi o Andrade Queirós; depois, um jornalista de Pernambuco, que fui eu, escolhido e eleito para substituir o Truda.

C.C. - O Truda ficou até 37?

B.L. - Ficou de 33 até 37/38. Em 38, fui eleito para presidente da comissão executiva. Mas mantive esse programa, porque, desde o começo, achei que tinha uma alta significação. Aderi entusiasticamente à sua execução, defendendo intransigentemente a limitação das usinas, contra todas as tentativas de aumentar suas cotas. Qualquer cota que se aumentasse episodicamente, por influência de a, b, ou c, ia ser o precedente que arruinaria toda a limitação estabelecida. De modo que, para a firmeza dessa política, era realmente preciso uma grande continuidade.

Nessa época, comecei a verificar, através das estatísticas que todos anunciavam, que estava ocorrendo um fenômeno que demonstrava que a intervenção também tinha o seu aspecto negativo. Com a firmeza do preço do açúcar, o usineiro passou a se interessar pela parte agrícola. Antes, como o preço do açúcar podia variar, havia um risco agrícola, que ficava apenas com o plantador de cana, porque a usina que se limitasse à parte propriamente industrial cobrava o preço da transformação da cana-de-açúcar de acordo com o custo operacional dessa transformação. O produtor, que tinha plantado e produzido a cana, é que ia sofrer todos os reflexos da baixa ou da alta dos preços. Mas, se o preço se estabelecia, também o risco agrícola do produtor cessava, ou pelo menos ficava sujeito apenas às variações atmosféricas, à incidência das chuvas, a uma questão de irrigação, ou o que fosse. Uma vez que desaparecera o risco, passava a interessar à usina conquistar a parte agrícola da indústria canavieira.

C.C. - Quer dizer que o fornecedor via com muito bons olhos a intervenção do Estado, não?

B.L. - Até aí, não; para ele a coisa começou a assustar, porque ele via que a usina começava a invadir o seu domínio.

C.C. - Certo. Mas antes disso, eles viam como o próprio saneamento do mercado...

B.L. - Num primeiro momento, o preço firmado estabeleceu, para todos, uma situação pelo menos mais tranqüila. Entretanto, a usina começou a invadir a parte agrícola. Nesse relatório que fiz, registrei vários casos, inclusive o da Usina Catende. Essa usina chegou a ter, antes do Instituto, 90% de cana de fornecedores. Com a ação do Instituto e as primeiras manifestações da política de auxílio à produção, essa presença do fornecedor baixou na Usina Catende a 13%, o que quer dizer que eles absorveram 70 a 80% da produção que antes era dos fornecedores. Esse processo iria se dar por todo o

Brasil: a tendência seria eliminar o fornecedor e eliminar o plantador de cana. Isso, não só em Pernambuco, com o fornecedor de cana, mas em Campos, com o pequeno plantador, e também em São Paulo, com o colono que passaria à categoria de simples empregado, sem ter mais o direito de ser um fornecedor autônomo.

Foi então que resolvemos elaborar um estatuto para a lavoura canavieira. Já havia a Lei 178, que, de certa maneira, procurava resguardar o interesse do fornecedor, mas em termos tão precários que, na prática, não estava valendo de nada, tendo até dado margem a esse episódio da Usina Catende e de várias outras. Então começamos a elaborar o Estatuto da Lavoura Canavieira, com grande interesse de Getúlio Vargas que, desde o primeiro momento, manifestou seu desejo de que realmente se fizesse alguma coisa nesse sentido.

Essa elaboração custou bastante ao Instituto. Não sei se você já teve oportunidade de ler o Estatuto da Lavoura Canavieira. É uma lei que tem uma quantidade enorme de artigos. Para isso, tive um grande colaborador, um especialista de direito agrário, que foi realmente quem redigiu o projeto inicial: o dr. Vicente Chermont de Miranda. Era um homem íntegro, de uma grande capacidade, uma grande inteligência, bravo também, corajoso - a luta que se iria travar era terrível. Como toda a reforma agrária, exigia muita disposição de luta, e disso Getúlio nos prevenia: "Olhe, veja bem essa coisa. Pense nos Gracos, que morreram em Roma em consequência de reforma agrária..." [risos]. Era uma advertência que se tinha que considerar. Mas fizemos isso num ambiente de liberdade dentro do Instituto, ouvindo fornecedores e usineiros.

Tive um grande colaborador nos estudos, que foi aliás um elemento da oposição baiana, o dr. Clemente Mariani, dono de uma usina no seu estado. E fomos estudando todas as soluções, buscando dar realmente autoridade de força ao fornecedor de cana. Daí surgiu o Estatuto da Lavoura Canavieira. Fomos combatidos tremendamente na imprensa; houve uma quantidade enorme de publicações contra esse estatuto. Acho que as cooperativas dos usineiros gastaram rios de dinheiro com essa coisa toda. Praticamente quase todo o ministério de Getúlio era contra o estatuto. Mas, quando terminamos o projeto...

D.P. - O senhor já falou que todas as cooperativas o combateram.

B.L. - Todas combateram o projeto. Havia mesmo no projeto uns preceitos, em certo sentido, um pouco ríspidos demais. E durante o debate fomos checando e atenuando uma coisa e outra. Às vezes, é de boa política apresentar as medidas mais violentas, para depois atenuar e conseguir, ainda assim, que outras reformas passem com mais tranqüilidade. Isso faz parte, realmente, de uma política de elaboração de leis. Se se começar com uma lei suave, as concessões terão que ser ampliadas, e aos poucos a lei passará a ser apenas uma coisa inexpressiva e insignificante. Assim, se se quer conseguir alguma conquista, deve-se começar com uma redação mais veemente, porque, quando se fizer concessões, ainda o que ficar é bastante para garantir uma boa reforma [risos]. Isso nos pareceu sempre necessário.

Havia um ponto, aliás, em que eles tinham uma certa razão. No projeto do estatuto, estabelecia-se que, das decisões dadas pelas comissões paritárias que funcionariam no Instituto, não haveria recursos para o Poder Judiciário. Pensei maduramente sobre isso e consultei vários amigos, várias pessoas em cujo critério acreditava, inclusive o ministro Aníbal Freire que, no tempo, era ministro do Supremo

Tribunal Federal. Ele achava que realmente isso era exagerado, porque na Constituição, mesmo na de 37, só existiam duas justiças: a Justiça do Trabalho, que era uma justiça especializada, para questões do domínio trabalhista, e a Justiça Ordinária, que era a justiça chefiada pelo Supremo Tribunal Federal. Existia também a Justiça Militar, mas isso já era outro setor. As duas, praticamente, eram essas: Justiça Trabalhista e a Justiça Ordinária. Conseqüentemente, para haver, no Instituto, uma decisão final que não pudesse ser sujeita a pronunciamento de nenhum outro tribunal, seria como criar uma terceira justiça: a do Instituto do Açúcar.

Concordei, então, com Aníbal Freire, tanto que modificamos esse preceito para estabelecer que, das decisões finais dadas pelo Instituto do Açúcar, poderia haver recurso para o Poder Judiciário, mas depois de esgotada a instância administrativa. Enfim, não se podia ir diretamente à Justiça Ordinária; ter-se-ia que ir, primeiramente, ao Instituto, esgotar a instância administrativa, para depois, então, chegar ao Poder Judiciário. Creio que isso, inclusive, salvou o estatuto, porque depois ocorreu a deposição do Getúlio, veio 64, e até hoje o estatuto continua, embora com algumas mutilações e já precisando de uma certa revisão em vários pontos para acomodá-lo a situações que, naturalmente, se vão alterando todos os dias. Mas, de fato, a lei foi mantida e em termos satisfatórios, como se pode ver, inclusive, pelo pronunciamento do dr. Válter Cardoso, em artigo que publicou na própria revista jurídica do Instituto Histórico.

Dr. Válter Cardoso foi o maior adversário que tivemos para o Estatuto da Lavoura Canavieira. Era um entendido nesses assuntos, vinculado aos interesses da lavoura paulista, e escreveu muito, lutou muito contra o estatuto. Depois, ele próprio fez um pronunciamento, não só compreendendo a função do estatuto, como exaltando a maneira como ele fora executado pelos homens que o tinham promovido. Eu justificava o estatuto nessa hora...

[FINAL DA FITA 2-B]

B.L. - Eu dizia aos usineiros e a todo o pessoal interessado no açúcar que o Instituto estava sendo praticamente uma espécie de truste em benefício dos usineiros e dos fornecedores, mas não propriamente um instituto dos usineiros. Sem uma proteção social aos fornecedores e aos plantadores, estaríamos favorecendo apenas uma das classes e excluindo as outras que tomavam parte no processo da produção. Então seria um truste em favor dos usineiros, e eu não acreditava que um truste desse tipo pudesse resistir às crises que naturalmente despertaria. Então, para garantirmos a sobrevivência dessa organização, tínhamos que alargar sua base social e integrar nessa proteção, além dos usineiros, os fornecedores de cana, os plantadores de cana, os colonos, todos aqueles que, de algum modo, concorressem para o processo da produção. Dessa forma, o estatuto, em vez de ser uma ameaça aos usineiros, era até uma forma de garantir a sobrevivência de uma política que os favorecia.

Estou convencido, hoje, de que a ampliação dessa base social da produção açucareira é que permitiu, realmente, que o Brasil, num período de 40 anos - de 1933 para cá - passasse de uma produção de cerca de dez milhões de sacos, para uma produção que está atualmente calculada em cerca de 130 milhões de sacos. Um aumento formidável! Se não houvesse essa base social, se não se contasse com a colaboração dos fornecedores, dos plantadores, dos colonos, seria possível chegar a essa

expansão? Creio que não; pelo menos a minha impressão é essa. De fato, o usineiro sozinho, embora tivesse tido essa fase de expansão da parte propriamente de produção, tinha-se revelado, de maneira geral, em quase todo o Brasil, fraco no que diz respeito à produção do açúcar, porque na parte do campo ele não era muito bom. Ele tinha mais capacidade e se ajustava melhor ao processo industrial do que ao processo da lavoura.

O auxílio do lavrador, assim como o do plantador, que se especializava na lavoura, era um aspecto complementar nessa evolução da tecnologia, que também pressupõe a especialização. De um lado, homens especializados na parte agrícola propriamente, na parte da agronomia; de outro, os interessados na parte industrial.

Com isso, estamos, desde 33, há quarenta e poucos anos, numa produção que cresce dessa forma. Creio que não há exemplo, no Brasil, de outra produção que tenha crescido tanto quanto a produção do açúcar, num ambiente de tranqüilidade, sem crises maiores do que as crises climáticas, a questão de maior ou menor incidência dos índices pluviométricos, e sem problemas sociais, porque todos eles se resolvem através desses litígios e das decisões do Instituto. É um ambiente de relativa harmonia, de relativa concórdia. Pode haver um ou outro conflito, que se resolvem, afinal, através dos processos estabelecidos.

Isso nos dá a idéia do que poderia ser uma reforma agrária em todo o Brasil. Se num setor particular, como o da produção de açúcar, conseguimos esse resultado - uma expansão imensa da produção nesse ambiente, nessa tranqüilidade -, o que não seria uma reforma agrária em todo o Brasil, realizada em todos os setores da nossa plantação? Aqui, o que temos é, de vez em quando, o surto do café: planta-se café, aumenta-se a produção; depois vem a crise, abandona-se o cafeeiro, queima-se o cafeeiro. A soja dá um resultado enorme. Vamos exportar soja. Esse produto está trazendo um grande lucro para as divisas, um grande benefício, mas amanhã, se cair o preço da soja, então abandona-se essa cultura e vai-se cuidar de outra coisa. Enquanto isso, a produção do açúcar tem tido um planejamento; todos os anos há um plano de safra que vai aumentando e vai permitindo que a produção cresça sem conflitos, sem problemas, e, sobretudo, dentro de uma solução nacional.

Se não tivesse havido a ação do Instituto, talvez no começo a produção do Nordeste já tivesse sido sacrificada em proveito de São Paulo. O Nordeste teria perdido tremendamente, e um de seus poucos recursos teria ido por água abaixo. Acho que, assim, manteve-se o Nordeste, e não se impediu a produção de São Paulo, a medida que as necessidades nacionais foram exigindo. Quer dizer, criou-se uma política de coordenação que aproveita todos os aspectos favoráveis e evita os inconvenientes que possam surgir.

C.C. - O senhor acha que a política do IAA de certa forma beneficiou o Nordeste?

B.L. - Sim; porque, pelo menos, não permitiu que fosse eliminado. Na primeira hora, São Paulo queria produzir todo o açúcar de que o Brasil necessitasse. Parte do açúcar de Pernambuco vinha para aqui e para outros pontos do Brasil, e São Paulo queria tomar conta de todos os mercados. A eliminação de Pernambuco, de Alagoas, representaria realmente uma perda de substância considerável, sobretudo com um parque açucareiro já instalado - as suas usinas, as suas fábricas, as suas estradas de ferro, um conjunto de recursos que teriam ficado lá inteiramente abandonados.

Acho que esse aspecto da política do açúcar foi realmente uma inspiração feliz do governo de Getúlio Vargas. É um dos benefícios que ninguém pode negar à sua atuação, como não se pode negar, também, a projeção que ele teve na criação dos verdadeiros fundos de poupança, que alimentaram o desenvolvimento brasileiro. A questão, por exemplo, do fundo de poupança que resultou no fundo rodoviário, com a criação da Petrobrás; do fundo de eletrificação para a criação da Eletrobrás; dos fundos portuários. Há muitos outros fundos que foram criados no tempo dele e que constituem verdadeiramente a poupança sobre a qual se baseia todo o desenvolvimento brasileiro.

O que há à margem disso não tem importância, e sobretudo não é tão útil para o Brasil. Em certas áreas, a presença do estrangeiro foi considerável, ao passo que esse setor da aplicação das poupanças públicas tem sido resguardado, realmente, da intervenção estrangeira e representa poupança brasileira, capital brasileiro. Os lucros das multinacionais são poupanças que pertencem ao estrangeiro, são acrescentados ao produto interno bruto desses países, não ao nosso. Outra ação realmente benéfica do Getúlio - embora maior parte das coisas que fez, acabou fazendo fora desse regime, porque foram feitas já na última fase de 51 - foi a criação da Eletrobrás em 53 e da Petrobrás em 54.

C.C. - Dr. Barbosa, voltando à política do açúcar com Vargas, quais foram as medidas que o governo revolucionário tomou em relação ao açúcar, antes do IAA?

B.L. - Antes do IAA, a Comissão de Defesa do Açúcar.

C.C. - Foi a primeira medida do governo revolucionário em relação ao açúcar?

B.L. - A Comissão de Defesa já procurou ver o que se podia exportar, ou seja, como agenciar a exportação. Com a primeira taxa estabelecida, eles procuraram, de certa maneira, dar um auxílio, uma pequena subvenção à exportação do açúcar. Não para a conquista do mercado, mas para evitar prejuízos maiores. A primeira intervenção foi essa, relacionada à exportação do açúcar; depois, foi a limitação.

C.C. - Como as classes açucareiras reagiram à CBDA, à intervenção no comércio?

B.L. - No começo, todos eles aceitaram, pois sentiram que não havia outra solução. A crise do açúcar em 29 e 30 tinha sido muito grave, mesmo em estados mais favorecidos como São Paulo. Havia um grande usineiro lá, o Morgante, que diziam que tinha chegado a um estado de desespero tal diante da crise que o assoberbava, que chegou a pensar em suicídio. Naturalmente não chegou a suicidar-se, sendo que depois foi até um elemento útil no processo de intensificação da produção açucareira. Havia também uma outra usina muito importante em São Paulo, a Usina de Igarapava, já nos limites do estado, na qual a falta de recursos era tão grande que ela pagava tudo em espécie, quer dizer, em açúcar, porque não contava com financiamento suficiente para se manter.

No primeiro momento, todos se satisfizeram muito bem. Depois, quando o Instituto começou a ampliar a sua atenção, limitando a produção açucareira, e sobretudo

fiscalizando a aplicação dessa política para que fosse mantida (e nesse ponto, também o estatuto tomou providências para assegurar a limitação), aí começaram a surgir alguns episódios. Os homens mais lúcidos de São Paulo reconheciam que a ação do Instituto era benéfica e útil também para seu estatuto. Havia um grande usineiro lá, dono de usinas importantes, creio que no município de Americana, ali por perto de Piracicaba, chamado Carlos Pinto Alves. Era um homem muito inteligente, culto, até um intelectual com tendências e veleidades literárias. Ele chegou a classificar o Instituto como uma máquina para resolver dificuldades, já que nos problemas que surgiam o Instituto intervinha e dava soluções, mesmo no caso de São Paulo.

Depois, com a aplicação do estatuto, no período da guerra, não deixou de haver alguns incidentes. Tivemos episódios graves, como o ocorrido com a Usina Junqueira, onde uma vez quiseram até prender um procurador do Instituto, o dr. Paulo Belo, que estava lá fiscalizando e exigindo, sobretudo, o cumprimento do estatuto na questão do recebimento das canas dos colonos da usina.

Em São Paulo, a produção açucareira é muito mais fácil, porque a usina está num determinado ponto, não há terreno muito acidentado, e eles têm raios limitados para a coleta da produção de cana-de-açúcar; não vão muito longe, tudo e mais perto. Não é como em Pernambuco, onde a Usina Catende tem uma estrada de ferro. Em Pernambuco, o sistema de recebimento da cana funciona da seguinte forma: há uma balança instalada num ponto para receber a produção de uma determinada região, em que há certo número de colonos trabalhando e fornecendo a cana ali coletada. Os caminhões vão até o local onde se acha a balança para buscar a cana, que é pesada antes de ser embarcada. Então, se aquela balança for removida dali para 20 quilômetros de distância, causa-se um prejuízo tremendo a todos aqueles agricultores, que já não mais terão a mesma facilidade para entregar o produto. É um prejuízo tremendo! O fato é que, quando a usina tinha qualquer divergência com os colonos, queria mudar o local da balança. Na Usina Junqueira, o Instituto se fez presente e disse: "Não; o senhor não muda a balança. Ela tem que continuar aqui nessa região". Tivemos, então, um atrito sério com essa usina.

Depois, tivemos um novo atrito com a mesma usina, mas em outro setor, no período da guerra. Eles alegavam que estavam despejando mel no rio, porque o Instituto não lhes permitia a produção de álcool. Mandamos verificar e fizemos uma demonstração de que estavam, de fato, atirando mel no rio, mas porque tinham uma capacidade maior nas moendas do que nos tanques para a coleta do melado. E como os tanques chegavam ao limite, e as moendas não podiam parar, porque o prejuízo seria maior, eles tinham que atirar uma parte do melado no rio. Era defeito de planejamento; os tanques deviam ser maiores.

De vez em quando tínhamos problemas, mas o Instituto os enfrentava. Uma vez tive que passar um telegrama a um juiz de direito, que queria prender um procurador do Instituto. Nesse telegrama eu dizia que, se ele quisesse prender alguém, que prendesse a mim, que tinha dado a ordem ao procurador [risos]. São essas coisas que acontecem na administração.

Com o estatuto, o sistema é o de julgamentos. Os dissídios que se estabelecem entre fornecedor e usineiro são primeiro apresentados ao Instituto. O Instituto organiza a prova, mandando um de seus fiscais identificar as alegações de um lado e do outro, e todos aqueles elementos vêm, então, para uma comissão estabelecida em base paritária: um representante do fornecedor, um do usineiro e um elemento do governo, como desempatedor. O Instituto teve um número enorme de casos. Se houve recurso para o

Judiciário, foi uma coisa insignificante. Em geral, as partes se resignavam com a decisão do Instituto, porque era uma decisão provada. Senão houvesse isso, o usineiro faria sua própria prova. Ele teria seus advogados e ganharia todas as questões no Poder Judiciário, porque a prova seria feita só por ele. O fornecedor não teria condições, nem advogados que pudessem contestar propriamente a ação dos defensores das usinas. Sendo a situação econômica muito desigual, a decisão seria fatalmente a favor dos usineiros. Com criação desse julgamento na base paritária, podia-se fazer justiça tanto a um quanto a outro.

Por esses aspectos todos e, ao mesmo tempo, pelo fato de a cota ser fixada pelo Instituto, e não mais pelo usineiro, vê-se que a reforma dos estatutos foi uma reforma realmente em profundidade, porque feita com a própria presença da entidade. Ela é quem fixava a cota, não o usineiro.

C.C. - O usineiro reagiu muito ao estatuto?

B.L. - O usineiro no começo não gostou, mas também não tinha outro jeito. Tinha que se acomodar, porque, afinal de contas, o estatuto dava uma base social à produção açucareira e não fazia do Instituto apenas um truste do açúcar. E a prova é que o estatuto continuou, e não creio que tivesse continuado se fosse apenas uma política de proteção aos usineiros.

C.C. - Mas eles reagiram muito na época. Acusaram de comunista [risos], de reforma agrária que ia atender...

B.L. - Comunismo, fascismo, surgiam todas as acusações possíveis. Esse Morgante, por exemplo, tinha no, escritório de sua usina em São Paulo um busto de Mussolini [risos]. Naquela hora, isso não impedia que eles acusassem o Instituto de fascista [risos]. O Chermont tinha-se impressionado realmente com o fundo agrícola, que, aliás, talvez não tivesse tanta importância. Esse fundo agrícola tinha uma certa inspiração italiana, mas era mais uma questão de juristas do que propriamente de fascismo. A intenção era dar ao fundo agrícola uma estabilidade semelhante ao fundo comercial, uma segurança maior. Não se podia dizer que fosse uma medida fascista só pelo fato de que pudesse existir também na Itália. Ao contrário, era uma boa inspiração que se devia adotar, viesse de onde viesse. Agora, que foi dura a luta, não há dúvida de que foi.

C.C. - Qual o papel de Agamenon na discussão do estatuto?

B.L. - Agamenon escreveu uma vez, discordando de algumas soluções do estatuto, porque sofreu muita influência do Apolônio Sales, que tinha umas idéias diferentes. O Apolônio talvez não concordasse muito com o estatuto. Eu também não pedia inspirações, fazia as coisas que achava dever fazer. E Agamenon tinha umas idéias de cooperativa de usineiros, que não podiam dar certo.

Eu tinha tido experiência de algumas cooperativas de usinas já em funcionamento no Instituto, que não estavam dando um grande exemplo. Depois, a

forma cooperativista só podia funcionar bem como havia sido criada por ele em Pernambuco. Ele criou em Pernambuco o que seria atualmente uma cooperativa de hortigranjeiros, mas com formas muito drásticas para sujeitar todos aqueles produtores ao regime que ele estabelecia. Não seria possível, do ponto de vista nacional adotar o mesmo modelo. Tínhamos que pensar em outras soluções. Ele não chegou, também, a fazer disso um caso mais difícil. E o final é que mandamos o projeto a Getúlio com a exposição de motivos; Getúlio pediu ao Andrade Queirós que a resumisse. Após ouvir o resumo e a explicação de Queirós, que era um homem inteligente, Getúlio não hesitou: imediatamente sancionou o projeto que tínhamos mandado.

C.C. - Mas houve uns dois ou três meses de discussão, reuniões, memorandos de usineiros, de fornecedores...

B.L. - Não; no Instituto demorou mais do que isso. Talvez se tenha levado mais de seis meses na elaboração do estatuto. Tínhamos não só que ver os memorandos, como estudar e atender bem à coisa, para não fazer uma obra muito apressada. Sempre sustentei a tese de que o tempo que se gasta na discussão, na elaboração, ganha-se na execução. Se aqueles defeitos apontados no processo de discussão de fato existissem, iriam retardar a execução da lei. Entretanto, se previamente já se procura eliminar as dificuldades, os pontos que foram observados - ou dando as respostas adequadas, ou fazendo as modificações que possam resultar dessas objeções -, estamos tornando a execução fácil e rápida. Aliás, não executamos imediatamente o estatuto, porque era muito complexo. Chamamos naquele tempo um serviço de planejamento que havia, e fizemos, primeiro, o estudo do planejamento da execução de todo o estatuto. Só depois disso é que ele começou realmente a entrar em vigor.

C.C. - Como os produtores de São Paulo reagiram ao estatuto?

B.L. - Depois da lei publicada, não fizeram nenhum protesto. Acomodaram-se e acabaram, como contei, comesse episódio do Malta Cardoso. Esse episódio é a maior defesa que podemos ter para a elaboração do estatuto. Não sei se você chegou a encontrar esse artigo do Malta Cardoso. Seria interessante encontrá-lo. Vou dar uma indicação: seu nome é Francisco de Malta Cardoso. Pode telefonar, no Instituto do Açúcar, para D. Zélia Pinto, diretora da revista jurídica que publicou o artigo. Eu o tenho aqui, mas, infelizmente...

D.P. - Francisco Malta era produtor de São Paulo?

B.L. - O que mais doía a São Paulo era a limitação, mais do que qualquer outra coisa. Eles sentiam a possibilidade de colocar uma porção maior do que estavam colocando. Mas, para isso, seria preciso eliminar os outros produtores do Brasil. E o Malta Cardoso compreendia que o Instituto, de certa maneira, contivesse São Paulo, para permitir que os outros também tivessem a sua oportunidade, sobretudo quando eram até mais antigos na produção açucareira. O Instituto estava mantendo uma obra de justiça.

C.C. - E eles alegavam que tinham maior capacidade de produção?

B.L. - Sim; tinham o mercado à porta e preços maiores do que os do Norte. Naquele tempo, transportar o açúcar de Pernambuco a São Paulo e fazê-lo chegar até o consumidor paulista representava uma despesa considerável de fretes, de seguros, de tudo isso. Era uma margem de lucro que se iria incorporar em benefício do usineiro paulista. Então, ele não compreendia que o Instituto não lhe permitisse ganhar mais. É óbvio, porém, que o Instituto tinha uma função nacional, não estava a serviço de a, b ou c. Entretanto, quando a produção começou a crescer e surgiu a possibilidade de ser toda ela aproveitada, o Instituto foi ampliando as cotas de São Paulo. Além disso, quando havia possibilidade de exportação, a preocupação do Instituto era aproveitar tudo o que fosse possível, sem criar restrições para a produção. Essa foi uma política que o Instituto sempre seguiu.

C.C. - Dr. Barbosa, a situação do Nordeste era desprivilegiada em relação a São Paulo, pelo fato de que o Nordeste arcava mais com a produção externa, e o preço de fora era mais baixo do que o preço interno, não é?

B.L. - Sim. E num certo aspecto era pior ainda: eles tinham que mandar o açúcar para o resto do Brasil, por um preço fixado pelo Instituto, e de certa maneira o transporte onerava um pouco o produtor do Nordeste. Agora, quando os preços internacionais subiam, eles tinham possibilidades de exportação. Tudo dependia do comércio mundial: se os preços fossem muito altos no comércio mundial, eles tinham até uma oportunidade maior.

Outra preocupação do Instituto, nessa hora, era fazer com que, se os preços fossem muitos maiores no comércio mundial, houvesse uma parte para distribuir com os outros lugares que, por acaso, não pudessem exportar - como Sergipe, como a Bahia, como outros que não tinham a mesma facilidade de exportação. A preocupação do Instituto foi sempre criar um sentimento nacional. Aquilo nunca foi escravizado aos interesses de nenhum núcleo de produção no Brasil; sempre procurou agir com sentimento nacional.

C.C. - Por que o senhor acha que, apesar de todo o controle do Instituto sobre o problema do limite da produção, mesmo assim São Paulo conseguiu desbancar o Nordeste?

B.L. - Porque o Nordeste não possuía terras tão favoráveis. A faixa propriamente de aproveitamento de terras em Pernambuco é muito limitada. Pernambuco se divide em três zonas: Zona da Mata, a zona do Agreste e a zona do Sertão. A zona do Sertão, por si só, ocupa 2/3 do território do estado. A zona do Agreste é relativamente menor, mas tem, assim mesmo, uma faixa bem grande. A Zona da Mata é limitada: a 50 ou 100km do litoral, já está a zona do Agreste, onde a plantação da cana-de-açúcar não é convidativa; já é uma zona imprópria para a produção da cana-de-açúcar. Essa limitação da área em Pernambuco só permitiu que a produção crescesse à custa de

fertilizantes, que aumentavam a produção por hectares. Fora disso, Pernambuco tinha que se resignar a uma cota relativamente pequena.

Quem não aproveitou bem as terras foi Alagoas. Naquela fase, achávamos que Alagoas podia crescer um pouco mais, como veio a ocorrer agora. E a Bahia, que tinha condições favoráveis na região do Recôncavo, também não aproveitou. Mas nós fizemos o possível para que eles aproveitassem.

Além desse aspecto, ainda tinha um outro: a política alcooleira. Antes mesmo da guerra, sempre vimos, na produção alcooleira, uma possibilidade de aproveitar os excessos da produção canavieira. Se a produção canavieira fosse muito alta e não pudesse ser aproveitada em açúcar, já não haveria mercado para absorvê-la, esse excesso seria transformado em álcool. O álcool seria um meio de estabelecer o equilíbrio estatístico entre a produção e o consumo do açúcar. Esse programa o Instituto procurou desenvolver no período de guerra.

Os estímulos que o Instituto criou para isso foram de tal ordem que se instalaram no Brasil algumas fábricas para a produção de destilarias. Aquela firma francesa, *Barbet*, instalou aqui uma fábrica especial para a produção de destilaria. A *Skoda* da Checoslováquia também instalou uma outra firma aqui. Uns industriais de São Paulo, os irmãos Delini [?], também começaram a produzir peças para as usinas, não só no setor de destilarias, como até mesmo no setor de vácuos, de moendas. As moendas produzidas em São Paulo começaram a surgir naquela fase.

O Instituto agiu também fomentando a criação de uma indústria de equipamentos para a produção açucareira. E isso começou a surgir exatamente naquela fase. Antes disso, tudo vinha do estrangeiro. Mas, com a ação do Instituto, teve início esse desenvolvimento da fabricação de equipamentos. Se se tivesse mantido essa política durante todo este período, teríamos hoje uma produção de álcool que poderia estar ajudando o Brasil e reduzindo a nossa necessidade de divisas. Mas, infelizmente, com as descobertas do petróleo pelo lado de Lobato, houve a convicção de que estava resolvido o problema do petróleo, e se abandonou totalmente a política alcooleira.

Agora estão renovando essa política, e a meu ver erradamente, porque deviam tê-la deixado sob a responsabilidade do Instituto do Açúcar. Era o órgão próprio para levar por diante esse programa alcooleiro que eles querem estabelecer. Mas o Instituto também foi transformado. Já não é uma autarquia independente: é uma autarquia subordinada ao Ministério da Indústria. No tempo de Getúlio, ao meu período, era uma autarquia independente, sujeita apenas ao presidente da República. Hoje está subordinada ao Ministério da Indústria e tem ainda amplas vinculações com o Ministério do Trabalho e com o Ministério da Agricultura. E, pela necessidade de transformar a cana-de-açúcar em álcool, e não em açúcar, era o órgão indicado para, nos programas de safra, estabelecer a produção de álcool que se pudesse naquele momento produzir.

D.P. - Voltando um pouco à produção alcooleira. Em 30, 31, houve uma grande campanha em relação ao álcool motor, sendo, inclusive, fundada em Pernambuco a firma Azulinas. Acho que não vingou, mas foi feita uma propaganda muito grande em torno disso, uma campanha no Brasil inteiro.

B.L. - Não vingou porque ainda não havia uma base técnica para isso. Não tinham sido feitos os estudos. Eles, empiricamente, usavam álcool para mover automóveis e caminhões. O barão de Suassuna contava que, quando chegava um caminhão para buscar açúcar na usina dele e queria gasolina, ele mandava fornecer álcool. Tinha que rodar com álcool daí por diante. Mas, com os motores existentes, esse álcool hidratado misturado à gasolina não dava bom resultado. Então havia uma campanha terrível nas bombas de gasolina. Todos os interessados - a *Esso*, a *Shell* - , todos esses homens faziam uma campanha terrível contra o álcool, alegando que prejudicava o motor. Qualquer carro que usasse a mistura naquele momento e parasse no meio da rua, já se fazia um escândalo enorme. Não importava que tivesse parado por qualquer defeito: sempre era por culpa do carburante, pela mistura do álcool. Não se podia ir por diante sem estabelecer bases seguras.

Foi isso que o estudo do Sabino de Oliveira veio a permitir. Foi uma coisa feita no Instituto de Tecnologia, que resultou num livro profundamente documentado. Sabino mostrou que esse álcool tinha até maior poder antidetonante na mistura com a gasolina do que a própria gasolina pura; era melhor carburante. Então, não havia mais o que discutir, e a coisa se tornou mais ou menos pacífica. Depois, no período da guerra, usou-se muito essa mistura, até às vezes em percentagens um pouco mais elevadas, e deu resultado. Os horizontes estavam limpos e era possível conseguir continuar com a mistura. Mas a experiência foi abandonada em função das esperanças que surgiram com a descoberta do petróleo. Não creio que, hoje, existam as mesmas possibilidades. Diante desse aspecto que já coloquei, se a safra for muito grande e não houver mercado, não haverá possibilidade de aproveitar a maior parte da produção canavieira produzindo diretamente o álcool, porque uma tonelada de cana...

C.C. - Teria que se pensar numa proporcionalidade para o Nordeste, não é?

B.L. - Sim; e qualquer crise de superprodução que houvesse, o álcool resolveria. Se fosse possível aplicar realmente no álcool, então não haveria mais crise alguma, possibilidade alguma de superprodução. Aberto o caminho, se acharia até a estrutura para isso: era preciso ter os vagões, que o Instituto comprou em quantidade suficiente; seria preciso certas destilarias, que o Instituto foi montando ou ajudando a montar. Havia três ou quatro destilarias no Instituto, e destilarias particulares em grande número financiadas pelo Instituto.

C.C. - Realmente, a atuação do Instituto foi um negócio fenomenal.

B.L. - É; foi uma atuação que pode resistir a qualquer crítica.

3ª Entrevista: 24.05.77

C.C. - Dr. Barbosa, poderíamos começar, hoje, falando sobre a Revolução de 30, dando um pouco da sua visão de como foram os acontecimentos na Paraíba, em Pernambuco. Sua tese sobre a Revolução de Outubro se aplica, no caso, a Pernambuco?

B.L. - Sempre achei que a Revolução de 30 tinha resultado, realmente, de uma luta entre os estados, à procura de prestígio político, através da conquista da presidência. Esse foi sempre o meu ponto de vista, e até hoje não me convenci: de que estivesse errado. Esses aspectos de regionalismo, no Brasil, sempre foram muito poderosos. Desde Campos Sales, com a "política dos governadores", cada um desses estados se considerava uma entidade diferente, aspirava realmente ao poder, queria dominar o Brasil. Era um processo semelhante ao que vemos na balança de forças que se encontra no domínio internacional, na luta entre Inglaterra, Estados Unidos, França e Alemanha.

Aqui também tivemos a nossa política de equilíbrio entre os estados, com o predomínio, sobretudo, de São Paulo durante um certo período, e de Minas Gerais. A força de Minas era dada principalmente por sua população; a de São Paulo era mais propriamente a de pujança econômica. Tudo estava enfeudado dentro dos interesses do café que, através de Minas e de São Paulo, dominavam o Brasil.

C.C. - Como o senhor vê, então, a Paraíba, nessa questão dos estados?

B.L. - A Paraíba surgiu porque, quando se fazia a escolha da presidência da República, o presidente saía de um estado, e o vice-presidente de outro. Mas, em 30, quem poderia ser o vice-presidente? Antônio Carlos não aceitaria ser o vice-presidente, desde que o presidente fosse do Rio Grande do Sul. Para ele seria, de certa maneira, uma diminuição, porque ele aspirava à presidência. Lembro-me do irmão dele, José Bonifácio, na Câmara dos Deputados, no período em que ainda se lutava em torno da apresentação de candidaturas, perguntando aos deputados de várias bancadas: "Mas por que é que vocês não aceitam o mano Antônio?" Isso prova que Antônio Carlos aspirava à presidência e quando viu que não podia contar com o apoio de São Paulo - sobretudo com o apoio do presidente da República - resolveu tomar o partido de outra candidatura. E essa teria que vir do Rio Grande do Sul. Era a maneira que tinha de pôr uma pedra no caminho do presidente Washington Luís, dando maior significação à divergência, já que Minas apoiaria um candidato do Rio Grande do Sul, como veio a apoiar.

Não se tratava, propriamente, da procura de um equilíbrio, mas era uma represália ante a exclusão de Minas Gerais do processo da sucessão. Antônio Carlos achava que tinha direito à presidência, não apenas por seu tirocínio político, sua significação pessoal, sua cultura e os cargos que ocupava. Ele tinha muito mais condições de ser o presidente do que Júlio Prestes, um político que se iniciava e que só tinha realmente a seu favor, embora fosse um homem inteligente, o apoio do presidente da República. Na política de equilíbrio de poderes, também se fazem represálias. E, no caso, houve a represália de Antônio Carlos contra a exclusão, a recusa da sua candidatura à presidência da República. A Paraíba foi o único estado que aderiu a essa dissidência, que começou realmente no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais; nenhum outro estado a aceitou. Quando consultado pelos partidários de Washington Luís, João Pessoa teve o famoso telegrama, que é considerado um lema formidável da Paraíba, até inscrito na sua bandeira: "Nego". Esse "nego" dele abriu as portas para sua candidatura à vice-presidência.

C.C. - Por que o senhor acha que João Pessoa não deu o seu apoio?

B.L. - Não sei se João Pessoa sofria alguma influência do velho Eptácio, ou se queria ter uma projeção maior na política nacional. são as tais imponderáveis de natureza pessoal. Que outro fator teria levado João Pessoa a essa atitude de recusa, senão, realmente, um sentimento de natureza pessoal?

D.P. - Qual era a posição de João Pessoa em relação a Washington Luís, antes do problema da sucessão pessoal?

B.L. - Não sei se, nessa hora, já tinha começado o caso José Pereira.

D.P. - O caso José Pereira começou em 29.

B.L. - Não sei se começou antes ou depois. Se começou antes desse episódio, está explicado: foi a reação contra o apoio dado a José Pereira, que realmente dificultou tudo. Mas tenho a impressão de que não. Tenho a impressão de que antes de tudo devia estar...

C.C. - Parece que o senhor falou, da outra vez, que o Eptácio não teria sido consultado.

B.L. - É isso, é aquilo... Já estou encontrando aqui o caso de Princesa.

C.C. - O próprio assassinato de João Pessoa me parece que estaria vinculado a isso.

B.L. - Essa entrevista ficaria realmente mais interessante se eu pudesse, antes, recapitular os fatos, mas tenho estado com...

C.C. - E Pernambuco, como o senhor acha que entra nessa história?

B.L. - Em Pernambuco, Estácio Coimbra estava de inteiro acordo com Washington Luís.

C.C. - Certo, certo; mas a reação foi feita pela oposição ao governo do estado, não é?

B.L. - Quero ver se encontramos aqui:

"Para encontrar um vice-presidente que figurasse na chapa ao lado do Getúlio Vargas, a Aliança percorreria longa *via crucis*. O jeito que houve foi deixar a posição com o sr. João Pessoa, presidente da Paraíba, que preferiria fortalecer a

causa dissidente, com a incorporação de outro qualquer partido, diante da qual o posto secundário valesse de atrativo. A esperança maior que haviam acalentado, a da adesão baiana, desvanecia-se subitamente, na hora mesmo da chamada dos combatentes. Porque o líder baiano executara, em relação ao cargo secundário, a manobra do sr. João Neves quanto ao posto supremo. Confiando as barbas talmúdicas, o sr. Simões Filho não se comprometia a fundo com as causas prestistas, para poder julgar livremente as facilidades que aparecessem. Desde que se definira a aliança Minas-Rio Grande, e uma vez que Pernambuco abria mão de qualquer esforço nesse sentido, a Bahia ficara sem concorrente na chapa oficiosa. Tanto bastava para que, em favor dela, se definisse o sr. Simões Filho com o zelo de cristão-novo, que visava ampliar seu prestígio e garantir suas promoções na política daquele estado.

"Para o sr. Antônio Carlos, todas essas decepções, por maiores que fossem, não representavam a mesma calamidade que para o situacionismo gaúcho. Minas há muito estava num meio ostracismo, hostilizada quase pelo governo da República".

Agora, vamos ver o caso da Paraíba: "Teve esse mesmo objetivo na Europa. A missiva chegou ao conhecimento público, a meio da campanha, pelo suborno do indivíduo encarregado de datilografá-la. Dizia nela o seu autor: 'Resolvidos os pontos capitais do programa já conhecido da Aliança Liberal, penso que se poderia encontrar uma fórmula de conciliação, que sob...' "

[FIM DA FITA 3-A]

C.C. - O senhor ia falar sobre Pernambuco.

B.L. - Já em Pernambuco, o problema do Estácio Coimbra era outro. Estácio Coimbra apoiou, realmente, a candidatura Júlio Prestes, mas sem grande entusiasmo. Político experimentado como era, tinha a impressão de que poderia, de certa maneira, abrir caminho para ser um terceiro candidato e substituir os dois que já estavam empenhados na luta, se ficasse numa atitude moderada. E, realmente, em vários momentos, se falou na candidatura do Estácio Coimbra para substituir as de Júlio Prestes e de Getúlio Vargas. Mas as forças que já estavam apoiando Júlio Prestes - sobretudo Washington Luís - não admitiriam nunca essa possibilidade, que não passou, por isso mesmo, de um sonho do Estácio Coimbra. Não havia como pensar que Washington Luís fosse capaz de apresentar um candidato para recuar em seguida.

Na Paraíba, também, o governo de João Pessoa não foi um governo tranqüilo, porque ele começou a agitar problemas que desagradavam os elementos do próprio

estado. A cisão dele com José Pereira, contrariando, na organização da chapa, as correntes sertanejas que apoiavam João Suassuna, veio a estabelecer um ambiente de grandes discórdias dentro da Paraíba. E, provavelmente, ele não encontrou da parte de Washington Luís um apoio completo, desde o início. De modo que a atitude dele, de certa maneira, se enquadrava nesse panorama geral. Como ele não sentia esse apoio entusiástico do governo Washington Luís, se rebelava e se dispunha a ser o terceiro dissidente, por isso mesmo premiado com a vice-presidência, uma vez que Antônio Carlos considerava uma diminuição ser vice-presidente de Getúlio Vargas.

Não havia paralelo entre os títulos políticos de Antônio Carlos e os de Getúlio Vargas; nem entre a força política do Rio Grande e a força política de Minas Gerais. De modo que Antônio Carlos, realmente, não poderia ser candidato. Estácio Coimbra sonhou com essa possibilidade; o nome dele foi várias vezes aventado. Dentro dessas lutas políticas, sempre há pessoas que vivem com insinuações dessa espécie, dando a impressão de que existe uma corrente forte quando são apenas boatos sem maior significação. Nesse ambiente geral de todo o Brasil, muitas contrariedades se somavam, desde a crise do café até os reflexos da Bolsa de Nova Iorque na situação mundial, provocando a queda de preços de todas as mercadorias. Era uma situação de descontentamento tão generalizado que qualquer chama que se colocasse aí ateava um incêndio.

D.P. - A escolha de João Pessoa foi importante no sentido de aglutinar o Norte, que se sentia muito desamparado.

B.L. - Ou pelo menos, iria trazer um estado do Norte para a candidatura Vargas. Getúlio não encontrou amparo em outro estado e nenhum outro quis apoiá-lo. Ele sentiu que ninguém apoiava a sua causa. Daí a encenação toda que se fez em torno de João Pessoa, que, a meu ver, enquanto governo, tinha como principal aspiração fazer a independência econômica da Paraíba em relação a Pernambuco. Esse foi um dos motivos da luta contra os Pessoas de Queirós, de Pernambuco, uma luta que acabou sendo transformada numa luta de família entre os Pessoas da Paraíba e os Pessoas de Pernambuco. Os da Paraíba, mais ligados a Epiácio Pessoa; os de Pernambuco, todos Pessoas de Queirós, também ligados a Epiácio, mas tendo negócios diferentes, que nem sempre se ajustavam com o ponto de vista de João Pessoa.

O José Pereira era muito ligado aos Pessoas de Queirós de Pernambuco. Os impostos, criados por João Pessoa para impedir a preponderância econômica de Pernambuco, atingiram duramente a família Pessoa de Queirós desse estado, e, em conseqüência, também envolveram o José Pereira. A coisa foi-se desencadeando mais como uma luta de família do que uma luta política geral.

C.C. - Carlos de Lima estaria em oposição ao Estácio Coimbra já há muito tempo, ou só um pouco antes da Revolução?

B.L. - Essa oposição já vinha de um pouco antes da Revolução, desde que Carlos de Lima fundara o *Diário da Manhã*. Ele deu ao *Diário da Manhã* um tom realmente de jornal polêmico. E os jornalistas que ele tinha no *Diário da Manhã* (a que já me referi) eram muito agressivos, homens de muito talento, mas, por isso mesmo, ou apesar disso,

homens que sabiam ferir os adversários e criticar, às vezes, com alguma aspereza -como o próprio Álvaro Lins, o Osório Barba, o José de Sá. O *Diário da Manhã* de Carlos de Lima empolgou, realmente, a imprensa de Pernambuco, tornando-se um jornal com uma influência imensa em todo o estado. E, à medida que o jornal ia ganhando prestígio, ia-se extremado mais a posição de Carlos de Lima em relação ao governo de Estácio Coimbra. Carlos de Lima passou a ser um elemento fundamental da oposição, porque dispunha de um jornal como o *Diário da Manhã*.

C.C. - O senhor se lembra de qual teriam sido as razões do rompimento do Carlos de Lima com Estácio Coimbra?

B.L. - Não sei se houve razões; eles nunca foram muito entendidos. Tenho a impressão...

C.C. - Ele estava vinculado ao governo Estácio Coimbra?

B.L. - O Carlos de Lima, não. Ele sempre foi um elemento conservado um tanto à margem da vida política, pela qual começou a se interessar, realmente, nessa fase pré-revolucionária, com a fundação do *Diário da Manhã*. Tanto que o próprio Juarez Távora esteve escondido numa das usinas do Carlos de Lima Cavalcânti. As ligações dele com os elementos revolucionários eram muito fortes. Ele foi um elemento de oposição. Há, aliás, não sei se vocês conhecem, uma biografia do Carlos de Lima, feita recentemente pelo Luís Delgado.

C.C. - Nós não tivemos acesso a essa biografia, que procuramos em Pernambuco, mas não achamos.

O senhor falou, há pouco tempo, que o assassinato de João Pessoa teria sido um fator decisivo da Revolução. O senhor poderia dizer quais teriam sido as repercussões, na Paraíba e em Pernambuco, do assassinato de João Pessoa? Como a população reagiu?

B.L. - Aí é que está o aspecto interessante da vida política. O fato político em si mesmo pode ter uma repercussão diferente, e um fato sentimental, de natureza privada, pode ter repercussões públicas imensas. A impressão que se tem, hoje, é que João Pessoa foi a Pernambuco um tanto estouvadamente. Seus amigos achavam que ele não deveria ir. Ele não tinha nenhum problema político a resolver em Pernambuco que, naquela hora, não era realmente um lugar tranqüilo para uma visita do governo da Paraíba. Todas as pessoas que eles escorraçavam lá na Paraíba iam para Pernambuco e passavam a viver lá. Ele, então, como governador, iria para um estado onde havia uma porção de políticos, que tinham sido obrigados a sair da Paraíba pelas atitudes políticas do próprio João Pessoa.

João Dantas, por exemplo, era um adversário político de João Pessoa. E fizeram horrores com ele. Violaram o seu escritório de advocacia (essa coisa de *Watergate* existia no Brasil), arrebataram a escrivania e encontraram um caderninho onde ele

anotava suas aventuras amorosas, lá na Paraíba com várias criaturas, inclusive com senhoras casadas. Eles, então, pegaram isso e começaram a divulgar, pelo jornal oficial do estado, alguns trechos dessas revelações, nem sempre perfeitamente normais, do João Dantas. Como nem tudo poderia ser publicado, diziam que, se houvesse qualquer dúvida, ou se alguém quisesse conhecer outros detalhes, poderia ir à redação da *União*, onde o caderno se encontrava à disposição de quem o quisesse ver. O ambiente que se criou em torno de João Dantas na Paraíba, nessa hora, foi de tal ordem que ele teve que sair. Foram para Pernambuco, ele e um cunhado.

Quando João Pessoa resolveu ir a Pernambuco, todos tiveram receio, porque conheciam João Dantas - um homem corajoso, intrépido, que não tinha medo de caretas. Estava claro que era um perigo João Pessoa ir lá. E por que ele foi a Pernambuco? Não havia nenhum motivo para isso. A suposição que hoje se estabeleceu a esse respeito, e que o próprio Hélio Silva aceita, é que ele foi para se encontrar com uma cantora, de quem era apaixonado, que passaria por Pernambuco, nessa fase [risos]. Um episódio curioso da vida dele.

Quando souberam que João Pessoa estava em Pernambuco, seus correligionários apareceram e foram cumprimentá-lo. Inclusive Agamenon, que estava com João Pessoa à mesa, na ocasião em que entrou João Dantas. João Dantas foi diretamente para matar João Pessoa. Isso em Pernambuco, com o *Diário da Manhã*, teve uma repercussão formidável. Na Paraíba nem se fala. Eles esqueceram as provocações que vinham fazendo a João Dantas, esqueceram todas essas coisas que justificavam, de certa maneira, a reação dele, e viram apenas nisso o sacrifício de um presidente de estado, que era executado só por contrariar os interesses da família Pessoa de Queirós em Pernambuco, e, sobretudo, por ser inimigo do presidente da República.

João Pessoa se tornou um herói estadual. E, de herói estadual, herói nacional, porque em quase todas as cidades do Brasil há ruas com o nome dele. Às vezes o heroísmo surge imprevistamente, de motivos de certa forma secundários. João Pessoa não foi a Pernambuco enfrentar uma grande batalha, nem definir uma atitude heróica. Foi por motivos de ordem particular e foi também assassinado por motivos dessa natureza - agravos naturais de João Dantas que todo o mundo compreendia. O desforço dele foi perfeitamente natural. Hoje, na Paraíba, eles estão começando a acordar para essas coisas e vendo que foram longe demais nas reações do primeiro momento. Mas só hoje, já passado tanto tempo.

C.C. - Ele era um presidente muito querido?

B.L. - Não; ele era popular, porque era enérgico. O povo gosta de pessoas que realizam, enfrentam perigos e não temem coisa alguma. No Norte, inclusive, essa coisa de enfrentar João Dantas, como ele estava enfrentando, mandar publicar aqueles segredos, naquela época, era algo que todo o mundo apreciava e louvava. Eu inclusive [risos]. Isso era louvado também Paraíba. E talvez ainda existam alguns estados no Brasil em que se louvem essas coisas. São episódios pitorescos.

D.S - O senhor acha que, do ponto de vista da Revolução, esse foi um fator bem decisivo?

B.L. - Sim, porque, em todo o Brasil, deixou-se de lado tudo o que podia justificar a reação de João Dantas para se ver apenas um homem que era imolado à vontade despótica do presidente da República. Já tinha havido também um outro erro tremendo, a meu ver, de Washington Luís, que comandou o reconhecimento dos poderes, para excluir todos os deputados de João Pessoa. Só foram para a bancada os elementos que eram da oposição a João Dantas, embora, naturalmente, os candidatos do governo tivessem obtido a maioria. Acredito que tivessem tido a maioria porque as eleições não eram legítimas, e os governos dispunham sempre de todas as mesas eleitorais para a fabricação das atas próprias para consagrar a vitória governamental.

Para o resto do Brasil, o que havia era um presidente de estado combatido por Washington Luís através dessa exclusão de seus deputados na Câmara. E combatido também nas lutas da Paraíba, que o presidente da República facilitava, ou se dizia que facilitava, uma vez que não teve uma atitude imediata para acabar de vez com a revolução do José Pereira. Se Washington Luís tivesse tido uma atitude nítida, não creio que José Pereira continuasse a lutar. Junta-se a isso o assassinato. O Brasil todo teve a impressão de uma vítima, e João Pessoa passou a ser um herói nacional, em grande parte por causa da cantora que o tinha atraído a Pernambuco [risos].

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

B.L. - Quem muito contribuiu, na Revolução de 30, para a vitória em Pernambuco foi o Muniz de Farias. Naturalmente, não se pode excluir o trabalho de preparação feito pelo *Diário da Manhã*, nem as articulações de natureza política que se vinham fazendo entre todas as forças, por todo o Brasil. Mas, no momento propriamente da explosão da Revolução, o elemento decisivo foi Muniz de Farias. Ele era, se não me engano, capitão da Polícia do estado, e tinha entendimentos com um dos batalhões de Pernambuco.

Na hora da Revolução, quando se dirige a esse batalhão, os entendimentos fracassam, e ele quase é preso. Consegue, entretanto, rumar para o depósito de munição do Exército, que estava guardado por uma guarnição muito limitada, composta de duas ou três pessoas, se tanto. O Muniz de Farias, ou porque convencesse os que estavam tomando conta, ou porque agisse com um pouco mais de violência, tomou conta do depósito de munição e começou a distribuir armas, na madrugada, a todos os operários que desciam nos bondes para o trabalho. Eles mandavam parar os bondes e iam dando armas aos operários que se declaravam favoráveis à causa da Revolução. No Brasil todo, se surgir qualquer movimento desses, em que os revolucionários entreguem armas a quem esteja disposto a lutar [risos], não creio que haja muita recusa. O fato é que a polícia não agiu com a devida energia. O chefe de polícia era um elemento que tinha sido magistrado, que zelava muito pelas formas legais, e nunca tinha tido um cargo executivo para saber como reagir numa emergência dessas.

D.P. - Era o Eurico Sousa Leão?

B.L. - Não; Eurico já tinha saído. Se fosse ele, debelava o movimento, porque era valente. Esse outro, o Lito de Azevedo não era medroso, mas era um homem de formação jurídica. Tinha sido juiz, queria fazer todas as coisas dentro da lei, obedecendo a todas as normas. Um sentimento exagerado em matéria de respeito às leis. Contavam, aliás, em Pernambuco, que quando ele soube que tinham assaltado e dominado o depósito de armas do Exército, e lhe sugeriram que fosse imediatamente atacar esse depósito, ele argüiu de imediato, que se tratava de um próprio federal, e por isso ele não achava que pudesse invadi-lo. Se por um lado o chefe de polícia era um homem que não tinha maior energia, por outro, o Estácio também não soube tomar nenhuma providência, e o fato é que o tiroteio se espalhou por toda a cidade e os revolucionários dominaram vários pontos.

Quando Estácio viu a situação da maneira como se estava anunciando, resolveu sair do palácio. Havia um grande rebocador ancorado no porto de Pernambuco, apropriado para as obras que lá se faziam. Estácio Coimbra saiu do palácio, atravessou uma ponte e embarcou nesse rebocador, que daí por diante mudou o nome passando a chamar-se *Três de Outubro* [risos]. Estácio teve, na sua vida política, umas coisas pitorescas. Era a segunda vez que ele saía do palácio, pois já tinha fugido em 1911. Fugiu novamente nessa circunstância. Antes dele, houve o Sebastião Castro e Caldas que, em 1710, também fugira do palácio por via marítima. (Pode-se dizer que ele inaugurou a fuga dos governadores dessa forma.) Estácio não era medroso; era um homem capaz de lutar, mas a situação também como estava...

D.P. - Lima Cavalcânti foi um dos primeiros a tomar posse, não é?

B.L. - Lima Cavalcânti foi um dos primeiros a dominar o estado, a tomar conta, porque a Revolução, em Pernambuco, nos dias 3 e 4, já estava realmente vitoriosa.

C.C. - Mas a que o senhor atribui, então, a escolha do Lima Cavalcânti, se no caso o Muniz de Farias era um elemento tão importante no movimento revolucionário de Pernambuco?

B.L. - Era importante, mas não tinha projeção política. Era um oficial de polícia que se rebelou, sobressaindo nele o aspecto da valentia, da ação militar, mas sem nenhuma tradição de natureza política. Era também um homem impetuoso. Essa atitude dele, aliás, revelava exatamente esse temperamento excessivo. A valentia tem também as suas compensações ou as suas...

D.P. - O senhor acha que Lima Cavalcânti era o maior nome da oposição em Pernambuco?

B.L. - Era o maior nome da oposição; não tinha mais ninguém. Os elementos políticos de Pernambuco estavam quase todos reunidos em torno do governo de Estácio Coimbra. Agamenon começava sua vida política naquela ocasião. O *Diário da Manhã* tinha uma grande irradiação em todo o estado. O Carlos de Lima representava uma

grande família, era dono de uma usina, tinha vários irmãos fazendo política, sobretudo o Caio, porque o Artur morava aqui no Rio de Janeiro, onde creio que mora até hoje. Mas o Caio era também um elemento muito atuante. E tinha esse grupo de intelectuais que apoiava o *Diário da Manhã*.

C.C. - Agamenon atuava desde 23 na política estadual, não?

B.L. - Atuava, mas nessa coisa ele não tinha como se manifestar, porque realmente quem pegou o estado foi o Lima Cavalcânti. Agamenon tinha tido atuações aqui, apresentando projetos, mas não tinha em Pernambuco a irradiação e o prestígio do Lima Cavalcânti, sobretudo, também, pelas ligações militares. Lima Cavalcânti era amigo de quase todos esses militares; dava-se muito bem com Eduardo Gomes, e principalmente com Juarez, que tinha vivido um tempo na usina dele. Todos eles se esforçavam e achavam que a situação devia ser entregue a Lima Cavalcânti.

D.P. - E a participação de Arruda Falcão?

B.L. - Todos esses eram da oposição. Arruda Falcão tinha, naquele momento, mais projeção o que Agamenon, porque estava na tribuna da Assembléia Estadual e fazia uma oposição ferrenha. Era um homem inteligente, capaz de fazer uma oposição constante ao governo do Estácio Coimbra.

C.C. - Por que ele não teria sido escolhido para interventor?

B.L. - Porque quem tinha cobertura militar era o Carlos de Lima, através dessas ligações. O Juarez deve ter influído na escolha dele. Juarez estava na Paraíba, quando soube que a Revolução em Pernambuco não ia muito bem, com o pronunciamento do Muniz de Farias.

Quando Juarez veio da Paraíba, já a situação em Pernambuco estava calma; a Revolução tinha dominado, e ele naturalmente deve ter influído para que o governo fosse entregue a Lima Cavalcânti. Juarez era, naquele tempo, o vice-rei do Norte, de modo que seu pronunciamento ou sua adesão deve ter concorrido muito para que Lima Cavalcânti fosse escolhido no lugar de qualquer outro que pudesse ser apresentado - como o Arruda Falcão ou o próprio Agamenon. Não se deve esquecer, nunca, que o Lima Cavalcânti era um homem rico e deu também muito apoio a todos os revolucionários que precisaram dele. Ele foi um elemento integrado à Revolução, colaborou com ela de toda maneira possível para prestigiá-la e fortalecê-la.

D.P. - A participação do José Henrique Carneiro da Cunha também era ativa?

B.L. - Não; José Henrique nunca foi um homem de luta. Era desses homens respeitados, considerados, e nos momentos de luta todos pensavam nele como elemento de pacificação. Só numa hora dessas é que ele surgia, como um elemento capaz de

pacificar, de reunir várias correntes. Numa hora propriamente de luta, ele não tinha temperamento para meter-se nela, para desafiar adversários ou enfrentar resistências e oposições. Era um temperamento pacífico por excelência.

C.C. - Dr. Barbosa, o que o senhor acha do governo Lima Cavalcânti?

B.L. - Lima Cavalcânti teve bons auxiliares no seu governo. Na Secretaria da Agricultura, por exemplo, ele teve um elemento que se revelou muito capaz, o João Cleofas. Na Secretaria do Interior, no começo, ele teve o Artur Marinho, também um homem competente, que depois veio aqui para o Rio. A dificuldade é que o temperamento do Carlos de Lima era um tanto exaltado, impulsivo. Por isso mesmo, de vez em quando, era levado a rompimentos e incompatibilidades com os próprios amigos que o cercavam. Tanto que havia uma espécie de rodízio de elementos em torno dele, durante o período em que governou o estado. Havia elementos como os famosos ABC de Pernambuco: o Arruda Falcão, o Barreto Campelo e o Luís Cedro. Ainda tinha aqui o Solano Carneiro da Cunha, que também pertencia a essa corrente (mas isso foi um pouco mais para adiante) .

C.C. - Como o senhor vê a posição do Cleofas no governo de Lima Cavalcânti? Ele já era usineiro nessa época?

B.L. - A usina dele era aqui. Ele, em Pernambuco, tinha um engenho em Vitória. Não sei se era fornecedor ou bangüezeiro. Ele herdou de seu pai um engenho; depois, casou-se com uma filha do José Henrique, que era um homem muito rico. Sua fortuna se consolidou com esse casamento e com suas iniciativas, pois ele era realmente um homem empreendedor e capaz, muito ativo. A usina dele era em Campos; em Pernambuco, ele era apenas senhor de engenho, o que, aliás, não é caso de "apenas", porque senhor de engenho lá é muito importante. Agora, o Cleofas, realmente um homem muito ativo, teve várias iniciativas lá em Pernambuco. Há um relatório do governo de Carlos de Lima Cavalcânti, que eu devo ter guardado. Acho que ele fez um governo interessante.

C.C. - Qual foi a participação de Cleofas na questão do açúcar, durante esse período inicial do governo de Carlos de Lima?

B.L. - Nesse tempo, ele não tinha usina, mas naturalmente concorria para fortalecer a ação dos usineiros, empenhando-se para conseguir do governo federal uma série de medidas que eles achavam que seriam as únicas que podiam salvar o açúcar. As medidas não eram bem do governo estadual, mas do governo federal. Ele, assim como o Lima Cavalcânti, teve uma luta muito séria com José Américo, que já estava aqui no Ministério da Viação. José Américo, que nesta ocasião concorria para dinamizar a Inspeção de Obras contra as Secas, excluía Pernambuco da região beneficiada, porque achava que só havia seca, realmente, no Ceará e na Paraíba. Fora desses dois estados, segundo ele, não havia propriamente uma região seca. Cleofas abriu os olhos de Lima Cavalcânti, e os dois começaram a agir para que Pernambuco fosse incluído no plano

contra as secas. Isso trouxe uma polêmica azedíssima, porque tanto o José Américo como o Carlos de Lima eram exaltados, e os telegramas que trocavam eram violentos.

Cleofas foi realmente o primeiro a agitar essa questão; depois me coube, como deputado, aqui, dar um sentido maior a essa coisa. Fiz uma análise das regiões do futuro Polígono das Secas. Ainda não havia essa definição, mas fiz uma exposição sobre a situação real dos vários estados em relação ao Polígono das Secas. Embora os maiores recursos cheguem para o Ceará e para a Paraíba, o estado que possui a zona seca mais extensa realmente é Pernambuco. Este estado tem uma Zona da Mata, mas ela é muito limitada, ocupando talvez de 70 a 80km do litoral para dentro; depois, vem a região do Agreste, que tem um outro tanto de distância. Mas Pernambuco tem 700km, de modo que sobram 400 ou 500km dentro da zona seca, e com uma população maior do que a que se encontra na zona seca da Paraíba.

A Paraíba, aliás, é de certa maneira mais favorecida, porque tem a serra da Borborema - assim como o Ceará, que tem a do Araripe. As vertentes dessas serras, tanto para o lado do Ceara, como para o lado da Paraíba, são mais férteis do que para o lado de Pernambuco. Para Pernambuco, essas serras não têm nenhum sentido, nenhuma boa vontade. A Paraíba não tem índices pluviométricos tão baixos como os que se encontram em Pernambuco, na zona do rio São Francisco.

Na ocasião em que estudei esse problema, encontravam-se, na zona do São Francisco, índices pluviométricos de 200 milímetros por ano, o que é um índice baixíssimo, enquanto que a Paraíba tem mais de 400 milímetros, o dobro dessa região. O Ceará também possui, inclusive, zonas permanentemente favorecidas, como essa vertente da serra do Araripe, onde se situa a região do Juazeiro e do Crato. Essa região é meio brejosa - assim eles a chamam -, ou seja, tem um pouco de brejo.

Esse, então, foi também um serviço prestado por Carlos de Lima. Entretanto, seu governo era agitado, porque a inquietação do seu temperamento não permitia que ele tivesse propriamente de sedativo. Ele procurava estimular lutas, pela sua própria índole, pelo seu próprio temperamento. Mas eu sempre lhe fiz justiça: um grande espírito público que nunca se deixava guiar pelo fato de ser dono de usina, e que via, acima dos interesses pessoais, o interesse público de todo o estado de Pernambuco.

Acho que Pernambuco, de maneira geral, tem sido um estado favorecido. Não sei se isso acontece também com os outros, não conheço mais de perto a situação de todos. Mas Pernambuco tem tido à sua frente não só homens com espírito público, como homens íntegros, com honestidade exemplar. O Lima Cavalcânti era um homem de tomar medidas imediatas contra o seu maior amigo, se tivesse certeza de que estava cometendo uma desonestidade. Como ele, os outros que vieram depois - Agamenon, Etelvino -, todos tinham a mesma preocupação de zelar pelos dinheiros públicos, como se fosse a própria fortuna pessoal.

D.P. - O senhor acha que as reformas que o Lima Cavalcânti implementou lá em Pernambuco, realmente, revolucionaram, trouxeram grandes transformações?

B.L. - Não; não me lembro bem, na parte administrativa, de medidas do Carlos de Lima. Poderia até verificar se encontro alguma coisa no livro de Luís Delgado; mas creio que não recebi esse livro.

D.P. - Por exemplo, temos conhecimento de que ele fez a reforma de magistratura, que provocou grandes reações, e depois a reforma da educação.

B.L. - Ele deve ter afastado do exercício do tribunal alguns desembargadores. O que eles chamam reforma não é mais do que isso [risos]. Aquela reforma da Justiça não seria muito melhor do que essa reforma feita atualmente [risos] e que o Geisel acha que vai salvar o Brasil. São inúmeras as reformas da Justiça, e ela está cada vez mais assoberbada de trabalho e prejudicada por diversos fatores, inclusive pela dependência em que vive do próprio governo, pois não tem garantia alguma. A primeira reforma da Justiça teria que ter, necessariamente, o sentido de assegurar as garantias clássicas do poder Judiciário - inamovibilidade, irredutibilidade, vitaliciedade -, que são meios de dar realmente, à Justiça, a consciência de uma responsabilidade maior. Mudar apenas para criar mais uma instância ou menos uma instância, deslocar um juiz daqui para lá, ou suprimir e aposentar alguns juízes - isso que no Brasil chamam de reforma da Justiça- não tem sentido algum.

C.C. - O senhor acha que a reforma do Carlos de Lima Cavalcanti foi muito nessa linha?

B.L. - Foi importante, mas numa linha revolucionária, com um certo sentido de afastar alguns desembargadores. No caso de revoluções, eles procuram afastar do exercício do cargo alguns desembargadores mais visados, às vezes com razão, outras vezes abusivamente. Homens que haviam contrariado interesses maiores ficaram, por isso, mais combatidos. Aqui, por exemplo, eles cassaram desembargadores como o Guerra Dias e o Osni, porque achavam que eram elementos ligados ao comunismo. O Guerra Dias, por exemplo, ao que me consta, nunca tomou nenhuma atitude nesse sentido. Agora, era um juiz que zelava pelo interesse do povo, pelo interesse dos menos protegidos, e por causa disso foi combatido e hostilizado.

C.C. - Como o senhor vê o apoio que os setores da população davam ao governo de Lima Cavalcanti?

B.L. - Ele gozava de uma certa simpatia em Pernambuco. Algumas classes cooperaram com ele. Interessante é que uma das classes que davam apoio mais efetivo a ele era a classe dos choferes de praça. Naturalmente ele devia ter feito alguma coisa a favor deles. Não era um elemento impopular, nem precisava de uma grande guarda pessoal para andar nas ruas da cidade. Podia haver irritações etc., mas não era um governo opressivo. Isso não foi.

D.P. - O senhor acha que ele fez realmente um governo voltado para atender às classes mais populares? Ele se propunha inclusive a construir núcleos operários.

B.L. - Ele teria esse desejo. Acho que é um desejo, de certa maneira, constante de quase todos os governos. Pelo menos são as declarações que eles fazem. Nem sempre são

coisas muito efetivas; às vezes são ilusórias, eles pensam que estão favorecendo as classes mais pobres e não estão.

C.C. - E a questão da sindicalização?

B.L. - Aliás, quando Carlos de Lima morreu, escrevi um artigo a seu respeito, fazendo um certo julgamento e salientando seu espírito público. Eu não diria isso de todos os governadores de Pernambuco, mesmo os da fase anterior. Havia alguns que não tinham espírito público tão pronunciado. Mas Carlos de Lima, realmente, era muito sensível. Tinha até uma exaltação maior de temperamento que o levava a radicalizar um pouco a sua posição nesse aspecto. Era muito sensível às críticas do público. Por ser um homem de jornal, fazia o possível para evitar que o alcançassem as críticas mais ferinas. Isto sempre deixa um resíduo favorável, porque a pessoa que se preocupa com críticas procura sempre corrigir os atos mais censurados. Agora, há alguns aí, como se vê, que ficam zangados com as críticas que sofrem, e começam a atacar a oposição [risos].

C.C. - Existia oposição a Lima Cavalcânti?

B.L. - Não aqui no Rio; oposição ele teve em Pernambuco. É natural. Ele havia aglutinado em torno de si os elementos que eram contrários à situação anterior. E, quando se trata de ser contra um governo, atinge-se a um grupo de pessoas muito maior e de interesses muito diversificados. Se se trata apenas de ser contra determinado governo, não importa a posição que este tome diante da burguesia: tudo serve, desde que seja contra. Agora, quando se chega, ao governo, então dá-se uma separação natural. O governo toma uma linha própria, e todos os que admitem uma linha diferente vão-se afastando. O Carlos de Lima Cavalcânti teve uma oposição, como todo governo terá. Ainda estou para conhecer um governo que possa merecer o apoio unânime de toda a população. Isso não existe.

C.C. - Mas essa oposição chegava a ser organizada?

B.L. - Não; mas, até 34, era um governo discricionário.

D.P. - Que nomes mais atuantes da oposição o senhor se lembra, até 34? Havia Aníbal Fernandes, muito combatente.

B.L. - Havia o Aníbal Fernandes, que escreveu aquele livro: *Pernambuco no tempo do vice-rei*. Acho que esse foi o seu maior adversário. Aníbal Fernandes tinha um temperamento especial. Ele era como esses cães que, quando abocanham o adversário, não largam mais; sofrem uma espécie de paralisia maxilar e ficam agarrados. O Aníbal Fernandes tinha um pouco disso. Era um homem muito inteligente, brilhante, e dispunha de um jornal com bastante influência e irradiação, o *Diário de Pernambuco*.

Acho que foi o inimigo mais constante, mais eficaz e eficiente que o Lima Cavalcânti encontrou.

D.P. - Havia o Fileno de Miranda também, não?

B.L. - Sim; o Fileno de Miranda, como o Aníbal Fernandes, tinha um jornal. O Fileno de Miranda, aliás, era integralista.

C.C. - E aquele grupo de intelectuais: o Gilberto Freire, o Sigismundo?

B.L. - Gilberto Freire também não podia ser a favor, porque vinha da situação do Estácio Coimbra. Tinha sido diretor de *A Província* ao tempo do Estácio Coimbra. E havia, ainda, aqueles elementos que tinham sido afastados do governo do extinto partido rosista, que de certa maneira só veio a extinguir-se completamente em 30. Havia muitos professores na faculdade. A oposição que existia ali era considerável.

Eu não estava em Pernambuco; acompanhava isso tudo mais ou menos de longe. Foi depois de 35 que entrei na política de Pernambuco. Elegi-me deputado, já aí dentro do partido do Carlos de Lima, naturalmente com o seu apoio. Agamenon levantou depois a minha candidatura a líder da bancada, e Carlos de Lima concordou. Entrei na bancada de Pernambuco e comecei minha vida política. O primeiro cargo político que tive foi exatamente o de líder da bancada de Pernambuco.

C.C. - Nesse período de 30/34, como o senhor vê o relacionamento do Carlos de Lima com os setores operários, por exemplo?

B.L. - Aquela fase de agitação operária em Pernambuco foi empo do Joaquim Pimenta. Ele veio para o Rio de Janeiro, não sei se antes ou no começo do governo do Lima Cavalcânti (acho que no começo). Ele tem, aliás, um livro, *Retalhos do passado*, em que relata essas coisas todas. A fase realmente terrível foi o período final do governo do José Bezerra, quando o Lima Castro ocupava a Prefeitura do Recife. Joaquim Pimenta e a senhora dele lideraram aquelas greves tremendas da Light e agitaram o meio operário de Pernambuco. Joaquim Pimenta, e sobretudo a senhora dele, conta, nas suas memórias, que houve um tempo em que ela guardava bombas de dinamite debaixo da cama dos filhos [risos]. Creio que eles moravam na rua do Imperador, num segundo andar. Não sei se ela ainda está viva; creio que não.

D.P. - Como foi a participação do Lima Cavalcânti em relação à sindicalização da classe operária?

B.L. - Tenho a impressão de que não era hostil, mas não tenho certeza sobre esse ponto. Por seu temperamento, penso que ele compreendia que a classe operária devia ter uma certa liberdade de atuação. Ele não seria dos elementos mais reacionários; nesse ponto,

nunca se revelou propriamente um reacionário. A classe operária tinha um pouco mais de liberdade.

D.P. - Parece que alguns setores, sobretudo o do pessoal ligado à usina, reagiram muito.

B.L. - O Fileno de Miranda devia chocar-se muito com isso.

[FINAL DA FITA 3-B]

B.L. - Eu estava na liderança da bancada, no tempo daquela campanha de reajustamento econômico, quando eles socorriam os produtores. Um dos defeitos do Carlos de Lima era levar tudo para o ponto de vista pessoal. Ele via sempre uma pessoa - a, b, ou c - e tomava atitudes em conseqüência disso; mas, quando a gente expunha o problema, ele demonstrava não só possibilidade de compreender, como de transigir. Eu me lembro de que, certa vez, quando ele combatia o Fileno de Miranda, que tinha um pleito perante o reajustamento econômico, eu defendi a tese de que nós, em Pernambuco, devíamos ser favoráveis a todos os pleitos e reajustamentos formulados pelos industriais e produtores pernambucanos, porque eram um benefício ao estado. Era preciso não considerar amigos ou inimigos - isso era secundário -, porque o benefício existia, desde que houvesse um reajustamento econômico a favor dos produtores do estado. E ele aceitou essa tese, tanto que o Fileno foi favorecido com o reajustamento econômico.

C.C. - Como o senhor vê a relação do Lima Cavalcânti com o governo federal, nessa época? Ele gozava de prestígio?

B.L. - Com alguns ministros, ele gozava de prestígio. Getúlio não esquecia a circunstância de que ele tinha sido um dos revolucionários mais antigos e de mais serviços prestados à causa; tinha, além disso, o apoio desse elemento militar, que continuava a mandar junto à Revolução, não digo de dentro, mas, de certa maneira, cooperando com o governo ou defendendo junto a ele as suas alianças antigas.

Com alguns ministros, ele teve problemas - teve com José Américo, por exemplo, em torno da questão das secas. Mas creio que, de maneira geral, ele gozava de prestígio. Ele teve, também, lá em Pernambuco, um chefe militar, como aquele general Manuel Rabelo, um homem interessante, que queria proteger os mendigos. Queria que os mendigos constituíssem uma classe privilegiada; dizia que, em vez de fazer homenagem aos governantes, se devia fazer aos mendigos. O Manuel Rabelo fez alguns melhoramentos no estado. A primeira pavimentação nas estradas-tronco de Pernambuco foi feita através dos esforços e providências do Manuel Rabelo, já no período do Lima Cavalcânti, ligando Recife àqueles quartéis de Socorro, depois de Tigipió. Foi a primeira pavimentação nas estradas-tronco de Pernambuco.

C.C. - Voltando a questão da oposição ao governo Lima Cavalcânti, como o senhor vê aqueles motins que aconteceram em 31?

B.L. - Aqueles motins de 31 deviam ter uma influência de esquerda. Um dos inspiradores, um de seus chefes, foi o Pedro Calado, que tem um livro a respeito desses motins. Não sei se vocês conhecem isto.

C.C. - Conheço, já vi.

B.L. - Aquilo me parece que já tinha, mesmo, uma influência de esquerda mais acentuada.

C.C. - Teriam participado da Revolução de 30 as pessoas que atuaram nessa revolta de 31?

B.L. - Não estou bem recordado dessa parte, mas tenho o folheto de Pedro Calado sobre a Revolução de 31.

D.P. - Nós temos conhecimento de que, no ano de 1931, houve, em Pernambuco, três rebeliões: uma no início de maio, mais ou menos, no quartel do Derby; essa de que Pedro Calado participou, que foi em outubro; e uma revolta dos operários das Casas Portuguesas. Isso demonstra que havia uma certa oposição generalizada.

C.C. - Uma insatisfação.

B.L. - Carlos de Lima tinha junto de si alguns elementos militares. Não sei se estavam lá desde o começo. Mas ele tinha levado o Jurandir Mamede e o Albuquerque Lima. O Jurandir creio que foi seu secretário de Segurança ou comandante - não sei se tinha um batalhão ou uma função junto do Carlos de Lima. Depois de uma revolução dessas, há sempre possibilidades de explosões de novas forças, porque os elementos, de boca doce pela vitória obtida, ficam desejosos de levantar a massa e repetir o feito. E, também, devia haver infiltração de esquerda.

C.C. - O senhor acha que foi um movimento estritamente militar, ou houve alguma participação política?

B.L. - Só revendo; não estou bem lembrado. Nessa fase, eu não estava em Pernambuco.

D.P. - O senhor se lembra da participação do Cristiano Cordeiro, líder operário?

B.L. - Cristiano Cordeiro foi meu companheiro de turma. um dos poucos remanescentes da turma de 1917. Hoje está tranqüilo em Pernambuco; não se meteu mais em coisa alguma. Foi um elemento muito atuante, mas era comunista realmente; nunca ocultou sua tendência comunista. A Revolução de 30, de certa maneira, estimulou um pouco a expansão dessa corrente, porque, logo no início do movimento, as tendências se definiram e houve como que uma divisão em três partidos.

Havia um partido que estava realmente com a Revolução, e que reunia diversas tendências de toda natureza. Havia o elemento comunista, contrário à Revolução, que ficou com Prestes, mas havia também um elemento comunista favorável a Revolução, que estava com aquele comandante da Polícia de São Paulo. Ele confessava a sua ideologia comunista, mas era favorável à Revolução de 30, enquanto que Prestes não quis se aliar ao movimento, por entender que não havia nenhum compromisso propriamente com o Partido Comunista.

D.P. - E a aproximação de Pernambuco com a corrente tenentista era muito estreita?

B.L. - Creio que estavam mais ligados à corrente tenentista. Lima Cavalcânti era muito próximo inclusive do Juraci Magalhães. Havia ainda o Albuquerque Lima e o Jurandir. Mas a ligação dele com Juraci era de tal ordem que, na crise de 37, ele ficou com Juraci e rompeu com Getúlio e também com Agamenon. Eu fiz, aliás, um longo discurso na Câmara, na sessão de 31 de maio de 37, explicando as razões do dissídio político em Pernambuco. Tudo marchava para a candidatura do Agamenon; o próprio Carlos de Lima Cavalcânti estava decidido a isso, mas, sob a influência do Juraci, tomou partido da candidatura de Armando de Sales. "Eu lembraria, por exemplo, da ação do Sr. Agamenon Magalhães, na oportunidade da eleição do presidente do Senado, quando se defrontava com a candidatura do Sr. José Américo, pelo senador Medeiros Neto".

D.P. - E a liderança de Lima Cavalcânti em relação ao bloco do Norte?

B.L. - Nunca me pareceu que fosse muito efetiva. Quem teve mesmo uma liderança maior foi Juarez Távora, no tempo em que era considerado o vice-rei do Norte. Mas sempre há os interesses estaduais que, às vezes, criam obstáculos a essas lideranças.

C.C. - Como o senhor vê a escolha dos interventores do Norte? Parece que, em Pernambuco e Bahia, foram escolhidos elementos mais vinculados à corrente tenentista e à Revolução. Mas, fora esses dois estados, como o senhor vê a escolha dos interventores?

B.L. - Não sei; não me lembro de todos os interventores nomeados. De Alagoas, por exemplo, quem teria sido? Não teria sido, já, a influência do Góis Monteiro?

D.P. - Carneiro, de Mendonça, não?

B.L. - Não; Carneiro de Mendonça era do tenentismo. Acho que foi interventor do Ceará.

D.P. - No Ceará foi o Fernandes Távora.

B.L. - Foi o Fernandes Távora quem ficou lá?

D.P. - Em Alagoas, foi o Carneiro de Mendonça.

C.C. - Nesses pequenos estados, parece que foram pessoas sem vínculo.

B.L. - De certa maneira havia maior afinidade, uma ligação maior entre esses vários elementos da corrente tenentista e os estados do Norte. João Alberto, por exemplo, era de Pernambuco. Mas isso ocorreu, também, nos estados do Sul. João Alberto veio para São Paulo, não é?

D.P. - João Alberto veio para São Paulo. Mas, por exemplo, com o prestígio de Juarez, que aliás tinha o título de vice-rei do Norte, ele assumiu a delegacia do Norte. Em alguns momentos, a oposição viu isso como uma contraposição ao governo federal. Seria uma delegacia tão forte...

B.L. - ...que poderia criar restrições ao governo de Getúlio. Mas Getúlio ia levando essas duas correntes. Acho que o que ele mais temia era a unificação das correntes. Por esta circunstância, ele ficava, de certa maneira, presidindo uma luta entre correntes. Ficava dando animação às lutas políticas.

D.P. - A luta entre a corrente tenentista e a corrente conservadora dos políticos tradicionais.

B.L. - Sim.

C.C. - E esses interventores do Norte, de uma maneira geral, como se relacionavam com os grupos anteriores à Revolução? Houve uma modificação na prática política? Os antigos chefes políticos dos estados do Norte ficaram marginalizados da política, depois da Revolução de 30?

B.L. - Os políticos ficaram marginalizados, carcomidos, como eles chamavam. Alguns tiveram até que se expatriar. Por outro lado, talvez tenha começado, na Revolução de 30, um processo maior de centralização da administração brasileira. Havia um domínio maior do poder central, do poder revolucionário. Esse poder revolucionário criava,

naturalmente, e por isso mesmo, a sua autoridade. A partir daí, o federalismo começou a se desgastar e a se enfraquecer.

D.P. - O fato de serem nomeados interventores que não tinham raízes locais era uma medida para desarticular as forças políticas locais?

B.L. - Talvez fosse a dificuldade de encontrar, dentro do estado, algum elemento que merecesse confiança. Podia ser também a posição dos elementos militares, que tinham vencido a Revolução, como meio de fortalecer aquele grupo político. No Maranhão também foi escolhido um elemento militar, o Martins de Oliveira.

D.P. - De um modo geral, eram pessoas de fora, militares, que eram colocados lá...

B.L. - Já, de certa maneira, desgastando o federalismo. Essas revoluções acabam mesmo destruindo o federalismo.

D.P. - Dr. Barbosa, como fica a oligarquia diante dessa nova política adotada? O senhor acha que realmente houve transformações? Ou o senhor acha que ela se desfez?

B.L. - Ela se desfez, como em 1915, com a queda do "regime de salvações". Ela se desfez para ver se voltava ou se se reconstituía. No fundo, num regime patriarcal como o brasileiro, a oligarquia é quase que um imperativo, uma força difícil de contornar, porque mudam, afinal de contas, os nomes, mas as forças dominantes continuam sendo as mesmas.

As revoluções, no Brasil, são de superfície. Nenhuma delas teve, realmente, o sentido de uma modificação concreta das estruturas políticas, e muito menos econômicas. Essa é uma das razões pelas quais nunca fui muito favorável às revoluções. É por isso que não acredito nelas. Uma revolução para poder, realmente, realizar alguma coisa tem que se organizar como uma força política permanente, atuante, que chegue ao poder e continue a mandar para a realização de um programa. Mas a revolução que surge de forças desencontradas e que tem, antes de tudo, que se equilibrar no poder é obrigada a fazer transigência a todos os momentos, esquecendo os programas que a fizeram vitoriosa. Não tem condições de executar os programas, se não contar com uma força organizada, capaz de exigir e de assegurar a execução daquele programa.

As revoluções são mais protestos do que propriamente realizações. Quando há um temperamento mais flexível, como foi o de Getúlio Vargas, pode acontecer que uma revolução permita aquela dialética das revoluções, que faz com que, no jogo de todas as correntes, venha sempre a resultar alguma reforma, algum melhoramento substancial; mas isso exige esse temperamento flexível. Por exemplo, agora, fazem uma revolução, têm uma estrutura para manter essa revolução, mas para realizar que programa? Um programa, no fundo, reacionário. É um programa que se vê que muda a todo momento. Trata-se de uma força política que dá a impressão de que tem mais desejo de manter-se

no poder do que de fazer reformas. E são elementos desencontrados, porque um tem uma idéia e outro tem uma idéia completamente diferente.

D.P. - O senhor acha que em Pernambuco houve apenas uma substituição de oligarquias, ou Lima Cavalcânti representava um setor mais modernizador?

B.L. - Acho que ele não trouxe realmente uma oligarquia. Embora o irmão dele tivesse uma certa influência no governo, nunca chegou a exercer um posto político; ficou como um elemento não digo marginalizado, mas com uma atuação marginal, por assim dizer, junto ao governo, embora com bastante influência. Mas não se constituiu propriamente, de imediato, uma oligarquia. Tenho mesmo a impressão de que o maior combate do Carlos de Lima Cavalcânti ao tal grupo do ABC foi porque esse grupo já representava uma tendência oligárquica que ele pôde sentir e perceber, uma tendência de famílias. Mas repare que os elementos que acabaram influenciando no governo dele eram completamente desencontrados e valiam pessoalmente.

Ele teve, por exemplo, o Agamenon; o Renato Carneiro da Cunha, que era um amigo dele, e exerceu alguma influência política no estado; o Severino Mariz, que na última fase do seu governo foi o elemento de maior influência junto a ele. Este morreu, recentemente, aqui no Rio de Janeiro, mas já estava há muito tempo praticamente inutilizado. Foi líder do Carlos de Lima. Quando me afastei da liderança, quem me substituiu foi o Severino Mariz. Nesse discurso eu estou me despedindo da bancada que eu havia liderado e a cuja liderança renunciei para ficar ao lado de Agamenon e da corrente que eu apoiava naquela ocasião.

Na época, havia um deputado carioca, o Júlio Novais, médico ilustre, que dizia que eu tinha perdido o bonde. Ele achava que num regime que continuava sob a influência dos governadores, romper com o governador era, de certa maneira, condenar-se ao ostracismo. E dizia que eu tinha perdido o bonde. O negócio é que eu tinha o dever de me conservar do lado da pessoa com quem me havia identificado mais na política de Pernambuco. Tomei o partido do Agamenon, e me afastei da liderança da bancada.

D.P. - Nesse período de 32, aqui no Rio, é feito um congresso revolucionário, onde se forma o Partido Socialista Brasileiro. No entanto, é tirada a diretriz de que esse partido devia ter ramificações em todos os estados - isto, já visando à Constituinte. O senhor está lembrado desse congresso?

C.C. - O representante de Pernambuco foi Muniz de Farias. O Carlos de Lima participou também.

B.L. - Não; não estou lembrado. Nesse tempo eu não estava fazendo política, só fazia jornalismo.

C.C. - Parece-me que o rompimento do Muniz de Farias com Carlos de Lima se deu nessa ocasião. Chegando a Pernambuco, o Carlos de Lima, em vez de seguir a

orientação do congresso e reforçar a posição do PSB, teria fundado o PSD com orientação mais ou menos semelhante, não é?

B.L. - É; porque o título de *Partido Social Democrático* já revelava uma certa tendência socialista, embora depois, com a influência de Benedito Valadares, o partido tenha marchado muito para a direita. Mas o próprio título de Partido Social Democrático é avançado e, no fundo, de inspiração socialista.

D.P. - O senhor está lembrado da formação do Partido Social Democrático em Pernambuco?

B.L. - Não; desse episódio, não estou lembrado. Inclusive, eu tenho vários claros em relação aos acontecimentos de lá.

D.P. - E a União Cívica Nacional, organização que surge para tentar congregar todas as forças revolucionárias, para se preparar para a Constituinte? O Juarez à frente, o Luís Aranha...

B.L. - Eles organizaram, depois, a comissão do Itamarati. Só me lembro bem é da comissão do Itamarati, que tinha aquele grupo de juristas - com João Mangabeira e outros - elaborando uma constituição.

O Partido Socialista em Pernambuco, talvez um dos primeiros livros sobre socialismo, foi de Abreu e Lima. O socialismo de que o autor falava ali era apenas uma coisa vaga, uma democracia mais inclinada para favorecer o povo do que atenta aos problemas do povo. Seria, de certa maneira, o socialismo de dom Hélder, que tanto irrita o pessoal de Pernambuco [risos]. Tem gente que se pudesse devorar o dom Hélder, não obstante sua magreza, acho que o devorava. É uma coisa engraçada.

C.C. - Em 33 houve eleições para a Constituinte à câmara Federal. Só em 34 houve eleições estaduais, ocasião em que o senhor se candidatou. O senhor está lembrado de como se deu, em Pernambuco, essa rearticulação dos partidos, em função das eleições de 33? O senhor acompanhava a política local nesse momento?

B.L. - Não; só vim a entrar na política depois, no Partido Social Democrático, em 1935.

C.C. - As eleições foram em 34.

B.L. - Sim; mas já depois da Constituinte de julho. Depois da Constituição, como não houve prorrogação de mandatos, vim a exercer então o meu primeiro mandato. Aliás, foi também uma luta difícil, em que fui muito contestado.

D.P. - O senhor está lembrado de toda a disputa em torno da bancada classista, da representação classista? Edgar Teixeira Leite é escolhido representante dos empregados do Norte.

B.L. - Essa representação classista se deu sobretudo naquela...

D.P. - Na Assembléia Constituinte, em 1933, já havia essa representação.

B.L. - E depois, na Câmara dos Deputados. Quem tem um estudo longo sobre a representação classista é um deputado de São Paulo, não sei se Pinheiro. Devo até ter um trabalho dele aí. Ele escreveu uma monografia sobre a representação classista, mais de cunho doutrinário (não é bem uma parte histórica). Depois acompanhei as eleições classistas para 35; nessa ocasião, Agamenon Magalhães já estava no Ministério do Trabalho. Lá, pude ver o esforço dele para organizar uma representação classista.

D.P. - Durante o período em que a Assembléia Constituinte funcionou, Juarez e outros elementos articulam a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. O senhor está lembrado de quanto tempo durou esta sociedade? Não temos muitos dados sobre ela. Sabemos que começou a existir a partir de 33/34 e estava mais voltada aos problemas do Norte.

B.L. - Do Norte, não é?

"Encadeado o movimento integralista que baseava o seu nacionalismo em imitação estrangeira, adotando formas e idéias vitoriosas na Itália e na Alemanha, o Plínio Salgado imaginou uma espécie de fusão entre o partido que criara, ou dirigia, e a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. Tentou infiltrar-se na Sociedade de todos os modos".

Ele achava que, como Alberto Torres tinha feito um governo forte, podia haver uma aproximação entre o integralismo e a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. Então procurou se infiltrar nessa sociedade, porque o integralismo ganharia uma grande projeção se, de repente, passasse a funcionar com a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres.

"Deve ter intensificado esse trabalho no período que cor respondeu à presença de Rafael Xavier na Sociedade dos Amigos do Alberto Torres, de 1935, a 1936, em que o integralismo obteve uma ascensão de que Getúlio Vargas se iria servir para chegar ao 10 de novembro de 1937. Devo a informação dessa infiltração integralista na Sociedade dos Amigos de Alberto Torres ao próprio Rafael Xavier, que me acrescentou que tomara todas as providências para evitar que a

Sociedade fosse atrelada aos destinos de um partido político, fosse ele qual fosse. Sua preocupação, como a dos seus companheiros de direção da Sociedade, era exatamente no sentido de conservá-la acima do interesse das facções e dos pleitos políticos do momento. Para Rafael Xavier, havia no caso uma circunstância mais séria, qual fosse uma distorção do pensamento de Alberto Torres, que nunca admitira como solução a forma ditatorial pregada pelo fascismo, nas suas diferentes versões, inclusive na brasileira".

"O erro era tanto maior quanto Plínio Salgado já identificava o nacionalismo de Alberto Torres com a da Itália e o da Alemanha, que eram nacionalismos violentamente agressivos, obsessivamente conquistadores, quando Alberto Torres pregava a paz e condenava categoricamente as guerras de conquista. Denunciava mesmo que o que ele ensinava se resumia, assim, a uma coordenação de energias para a garantia de nosso futuro, isto é, para a proteção e a defesa de nossas possibilidades econômicas. O Estado forte que Alberto Torres desejava não tinha nada de comum com o Estado discricionário dos fascismos. Era, antes de tudo, um estado de direito, armado de poderes necessários para enfrentar as poderosas oligarquias financeiras - os argentários, como eles denominavam. Mas Alberto Torres exaltava os direitos individuais, o que hoje se denominaria à dignidade da criatura humana. Ele levava tão longe essa preocupação que criava um poder coordenador para defender os direitos individuais nos estados, como proteção suprema para todo esse conjunto de direitos, um mandado de garantia funcionando ao lado do *habeas corpus*, na defesa desses direitos, que não se enquadrassem bem no alcance e natureza do *habeas corpus*".

É *A presença de Alberto Torres*. Não sei se você tem esse livro. Não gosto de fazer livro tão grande assim [risos], mas Alberto Torres tinha uma vida muito interessante e, sobretudo, fazia a defesa do nacionalismo. Fazer uma biografia com apenas a vida dele, sem as idéias, não teria sentido. Então foi preciso fazer a biografia com sua vida e suas doutrinas, porque, de certa maneira, estas são o resultado da vida que ele levou e das experiências que fez.

De certo modo, também, este livro surgiu como uma espécie de réplica ao entreguismo do governo do marechal Castelo Branco. Não compreendo de maneira alguma que as próprias classes armadas, tomando conta do governo, comessem a agir através de medidas de puro e absurdo entreguismo. Houve um tempo, no governo

Castelo Branco, em que, no mesmo dia, saíram três decretos para favorecer a *Light*. Esses decretos eram de tal ordem que, em consequência deles, as ações da *Light*, que na Bolsa de Nova Iorque estavam sendo cotadas a três dólares, passaram a ser cotadas a 12 dólares. Essas coisas foram, de certa maneira, levando-me à convicção de que eu precisava trazer à cena um líder nacionalista. E não havia no Brasil uma figura mais expressiva na liderança do nacionalismo do que Alberto Torres. Então, escrevi esse livro, como uma espécie de réplica ao entreguismo do Roberto Campos, com o pseudônimo de Castelo Branco.

C.C. - Quais seriam os objetivos desta Sociedade dos Amigos de Alberto Torres?

B.L. - Exaltar as teses nacionalistas que ele defendera não só nos *Problemas brasileiros*, como também naquela monografia sobre *A fonte de vida* e nos artigos. Alberto Torres, na sua última fase, colaborou em vários jornais aqui do Rio de Janeiro, sustentando com muito vigor, muita veemência e muita lucidez teses puramente nacionalistas. Esses artigos são importantes na vida dele, porque todos os seus livros foram publicados até 1913, aproximadamente, mas ele só morreu em 17, e, de 13 a 17, ele tem uma longa colaboração em vários jornais. Em *A Noite*, por exemplo, deu uma colaboração muito importante. Também em *O Estado de São Paulo*, onde defendeu não só teses nacionalistas, como teses de prática política superior. Em *O Estado de São Paulo*, por exemplo, ele combate aquela campanha que Olavo Bilac fazia, exaltando a necessidade de defender o Brasil através da generalização do Serviço Militar. E o Alberto Torres responde, num ensaio realmente memorável, que os quartéis formam soldados, mas não formam cidadãos - uma tese que ele defendeu energicamente, em *O Estado de São Paulo*, e a que dou muito relevo também no livro.

C.C. - Essa Sociedade dos Amigos de Alberto Torres tinha fins políticos?

B.L. - Não tinha fins políticos. Tinha mais o intuito de fazer propaganda das idéias dele, de teses relativas a problemas brasileiros. Pouco depois dessa fase, já no período do Edgar Teixeira Leite, a sociedade extinguiu-se como uma coisa accidental.

C.C. - O Edgar Teixeira Leite participava dessa sociedade?

B.L. - Sim; foi seu último presidente, acho que substituindo o Rafael Xavier.

C.C. - Qual o período?

B.L. - Depois de 33/34, por aí. Houve um incêndio no *Jornal do Comércio*, que acabou com o arquivo da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. Daí por diante, não houve mais ânimo para retomar o trabalho da sociedade. O incidente, de certa maneira, desestimulou-o.

C.C. - O senhor acha que houve alguma influência das teses defendidas pela sociedade na Constituinte, através do Edgar Teixeira Leite?

B.L. - Algumas coisas. Aliás, historio isso longamente nesse livro. A influência dele foi considerável, embora seu projeto de Constituição não fosse muito viável, nem muito prático. Mas suas idéias tinham uma projeção muito grande. Há episódios em sua vida em que o conceito que ele tinha era de tal ordem... Vou mostrar aqui o que dizia Gilberto Amado, quando ele morreu: "É uma reação contra o entreguismo".

Aqui está a sua figura, quando presidente do estado do Rio de Janeiro. Aqui estão as gravuras: a mãe dele; esse é o pai dele, Manuel Martins Torres, que foi senador pelo estado do Rio de Janeiro. Esse livro tem uma pesquisa longa em torno de suas relações com Silva Jardim. De certa maneira, é uma história até do estado do Rio de Janeiro, na fase inicial. Depois estudo as idéias dele, e por isso houve a dificuldade de fazer realmente um livro menor. Estudar a vida de um lado e as idéias de outro, fazer dois volumes separados não daria uma noção precisa, porque as idéias estão realmente vinculadas à própria vida dele. Só mesmo tendo coragem [risos], levando mais longe e escrevendo um livro maior. Depois, eu estudo aqui: *O internacionalista; O sociólogo; A política; O revisionismo; O governo forte e democracia; Alberto Torres, Olavo Bilac e a defesa nacional; O nacionalismo de Alberto Torres; Estrangeiros em nossa própria pátria; Alberto Torres e o imperialismo norte-americano; Doença e morte de Alberto Torres; Presença e repercussão da obra de Alberto Torres; Alberto Torres e a reforma constitucional de 1926 e A Sociedade dos Amigos de Alberto Torres.*

C.C. - A Sociedade dos Amigos de Alberto Torres teria algum vínculo com a União Cívica Nacional?

B.L. - Talvez não. Era uma sociedade que tinha admiração pela obra de Alberto Torres e procurava vivê-la, bem como estudar assuntos brasileiros à margem das suas teses, sem intuítos políticos, sem preocupação propriamente de conquistar poder. Tanto que, quando o integralismo quis valer-se dela, a sociedade reagiu energicamente.

D.P. - Que idéia o senhor faz da Constituição de 1934?

B.L. - Foi uma Constituição realmente liberal. Em geral, as constituições do Brasil, todas elas se ressentem muito de um defeito básico: preocupam-se mais com o passado do que com o futuro. Procuram corrigir os males verificados no passado, em vez de buscar as fórmulas que possam facilitar a ação do futuro. Era uma reação contra um regime discricionário de Getúlio Vargas e vinha com todas aquelas aspirações que, de certa maneira, se tinham consolidado na revolução paulista de 1932. Procurava ser uma espécie de resumo de fórmulas liberais e de democracia política. Tanto que, pouco depois, ela teve que ser revista para aumentar os meios de segurança do Estado. E foi então criado aquele estado de guerra, já um meio caminho para chegar a 37.

Era difícil, naquela fase, um regime político sobreviver. O entrelaço entre as duas tendências - a tendência comunista e a tendência fascista - era tão violento que só um Estado forte poderia superá-lo. Naquela ocasião, como o Estado não era

suficientemente forte, acabou sossobrando sobre as ondas desse embate entre o comunismo e o fascismo, o que, de certo modo, não desagradava a Getúlio Vargas. Tendo uma tendência de caudilho, Vargas via nesse choque a possibilidade de sua permanência no governo.

Nessa ocasião, na Assembléia Legislativa de 35, houve dois momentos importantes. O primeiro deles foi quando se apresentou um projeto para o fechamento da Aliança Libertadora. A Aliança era uma espécie de frente única, que reunia todas as correntes democráticas e também as de esquerda. Tinha, naturalmente, uma grande infiltração comunista, mas ao lado disso também tinha homens que eram propriamente liberais. Nessa ocasião eu, que já estava de certa maneira impressionado com a violência dos embates - isso tudo agravado pelo crescimento do Partido Integralista - , votei pelo fechamento da Aliança Nacional Libertadora. Mas depois votei também pelo fechamento da Ação Integralista, porque tinha a consciência, já naquela hora, de que, permitindo-se a continuação das lutas das duas tendências, estaríamos caminhando obrigatoriamente para um regime que extinguiria, de uma vez, com todas as liberdades democráticas.

D.P. - Era uma posição bem getulista?

B.L. - Naquela hora, Getúlio era a salvação. Sua ação política, na ocasião, desenvolveu-se no sentido de fechar todos os caminhos e deixar apenas um trecho estreito para o lado do aprisco que era o getulismo. Ou caíamos no fascismo... Nunca acreditei em perigo comunista, embora tivesse havido uma agitação aqui e ali. Mas o comunismo jamais teve força para dominar o Brasil; nunca chegou a representar uma tendência realmente forte. Entretanto, houve um momento em que o integralismo poderia ter empolgado a situação. No período que se seguiu ao 10 de novembro, até o *putsch* de maio de 38, o integralismo teve uma força imensa.

Quem assistiu, como eu assisti, ao desfile das forças integralistas na avenida Rio Branco, pode imaginar o que teria sido o integralismo, se tivesse à sua frente um homem enérgico (o que realmente não houve). Plínio Salgado não era homem para conquistar o poder com um golpe atrevido. Tinha elementos, dentro do Partido Integralista, muito mais capazes de uma ação nesse sentido do que o Plínio Salgado - como o próprio Gustavo Barroso. Mas naquele desfile que eles fizeram passar pela avenida Rio Branco, e que chegou até o Palácio Guanabara, onde Getúlio o assistiu, se eles tivessem tido ali, naquele momento, um comando para dizer "vamos atacar o palácio", eles tomariam conta do palácio, dominariam tudo e se instalariam no governo. Qual era o momento internacional? De um lado, o comunismo dominando uma grande parte do mundo; do outro lado, o fascismo conquistando a Alemanha e a Itália.

C.C. - Mas eles contavam com apoio nas forças armadas?

B.L. - Já havia apoio nas forças armadas, sobretudo quando a Alemanha começou a sua guerra contra os outros países. Acho que a corrente nazista ainda era mais forte do que a corrente... O elemento militar simpatizava mais com a Alemanha - que é um país muito forte militarmente - do que com a Itália, que se levava até na brincadeira. Ninguém acreditava muito na capacidade militar da Itália. Até se troçava da sua velocidade ou da

sua capacidade de correr nos momentos de combate. Havia muitas anedotas, e anedotas, às vezes, revelam uma nesga da verdade. Contava-se a anedota do treino de artilharia que a esquadra italiana estava promovendo: chamaram um daqueles oficiais que ia levar um navio com um rebocador para deixá-lo num determinado ponto; o oficial se afastaria para que houvesse então o exercício de tiro dos navios que estavam escalados para isso. O oficial aceitou a coisa. Já ia saindo, quando, de repente, deu um estalo na cabeça, voltou, dirigiu-se ao comandante e disse: "O senhor me permite ficar com o rebocador junto do alvo?" [risos]. Ele achava que, ficando junto do alvo, estaria mais seguro [risos].

C.C. - O senhor acha, então, que a intentona de maio de 38 representou um perigo maior do que a de 35?

[FINAL DA FITA 4-A]

B.L. - A convicção que dominava todo mundo era, de fato, a de que tinha que caminhar num dos dois sentidos. Se a Alemanha vencesse, quem pode ter dúvida de que teria trazido aqui para o Brasil um regime nazista? Também não tenho dúvida de que ela teria tomado conta de Santa Catarina e do sul do Brasil. O nazismo teria dominado. De outro lado, a Rússia não iria impor um regime comunista, já que estávamos muito mais perto dos Estados Unidos e da Inglaterra do que da Rússia, de modo que era desse lado que estava, realmente, a possibilidade de salvação da democracia.

Do lado do fascismo só havia a ameaça nazista. Nem o fascismo era em si uma ameaça, porque vimos, no final da luta, como a figura de Mussolini se esvaziou, e como ele passou a ser apenas um títere, quase que um instrumento de Hitler, sem nenhuma projeção, sem nenhuma autoridade, inteiramente desprezado por todas as forças que o combatiam. O Exército italiano não valeu nada na luta, enquanto que Hitler realmente dominou a situação. E nós tínhamos o domínio do nazismo no Brasil. Isso assustava todo mundo, e nos levava a desejar a vitória dos Aliados.

Em 7, com essas manifestações do integralismo, a reação contra o 10 de novembro não foi maior porque todos tinham a certeza de que, se reagissem contra Getúlio, naquele momento, estariam dando armas ao integralismo para tomar conta do poder. O raciocínio era esse: é melhor Getúlio do que o integralismo. Getúlio, afinal, não tinha uma doutrina consistente, não tinha um programa nem uma estrutura sólida. Era apenas uma figura humana que tinha alguns auxiliares perigosos, mas ele próprio, pela sua formação, era um homem cordial e tranqüilo. Daí a marcha natural.

Confesso que nunca aplaudi a Revolução de 37 e nunca fiz coisa alguma que pudesse facilitar o movimento do 10 de novembro. Ao contrário, sempre condei Agamenon, porque achava que se podia continuar a levar o Brasil dentro do regime da Constituição de 34, com as modificações feitas através da criação do estado liberal. Mas Getúlio pensava de outra maneira e via ali uma possibilidade de chegar ao poder. Mas como combater Getúlio nessa época, quando estava diante de nós a força do Partido Integralista? Ele, com a inteligência admirável, criou realmente a oportunidade que queria para continuar no governo, com uma pura manobra de caudilho.

D.P. - E o Plano Cohen?

B.L. - O Plano Cohen, dentro dessa mesma inspiração, era um dos instrumentos para se chegar a isso. Era preciso criar dois terrores: o terror do comunismo e o terror do fascismo. Só assim se abria margem para a continuação de Getúlio Vargas. Era o que a experiência nos mostrava naquela ocasião. Depois o mundo evoluiu, deixou-se de pensar assim. Entretanto, naquela ocasião, todos nós tínhamos a impressão de que, quem quisesse ter a expansão do comunismo, trataria de aumentar a força do integralismo; e quem quisesse aumentar a força do integralismo, deveria fazer propaganda a favor do comunismo. Exatamente porque as duas teses eram antagônicas, o predomínio de uma das duas correntes concorria para aumentar a força da outra [risos].

Eu e que não gostava de nenhuma dessas soluções. Uma vez até um deputado de Pernambuco estava dizendo que não tinha dúvida quando a opção a fazer: ele correria para o integralismo, que era melhor do que o comunismo. E eu dizia: "Não chego a admitir essa opção". Para mim, ela poderia ser traduzida nessa outra situação: o que é melhor, morrer debaixo das rodas de um trem, ou debaixo das rodas de um automóvel? [risos]

C.C. - Ruim mesmo é morrer. [risos]

B.L. - Ruim mesmo é morrer! [risos] Nas duas formas não haveria salvação.

D.P. - Se ficar o bicho pega, se correr o bicho come.

4ª Entrevista: 31.05.77

D.P. - Vamos retomar hoje o ano de 1934, tentando ver a rearticulação dos partidos diante das eleições. Qual a visão que o senhor teve dessas eleições de 34? Realmente elas tiveram um caráter diferente das eleições da República Velha?

B.L. - Tiveram um caráter diferente. Houve mais liberdade para o pronunciamento eleitoral, porque já tinha sido criado o voto secreto, protegido pela cabine indevassável (o chamado processo australiano). Além disso, tinha sido criada a Justiça Eleitoral. De modo que já houve realmente maior liberdade para o eleitor, embora sempre se procurasse burlar esse processo através do que se chamavam "os currais" - certos políticos levavam seus correligionários para determinada casa, ficavam lá com eles e depois lhes davam a cédula para que eles a colocassem na urna. Enquanto iam do lugar

em que estavam instalados os currais até as urnas, os eleitores eram acompanhados por um correligionário de confiança.

De certo modo, a liberdade se iludia. A liberdade eleitoral é muito difícil de conquistar, pois são tremendos os processos utilizados por esses elementos acostumados às eleições. Eles inventam maquinações de toda a espécie e acabam realmente iludindo a verdade eleitoral. Mas nessa eleição, já alguma coisa do voto secreto protegia o eleitor; se não em alguns municípios mais fechados, pelo menos nas capitais, nas grandes cidades, onde havia um pouco mais de liberdade para o pronunciamento eleitoral.

C.C. - Em 34 houve eleições estaduais e municipais, ou só para a Assembléia Legislativa?

B.L. - Em 34, houve eleições para a Câmara, para a Constituinte; ou a Constituinte foi em 33?

D.P. - A Constituinte foi em 33.

C.C. - Em 34, foram as estaduais, ou também houve eleições para os municípios?

B.L. - Não me lembro se houve também para os municípios, porque fui rapidamente a Pernambuco. Não demorei muito, passei lá uns 20 dias. Foi, aliás, a primeira vez que tive oportunidade de ir ao Sertão. Eu tinha nascido no Recife, tinha feito algumas viagens a municípios do interior, mas não conhecia o Sertão. Eu havia ido até Bonito, até Palmares mesmo, mas sempre na Zona da Mata, que é um ambiente completamente diferente do Sertão. Nessa eleição de 34, fui até o Sertão com Osvaldo Lima e com Ferreira Lima.

D.P. - Fazendo campanha eleitoral?

B.L. - Sim; fomos até Moxotó, percorremos aquela região toda. Estive numa localidade em que, 15 dias antes, Lampião havia passado. Não se sabia onde Lampião andava, ele tinha aquela vida ativíssima. Fomos a uma cidade, e Lampião tinha estado lá 15 dias antes. E era aquela situação de desconforto total do Sertão. O que me constrangeu mais no Sertão, realmente, foi o drama das secas. Foi quando tive a impressão do que era a falta d'água, numa grande extensão territorial do interior de Pernambuco. Passei ali pela cidade de Arcoverde, onde tinha chovido um pouco antes. Caíra um aguaceiro daqueles rápidos, tinham-se formado umas poças d'água, e o mulherio enorme acudiu para lavar roupa naquela água que, a meu ver, era lama. Mas eles achavam que era água. Aquilo já me deu a impressão, realmente, do heroísmo que é viver no Sertão.

Foi um espetáculo de tal ordem que eu, como deputado - e o próprio Agamenon se surpreendia com isso - defendia problemas e interesses do Sertão. Fiz até uma série de discursos, que reuni depois num folheto: *Interesses e problemas do Sertão*

pernambucano. A vitória do Carlos de Lima foi uma vitória folgada. Ele tinha em torno do governo a maior parte do eleitorado do estado.

C.C. - Como o senhor vê esse movimento de rearticulação partidária nesse período? Ele atingiu o interior?

B.L. - No interior quem dominava era o coronel, que tinha sempre o desejo de viver encostado no governo. E todos eles...

C.C. - Continuaram dominando, independente da Revolução de 30?

B.L. - Apesar de tudo aquilo, continuavam dominando. É muito difícil de evitar o coronelismo. Uma pessoa que tiver riqueza, fortuna... Quem é o líder natural desses municípios? É um coronel que usa de meios e processos nem sempre civilizados. Havia lá em Salgueiro, por exemplo, um chefe político que era um coronel, o Veremundo Soares. Mas era um homem civilizado, e Salgueiro dava uma impressão magnífica do Sertão: medidas progressistas, casas bem construídas, com instalações sanitárias etc. Mas havia outros chefes, como, por exemplo, o Chico Romão, da Região de Serrita. Era um homem que não recusava o emprego de nenhum processo Político. E a luta lá era muito acirrada, porque os dois grupos que faziam política no local eram bastante violentos. Isso é freqüente também em outras regiões. Mas o Chico Heráclio, não; na sua região de Limoeiro, ele promovia alguns melhoramentos. Ele lutou muito para conseguir que houvesse um serviço de água em Limoeiro. Em compensação, se ele pudesse conseguir a vitória fosse por que meio fosse, escorraçando o adversário, ou tomando medidas mais violentas, também não hesitaria. É a tal coisa: a vitória compensa! Tudo é preferível a perder. Ele também pensava como Agamenon.

C.C. - Quem esses coronéis do interior apoiaram nessas eleições?

B.L. - Os coronéis mais fortes apoiavam o governo. Quando o governo se dirigia a um desses municípios, ia buscar o coronel que sabia que tinha mais força política, maior eleitorado, maiores meios também de fazer fortuna. Ia direto em cima daquele coronel e o convidava para compor o partido.

C.C. - Quer dizer, o governo que tinha saído de uma Revolução, que combatia a oligarquia, buscava os coronéis?

B.L. - Combatia a oligarquia, mas ia buscar o apoio dos coronéis. Isso, em todos os estados. Foi o que se fez. E por isso os coronéis de menor prestígio ficavam com a oposição. Não tinham outro jeito.

C.C. - Mas quem era a oposição nesse momento? Fora o PSD, havia uma série de partidos pequenos, não é?

B.L. - Sim, parece que havia partidos pequenos. Não me lembro muito da lista.

C.C. - Partido Autonomista; Partido Economista...

B.L. - Havia o partido dos estacistas, que era o PRS - Partido Republicano Social - , o senhor está lembrado?

B.L. - Em princípio foram partidos que não demoraram muito, porque veio logo 37, e eles desapareceram. De modo que não tiveram...

D.P. - Inclusive esse partido de 33 consegue eleger o Souto Filho para a Constituinte.

B.L. - O Souto Filho, aliás, vinha do tempo do Rosas. Souto Filho tinha alguns setores eleitorais; tinha força em Garanhuns e em alguns municípios próximos. Mas também não tinha ideologia alguma. Quando Souto Filho veio como deputado, caracterizou-se pela fortuna que fez na mesa de jogo do Jóquei Clube. Eu nunca soube que ele defendesse nenhum grande projeto em lugar algum. As figuras políticas do estado ou eram os elementos que estavam em torno do Carlos de Lima, ou os elementos que estavam em torno do famoso ABC: os Arruda Falcão, Solano Carneiro da Cunha, Barreto Campelo...

C.C. - Esse era realmente o núcleo da oposição?

B.L. - Era o núcleo da oposição, o elemento de mais significação, inclusive intelectual.

C.C. - Esse grupo ABC foi consequência de uma cisão do próprio PSD, não?

B.L. - Uma cisão no próprio grupo do Carlos de Lima Cavalcânti. Eles tinham sido revolucionários também; tinham apoiado a Revolução.

C.C. - E estavam no PSD em 33, na Constituinte? Eles rompem em 34 e fazem essa dissidência.

B.L. - Rompem inclusive com Cleofas - ou melhor, Cleofas é que rompe também com Carlos de Lima. E eles ficam do lado...

C.C. - Cleofas apóia a dissidência?

B.L. - Sim; ficou do lado da dissidência. Cleofas tinha ligações muito grandes com esse grupo, porque era casado com a filha de José Henrique Carneiro da Cunha. Era muito ligado a esse grupo do Arruda Falcão e a esses outros elementos.

D.P. - José Henrique Carneiro da Cunha também fica com o ABC?

B.L. - Não; o José Henrique não toma uma atitude política muito nítida. Não creio, em absoluto, que ele tenha tido atitudes políticas. A vez em que ele ficou com maiores definições foi quando candidato ao governo do estado, por solicitação do Borba e dos amigos dele. Mas não era homem de se interessar muito pela vida política. Agora, tinha o filho dele, o José Bezerra, que gostava mais da vida política.

C.C. - O senhor falou que o Cleofas era parente dele, por isso ficou com a dissidência?

B.L. - Ficou com essa dissidência. Eles tinham uma certa ligação de família. E tinha o Barreto Campelo também, que era professor da Faculdade de Direito, um homem bastante inteligente. Ele tem um filho atuando em Pernambuco, na universidade, o Sebastião Barreto Campelo.

D.P. - A que o senhor atribui essas divergências entre o ABC e o grupo Lima Cavalcânti?

B.L. - Não sei qual foi o motivo do rompimento. Sei que era difícil alguém levar muito tempo apoiando Carlos de Lima, que tinha aquele temperamento a que me referi há pouco: era um homem um tanto inconstante, temperamental e, às vezes mesmo, até passional. De vez em quando, ele tinha um rompante e deixava de seguir a norma que politicamente deveria seguir: preservar o prestígio de um, dar importância à autoridade de outros. Isso em política são motivos de divergências, são coisas também pessoais. Na vida política brasileira, é muito raro se encontrar divergências por motivos, por exemplo, ideológicos. É a experiência que tenho, na maior parte das vezes, encontrado na minha vida.

C.C. - Da última vez, o senhor falou que o Carlos de Lima combatia o grupo ABC porque esse grupo tinha tendências oligárquicas.

B.L. - Era um grupo que, se fosse para o poder, teria tendências oligárquicas, pois era um grupo de família. Foi por isso que eles se uniram. Eles não chegaram a exercer propriamente o governo. Na situação anterior, não tinham tido maior influência. Nenhum deles estava muito ligado ao Estácio Coimbra, que fora o último governador. Era um grupo familiar, vamos dizer assim, e quando um brigou, brigaram todos. Talvez

a coisa tenha começado com o próprio Cleofas, não tenho certeza. Seria até bom ouvir o Cleofas para saber qual foi o motivo de sua divergência com o Carlos de Lima.

O que se verifica também é que, com a inconstância do temperamento do Carlos de Lima, elementos de um e de outro lado acabavam brigando. Artur Marinho era um homem que tinha tendências ideológicas, era até um tanto de esquerda. Foi, durante certo tempo, uma das figuras mais influentes no governo Carlos de Lima, e teve que romper com ele. Depois, vem esse grupo de Cleofas; rompe também o Cleofas. Havia aquela ciranda - como eu disse naquele discurso - , um movimento rotativo permanente em torno do poder.

Agamenon era revolucionário, mas Carlos de Lima fez horrores com ele, numa certa fase. Agamenon também não se dava por achado, era realmente um temperamento político. Quando a situação lhe era difícil, ele sustentava a tese de que era hora de submergir, fingir-se de morto. Nesse tempo de Carlos de Lima, houve uma fase em que este não tinha muita simpatia pessoal por Agamenon. Agamenon ia a palácio, Carlos de Lima demonstrava austeridade, e Agamenon insistia em não perceber. O pessoal de Pernambuco registrava o fato e estranhava um pouco. Eles não viam que, com o temperamento político de Agamenon, isso para ele não tinha importância alguma, porque ele visava sempre a possibilidade de se reconciliar e de fazer política conjuntamente com o Carlos de Lima, como veio a ocorrer. Os dois se juntaram, e Agamenon veio para o Ministério do Trabalho. Não veio propriamente por indicação do Carlos de Lima; veio mais pelo seu trabalho anterior, quando havia defendido medidas de natureza trabalhista (creio que Getúlio o tenha conhecido nessa ocasião).

Havia ainda outros elementos políticos muito ligados a Agamenon, como o Afonso Pena. Quando Agamenon veio para o Ministério do Trabalho, o Carlos de Lima se uniu muito a ele; ficaram os dois perfeitamente entendidos, durante uma longa fase. Foi nesse período que entrei na vida política de Pernambuco, como líder da bancada - como líder de Carlos de Lima, mas com vínculos pessoais maiores com Agamenon do que com o próprio Carlos de Lima.

C.C. - O senhor acha que esse grupo ABC tinha uma proposta política definida? Opunha-se a Carlos de Lima, através de uma proposta política diferente?

B.L. - Não; acho que era a luta pelo poder. O que é básico na vida política brasileira é a luta pelo poder. Isso nós encontramos até nas revoluções, em toda a parte. Por que é que os liberais se afastaram dos conservadores e procuraram fazer a Revolução de 1842 em Minas e São Paulo, e a de 1848 em Pernambuco? Foi uma luta pelo poder! O Partido Liberal queria chegar ao poder e afastar os conservadores. Assim, também nesses grupos políticos, a idéia essencial...

Por exemplo, quando Osvaldo Lima não aceitou a candidatura do Agamenon, por que foi? Foi porque ele queria ter um candidato mais ligado a ele. Era o que se podia notar. Por que Agamenon não aceitava a candidatura do Cleofas, quando tinha feito, inclusive, um acordo com ele? Porque Agamenon queria o poder para ele. A luta pelo poder é fundamental, é básica, mesmo porque são grupos ideológicos muito semelhantes. Qual a diferença que há entre esses elementos? Já não digo João Cleofas - este já era usineiro aqui -, mas entre o velho Osvaldo Lima e o Mário Domingues, por exemplo? Não havia diferença profunda. Mário Domingues era dono de engenho.

C.C. - O senhor acha que tinha algum interesse econômico por trás desse grupo? Esse grupo era forte economicamente?

B.L. - A luta pelo poder é sempre uma luta que também tem objetivos econômicos. Quem está no poder tem mais crédito, tem mais possibilidade de encontrar crédito. Estácio Coimbra, por exemplo, quando fez a usina, pouco antes da Revolução de 30, teve crédito bastante para montar, em Barreiros, uma das usinas mais adiantadas do estado.

D.P. - No caso do grupo ABC, o senhor acha que havia alguma proposta diferente em relação ao açúcar, em se tratando de usineiros? Será que eles não estavam concordando com a política açucareira de Lima Cavalcânti?

B.L. - Não; a política de Lima Cavalcânti era a mesma deles, ou seja, a de conseguir proteção para o açúcar, conseguir soluções para a produção açucareira de Pernambuco. Desse grupo do ABC, o Arruda Falcão tinha interesses em engenhos. O Solano já não tinha propriamente engenho, mas tinha simpatia também com os donos de engenho. Havia também o Cleofas, cujo sogro, o José Henrique, tinha usina. O próprio Cleofas tinha um engenho em Vitória. Ainda não tinha a usina que veio a adquirir depois em Campos, mas tinha o engenho em Vitória. De modo que não havia uma separação muito profunda de interesses, uma diferenciação de classes. A política do açúcar congregava todos. Todos queriam uma elevação do preço do açúcar, a melhoria do crédito para a produção açucareira. Todos eles sempre tinham as mesmas idéias e as mesmas atitudes. Por que se separar?

C.C. - Temos notícias, através da leitura de jornais da época, de que João Alberto teria ido a Pernambuco, nesse período - acho que em março ou abril de 34 - para organizar a oposição a Carlos de Lima. O senhor sabe alguma coisa sobre isso? Por que haveria o rompimento entre o João Alberto e o Carlos de Lima?

D.P. - Ele é candidato a governador do estado pela dissidência pernambucana, não é?

B.L. - Penso que João Alberto queria representar esse grupo dos tenentes. Mas, fazendo a oposição a Carlos de Lima, queria conquistar o poder para si e ter uma base eleitoral, já que não tinha nenhuma. Ele tinha sido interventor em São Paulo, mas tinha perdido a interventoria e não tinha base eleitoral em nenhum lugar.

D.P. - Ele é constituinte em 33?

B.L. - Sim; eleito, aliás, por Pernambuco.

D.P. - Eleito por Pernambuco, pelo PSD.

B.L. - Pelo PSD, mas com o prestígio do próprio Carlos de Lima, porque ele não tinha eleitorado lá em Pernambuco.

D.P. - Como o senhor explica a relação dele com esse grupo dissidente?

B.L. - Desejo de conquistar o poder.

C.C. - Quer dizer, era o grupo mais forte que se opunha a Carlos de Lima, não?

B.L. - Sim; eles iam buscar o apoio do João Alberto, que era um apoio significativo. Era um homem que tinha grandes relações militares e, em consequência, podia oferecer uma margem maior de segurança a todos eles no pleito político. Mas, no fundo, era uma luta pelo poder.

C.C. - Parece que houve qualquer coisa no sentido de que João Alberto estaria denunciando a posição de Lima Cavalcânti e do próprio Getúlio. Em 33 ele não estava muito satisfeito com a possibilidade de reeleição de Vargas. Além disso, havia o problema da eleição para governadores antes da Constituinte de 34, não é? Devia haver alguma coisa nesse sentido. Ele estava tendo algumas divergências com o governo central.

B.L. - Esse ponto da atitude do João Alberto eu não me lembro.

C.C. - Não sei se isso teria relação com a briga dele com o Carlos de Lima.

B.L. - Não me parece. O próprio Carlos de Lima também teria interesse em prorrogar o próprio governo e, por isso, defenderia provavelmente a candidatura do Getúlio.

C. C. - O senhor fala que João Alberto representava os interesses tenentistas, mas Carlos de Lima também era vinculado a esse grupo.

B.L. - Também, através de suas amizades com aquele grupo do Juraci, ou do próprio Juarez, do Afonso Albuquerque Lima, do Mamede. O Mamede e o Albuquerque Lima foram elementos da polícia de Carlos de Lima.

D.P. - O problema é que o tenentismo também já estava muito desarticulado.

B.L. - Estava desarticulado e nunca teve propriamente o sentido de uma confluência maior de idéias. Era mais uma atitude de discordância generalizada do que de uma coordenação num sentido definido. Eu, aliás, no *Alberto Torres*, analiso bem as tendências. Não sei se você teve oportunidade de ler, mas no *Alberto Torres* mostro muito que aquelas diferentes correntes de tenentes tinham em comum a crítica, mas não se uniam propriamente num programa construtivo. E, de fato, a solidariedade não está na crítica. Qual é a proposição?

Só passa a haver mesmo uma coordenação maior quando eles se concentram, ou se unem, em torno de uma determinada medida, de um determinado projeto. Quando eles passam da oposição à construção, aí é que se tornam um partido, aí é que começam a ser uma coisa definida, porque protesto em geral é coisa da oposição, não do governo. É como se alguns elementos se juntassem e fizessem um programa político só de protestos; contra isso, contra aquilo e contra aquilo outro. Quando chegassem ao poder e começassem a surgir propostas para determinadas indagações, esses elementos se dividiriam. A oposição é sempre uma força desorganizada. É muito mais fácil unir em torno de um não do que unir em torno de um sim. Isso é uma verdade política. Depois de uma manifestação revolucionária, quando se vai procurar passar para um trabalho aí começam a surgir as divergências.

Havia um livro de um desses tenentes, Martins de Oliveira, chamado *O Brasil errado*. A meu ver, é uma característica do que era o grupo tenentista. Critica tudo. Quando vai se ver que solução ele propõe, não se encontra nada, ou se encontram soluções que os próprios tenentes, se fossem experimentar, talvez não viessem a aceitá-las. Alguns deles já estavam sofrendo influências do fascismo, e outros estavam sofrendo influências de regimes comunistas. Não eram comunistas, mas sofriam influência de uma idéia socialista, de uma coisa nesse sentido. E havia a corrente que simpatizava com as idéias fascistas. Como congregar uns e outros?

D.P. - Eles se cindem. Cada um vai para um lado.

B.L. - Cada um vai para um lado.

C.C. - Voltando ao problema da organização dos partidos nessa época, o senhor acha que existiu uma tendência de aglutinação de classe nesses partidos? Havia uma representação social e econômica?

B.L. - Politicamente, quando se organizava uma chapa, havia sempre a idéia de procurar um representante. Podia ser o próprio governo, ou o organizador da chapa, que procurava um representante do comércio, um representante da lavoura, um representante de determinados setores, às vezes até de estudantes. Em quase todas as chapas havia uma certa tendência exatamente para dar consistência à chapa - de procurar elementos diversificados de vários setores sociais.

Uma vez, fui incumbido, por Agamenon, de organizar a comissão executiva do PSD, já na fase de 45. Para organizar o PSD, o que fiz? Procurei aqueles elementos que tinham militância política na época, como o Osvaldo Lima e o Ferreira Lima. Mas fui procurar, também, um elemento que, de certa forma, tivesse prestígio na vida política.

Fui ver um usineiro, como Armando Monteiro. O Novais Filho tinha feito uma administração municipal e conquistado um certo prestígio; eu o incluí também na comissão executiva. Havia ainda um representante da classe de fornecedores de cana, o Neto Campelo, que vinha sendo presidente de associações de fornecedores de cana. Havia um movimento grande de bangüezeiros reunidos em torno de uma cooperativa, que tinha como presidente o Hélio Coutinho; fui buscá-lo. Quer dizer, procurava-se fazer das chapas... Naquele momento não havia uma tradição política, como havia no "rosismo". Este, talvez, tivesse dispensado isso nas suas chapas, procurando mais intelectuais do que representantes de classes. Mas havia uma tradição e uma longa vivência, já uma situação mais prolongada.

Para uma situação nova, que ainda não tinha propriamente toda a sua estrutura bem fundamentada e bem segura, o interessante era abrir um leque maior e abranger um número maior de classes (embora esses representantes de classe, na hora em que procurassem seus colegas, talvez não encontrassem o apoio deles, já que eram representantes escolhidos pelo governo, e não eleitos pelas classes).

D.P. - Essa idéia vai muito de encontro com a idéia de que o partido representa uma determinada ideologia de um determinado setor social. Cada setor social teria uma ideologia e, por sua vez, se aglutinaria em torno de uma agremiação, de um partido político. Quer dizer, essa visão do senhor está indo exatamente de encontro a essa concepção.

B.L. - É de fato uma realidade, porque foi a composição da comissão executiva do Partido Social Democrático, em 45. Agamenon estava aqui no ministério e me incumbiu de ir a Pernambuco. Etelvino estava também de acordo comigo nessa organização, e Agamenon me deu carta branca. Naturalmente, procuramos fazer um trabalho de reunião desses elementos diversificados. Eu me recorro até de que Novais Filho, que não queria a inclusão do Hélio Coutinho na comissão executiva, porque ele tinha uma hostilidade antiga, queria afastar da chapa tanto o Hélio Coutinho, que não era seu amigo, como Neto Campelo, que estava muito ligado a ele. Tive que convencê-lo de que eles todos eram necessário, porque Novais, pelo fato de ter sido prefeito do Recife, tinha conquistado um ambiente político mais extenso. Então, precisávamos trazer um bangüezeiro e um fornecedor.

C.C. - Não havia então a tendência de aglutinação de uma classe, como a dos usineiros, por exemplo, a tal partido, fornecedores a tal outro partido? Mesmo em 34, o senhor acha que não existia isso?

B.L. - Não devia existir, porque, nessa fase, um dos elementos que veio como deputado, o Severino Mariz, não era usineiro ainda; só veio a comprar usina mais tarde. E o governador do estado era usineiro, o Lima Cavalcânti. Agamenon é que depois procurou estabelecer uma certa separação, porque fazia suas campanhas com aquele *slogan*: "Pobre do estado que se deixa governar por usineiros". Isso, depois de ter feito o acordo com Cleofas [risos], para só os dois disputarem. Parecia engraçado, mas se era triste, realmente, um estado governado por usineiros, não se compreenderia a candidatura do Cleofas: Agamenon devia se opor à candidatura do Cleofas. E ele

sustentou a tese de que só os dois deviam ser candidatos, ele e o Cleofas. Depois desse acordo, Agamenon iniciou a sua campanha e veio com esse *slogan*. Cleofas se irritou muito, porque esperava, após o entendimento, que houvesse uma certa boa vontade e uma certa cordialidade. E o primeiro comício de Agamenon foi esse: "Pobre do estado que se deixa governar por usineiros" [risos].

Eu não fazia essa política, porque o meu ponto de vista, em Pernambuco, era de que a usina representava um determinado processo no próprio avanço da indústria açucareira, toda uma situação de avanço tecnológico. Não queríamos continuar sempre com os engenhos antigos, que tinham um rendimento precário por tonelada de açúcar e um maquinário atrasado. De súbito, chega a usina. Então, tínhamos que procurar disciplinar a função da usina, através de uma legislação adequada, mas não propriamente combatê-la. Sem a usina, ainda seria pior a situação do estado. Nesse ponto, nunca me entendi com Agamenon em termos de orientação política, porque eu achava que o progresso da indústria açucareira estava dependendo, também, desse avanço tecnológico que a usina representava. Tanto que, à medida que as usinas se foram difundindo, os engenhos foram passando a fornecedores de cana, e os bangüezeiros foram desaparecendo.

Quando eu estava na presidência do Instituto e cooperava com Hélio Coutinho para organizar um sistema de amparo e em defesa dos bangüezeiros, eu fazia questão de dizer a todos eles que não tínhamos a idéia de perpetuar a existência deles. Era uma situação passageira, que tínhamos de certa maneira que enfrentar, e oferecer meios de assistência para que fosse mais fácil a evolução deles para uma situação diferente de produção.

D.P. - Voltando um pouco a 34, o senhor está lembrado da articulação do movimento operário de Pernambuco, com vistas às eleições nesse período?

B.L. - É; eles se articularam um pouco lá.

D.P. - Cristiano Cordeiro tinha até uma legenda: "Trabalhador, ocupe teu posto". Ele inclusive consegue a maior votação do estado, como candidato.

B.L. - Sim, creio que ele foi muito votado como deputado estadual.

D.P. - Pois é, parece que ele não chegou a assumir.

B.L. - Aliás, o Cristiano Cordeiro foi meu companheiro de turma. Ele se formou em Recife, na turma de 17. E voltou para Pernambuco no momento em que eu estava lá no governo do estado. Ele tinha, até, uma situação de funcionário público que procuramos resolver, respeitando os seus direitos na ocasião. Era uma aposentadoria dentro de determinadas bases. No entanto, ele queria voltar para o estado, tinha realmente saudades do estado e não tinha mais intenção nenhuma de fazer política. E isso de achar que se tem que perseguir os elementos que foram algum dia comunistas era uma coisa

que eu não podia admitir. Nem eles próprios aceitavam, já que chegaram a fazer de Carlos Lacerda um líder político deles, não é?

D.P. - Mas essa legenda teve realmente força em Pernambuco?

B.L. - Eles tiveram uma boa votação. O Partido Comunista, com uma certa liberdade de ação, conseguiu uma coisa que nenhum partido conseguiu: uma arregimentação maior. Eles fiscalizavam melhor as eleições do que qualquer outro partido político; sem dúvida, eles tinham uma organização mais completa. Eles davam aulas para formação de fiscais de eleições. Isso, eles fizeram nesse período, e depois em 45.

C.C. - O Partido Comunista participou das eleições?

B.L. - Não sei se estava registrado; não tenho certeza disso. Em 45 estava.

D.P. - Em 33 eles tentam, mas não conseguem. Depois, em 34, acho que eles...

B.L. - Não conseguem; mas não são perseguidos da maneira como foram depois.

C.C. - Não; acho que eles apoiaram uma legenda.

B.L. - Apoiam a legenda, infiltram-se nessa legenda, e através disso conseguem sobreviver.

D.P. - Mas o dr. Cristiano Cordeiro não chegou a assumir, não é? Ele foi eleito, mas me parece que foi preso logo depois. Ele estava na Câmara com o senhor em 34, não estava? O senhor lembra da participação dele?

B.L. - Ele não foi eleito para a Câmara Federal, e sim para a Câmara Estadual. Na Câmara Federal, acho que não houve nenhum elemento comunista. Houve em 45; nesse ano eles tiveram três deputados. Um deles era um sargento, valente, de um idealismo extraordinário. Eu admirava aquele homem, porque ele se dedicava exclusivamente àquilo, vivia na maior miséria, na maior dificuldade. Era o Gregório. Todos os dias estava lá; acordava para cumprir aquela tarefa. Era um elemento incrível, de um idealismo fantástico.

C.C. - Até há pouco tempo ele estava preso.

B.L. - Às vezes, eu dizia sobre ele: "Não posso deixar de admirar um homem desses, sobretudo quando confronto com Augusto Frederico Schmidt [risos]. Como é que eu

posso deixar de respeitar o idealismo desse homem?" Eu via a situação de miséria por que passava. Na campanha do Cid Sampaio, que teve o apoio dos comunistas, acompanhei sua atividade em todos aqueles comícios: ele organizando aquilo, chamando pessoas para tomar parte nos comícios. Chegava lá cedo, começava a falar e a falar, enquanto não chegavam os oradores que estavam escalados. Isso, todos os dias, com um devotamento extraordinário!

D.P. - Em 34 o senhor se lembra do jornal *O Estado*, lá de Pernambuco, que fazia uma campanha cerrada a Lima Cavalcânti?

B.L. - Qual era o jornal?

D.P. - *O Estado*.

C.C. - A favor?

D.P. - Contra. Não sei se estava sendo censurado, acusado de fazer uma campanha enorme contra Lima Cavalcânti, que suspendeu por tempo indeterminado a sua circulação.

B.L. - Havia alguns elementos de oposição em Pernambuco. Acho que Nelson Firmo, nessa ocasião, como jornalista fazia campanha também. São essas coisas: os que ficam sempre à margem do poder encontram razões e argumentos para tomar atitudes de oposição. Nelson Firmo não tinha nenhuma ideologia definida, mas era um homem atrevido, corajoso.

C.C. - Falava mal de todo mundo, uma hora do governo, outra hora...

B.L. - Houve um tempo em que tinham proibido a circulação de seu jornal; ele ia para a porta da redação e distribuía o jornal [risos].

C.C. - Acho incrível que num período ele elogie, no outro já esteja metendo o pau, e depois volte a elogiar.

B.L. - Isso, aliás, é comum nesses homens apaixonados. Não sei se você já leu um livro do Epitácio Caó, sobre o Carlos Lacerda: *O carreirista*. Carreirista era traição, eu creio. Ele confronta o que o Carlos Lacerda dizia de uma pessoa num determinado período e o que dizia no período seguinte. O Fileno de Miranda, nessa ocasião, também era oposição a Carlos de Lima. Deve ter sido por algum motivo pessoal, porque as ideologias não tinham uma diferença muito profunda. Talvez o Carlos de Lima fosse mais liberal do que o Fileno, que já apresentava uma vaga tendência para o fascismo a que depois veio aderir.

D.P. - O senhor se lembra da atuação dos Lundgrens, também opositores do Lima Cavalcânti?

B.L. - Os Lundgrens queriam fazer de Paulista um feudo. E não respeitavam leis, nem respeitavam coisa alguma em Paulista. Nas eleições eles se dividiam: o Frederico ficava com um partido, e o Artur Lundgren ficava com o outro partido, para não criar dificuldades futuras. Vencesse o partido que vencesse, eles estavam de cima - ou através do Artur, ou através do Frederico.

C.C. - O senhor estava lá, durante as eleições de 34?

B.L. - De 34, não. Fui para Pernambuco em 35. Em 34, nas eleições, fui lá disputar. Aquela coisa de ir ao Sertão etc. foi em 34.

[FINAL DA FITA 4-B]

B.L. - Nessa fase de 34/35, houve qualquer irregularidade nas eleições de Pernambuco. Alguma coisa no processo eleitoral não foi bem obedecido, o que criou um grande problema no julgamento da eleição pelo Tribunal Eleitoral. Nessa ocasião, escrevi uma série de artigos, defendendo essas eleições. Barreto Pinto até achava que tínhamos conseguido uma grande vitória, ao obter que a eleição fosse confirmada pelo Tribunal Superior Eleitoral. E Barreto Pinto tinha certa autoridade para opinar nesse assunto, porque ele era secretário de Hermenegildo de Barros, presidente do Tribunal Superior. Na verdade, quem manobrava o Tribunal era o Barreto Pinto, porque era um homem de uma eficiência extraordinária, que empolgava aquilo. Hermenegildo de Barros, embora fosse inteligente, não tinha aquela rapidez de raciocínio e de ação de Barreto Pinto. Eu precisava reler esses artigos para saber real mente quais foram as objeções feitas ao pleito, e as razões que apresentamos. No momento estou esquecido.

C.C. - Essas irregularidades foram apontadas pelos outros partidos?

B.L. - Os outros partidos defenderam, também, essa outra tese. Quiseram impugnar nossa eleição, mas conseguimos ganhar no Tribunal Superior Eleitoral.

C.C. - Foi uma vitória estúpida, uma maioria muito grande.

B.L. - Foi uma vitória imensa. Fui eleito, aliás, pelo sistema eleitoral da ocasião. Era uma representação proporcional, mas não ainda completa; uma representação proporcional aliada a um certo critério majoritário, que estava muito nas tendências de Assis Brasil. Ele achava que se devia temperar a representação proporcional com a defesa de uma certa influência majoritária. No primeiro turno, verificava-se qual era o

quociente eleitoral, e estavam eleitos todos os que tivessem atingido esse quociente. Sobrava, naturalmente, um saldo grande. Então, pelo processo de Assis Brasil, esse resto era atribuído ao partido que tivesse feito a maioria. E foi o partido do Carlos de Lima Cavalcânti que obteve esse resto da votação.

Nesse segundo turno, fui até o mais votado, pois tive uma votação suplementar. Mas nunca me importei com votação, sempre a considerei num plano secundário. Nunca tive a idéia de que seria um grande elemento de vitória política a pessoa vir com uma grande votação. Nesse ponto, Josué de Castro errou seus cálculos, porque ele fazia questão de ser o mais votado. No entanto, sendo o mais votado, ele prejudicava muita gente, que passava a hostilizá-lo, de certa maneira. Por outro lado, quem fosse eleito nas sobras, encontrava mais boa vontade, já que não tinha feito concorrência a ninguém [risos] .

D.P. - O senhor conseguiu mais voto em alguma região específica?

B.L. - Em Pesqueira, porque tive o apoio de Manuel de Brito, de quem era muito amigo. Ele era dono daquela fábrica Peixe. Tinha sido meu companheiro em Olinda, quando fazíamos esportes de jangada. Ele tinha noivado com uma moça que era nossa vizinha em Olinda, e ele sempre aparecia por lá para tomar banhos de mar.

Quem iniciou o processo da jangada fui eu. Era uma jangada pequena, com remo de duas faces. E ele sentava na jangada, eu com aquele remo de um lado para outro, velejando pelo mar, enfrentando aquelas ondas, e, de certa maneira, fazendo uma coisa temerária, porque ali o mar era um pouco infestado de tubarões. Se fôssemos atacados por um tubarão, naquela jangada, não haveria salvação. Conheci Manuel de Brito nessa ocasião, e fizemos uma amizade para todo o resto da vida. Ele, então, mandou que me apoiassem em Pesqueira; não apoiou o Carlos de Lima.

C.C. - Quem era o deputado federal eleito pelo PSD nesse período? Quem mais foi eleito nesse período por Pernambuco, o senhor se recorda?

B.L. - Do grupo do Agamenon, tinha o Osvaldo Lima, o Ferreira Lima, o Mário Domingues.

C.C. - Osvaldo Lima era deputado federal?

B.L. - Osvaldo Lima, o velho. Tinha o Severino Mariz, que havia sido eleito também nessa fase e era mais próximo ao Carlos de Lima. Tinha o Antônio de Góis, que era professor da Escola de Engenharia; o Simões Barbosa, que era médico lá em Pernambuco.

D.P. - O Arruda câmara conseguiu se reeleger?

B.L. - O padre Arruda Câmara veio também nessa bancada.

D.P. - Ele era o líder da bancada em 33?

B.L. - Sim; na fase de 35, ele deixou a liderança porque foi eleito vice-presidente da Câmara.

D.P. - E em 34, ele foi novamente eleito?

B.L. - Sim. Nessa ocasião, Agamenon defendia muito a minha escolha para lidero Mas eu objetava que, como eu não tinha apoiado a Revolução de 30, não podia preterir o padre Arruda Câmara que, inclusive, tinha feito o sacrifício de se expor em pelejas no movimento lá em Pernambuco. Ele perdeu sangue e quase morreu nessa ocasião. Ele tinha prestado grandes serviços a essas causas revolucionárias. Eu não tinha prestado serviços militares, digamos assim, a essa situação, de modo que eu não admitia preterir o padre Arruda Câmara. Então eles encontraram a fórmula de fazer o padre Arruda Câmara vice-presidente da Câmara, porque assim ele abria margem para que eu pudesse ir para a liderança. Foi o que se combinou, e ele teve, de fato, uma promoção, porque saiu da liderança para ser vice-presidente da Câmara.

D.P. - E o Lima Cavalcânti, como via a sua candidatura, pelo fato de o senhor não ter sido revolucionário em 30?

B.L. - Ele convenceu-se. Eu conhecia o Carlos de Lima de outras fases. Aliás, nessa ocasião, fui para Pernambuco, tive um pouco de atuação também no jornal dele, o *Diário da Manhã*, escrevendo ao lado daquele grupo de jornalista que ele tinha, e fizemos realmente boas relações. O Carlos de Lima, como eu digo, era temperamental. Essas coisas para ele não tinham uma duração indefinida, eram passageiras. Ele ficou até muito meu amigo nessa ocasião e me prestigiou de uma maneira total na liderança da Câmara, até que houve o rompimento dele com Agamenon, e eu renunciei à liderança da bancada para continuar ao lado de Agamenon.

C.C. - O senhor podia falar um pouco de sua experiência como líder da bancada nesse período? Como funcionava a Câmara, quais eram os deputados mais atuantes?

B.L. - Na bancada de Pernambuco? Outro deputado de Pernambuco era o Osório Borba, que havia sido constituinte e foi também eleito deputado em 35. Aliás, pusemos o Osório Borba na comissão de Educação. Mas era um temperamento mais de jornalista do que de parlamentar; ele não tinha muita vocação para a vida parlamentar.

C.C. - Ele tentou o governo de estado umas duas vezes.

B.L. - Tentou também algumas eleições depois disso, com dificuldades. Havia um grupo em Pernambuco que gostava muito dele; o Osório Borba era um homem de uma integridade rara, desses homens realmente sinceros e difíceis de manobrar, tanto que eu sempre o respeitei.

Na minha liderança também se fazia isso. Eu respeitava as atitudes dos deputados que viviam comigo. Não queria que um homem, que sempre tivesse tido uma atitude liberal, fosse esposar uma causa que contrariasse, realmente, todas as suas atitudes anteriores. Achava que era preciso manter uma certa coerência, que só podia concorrer para prestigiar a própria bancada. Esse Antônio de Góis, por exemplo, era professor da Escola de Engenharia; o outro era Heitor Maia, que também era deputado. O Heitor Maia tinha sido meu professor no Colégio Cândido Duarte.

Houve uma fase em que eu tinha passado de um colégio para outro e estava lutando com dificuldades para acompanhar o programa de matemática. Ele interpretou mal essa dificuldade e me classificou logo no que ele chamava "a banda de música da turma", uma situação de evidente desprestígio. Mas depois aconteceu que, com os acontecimentos políticos, acabei líder desse meu professor de matemática.

D.P. - Do pessoal oposicionista, quais os nomes mais importantes que tinham vencido as eleições? O pessoal estacista conseguiu eleger algum deputado?

B.L. - O Eurico Sousa Leão era atuante, tinha uma raiva terrível do Carlos de Lima. Realmente, na fase revolucionária, tanto o Carlos de Lima quanto aquele grupo todo que o cercava tinham cometido vários excessos. E uma das vítimas tinha sido o Eurico Sousa Leão. E Eurico não descansou enquanto não promoveu um processo contra Carlos de Lima Cavalcanti, acusando-o de comunista. Já havia isso naquela fase.

C.C. - O senhor falou que eles cometeram alguns excessos?

B.L. - Sim; o Estácio Coimbra fugiu, mas alguns dos outros elementos que eles puderam pegar revelaram cartas que eles encontraram no arquivo do Carlos de Lima. Essas revoluções dificilmente... O Carlos de Lima tinha um irmão um tanto extremado, que era o Caio. Eles cometeram vários excessos, com diversos elementos políticos, envolvendo questões pessoais e falta de generosidade. Houve vários casos assim. O Eurico tinha agravos profundos e combateu o Carlos de Lima Cavalcanti o quanto pôde.

D.P. - O Eurico Sousa Leão chegou a ser preso?

B.L. - Não me lembro se ele chegou a ser preso, mas sofreu alguma coisa. Mas Eurico era um homem também valente, que não se intimidava.

D.P. - O Eurico era da família de Caio Sousa Leão e de Edgar?

B.L. - Ele era Eurico Sousa Leão, mas parece que não tinha parentescos longínquos, sem uma aproximação maior.

D.P. - Fora ele, qual o outro elemento opositorista que havia na bancada?

B.L. - Tenho a impressão de que não havia muito mais. Não sei se Alde Sampaio também era deputado.

C.C. - O Alde Sampaio tinha sido eleito pelo PSD, pelo partido do Lima Cavalcânti.

B.L. - Pelo partido do Lima Cavalcanti também, não é?

D.P. - Pelo menos em 33.

B.L. - Mas acho que em 35 ele já estava separado. É a tal coisa que eu digo...

C.C. - Será que ele foi eleito pela dissidência?

B.L. - É a tal coisa, não me lembro. Tenho a impressão de que era deputado nessa ocasião.

C.C. - Tenho a impressão de que Alde Sampaio estava na dissidência. Tenho quase certeza.

D.P. - Mas acho que ele também não apoiou a Revolução de 30.

B.L. - Penso que ele não foi contra a Revolução de 30. Creio que a família Sampaio foi a favor. Eles não tinham nenhuma posição política contra o Lima Cavalcânti. Eles entraram exatamente nessa fase política.

D.P. - Acho que o senhor poderia falar mais sobre a sua atuação como líder da Câmara.

B.L. - Nós tivemos alguns problemas. Creio que já contei a questão, por exemplo, do fechamento da Aliança Nacional Libertadora, quando a bancada, de certa maneira, votou a favor do fechamento, com o meu apoio. Depois surgiu o projeto de fechamento da Ação Integralista. Aí também eu defendi o fechamento da Ação Integralista: aquela tese que expus outro dia, de que a força de um movimento estimulava o outro movimento. Se queríamos assegurar a democracia naquela hora, que era um momento de crise, com o fascismo dominando grande parte da Europa e o comunismo do outro

lado, tínhamos realmente que procurar impedir que as duas forças continuassem a se provocar reciprocamente e a criar uma situação de antagonismo mais profundo.

C.C. - Como o senhor vê esse movimento da Ação Nacional Libertadora?

B.L. - Era uma frente única que reunia todos os elementos que defendiam as teses liberais. João Neves era um dos líderes dessa corrente, que tinha também o apoio dos comunistas. Eles congregavam todas essas forças.

C.C. - Quer dizer que houve elementos da ANL que apoiaram Vargas no Estado Novo?

B.L. - Alguns desses elementos. Depois, o próprio João Neves, que teve várias fases de aproximação e de separação com Getúlio. Mais adiante eles passaram a apoiar Getúlio, mas nessa fase de 35/36, a Ação Nacional Libertadora, com o pronunciamento da Câmara, foi fechada. Logo em seguida, fechou-se também a Ação Integralista. A atuação da bancada de Pernambuco foi decisiva no fechamento da Ação Integralista. Quando do fechamento da Aliança Nacional Libertadora, obteve-se uma grande maioria favorável à medida, mas no fechamento da Ação Integralista, houve muitas defecções e, na verdade, vencemos por uma margem muito pequena de votos. E a bancada de Pernambuco foi, nesse momento, decisiva. Eu, aliás, tinha um primo com o nome Barbosa Lima - Raimundo Barbosa Lima, um parente afastado do Ceará -, que nessa ocasião era chefe regional do integralismo aqui na Guanabara.

D.P. - E a atuação da ANL em Pernambuco, quais eram os seus elementos mais fortes?

B.L. - Não me lembro bem, só revendo os jornais da época. Se algum dia pretendesse escrever memórias eu iria fazer isso: pegaria os jornais e iria relê-los. Assim, surge muita coisa que já afundou na recordação, que não se encontra mais.

C.C. - Mas o Senhor disse que a ANL defendia os princípios liberais, não é? E por que era combatida pelo governo constitucional de Vargas?

B.L. - Porque ia adiante das ações do governo. O governo, por exemplo, adotava medidas como a criação do estado de guerra. O governo, naquela ocasião, sustentava a necessidade de algumas medidas de segurança, já que a Constituição de 34, em certo sentido, criara um Estado muito desarmado perante uma situação que já se pronunciava crítica. Então, com a revolução de 35 em Pernambuco, sentiu-se a necessidade de reforçar o Estado com algumas medidas de segurança: na questão do estado de sítio, na questão também do estado de guerra.

C.C. - O fechamento da ANL ocorreu depois desse movimento?

B.L. - Sim.

C.C. - Mas antes do movimento de 35, como o governo via a ANL?

B.L. - Não sei também quando se fundou a Aliança Nacional Libertadora. Não tenho idéia, assim, de como surgiu.

C.C. - Em 33/34.

B.L. - Naturalmente eles estavam criando focos de resistência em vários estados, e o governo - talvez até o elemento militar - ia sentindo que isso podia criar uma dificuldade futura.

C.C. - Acho que foi muito em decorrência do próprio esfacelamento do movimento tenentista, não é? Quer dizer, o tenentismo ia perdendo força junto ao governo, então se definiam duas correntes.

B.L. - E aconteceu também que eles deviam ter tido notícias das células comunistas que estavam surgindo por todo o Brasil, algumas com elementos de certa projeção, como por exemplo em Natal.

C.C. - E houve uma relação grande entre a ANL e o movimento comunista?

B.L. - A Aliança protegia esse movimento, defendia-o e o governo procurava de certa maneira resistir. Além disso, devia haver agentes provocadores para fazer crescer o susto (como hoje se vê, aqui no Brasil, a toda hora se falar do perigo comunista).

C.C. - O senhor acha que o movimento da ANL teve uma força grande naquele período?

B.L. - Chegaram a ter uma certa força nas cidades grandes. Em geral esses elementos são muito ativistas e dão a impressão de que são mais influentes do que na verdade o são. Eram homens inteligentes, homens bravos. João Neves, por exemplo, era um líder perigoso, com uma grande capacidade oratória, muito inteligente. Nas memórias de João Neves é possível encontrar muita coisa da Ação Nacional Libertadora. Tenho as memórias dele, mas no momento não me lembro.

D.P. - E quando o movimento explodiu em Pernambuco, em novembro de 35, o senhor acha que Lima Cavalcânti tinha conhecimento?

B.L. - Não. Tenho a impressão de que não tinha conhecimento algum, inclusive não estava em Pernambuco. Ele tinha saído para fazer uma viagem à Europa e teve até uma certa sorte: dizia-se que ele iria à Rússia, e na verdade ele não foi até lá. Ele teve o convite, mas acabou não indo. Se tivesse ido, estava perdido. Ele ficou mesmo ali pela Alemanha, onde Caio ainda estava. Ele fez uma viagem longa. Foi na sua ausência que explodiu o movimento.

C.C. - Exato. Mas parece que houve insinuações de que a própria ausência dele poderia ser uma combinação.

B.L. - Isso foi muito explorado depois, contra ele. Eu o defendi muito.

D.P. - O senhor acha que a insinuação não tem fundamento?

B.L. - Não temi ele foi colhido de surpresa pelo movimento, não esperava nada daquilo. Ele era também acusado de ter um secretário, o Nelson Coutinho, que diziam que era um elemento de esquerda. A partir disso, procuraram dar essa impressão de que ele tinha sido conivente com esse movimento todo. Mas o próprio Nelson não tinha nada com isso. Era apenas um homem de esquerda, que não quis tomar parte na reação, e por isso foi preso pelo Malvino Reis, que na ocasião estava lá como secretário da Segurança e comandou uma reação tremenda contra esse movimento em Pernambuco, ajudado por um elemento da polícia ainda hoje famoso, o Wandenkolk Wanderley. ..

D.P. - Nessa época, Wandenkolk Wanderley já estava atuando?

B.L. - A época dele foi essa, porque ele hoje está meio assentado, só faz falar. Mas seu período de ação foi este; muitos comunistas foram fuzilados. Creio que o Malvino Reis também não teve meias medidas nessa reação. Outro que foi afastado foi o Paulo Carneiro, que era secretário da Agricultura, um homem inteligentíssimo, com muitas idéias avançadas, querendo fazer em Pernambuco uma série de coisas realmente notáveis. Como acontece ainda hoje, essas coisas avançadas eram inquinadas de comunistas. E ele foi um dos perseguidos nessa ocasião. Ainda não tinha surgido o dissídio, e tive oportunidade, na Câmara, de defender tanto o Carlos de Lima como o Paulo Carneiro. Fiz longos discursos em defesa dos dois com relação ao comunismo.

C.C. - O processo de Carlos de Lima e dos secretários ocorreu logo depois da revolução comunista, ou só em 37?

B.L. - Foi mais para 36, porque o movimento comunista havia sido em novembro. Quem apresentou a denúncia foi Eurico Sousa Leão, que fez aqui uma série de discursos acusatórios. Mas nessa hora já havia o dissídio político em Pernambuco, e Agamenon, no íntimo, simpatizava com a denúncia do Carlos de Lima.

C.C. - O dissídio foi em maio de 37?

B.L. - Em maio de 37; ou o processo já estava rolando, ou foi apresentado logo depois.

D.P. - O senhor está lembrado do papel do Muniz de Farias, que era um dos líderes do movimento em Pernambuco?

B.L. - Nessa outra fase, não me lembro.

D.P. - Em 35, o senhor não se lembra?

B.L. - Não me lembro.

D.P. - Ele liderou a intentona de Pernambuco. O senhor falou que em 30 ele teve um papel muito atuante.

C.C. - Em 35 ele era um dos líderes da intentona.

D.P. - E como o senhor acha que fica a situação do governo de Lima Cavalcanti com Vargas, depois de 35? Houve realmente alguma mudança, houve falta de confiança de Vargas em relação a Lima Cavalcânti?

B.L. - Na primeira hora da revolução, todos nós apoiamos o Carlos de Lima - Agamenon inclusive -, e isso lhe dava uma certa cobertura junto a Getúlio. O estremecimento com Getúlio só veio quando, na questão presidencial, Carlos de Lima começou a apoiar a candidatura do Armando de Sales, visando, de certa maneira, se unir a Juraci Magalhães, que na Bahia também tinha tomado o mesmo partido. Como os elementos que apoiavam Getúlio estavam com a candidatura do José Américo, começou a haver uma divergência em relação ao Carlos de Lima.

Há um episódio de Getúlio, nessa apresentação da candidatura do José Américo, que considero muito interessante. Getúlio, no fundo, resistiu à idéia de uma candidatura à sua sucessão. Ele tinha gosto pelo poder e, por sua vontade, não queria aceitar a candidatura do José Américo. Mas as forças políticas se foram articulando, e ele viu que havia necessidade, pelo menos naquele momento, de aceitar a candidatura do José Américo. Nessa ocasião, quando afinal capitulou, ele teve a seguinte frase: "José Américo é um bom candidato, porque divide muito". De fato, foi o que aconteceu.

Na sua campanha, José Américo começou a dizer realmente o que pensava, e assustou vários elementos. Era um homem, eu creio, cujas idéias sociais até mereceriam aplausos. Hoje não seriam condenadas, mas naquele tempo assustavam muita gente. Começou a assustar também o eleitorado das... Assustou várias correntes. Havia um certo ridículo em torno de algumas das suas expressões: "Eu sei onde está o dinheiro!" Ele disse isso em certa ocasião e deu motivo a muitas críticas à sua candidatura. De

fato, as correntes foram-se avolumando contra José Américo, e chegou a hora em que Getúlio viu que, realmente, ele era o candidato desejado. José Américo já estava tão enfraquecido que foi fácil a Getúlio articular o desmonte dessa candidatura e preparar o golpe de 10 de novembro, usando, então, Negrão de Lima, o secretário da campanha de José Américo.

Negrão foi incumbido de levar a todos os interventores de estado existentes naquela ocasião a certeza de que haveria um golpe para a sua continuação e o sacrifício definitivo da candidatura do José Américo. E Negrão, secretário da campanha do José Américo, é que foi incumbido disso, cumprindo essa função exemplarmente. Agora, acho as coisas pitorescas: o próprio secretário da campanha!

D.P. - O primeiro candidato a ir lá foi o Armando de Sales, não é?

B.L. - Foi o Armando de Sales.

C.C. - E o Carlos de Lima, me parece, estava apoiando essa candidatura.

B.L. - O Carlos de Lima ficou com a candidatura do Armando de Sales, assim como Juraci Magalhães. Esse foi um dos motivos da divergência com Agamenon, que até essa hora era o candidato natural ao governo do estado, na sucessão do Carlos de Lima.

C.C. - Quando seria essa sucessão?

B.L. - A sucessão seria pouco depois. Eu tinha sido eleito em 34. Estávamos em 37; seria no ano seguinte. Aquele discurso meu, *A responsabilidade pelo dissídio em Pernambuco*, conta esse episódio, transcreve telegramas e tudo. Mostra que Carlos de Lima estava inteiramente de acordo com a candidatura do Agamenon, mas, com esse problema da sucessão presidencial, como ele passou a apoiar Armando de Sales, começou a haver um motivo de rompimento com a candidatura do Agamenon. Quando esse rompimento se definiu mesmo, deu-se o dissídio político em Pernambuco.

C.C. - Tenho a impressão de que, desde 35, o Carlos de Lima já começara a se afastar do pensamento do governo federal.

B.L. - Sim, talvez enciumado com o prestígio que Agamenon estava tendo.

C.C. - ... no Ministério do Trabalho.

B.L. - É a tal coisa, os motivos pessoais interferem realmente no processo político. Aí é uma questão de ciúme, é o fato de uma pessoa estar mais apoiada do que a outra, ou de ter feito uma nomeação que desagradou o outro. Agamenon, entretanto, não deu razão

alguma para o rompimento. Estava realmente dentro do interesse dele dar todo o apoio político ao Lima Cavalcânti, e procurou prestigiá-lo ao máximo, uma vez que a eleição de um sucessor dependeria mais até do governador do estado do que do presidente da República. Mas o Lima Cavalcânti, nessa atitude política que estava tomando, identificava-se com Juraci Magalhães, que era um elemento que, na ocasião, discordava tanto do Getúlio como do Agamenon.

C.C. - Mas quando saiu a candidatura do Armando de Sales, já se havia levantado a do José Américo?

B.L. - Não; penso que primeiro foi a do Armando de Sales. Depois é que surgiu a candidatura do José Américo, exatamente com a necessidade de reunir todos os elementos que estavam apoiando Getúlio.

D.P. - Mas Getúlio ficou um tempo sem se definir, não é?

B.L. - Só se definiu depois; no começo não queria, relutou muito, mas afinal concordou. E concordou com aquele argumento de que a candidatura do José Américo dividia muito.

C.C. - De fato, parece que ele não queria candidatura alguma.

B.L. - Não queria nenhuma candidatura.

C.C. - Após uma reunião de tenentes, Carlos de Lima passa a apoiar José Américo e tem até uma conversa com Vargas em Petrópolis, onde ele foi com Agamenon.

B.L. - Para Getúlio, realmente, o ideal era não haver sucessão. E eu tinha muita convicção disso. Uma vez antes mesmo da apresentação da candidatura do Armando de Sales, eu estava na casa do Agamenon e estava presente também o Assis Chateaubriand, naquele atividade de ir e vir de São Paulo. Ele estava muito interessado na candidatura do Armando de Sales, que naturalmente daria melhores condições de financiamento a seus jornais. Saí da casa do Agamenon com Chateaubriand e, discutindo ainda o programa, tive a oportunidade de dizer-lhe: "Olha Assis, você pode ter certeza, se houver a candidatura do Armando de Sales, não haverá sucessão. Armando de Sales reúne um grupo, vai surgir outro candidato e, havendo duas candidaturas, teremos as condições ideais para a continuação do governo do Getúlio Vargas. De modo que, se vocês querem realmente trabalhar para que haja um substituto para Getúlio Vargas, conservem as forças políticas unidas, porque a divisão será um suicídio".

C.C. - Armando de Sales fazia oposição ao governo, já nesse momento?

B.L. - Não fazia, mas a candidatura dele, nesse momento, pareceu a Getúlio Vargas uma atitude pelo menos de rebeldia, tomada por conta própria, sem ter a aprovação do próprio Getúlio. E parecia que, se houvesse uma divisão nas forças políticas, não haveria sucessão, porque era dar a Getúlio os elementos de que precisava para conduzir o jogo político em benefício próprio.

D.P. - E a candidatura de Plínio Salgado realmente teve alguma força?

B.L. - Não; Plínio Salgado tinha o elemento integralista e fez aquilo apenas como manifestação de sua força eleitoral e política. Mas não tinha nenhuma possibilidade, nem nunca se cogitou de que ele pudesse ser eleito.

D.P. - A disputa, então, seria entre as duas correntes?

B.L. - Seria entre os dois. Não creio mesmo que a candidatura do Plínio Salgado tenha pesado nessa situação geral para avolumar as possibilidades de Getúlio Vargas.

C.C. - O senhor acha, então, que o rompimento de Carlos de Lima com Agamenon teria sido mais político? Agamenon era o candidato natural à sucessão e, com a definição de Carlos de Lima pela candidatura do Armando de Sales, Agamenon se indispôs com ele, porque estava apoiando o Vargas.

B.L. - Sim; havia começado a divisão política. Houve vários fatores, entre eles a ação dos elementos que apoiavam o Lima Cavalcanti, e que tinham aspirações, como o Severino Mariz. Severino Mariz era deputado, e naturalmente ele e seus amigos também trabalhavam para aprofundar mais essa separação entre Agamenon e Carlos de Lima. Quem me substituiu na liderança da bancada de Carlos de Lima foi o Severino Mariz, que passou a ter a possibilidade de chegar também ao governo do estado, como candidato do Carlos de Lima Cavalcânti. Havendo a primeira brecha, a tendência é se chegar a uma separação total.

C.C. - Mas Agamenon discutiu antes com Carlos de Lima a possibilidade de se refletir mais sobre isso, ou o rompimento

B.L. - Não; houve apelos. Nesse meu discurso, contei todos os apelos feitos e todos os esforços no sentido de uma reaproximação. É um discurso documentado.

C.C. - É difícil encontrar esse discurso?

B.L. - Vou ver. Se tiver aqui, posso oferecê-lo para vocês tirarem xerox.

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

D.P. - Retomando um pouquinho, independente do problema sucessório de Agamenon com relação a Lima Cavalcânti, em 35 já havia, na Câmara, os deputados mais ligados a Agamenon - Osvaldo Lima, Ferreira Lima, Mário Domingues - e o grupo do Lima Cavalcânti. Isso já mostra que havia entre ambos uma diferença de orientação política. Em que consistia essa diferença?

B.L. - No fundo, realmente, as duas correntes principais eram a de Agamenon e a de Carlos de Lima. Cada um deles tinha o seu grupo. Agora, esses grupos estavam juntos em torno de Carlos de Lima, apoiando-o e defendendo-o, como nós o defendemos. A defesa de Carlos de Lima da acusação de comunismo foi toda feita sobretudo por mim, até que surgiu o dissídio e a separação. Enquanto não veio o dissídio, todos nós o estávamos apoiando, mesmo continuando politicamente com Agamenon. (Não sei se Agamenon não excluiria o grupo de Carlos de Lima).

C.C. - Mas a orientação dentro da política do estado, por exemplo, era aprovada pelo governo federal? E o fato de o Carlos de Lima estar cercado de elementos mais progressistas e esquerdizantes?

B.L. - Não houve dificuldade alguma. E Agamenon, nesse ponto, fazia tudo o que podia fazer para prestigiar a ação de Carlos de Lima. Naturalmente agia em interesse próprio, porque estava também encaminhando a própria candidatura ao governo do estado. Com o prestígio que ele tinha junto de Getúlio, isso de certa maneira era fácil.

D.P. - Então o senhor acha que esse grupo estava mais ligado simplesmente à questão de amizade, de lealdade pessoal a Agamenon, ou a Lima Cavalcânti.

B.L. - Era a situação política do estado. Agora, do outro lado, havia os elementos de oposição, que estavam separados. Eu, por exemplo, nunca rompi com o Eurico Sousa Leão, que também era muito amigo de Agamenon. Mesmo depois do dissídio, continuei amigo de todos.

D.P. - Mas Eurico Sousa Leão, nesse período, era amigo de Agamenon Magalhães?

B.L. - Ele se dava muito bem com Agamenon Magalhães.

D.P. - Como Lima Cavalcânti via isso?

B.L. - Provavelmente, não gostava muito, mas Agamenon também não dava manifestações públicas muito ardentes de entusiasmo pelo Sousa Leão [risos].

D.P. - Era um apoio discreto.

B.L. - Nessa fase de 35, Agamenon, no Ministério do Trabalho, tomou a iniciativa da criação do Instituto de Resseguros. Foi um projeto formulado com o apoio de João Vital e mandado para a Câmara dos Deputados. Eu fui incumbido, na Comissão de Finanças, de ser o relator, e apresentei um longo estudo que também não considero...

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

B.L. - Estudei esse projeto, de número 721, de 1937. Como você vê, é uma verdadeira monografia em defesa até da nacionalização do seguro, já que eu ia um pouco adiante. Embora aceitasse o projeto, eu achava que era um ponto de partida para se chegar, mais adiante, a uma nacionalização completa dos seguros. Estudei o caso do Chile e o do Uruguai, que já tinham marchado no sentido dessa nacionalização. Estudei também o caso italiano. Fiz uma pesquisa longa, inclusive dos antecedentes brasileiros, recusando até a primeira lei que, em matéria de seguros, já procurava exatamente garantir a proteção ou a defesa dos capitais nacionais.

C.C. - Nós temos alguma documentação sobre isso...

B.L. - Ainda recentemente, fui convidado para uma festa de aniversário do Instituto de Resseguros. E eles puseram em destaque que não haviam atentado para essa minha atuação, até que começaram a fazer um estudo sobre o histórico da criação do Instituto e encontraram o meu projeto. Então me convidaram. Tive oportunidade de fazer algumas reflexões em torno desse projeto. Meu apoio ao projeto foi dado porque estava inserido num conjunto de projetos e medidas do Getúlio, em defesa do nacionalismo brasileiro. Esse projeto também se refletia na própria Constituição de 37, onde há um dispositivo assegurando, de uma maneira mais completa, a nacionalização dos seguros, através da proteção dada às companhias brasileiras. Isso consta da Constituição de 37, nesse ponto muito mais avançada do que a de 46 que, de certa maneira, corrigiu ou procurou evitar essa manifestação a favor dos capitais nacionais.

C.C. - A própria conjuntura...

B.L. - É a prova também de que a Constituição de 37, examinada sob esse aspecto, talvez seja, entre as constituições brasileiras, a de sentido nacionalista mais positivo.

C.C. - Sobre a atuação do Agamenon no Ministério do Trabalho, o que o senhor teria a dizer?

B.L. - Foi uma atuação realmente brilhante, defendendo os interesses trabalhistas em todos os aspectos. Creio que foi também no tempo dele que se criou o Instituto dos Industriários, estendendo conseqüentemente aquela ação que Getúlio vinha tendo no setor trabalhista...

[FINAL DA FITA 5-A]

B.L. - Houve uma grande massa de trabalhadores incluídos no regime de assistência social. Talvez, de todos os institutos, o que tivesse o maior número de associados fosse o dos industriários. A criação desse instituto trouxe realmente a uma grande massa de trabalhadores a extensão do sistema de assistência social que se tinha iniciado com o governo de Getúlio Vargas.

C.C. - Com a cisão de 37, por que o senhor apoiou Agamenon na dissidência?

B.L. - Foi mais por motivos de natureza pessoal, uma certa identificação com as idéias sociais dele. Nós, em Pernambuco, formávamos uma corrente que tinha uma visão dos problemas sociais um pouco diferente das demais correntes políticas do estado. Era mais acentuadamente trabalhista, vamos dizer assim. Nessa fase, também tivemos uma atuação maior naquela famosa Lei 178, que foi de certa maneira a primeira lei para disciplinar, embora ainda um pouco rudimentarmente, as relações entre usineiros e fornecedores de cana, oferecendo um certo amparo a estes últimos. Cooperei nessa lei e me interessei por sua aprovação, que iria ter também um efeito em Pernambuco, resolvendo alguns dos atritos que estavam surgindo entre usineiros e fornecedores.

D.P. - O senhor acha que Agamenon é que estava liderando essa corrente mais trabalhista?

B.L. - Em Pernambuco era Agamenon quem liderava essa corrente. Mas antes, não sei se no governo do Bernardes, como deputado federal, ele tinha apresentado um projeto para regulamentação dos interesses, creio que na classe dos comerciários.

D.P. - O senhor acha que Lima Cavalcânti estava filiado a esse tipo de corrente?

B.L. - Talvez não negasse o seu apoio, mas não teria uma grande iniciativa nisso, como também não era homem para se deter muito nesses problemas mais propriamente de estudos, de pesquisas. Era um pouco mais estouvado na ação política. Agora, em Pernambuco tinha um outro elemento interessante, o Andrade Bezerra, que tinha figurado numa convenção internacional, conseqüência da conclusão da guerra. Eu tinha feito um longo relatório a respeito do Andrade Bezerra.

Havia já um certo pronunciamento nesse sentido. O Agamenon, a meu ver, de todos eles, era o mais interessado e o mais advertido nessa defesa. E essa talvez tenha sido uma das razões maiores das afinidades que eu encontrava com a posição dele, na política de Pernambuco. O Carlos de Lima podia aprovar, mas não tinha a mesma iniciativa nem a mesma capacidade de estudar e deter-se nos problemas. Era um pouco esvoaçante, menos estudioso do que Agamenon.

Agamenon não era tão estudioso, mas tinha um grande poder de intuição. Era dessas inteligências que pegam com rapidez os assuntos e os problemas, e tinha também uma visão política das questões. Já o Carlos de Lima não era tão intuitivo e não se detinha muito; tinha uma natureza talvez um pouco mais esvoaçante. Os outros, não. A ligação de Osvaldo Lima e de Ferreira Lima com Agamenon era outra, mas de natureza estritamente pessoal, porque eles eram políticos há muito tempo em Pernambuco. Tinham uma grande comunhão de idéias e de atitudes na política pernambucana, naqueles interesses de municípios, em todas as questões com aqueles chefes políticos. O Mário Domingues vinha sobretudo do período das lutas do Borba. Embora o Carlos de Lima também tivesse ficado ao lado do Borba, as ligações do Agamenon com o Mário Domingues e com aqueles outros elementos eram mais profundas do que as do Carlos de Lima Cavalcânti.

C.C. - Carlos de Lima teve maioria na dissidência, não é?

B.L. - Ficou com a maior parte dos deputados.

C.C. - Tanto na Assembléia do estado, como na Câmara.

B. L. - Sim; se Agamenon não tivesse tido os classistas, tinha ficado apenas com quatro, numa bancada de 17. Quer dizer, havia... O Sousa Leão também, não sei se havia outro.

D.P. - Mário Domingues, Ferreira Lima, Osvaldo Lima e o senhor.

B.L. - Éramos quatro políticos somente. Entretanto, ele teve os classistas, teve cinco ou seis elementos.

C.C. - E isso não revela que Carlos de Lima teria, nesse período, uma base política maior no estado do que Agamenon?

B.L. - Não; ele era o governo do estado. Há que ver o critério utilizado: quem quisesse voltar para a câmara tinha que ficar com o governador do estado, porque a situação só se modificou com o golpe de 10 de novembro.

C.C. - Por outro lado, nessa época, Agamenon era uma figura muito próxima ao Catete.

B.L. - Sim, mas mesmo sendo próximo ao Catete, a tendência seria realmente o governador do estado predominar numa eleição, sobretudo se houvesse a sucessão presidencial. Getúlio tinha saído do governo. Foi nessa ocasião que eu renunciei à liderança da bancada, e o Júlio Novais, que era médico e político, teve aquela frase que eu já contei a vocês: "O Barbosa perdeu o bonde". Ele achava que eu tinha errado meu cálculo, ficando com Agamenon. Mas eu não fiz cálculo nenhum; achei que era uma questão de amizade, de ligação e de certa identificação.

No tempo em que Agamenon era ministro, eu vivia constantemente no Ministério do Trabalho. A amizade se havia fortalecido nessa ocasião, e a identificação dos pontos de vista se tinha consolidado com esse contato permanente, de modo que não agi por cálculo.

Entretanto, o Júlio Novais dizia que eu tinha perdido o bonde, porque, de fato, se eu fizesse cálculos com vistas a preservar o meu futuro político, dentro dos fatores existentes e prováveis, não teria dúvida alguma em ficar com Carlos de Lima. Eu não imaginava o golpe de 10 de novembro, ninguém o estava supondo, de modo que quem ficasse com o Lima Cavalcânti estaria jogando com uma certa probabilidade de êxito e preferindo os favoritos. Eram os adeptos das barbadadas.

C.C. - Mesmo ele estando numa posição já francamente contrária ao governo federal, o senhor acha que, mesmo assim, a base política dele...

B.L. - Mesmo assim, porque sendo governador constitucional, não poderia ser deposto. Teria que continuar no governo do estado, e se não houvesse o golpe de 10 de novembro...

C.C. - Além disso, em termos de política estadual, o apoio do governador era muito mais importante.

B.L. - O apoio do governador era mais efetivo do que o do governo federal. De certa maneira, os que ficaram com Carlos de Lima estavam jogando na barbada. Nós é que tomamos o partido do azar. Mas não foi um jogo político; foi também uma questão desses vínculos pessoais e partidários já existentes.

D.P. - Quem assumiu a liderança da bancada, depois que o senhor renunciou?

B.L. - Quem ficou no meu lugar foi o Severino Mariz.

C.C. - E a dissidência aconteceu exatamente numa reunião convocada pelo Carlos de Lima para a discussão dos problemas da sucessão presidencial, não foi isso?

B.L. - Não sei; no meu discurso, deve haver qualquer referência. Mas acho que foi naquela carta que as coisas se definiram. Não sei se ele, quando chamou os elementos para conversar, já estava com o programa todo definido. Mas aí nesse discurso...

C.C. - Mas tenho a impressão de que ele fez o convite formal a Agamenon para assistir à reunião.

B.L. - Agamenon já estava aqui no Rio; ele não foi a Pernambuco.

C.C. - Parece-me que ele foi convidado.

B.L. - Não sei. O Severino Mariz fez também um discurso. Mas eu trouxe documentos, citei as cartas, os telegramas trocados entre um e outro, para mostrar como se tinha avançado o processo sucessório, como realmente tudo partira do Carlos de Lima, até por uma questão de raciocínio. Quem tinha interesse no dissídio era o Carlos de Lima, que estava zangado; não o Agamenon, que queria preservar as boas relações para chegar ao governo do estado. Rompendo com o Carlos de Lima, como é que ele poderia aspirar ao governo do estado? O interesse no rompimento só podia estar do outro lado!

C.C. - O senhor acha que, em maio, ainda não havia nenhuma cogitação de golpe de Estado?

B.L. - Não.

C.C. - Não estava sendo articulado?

B.L. - Não; havia sonhos, mas creio que esses projetos só se vieram a intensificar um pouco mais perto de novembro. Inclusive, Dutra reagiu muito violentamente às primeiras conversas. Agamenon tinha até um amigo político, deputado classista por Minas Gerais, o Pedro Rache, homem muito inteligente, professor da Escola de Engenharia de lá de Belo Horizonte, que várias vezes procurava conversar com Agamenon. Uma vez Agamenon lhe disse: "Vê se você convence o Dutra". Ele foi conversar com o Dutra, que deu um estouro danado e ficou tão irritado com a coisa que ele chegou assustado: "Você me mete numa coisa dessa! Falei lá com o homem". Mas Agamenon sabia que bastaria uma certa pertinácia. Outros foram falando também, até que arrastaram o Dutra a concordar com o golpe de Estado.

C.C. - Agamenon foi então um dos articuladores?

B.L. - Sim; à minha revelia. Nesse ponto, eu não tinha nenhuma simpatia pelo golpe, não sabia aonde é que o golpe poderia conduzir o Brasil. Eu apreciava mais as forças democráticas. Mas feito o golpe, também não restava outra solução senão conformar-

me. Eu não o havia apoiado, não comparecera ao Catete, nem ao Guanabara, para fazer nenhuma declaração - como muitos haviam feito naquela ocasião - , mas eu não tinha, também condições para combatê-lo, quando, na verdade, a coisa estava entre Getúlio Vargas e o integralismo.

D.P. - Como o senhor explica essa inadequação entre a Constituição de 34 e o pensamento de Vargas? Houve uma inadequação tão grande que foi necessário haver o golpe de 37.

B.L. - Sim, porque Vargas deixara a Constituinte à vontade. As correntes que predominavam na Constituinte eram liberais, radicais mesmo, e tinham sido estimuladas inclusive pelo movimento de São Paulo e por todas aquelas irritações que vieram depois dele. Getúlio deixou a Constituinte livre para fazer o que entendesse. Até lhe convinha um pouco mais de radicalismo; quanto mais radical, melhor para ele.

D.P. - O que ele justificava? O golpe?

B.L. - Ele ainda não podia saber se daria um golpe, mas abria margem. E Getúlio, nesse ponto, era muito inteligente: deixava que as coisas se fossem processando por si mesmas.

C.C. - Nesse sentido, 37 seria uma retomada de 30, teria sido uma abertura não prevista, mais uma concessão.

B.L. - Trinta e quatro foi, de certa maneira, resultante do movimento constitucionalista de todo o Brasil e um efeito ainda da revolução de São Paulo. Há revoluções que, vencidas, acabam vencendo; foi o caso de São Paulo. Eles venceram a revolução, mas a idéia que vinha com ela, eles tiveram que cumprir, porque não havia como fazer objeções ao movimento constitucionalista. Era uma condição para a pacificação do Brasil naquele momento - como seria hoje uma constituinte. Uma constituinte, hoje, teria um efeito também de conciliação nacional. E Getúlio, nesse ponto, era muito mais flexível e muito mais compreensivo diante das realidades políticas. Ele não tinha como reagir contra o movimento de constitucionalização, então deixou a Câmara fazer o que quisesse, com as correntes radicais predominando. Quanto mais dominassem, melhor para ele!

D.P. - Nesse sentido, a Constituinte tinha elementos de Getúlio, não é?

B.L. - Sim; mas esses elementos... Por exemplo, os elementos que dominavam São Paulo, com o próprio Armando de Sales, passaram a apoiar Getúlio. Mas eram pessoas que tinham sido eleitas com essa idéia de defender formas constitucionais, a que Getúlio já não tinha direito de se opor, porque, antes mesmo da Revolução, ele se dizia favorável à constitucionalização. Esse foi um dos argumentos que usou para mostrar

que a Revolução não fora necessária, e que "já estava tudo preparado para a eleição da Constituinte". Então, se já estava tudo preparado, e se a Constituinte fora eleita, iam predominar essas forças que defendiam teses liberais, de certa maneira até radicais. Daí que surgiu da Constituição de 34 um Estado débil, um Estado fraco, no momento em que o conflito entre fascismo e comunismo se intensificava e exigia, conseqüentemente, um Estado mais forte, armado de meios necessários para evitar ou controlar esse confronto de duas doutrinas.

D.P. - Sobre o golpe, quais os fatores decisivos que o senhor atribui a essa tomada de decisão?

B.L. - Um dos fatores decisivos, um dos mais influentes, foi a questão dos chamados "provisórios", de lá do Rio Grande do Sul. O Flores da Cunha, que já estava estremecido com Getúlio e queria ter condições para lhe opor resistência, estimulava muito a criação de um corpo de "provisórios", que teve uma grande significação no momento. Foi uma força realmente efetiva e ameaçadora. E o que o Exército nacional mais teme é exatamente a criação de forças paramilitares, que mais tarde podem ser elementos de resistência contra a própria influência e o próprio domínio do Exército.

Foi exatamente através do combate aos provisórios que se foi articulando a idéia do golpe de Estado. Getúlio tinha como chefe do Estado-Maior o Cordeiro de Farias e mandou para o Rio Grande do Sul o general Daltro Filho, para desarticular o Corpo de Provisórios. De fato, eles foram tomando todas as providências e reduziram, realmente, o Corpo de Provisórios com que Flores da Cunha contava a uma força inútil, e até desprezível pelo volume de elementos reunidos. Havia, nessa ocasião, uma anedota, que deve ter sido um fato realmente sucedido no Rio Grande. Diziam que o Flores da Cunha, quando acabou de entregar o poder às forças militares que tinham controlado os provisórios, teria saído com o carro. A guarda de provisórios que estava lá no palácio apresentou armas com um grande garbo militar. Ele ficou irritado com aquilo, porque sabia que, afinal de contas, eles tinham acabado com os provisórios. Achou aquilo quase um acinte, e retrucou com as armas de São Francisco [risos]. Deu uma banana à guarda dos provisórios. Ele era um homem impetuoso, mas essa sua irritação se explicava.

A reação contra o Flores foi, de certa forma, unindo o Exército e criando, realmente, a coesão de que eles precisavam para chegar à definição que o Dutra interpretou no golpe de 10 de novembro. A meu ver, foi esse o fator principal. Creio que o Hélio Silva examina isso bem nos livros dele. Interessante é que o Cordeiro de Farias, depois, passou a ser um dos elementos mais atuantes na deposição do Getúlio. No entanto, nessa fase, ele serviu a essa manobra que havia de dar condições para o golpe de Estado a favor do Getúlio (sinal de que as razões políticas também são rigorosas e influem muito na determinação dos acontecimentos }.

C.C. - Quer dizer que as ameaças comunista e integralista eram mais uma justificativa?

B.L. - Os integralistas serviram muito, porque forneciam realmente o pano de fundo para criar esses terrores que Getúlio espalhava. Uma das técnicas de Vargas era exatamente essa: criar um sentimento generalizado de terror, que se difundia por toda

parte, e abrir então uma espécie de caminho em sua direção que seria, no caso, a salvação. Como todo o mundo estava aterrado e espantado com aquilo tudo, não tendo o que fazer, corriam para o corredor que ele tinha aberto. Isso fazia parte da técnica de Vargas.

C.C. - E o movimento comunista já estava totalmente destruído a essa altura, ou ainda era uma ameaça?

B.L. - Não; o golpe de 35 estava dominado. Houve também um pronunciamento em Natal. Aqui, o negócio do 3º Regimento não chegou a ter uma influência maior. Daí por diante, o movimento estava jugulado, não tinha mais força para ameaçar ninguém. Eram os pontos em que tinha aflorado com maior energia, sobretudo em Natal, onde os comunistas fizeram uma célula com bastante força, ou com bastante irradiação, sob a direção de vários elementos, entre os quais esse Djalma Maranhão, que foi prefeito lá e morreu há pouco tempo. Ele foi um dos chefes dessa célula comunista.

D.P. - Realmente, o comunismo não representava ameaça?

B.L. - Não; o momento em que o comunismo teve mais força foi exatamente o período de 45. Era sempre o tal negócio de jogar uma força contra a outra para criar condições de êxito.

Em 45, eles obtiveram um certo estímulo, um certo amparo oficial. Mas, mesmo nessa hora, o que é que eles conseguiram na Câmara de Deputados? Uma bancada de 17 deputados comunistas e um senador, que foi o próprio Luís Carlos Prestes. Em uma Câmara de 300 aproximadamente, o que representavam esses 17 deputados? Não tinham condições de se expandir. Em Pernambuco, eles elegeram três deputados federais, e depois nove deputados estaduais, através de uma arregimentação formidável.

Faziam propaganda pelas ruas, de casa em casa, e contavam com um grupo de elementos atuantes, como o Gregório e outros. Mas, na eleição seguinte, eles não conseguiram eleger senão um deputados estadual a duras penas!

C.C. - Em que eleição isso se deu?

B.L. - Essa foi a de 47; a eleição seguinte foi a de 51.

C.C. - Mas aí já havia sido cassado o registro do partido.

B.L. - Havia sido cassado o registro. Mas eles se infiltraram em outro partido e conseguiram coordenar seus votos a favor de um candidato. De todo jeito, conseguiram eleger um.

D.P. - Quer dizer que o Plano Cohen, do ponto de vista da opinião pública, realmente apareceu como uma farsa?

B.L. - Sim. Hoje mesmo, qual é a força do Partido Comunista, depois que eles se dividiram em várias correntes: trotskistas, maoístas etc. etc.? O Partido Comunista é um partido esfacelado; só existe mesmo para que eles possam, a todo o momento, estar invocando o comunismo como uma ameaça. Há um livro americano em que se calcula que as forças comunistas no Brasil não iam a mais de 500 mil homens, não chegavam a um milhão. Em uma população de cem milhões, o que isso representa?

Sou, aliás, inteiramente favorável à legalização do Partido Comunista. Acho que esse terror em que eles vivem é uma coisa inteiramente sem razão de ser. Esse terror que se cria em torno do comunismo deixa a impressão de que o comunismo é invencível, que quando domina uma pessoa, não há mais possibilidade de ser extinto. E a experiência nos mostra que isso tudo é falso. Combate-se perfeitamente a idéia comunista com outras idéias; é uma questão de propaganda, de insistência, de atuação constante. Uma idéia só pode ser realmente superada por outra idéia, não pela repressão. E vê-se que em países onde há liberdade, onde o Partido Comunista é legalizado - como na Inglaterra, na França e em outros lugares -, quando eles ameaçam dominar já não é mais com aquele comunismo da Rússia; é o que estão chamando de eurocomunismo. E o que é o eurocomunismo? É influência da democracia no comunismo.

Mas aqui, o medo em que eles vivem do comunismo é de tal ordem que a gente chega a não compreender. O marcarthismo morre nos Estados Unidos e tem a sua ressurreição aqui no Brasil, com uma expansão formidável, ninguém sabe por que.

C.C. - Sob o regime de repressão que eles mantêm a população, qualquer força de oposição pode congrega, e isso é, de certa forma, uma ameaça muito grande para eles.

B.L. - A ameaça é menos do comunismo do que da própria oposição generalizada, que não é só comunista. A Aliança Libertadora não tinha só comunista; tinha um grupo comunista, mas tinha muita gente que nunca tinha sido comunista. Ninguém pode dizer que João Neves era comunista; ao contrário, ele foi acusado de ser até um representante dos interesses estrangeiros no Brasil, advogado de empresas americanas. Então como é que se pode dizer que esse homem era comunista? E outra coisa também: se existe um número pequeno de comunistas no Brasil, por que estar chamando todo o mundo de comunista? Com esse negócio, quem avoluma a corrente comunista são eles. O partido, que podia ter 500 mil pessoas, passa a ter dois, três ou quatro milhões, se levarmos em conta todo mundo que eles chamam de comunista.

Nunca pude compreender isso. Em Pernambuco, tive um incidente com eles, porque eles acusavam os secretários de Estado que eu tinha - o Pais Barreto e o Arrais - de elementos do Partido Comunista. O Arrais, aliás, foi candidato a deputado estadual, e o Partido Comunista não votou nele - sinal de que não devia ser assim tão pronunciadamente comunista. Arrais só se salvou, só se elegeu, a duras penas, porque teve uma votação lá pelo interior, em municípios dominados por parentes dele. A família dele é de Crato, e esses Arrais de Alencar se expandem muito pela vertente daquelas serras do Araripe.

Um dia me interpelaram por causa desses candidatos "comunistas", numa manifestação do 25 ou do 27 de outubro. E eu, contra o protocolo, respondi a eles lá no cemitério. (O cemitério estava cercado de forças, carabina por toda parte, até canhão.) Perguntei qual era a prova que eles tinham dessas acusações, que partiam de elementos políticos os mais lamentáveis do Partido Integralista de lá. Eles tinham um grupo que combatia também o governo e levaram essa gente para fazer discurso em palácio e atacar o governo. Reagi, interpelei, e mostrei que ali perto estava o túmulo de Nabuco, que também tinha sido acusado de comunista em vida. Entretanto, isso não impedia que todos os anos houvesse uma romaria ao túmulo de Nabuco, que tinha sido chamado de comunista apenas porque trabalhara pela libertação dos escravos.

D.P. - Mas esse pavor ao comunismo também foi a tônica do Estado Novo.

B.L. - O Estado Novo também procurou fazer isso, mas talvez não com tanto exagero como tem havido ultimamente. Acho que o principal elemento nessa propaganda não é nem brasileiro, é a doutrinação dos oficiais americanos dentro do Exército brasileiro. Esses instrutores americanos que vêm para cá trazem o macarthismo, que no Brasil também é importação.

C.C. - Quer dizer que o senhor acha que o golpe de 37 foi realmente articulado pelo Exército?

B.L. - Foi articulado pelo Exército.

C.C. - E nisso entra a ambição continuísta de Vargas.

B.L. - O Getúlio sabia manobrar e ia ajudando esse movimento; mas sem o Dutra não seria feito o 10 de novembro.

D.P. - Vargas teve um papel predominante.

B.L. - Vargas fazia o que podia para que se chegasse a esse resultado, mas grande parte de sua ação era indireta. Era um preparador de cenários.

C.C. - Mas a atuação dele foi mais no sentido de que o golpe seria dado de qualquer forma?

B.L. - Em todo golpe militar é o Exército que predomina. Se o Exército não quer, não há golpe. Nunca acreditei, portanto, que Jango tivesse possibilidade de fazer aquela república sindicalista de que se falava na ocasião. Se ele quisesse fazer, o Exército se oporia. Ele iria bater com a cara no chão.

C.C. - Mas então o golpe estaria sendo articulado pelos militares, e o Getúlio...

B.L. - Getúlio ajudando, ajudando, cooperando e dando indiretamente tudo o que podia para que se chegasse a esse resultado. O interesse dele estava exatamente nisso; era a única maneira que ele tinha de continuar.

D.P. - Acho que ele chegou a ser o mentor do golpe. O senhor o vê como mentor do golpe?

B.L. - Mentor, propriamente... Getúlio era muito dissimulado na ação política. Ele sabia tecer as coisas, mas não tinha um papel predominante e atuante, como não havia tido na Revolução de 30 também. Eu, aliás, digo isso naquele livro. No dia 13 de outubro, quando eles partiram de lá, se a Revolução não surgisse, ele seria o elemento mais indicado no Rio Grande do Sul para se articular com o governo do Júlio Prestes. São ardis que... [risos]. Havia outros? Não havia, não é verdade? Osvaldo Aranha tinha se exposto, tinha tomado atitudes. João Neves tinha tomado atitudes, assim como aqueles elementos de lá. Getúlio sempre ficava naquela situação meio indefinida, que lhe permitia ser o elemento de maior significação no Rio Grande para se articular com Washington Luís, depois de ultrapassada definitivamente a Revolução.

Assim também no golpe; ele fez o que pôde para facilitar, para ajudar, para auxiliar, mas não era homem para tomar atitudes de frente, para agir ostensivamente a favor de um determinado movimento. Usava todas as pessoas que podiam realmente cooperar para isso, como os elementos que eram amigos do Dutra. Isso ele usava, ele sabia jogar com essa gente toda. Realmente, ele tinha uma grande capacidade política.

C.C. - O senhor estava muito próximo a Agamenon nessa época?

B.L. - Nessa época, eu estava muito próximo dele. Quando surgiu o golpe, eu estava no Ministério da Justiça, em companhia do Vicente Chermont de Miranda, que era o chefe-de-gabinete dele e que, aliás, tinha preparado...

C.C. - Mas Agamenon estava no Ministério da Justiça nessa época? Não era o Macedo Soares?

B.L. - Estava no Ministério da Justiça. Foi chamado ao Ministério da Guerra, onde chegou a ficar preso. Enquanto ele estava preso no Ministério da Guerra, nós estávamos no Ministério da Justiça, até que ele telefonou para o Chermont de Miranda, dizendo-lhe que podia ir embora.

C.C. - Mas isso não foi em 45?

B.L. - Sim; isso já foi em 45. ...

C.C. - Mas eu digo em 37. Ele estava no Ministério do Trabalho, não é?

B.L. - Em 37, ele estava no Ministério do Trabalho.

C.C. - O senhor estava muito próximo a ele nessa época?

B.L. - Nessa época, eu estava bem próximo dele. Foi ele quem me avisou, aliás, no dia 10 de novembro, que o Congresso estava fechado. Ele telefonou para minha casa, me dando a notícia. Foi só aí que tive certeza do golpe.

C.C. - Quais eram as justificativas que ele dava para o golpe?

B.L. - Para Agamenon, era a solução do seu problema político [risos].

C.C. - Uma vez perdida a possibilidade de chegar a Pernambuco...

B.L. - Ele não tinha possibilidade de chegar a Pernambuco.

D.P. - E o senhor, como reagiu ao golpe?

B.L. - Fiquei triste, porque não tinha simpatia pessoal por esse pronunciamento. Tanto que fiquei em casa, não saí nesse dia e nem procurei nenhum contato de qualquer natureza. Eu tinha um certo amor às batalhas políticas dentro da Câmara, e a essas coisas todas. Houve deputados que tiveram coragem de ir ao Guanabara [risos] cumprimentar o Getúlio. Confesso que não tive.

D.P. - Inclusive porque ia de encontro às idéias liberais que o senhor sempre pregou.

B.L. - Pois é. Pouco depois, Agamenon ia para Pernambuco como interventor.

C.C. - Então, a escolha de Agamenon como interventor foi muito decorrente do próprio papel que ele desempenhou no golpe?

B.L. - Sim; ele também ajudou muito, mandou as pessoas que podia. Ele tinha uma certa aproximação com o Dutra - foi um dos que optaram com o Dutra - e mandou representantes a ele. O padre Olímpio de Melo, que era muito íntimo da casa do Dutra,

também [risos] falou a respeito da necessidade do golpe. A situação aí já se tinha apresentado para Getúlio com uma probabilidade maior de eleição do Armando de Sales, que na ocasião era o elemento mas contrário a ele. A eleição de Armando de Sales significaria uma derrubada para ele e para todos os seus amigos (esses interventores todos, esses governadores de estados a quem ele mandava o Negrão de Lima). O golpe de Estado para eles era a salvação, tanto que todos conseguiram sobreviver.

C.C. - E a repercussão do golpe em Pernambuco, dr. Barbosa?

B.L. - Não me parece que tenha... O Carlos de Lima já estava desgastado, e tinha havido aqueles acontecimentos todos. Acho que também em Pernambuco não houve um pronunciamento maior. Não tenho certeza, porque eu não estava lá. Não me lembro do noticiário do dia.

C.C. - Houve uma modificação total nos quadros políticos do estado. Todo o pessoal afastado...

B.L. - Em Pernambuco houve. Todos os amigos do Carlos de Lima Cavalcânti foram afastados.

D.P. - Do secretariado dele não ficou ninguém?

B.L. - Não; dos amigos dele, a maior parte perdeu qualquer posição. E Agamenon levou para lá um grupo completamente diferente. Levou o Artur Moura, que foi um grande batalhador. Quando rompemos com o Carlos de Lima Cavalcânti, criou-se num jornal lá de Pernambuco uma página toda dirigida pelo Artur Moura. Ele chamou também para o seu secretariado esse rapaz que hoje é procurador aqui, o Arnóbio Tenório Vanderlei. Jarbas Maranhão foi secretário de Educação, e ainda tinha o Manuel Lubambo.

Manuel Lubambo era um elemento reacionário em Pernambuco. Mas o primeiro apoio que Agamenon encontrou foi de elementos realmente muito reacionários. Era um grupo de um padre jesuíta que havia lá, e que reunia uma corrente que eles chamavam de revisionista, com o Manuel Lubambo à frente, defendendo teses inclusive de negação de todas as revoluções pernambucanas: eles eram contra 1817, contra 1824, contra 1848, tinham horror a todos esses movimentos [risos].

D.P. - Quem fazia parte desse grupo?

B.L. - Manuel Lubambo e outros elementos mais atenuados. O Emílio Pereira já surgia nesse momento, mas não tinha ainda uma influência maior nesse grupo. A principal figura era mesmo o Manuel Lubambo.

C.C. - Fala-se, inclusive, que o pessoal que havia ficado com Agamenon na cisão em Pernambuco estava meio descontente porque ele chegou congregando elementos completamente novos.

B.L. - É; o padre Câmara, por exemplo, foi um que ficou desgostoso com esse fato. O Carlos de Lima também não gostou, porque Agamenon chamou elementos diferentes, de outras correntes. O Jarbas Maranhão, por exemplo, não era um elemento reacionário, mas havia outros; muitos tinham tendência reacionária, ou eram nitidamente reacionários, como esse Manuel Lubambo.

D.P. - Jarbas Maranhão, também?

B.L. - Jarbas Maranhão não era muito nítido, muito definido. Era um elemento que poderia ir para um lado ou para outro, dependendo propriamente do ambiente que encontrasse.

C.C. - E o Etelvino Lins, como o senhor o define?

B.L. - Etelvino Lins era secretário de Segurança e estava no começo de sua carreira. Tinha tido algumas ligações com o integralismo, mas não era nitidamente integralista, embora tivesse simpatias. Agora, eles instituíram um regime meio policial lá em Pernambuco.

C. C. - Ele gozava de grande prestígio junto a Vargas, não é?

B.L. - Vargas deu-lhe todo o apoio, durante todo o tempo.

D.P. - Mas o senhor acha que esse regime policial de Pernambuco destoava dos outros estados?

B.L. - Acho que destoava em certo sentido, já que Agamenon tinha muita convicção de que aquelas idéias de 37 eram definitivas. Ele achava que o Brasil ia sempre ser... Na minha correspondência, que vocês devem ter lá na Fundação, eu às vezes escrevia a ele, dizendo: "Você está confiando demais na duração da Carta de 37. Isso tudo é um regime de transição, que não sei quanto vai durar". Mas ele tinha convicção.

D.P. - O senhor acha que o governo em Pernambuco era mais radical do que nos outros estados?

B.L. - Não posso falar de todos os outros estados, mas acho que Pernambuco era o estado que levava mais a sério o autoritarismo. Agamenon achava que podia resolver

até problemas domésticos: o sujeito não estava muito bem entendido com a mulher; ela ia se queixar a Agamenon, que chamava o sujeito e lhe passava uma repreensão [risos]. Ele tinha uma maneira meio curiosa de encarar essas coisas.

D.P. - Quer dizer que não existiu nenhum continuísmo em relação ao governo de Carlos de Lima?

B.L. - Não, nenhum. Ao contrário, ele substituiu todo mundo. Ele trouxe elementos novos que não tinham nenhum contato com a vida política. Com exceção do Artur Moura, nenhum desses elementos tinha propriamente uma vivência política: nem o Arnóbio, nem o Manuel Lubambo, nem o Emílio Pereira.

D.P. - Parece que ele se cercou de elementos bem novos, que não tinham nenhuma participação maior na política.

B.L. - Sim, de mocidade, de um pessoal sem experiência política. O único que tinha experiência política era o Gercino de Pontes, que vinha lá de Caruaru.

C.C. - Talvez fizesse parte do próprio caráter político de Agamenon querer ser a figura marcante.

B.L. - Sim, autoritária; ele gostava muito disso.

C.C. - Então, cercar-se de pessoas jovens era um negócio...

B.L. - É porque assim obedeciam a ele. No meio disso, ele tinha algumas coisas interessantes. Uma vez o Arnóbio quis comprar uma propriedade lá em Pernambuco e foi perguntar-lhe o que achava. Ele respondeu rudemente: "No meu governo ninguém compra nem vende nada!" Ele tinha aspectos que podem merecer louvores. E Arnóbio realmente não fez a transação. Agamenon tinha algumas dúvidas em relação ao padre Câmara, porque achava que este tinha muita preocupação, vamos dizer, material. Naquela época, ele foi para a Caixa Econômica, começou a construir casas em Pernambuco e a alugar essas casas. Do ponto de vista de honestidade, Agamenon fez um governo exemplar.

C.C. - Foi um bom administrador, não é?

B.L. - Bom administrador não digo, porque sua idéia essencial foi economizar dinheiro para resgatar a dívida externa de Pernambuco. Um estado, com uma porção de problemas, ficou com 60 a 70 mil contos em caixa - naquela ocasião, devia ser uma quantia fantástica - para esperar resgatar a dívida externa. Não resgatou dívida alguma. Agamenon saiu do governo e veio para o Sul antes de resgatar a dívida. E o dinheiro

que ele deixou foi desperdiçado através das campanhas políticas no tempo dos interventores que andaram por lá. De modo que ele não chegou a ter nenhuma realização. Depois, começou a fazer propaganda e a dizer que tinha construído 20 mil casas populares. Cheguei lá depois, mandei levantar a estatística [risos], e fui ver que as 20 mil casas eram todas as casas construídas em todos os municípios, em todo o estado: Desse total, nem mil tinham sido construídas diretamente por influência dele. Então, como é que ele fazia essa estatística?

D.P. - Todas as casas!

B.L. - Todas as casas que haviam sido construídas em todo o estado, populares ou não [risos]. Tudo, tudo eram 20 mil!

C.C. - A propaganda é a alma do negócio, não é?

B.L. - Sim, e isso ele fez bem, como o Gercino. Gercino foi um secretário da Viação que tive mais tarde lá em Pernambuco. Ele não tinha uma mentalidade avançada, arrojada, nem nada. Ele resolveu construir uma estrada pavimentada para o Cabo, e havia a experiência feita ali no norte da África, onde eu estive, no tempo em que Mussolini andou por lá, invadindo a Abissínia. Era uma estrada de dois trilhos, que ia para o Cabo [risos]. Só os dois trilhos é que estavam pavimentados! Ora, isso no tempo de hoje, fazer uma estrada...

[FINAL DA FITA 5-B]

5ª Entrevista: 05.07.77

C.C. - Hoje, vamos continuar a falar sobre o Estado Novo, mas antes eu queria lhe colocar umas questões sobre o seu período de liderança na Câmara. Um problema que eu gostaria de ver é o seguinte: pela documentação dos arquivos, sobretudo do arquivo de Osvaldo Aranha, sabemos que, em fevereiro de 35, houve um acordo de livre-comércio entre o Brasil e os Estados Unidos. Por esse acordo, produtos de diversos países estariam isentos de tarifas, e os Estados Unidos seriam bastante beneficiados com isso, pois a quantidade de produtos americanos que entrava no Brasil era superior à quantidade dos nossos produtos que iam para os Estados Unidos. Parece que houve uma reação forte dos industriais, dos empresários brasileiros, que se sentiram prejudicados. O projeto, me parece, ficou algum tempo na Câmara.

B.L. - Foi projeto de quem? Do próprio Osvaldo Aranha?

C.C. - Não estou sabendo dizer exatamente de quem foi o projeto. Sei que ele tramitou pela Câmara de abril a setembro e que foi aprovado sob uma certa pressão. Parece que o projeto ficou cozinhando na Câmara, os Estados Unidos pressionaram, e Vargas

então conseguiu que fosse aprovado em duas semanas. Entretanto, por essa documentação do arquivo, algumas coisas para nós não ficam muito claras. Uma delas é que, além dos industriais, na Câmara, a bancada classista e a minoria, liderada por Otávio Mangabeira, teriam ficado contra o projeto. O que não entendemos é o comportamento da bancada classista nesse momento quebrando a unidade regional costumeira da política daquela época. Como o senhor explica esse comportamento?

B.L. - Pelos elementos da bancada classista, que tinha patrões, tinha elementos liberais, e tinha os que podiam ser considerados empregados. Agora, que elementos? Isso é que se precisa ver: se foi a bancada toda, homogeneamente, ou se foi apenas um setor dessa bancada.

C.C. - Parece que foi o setor empregador.

D.P. - Normalmente, os industriais paulistas da bancada classista fechavam com a bancada política de São Paulo. Os industriais de Minas fechavam com a bancada política de Minas. Sempre havia uma certa unidade regional.

B.L. - Nessa ocasião, da bancada classista era o Roberto Simonsen, que sempre teve tendências nacionalistas. Ele tem vários livros publicados. Não sei se, nos livros dele, pode-se encontrar alguma coisa a esse respeito. Ele foi um líder classista de valor. Em sua tese acerca do nacionalismo, ele era muito favorável a que o Brasil restringisse tanto quanto o possível seus compromissos no exterior, para ter uma margem maior de importação de maquinismos. Ele não era muito favorável a esse endividamento atual, nem à orientação que se tem dado à política econômica. Ele achava que, se tivéssemos possibilidade de riquezas maiores em relação às divisas, poderíamos destinar todas essas divisas à importação de maquinismos, quer dizer, destinar a bens de produção que seriam aqui utilizados para o desenvolvimento de novas indústrias.

Se eu pudesse rever um pouco os anais, talvez pudesse recordar melhor essas coisas, porque, em certos setores, a gente entrava mais. O trabalho de Câmara tem isso; às vezes ficamos dedicados a certos assuntos, que estão chamando mais nossa atenção. O projeto, aliás, deve ter passado só pela Comissão de Finanças, que tinha na presidência o Artur Costa, muito ligado aos Estados Unidos.

D.P. - A bancada classista sempre se comportava enquanto um todo, ou havia mais esse aspecto regional? Os dados que temos é de que o comportamento era mais em termos regionais. Por exemplo, o Edgar Teixeira Leite, em 34, era representante classista; no entanto, ele estava muito unido à bancada política pernambucana. Realmente, ele votava com o pessoal da bancada política do PSD.

B.L. - O Edgar Teixeira Leite era um elemento mais político; ele fazia parte desse famoso grupo ABC de lá de Pernambuco. Ele era casado com a filha do José Bezerra Cavalcanti. Toda essa gente era muito ligada: o José Bezerra, o José Henrique, todos eles eram muitos ligados e tinham interesses, de fato, muito aproximados. Edgar Teixeira Leite, embora fosse fluminense, tinha ido para Pernambuco, casara com a

filha de José Bezerra e começara a fazer política. Era classista só no nome, na maneira de ter entrado na Câmara, mas no resto não era um deputado classista; era um elemento com profundas vinculações políticas.

Em Pernambuco, havia grupos classistas. Tinha o Abel, que era um operário sem significação alguma; ia para onde o governo mandasse. Havia um dentista, que foi também deputado, e um usineiro, que era o Leôncio Araújo. Em São Paulo, eles tiveram o Roberto Simonsen, que foi realmente um líder. Era presidente da Federação das Indústrias de São Paulo, e sua obra de publicista é considerável. Tanto que hoje, em São Paulo, tem até instituições com o nome de Roberto Simonsen. Eu tenho muitos livros dele. Ele fez parte da Academia de Letras, onde morreu fazendo um discurso, em nome da Academia, de saudação a um viajante belga que andou por aqui - aliás, um notável publicista, de nome Paul Vanzeland. Quando ele visitou a Academia, Roberto Simonsen foi destacado para saudá-lo e morreu fazendo um discurso em plena tribuna, numa apoplexia fulminante.

Em algumas questões eu interferi, e tive que estudá-las mais profundamente. Mas há uma certa divisão de trabalho na Câmara, e assuntos como esse ficam mais restritos à Comissão de Finanças e a certos elementos desta comissão. Não sei se o presidente da Comissão de Finanças era o Artur Costa ou o João Simplício. Tenho um pouco de dúvida, a cronologia se embaralha com a passagem do tempo. A coisa de que tenho mais medo é de recordações, porque os fatos mais distantes se aproximam às vezes de tal maneira que dez anos não significam nada; quando se vê, está tudo misturado!

D.P. - Ainda em relação à bancada classista, o senhor acha que os industriais estavam unidos em torno de um projeto?

B.L. - Não; creio que nos interesses de classe eles não cediam, não obedeciam à palavra do governo. Minha impressão é essa.

D.P. - Não obedeciam?

B.L. - Não; nos interesses de classe, eles não deixavam de ser representantes de determinadas corporações. Mas em assuntos meramente políticos eles obedeciam. Era uma bancada suplementar do governo; com algumas exceções, já que tinham elementos recalcitrantes como o Levi Carneiro, que tomava sempre uma posição mais ou menos pessoal.

C.C. - Tem algumas coisas que nós realmente ficamos sem entender.

B.L. - Se eu tivesse os anais poderia clarear um pouco essa questão, mas também é difícil verificar isso. Naquele livro que foi publicado sobre as relações dos Estados Unidos com o Brasil, por aquele... Tenho até o livro lá em cima.

D.P. - Americano?

B.L. - Não; não é americano. É um brasileiro que fez até um estudo sério, publicado pela Civilização Brasileira. Ele tem também um livro sobre multinacionais. Publicou recentemente esse trabalho.

D.P. - Não é o Muniz Bandeira?

B.L. - É o Muniz Bandeira. Você já verificou se nesse livro dele sobre relações exteriores do Brasil tem alguma coisa? Ele é capaz de ter estudado esse assunto. Quem sabe se um telefonema para ele não daria alguma explicação a respeito desse episódio?

C.C. - De fato é um episódio que fica solto. Certas coisas, realmente, ficam pouco claras para nós, sobretudo em relação a atuação da bancada classista. É lógico que um acordo desse tipo beneficiaria os agricultores, uma vez que, naquela época, se exportava muitos produtos primários. O café, por exemplo, tinha muito trânsito.

B.L. - Sim; aquele reajustamento econômico visava beneficiar principalmente os agricultores e os criadores.

C.C. - Mas como é que se vai entender agricultores e industriais juntos contra o projeto?

B.L. - Os dois unidos?

C.C. - Uma vez que se tinha a unidade da bancada classista, então agricultores e industriais estavam juntos contra o projeto.

B.L. - Uma vez tive oportunidade de fazer um exame da votação do projeto do petróleo; isso, em 53, quando o projeto foi aprovado. Verifiquei as bancadas partidárias - a UDN, o PSD, o Partido Trabalhista - e concluí que a bancada toda se dividia. Era difícil haver uma homogeneidade total nas votações das bancadas. Mesmo assim, o Partido Trabalhista dava o contingente maior, embora não fosse unânime - como não era unânime a UDN. Para se chegar à conclusão sobre o qual o partido que predominou, que teve mais interesse pelo monopólio do petróleo, foi preciso ficar em percentagens. A UDN apresentou um projeto sobre o monopólio do petróleo, mas foi o partido que menos concorreu para a aprovação desse projeto. O PSD deu um contingente maior, e o Partido Trabalhista, mais do que todos os outros (não digo unanimidade, mas foi quase isso) .

C.C. - Por que a UDN foi o partido que menos colaborou para a aprovação? Será que foi porque Getúlio encampou o projeto?

B.L. - Eles apresentaram o projeto, em parte por habilidade, a meu ver, do próprio Getúlio. Ele tinha a idéia de que, se apresentasse um projeto estabelecendo desde logo o monopólio do petróleo, a UDN se atiraria contra e dificultaria muito sua passagem. Então ele trabalhava com uma comissão, aliás, de alto nível (tinha aquele Rômulo Almeida e, sobretudo, o Jesus Pereira). Essa comissão apresentou um projeto que não era ainda de monopólio; era uma organização aproximada, mas não era totalmente um monopólio. Esse projeto foi para o Congresso. Havia elementos na UDN muito apaixonados, vibrantes, como Rafael Correia de Oliveira e outros, que defendiam muito o monopólio total do petróleo. Teve início a campanha, e a UDN achou que seria um golpe feliz encampar esse projeto de Bilac Pinto estabelecendo o monopólio total do petróleo. Antes desse projeto, o Eusébio Rocha, elemento trabalhista, já tinha apresentado um outro.

Na votação final, nos momentos realmente mais importantes, o que se verificou é que todas as bancadas se dividiam, e os maiores contingentes a favor não eram da UDN, que tinha apresentado o projeto Bilac Pinto. Eram dos outros partidos, sobretudo do Partido Trabalhista e do próprio PSD. Isso prova que, realmente, nos projetos de interesse mais trabalhista, mais social, a UDN sempre foi um partido reacionário, um partido muito mais de direita do que os outros, apesar da fama do PSD. A UDN estava adiante de todos os reacionarismo. Isso nós verificamos também quando se quis estabelecer o monopólio do seguro trabalhista, e a UDN resistiu mais do que todos os outros. Em todas essas ocasiões, a UDN era contra.

C.C. - Vou ver se por acaso há alguma documentação que se possa trazer para o senhor.

B.L. - Assim eu poderia verificar a coisa. Eu podia até telefonar para o Muniz Bandeira, conversar com ele, ver se ele chegou a analisar isso. Talvez ele me dê a pista de alguém que tenha entrado mais a fundo nisso.

C.C. - Esse projeto foi apresentado em fevereiro de 35.

B.L. - Sim.

C.C. - Foi apresentado na Câmara e foi aprovado só em setembro. Parece que o pessoal contrário ao projeto - a bancada classista mais a minoria na Câmara - estava conseguindo adesões do próprio pessoal da maioria.

B.L. - Fui relator de um projeto para a criação do Instituto de Resseguros, quando eu estava na Comissão de Finanças. Esse projeto, aliás, não chegou a ser concluído na Câmara, porque veio o golpe de Estado, e o Getúlio criou, por decreto-lei, o Instituto de Resseguros. Mas já na fase preliminar, encontramos muita reação de certos elementos também da UDN, que lutavam contra a criação do Instituto de Resseguros. Fiz, aliás, um estudo longo a respeito disso. Nesse tempo, havia a possibilidade de discutir e de estudar essas coisas mais longamente, porque não havia esses prazos agora estabelecidos pela legislação do regime atual.

C.C. - Isso foi em que período, Dr. Barbosa?

B.L. - Esse projeto foi apresentado em 37; a mensagem foi de 29 de julho de 1937. É possível que o assunto fosse discutido em plenário sem que eu tivesse condições de responder. Procurei, então, enfronhar-me e fiz um estudo tão profundo quanto possível.

Lá na Câmara havia elementos como o Fábio Sodré, por exemplo, empregado da Sul América, que estava não só dentro do assunto, como também muito bem assessorado para discutir a matéria. Tenho a impressão de que tudo isso aqui é o meu parecer [risos]. Essa outra parte foi na Comissão de Justiça, onde esse assunto foi discutido.

D.P. - A reação contra o projeto foi muito grande?

B.L. - Era tremenda a reação desses elementos enfronhados nessa questão do seguro. Eu ia ter um debate sério lá na Câmara, mas eu havia me preparado para enfrentar a luta, quando veio o golpe de Estado. Suspendeu-se tudo, e Getúlio decretou depois a criação do Instituto de Resseguros. Há uma questão de dois anos, fui convidado pelo Instituto de Resseguros, e eles fizeram uma referência a essa minha presença na criação do Instituto. Estava lá também o João Vidal que, no tempo, era chefe-de-gabinete do Agamenon Magalhães, então ministro do Trabalho.

C.C. - Em 35/37, quais eram os partidos que integravam a minoria?

B.L. - A minoria era formada pelos elementos de oposição a Getúlio. Havia muitos elementos de oposição a ele.

C.C. - Os PRs ainda existiam?

B.L. - Artur Santos, por exemplo, era um elemento contrário a ele.

C.C. - Em termos de organização partidária o senhor se recorda?

B.L. - Eram partidos estaduais. Não havia partidos nacionais, de modo que eram oposições estaduais, como o Ademar Ferreira da Cunha, e aqueles elementos que vinham de São Paulo, amargurados com aquela coisa da Revolução de 32. E também de outros estados.

D.P. - Prado Kelly havia sido líder da minoria em 34, não?

B.L. - O João Neves era um dos líderes.

C.C. - A maioria desse pessoal depois integra a UDN, não?

B.L. - Sim; o João Neves era um dos elementos. Depois ele se integrou ao PSD, mas nessa fase era um elemento de oposição.

D.P. - Prado Kelly vai estar novamente em 35, não?

B.L. - Prado Kelly estava na oposição.

D.P. - Ele havia sido líder da minoria em 34.

B.L. - Eram oposições estaduais, porque ainda não havia partidos nacionais. Então, essas oposições estaduais se articulavam contra Getúlio, aproveitando elementos do Rio Grande do Sul que se opunham a Flores e àquela situação de lá, como o Partido Libertador e outras agremiações. Havia também as oposições de São Paulo e as daqui do Estado do Rio, com Prado Kelly e outros. Eles todos se reuniam e formavam um grupo de oposição que não era pequeno; foi um grupo importante.

D.P. - Os Mangabeiras também?

B.L. - Tinha o Mangabeira também.

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

B.L. - A minha iniciação ao nacionalismo foi esse projeto do Instituto de Resseguros.

D.P. - O senhor acha que o projeto seria aprovado se não houvesse o golpe?

B.L. - Creio que sim, porque o governo tinha maioria. Além disso, nessa questão era mais fácil, realmente, arrastar elementos, porque o domínio do seguro não era ainda tão incisivo. Faço uma história de campanhas anteriores, quando os interesses do Brasil chegaram a prevalecer, através das atividades e dos conhecimentos dos inspetores de seguros que nesse tempo faziam parte da Câmara dos Deputados.

C.C. - Voltando então ao Estado Novo, havíamos falado da repercussão do golpe em Pernambuco, do porque da escolha de Agamenon para a interventoria, e vamos retomar a partir daí, do seu contato com a interventoria de Pernambuco. Como o senhor via o

governo de Agamenon em relação à defesa dos setores sociais? Do quadro anterior do governo Lima Cavalcânti tinha ficado alguém, ou foi realmente tudo remanejado?

B.L. - De certa maneira, os elementos mais ligados a Lima Cavalcânti foram afastados. Agamenon preocupava-se muito com isso e levou até um grupo de gente nova. Talvez ele tivesse a preocupação de mostrar que a campanha que se tinha feito contra ele, acusando-o de comunismo, não tinha fundamento. Ele então se ligou muito a um grupo de certo radicalismo católico que havia lá: Manuel Lubambo e os discípulos de um padre Fernandes, jesuíta muito poderoso em Pernambuco. Esse Manuel Lubambo era ultra-reacionário e tinha ódio a todas essas instituições acusadas de esquerdismo, a começar pela maçonaria. A orientação dele, em Pernambuco, foi um pouco extremista. Mas Agamenon, de certa maneira, foi tolerante, porque também não levou muito tempo no governo; morreu relativamente cedo, não chegando propriamente a amadurecer. A primeira fase de Agamenon foi de ligação com esse grupo. Agora, quando ele levou esses elementos para lá, ele o fez por motivos pessoais. Esse Arnóbio Tenório foi secretário dele, e está hoje no Tribunal. Mais tarde, quando Agamenon veio para o Ministério da Justiça, Arnóbio Tenório foi seu chefe-de-gabinete.

C.C. - Manuel Lubambo era secretário da Fazenda?

B.L. - Sim. Tinha também o Nilo Pereira, um elemento que vinha desse grupo do padre Fernandes. Era um homem com uma formação intelectual mais séria e que acabou realmente evoluindo. Hoje é até uma das figuras importantes da intelectualidade. Ele era mais secretário de governo, de administração, do que propriamente de uma pasta específica. O secretário da viação era o Gercino de Pontes, filho de um chefe político de Caruaru; e o da Educação era o Jarbas Maranhão, também um jovem. Agamenon ficou muito cercado de jovens.

D.P. - Jarbas começou como oficial-de-gabinete, não?

B.L. - Sim; começou como oficial-de-gabinete e depois passou a secretário de Educação. Esses eram os principais elementos que viviam com ele.

C.C. - Da Segurança Pública era Etelvino?

B.L. - Etelvino era da Segurança Pública. Etelvino tinha sido até simpatizante do integralismo e estava muito ligado a esse grupo.

D.P. - Ao grupo radical de católicos?

B.L. - A um grupo de radicais do catolicismo e, vamos dizer, do próprio integralismo. Não tenho certeza se ele chegou a ser integralista, mas não era muito hostil à idéia.

D.P. - Esse grupo de católicos tinha alguma coisa a ver com a LEC (Liga Eleitoral Católica) que se formou em 34?

B.L. - É possível que tivesse, mas o arcebispo de Pernambuco vivia um pouco afastado, não se metia muito em assuntos políticos, embora fosse, de certa maneira, um homem intransigente, muito amigo do Nilo Pereira. Nilo Pereira era muito ligado a esse grupo católico; seu cunhado, o Luís Delgado, tinha sido do governo de Carlos de Lima, de quem escreveu a biografia.

D. S. - O padre Arruda Câmara estava ligado a esse grupo católico radical?

B.L. - O padre Arruda Câmara tinha rompido com Carlos de Lima e fora nomeado para a Caixa Econômica. Agamenon não quis pô-lo num cargo propriamente de seu governo. Ele tinha sido aliado de Agamenon, justamente nessa fase de transição. Mas Agamenon não o pôs no governo, e ele ficou sempre ressabiado. Agamenon também não aproveitou nem o Osvaldo Lima, nem Ferreira Lima, que tinha sido...

C.C. - O Arruda Câmara teve uma atuação forte, ao lado do Agamenon, na fase da cisão com o Carlos de Lima.

B.L. - Sim, teve uma atuação importante. Ele ficou com Agamenon.

D.P. - Arruda Câmara nunca teve cargo no Estado Novo?

B.L. - Não; acho que Agamenon tinha um pouco de receio do padre Câmara, tinha lá as suas desconfianças. Agamenon tinha em seu louvor uma grande intransigência nesse negócio de governar e ter atividades lucrativas ao lado do governo.

C.C. - E o padre Câmara?

B.L. - O padre Câmara, não sei. Agamenon tinha alguma desconfiança, achava-o um pouco exagerado. Assim pensava também do próprio Osvaldo Lima. Eram ambos tão apaixonados que, num caso qualquer de preocupação política, seriam capazes de favorecer elementos que Agamenon achava que não deveriam ser favorecidos.

C.C. - E quem eram os elementos mais progressistas do secretariado de Agamenon, se é que havia algum?

B.L. - Acho que o elemento mais progressista era ele próprio. No entanto, ele estava no governo com uma mentalidade curiosa: achava que tinha que decidir todas as coisas que lhe fossem levadas. Uma mulher ia lá se queixar do marido que não lhe dava a atenção devida, não correspondia com os recursos que devia fornecer; Agamenon mandava chamar o sujeito e o prendia [risos]. Ele tinha coisas assim de poder ditatorial, intervencionista.

D.P. - Quer dizer que ele era o mais progressista do...

B.L. - Era o mais progressista de todos.

C.C. - Toda a equipe do secretariado de Agamenon era ligada a esse grupo de católicos?

B.L. - A maioria, porque ele não procurou mesmo aliar-se a outras coisas. Ele era dono de um poder absoluto, mantido aqui por Getúlio. A preocupação de Agamenon era mais ligar-se a elementos do Rio de Janeiro, que podiam...

C.C. - Da pasta da Agricultura, quem era?

B.L. - Na pasta da Agricultura foi o Apolônio, que tinha saído de Catende e que chefiou um movimento favorável ao cooperativismo. Singularmente, o aspecto mais avançado do governo de Agamenon foi o cooperativismo que ele quis implantar de cima para baixo, criando órgãos próprios para verdureiros e todos esses produtores agrícolas. Tudo isso figurava na cooperativa, que tinha na superintendência o Apolônio. Vários outros elementos, como o José Arruda, trabalhavam nesse cooperativismo.

D.P. - Costa Porto?

B.L. - Costa Porto, Amaro Cavalcanti, vários elementos trabalhavam nisso. Depois, Agamenon andou se aborrecendo com alguns desses elementos e afastou vários deles, por diversas razões. Mais tarde, quando fui julgar a ação administrativa de Agamenon, nunca pude compreender a sua preocupação em guardar dinheiro. Ele começou a poupar dinheiro e a juntá-lo, com a idéia de que ia resgatar a dívida externa de Pernambuco. A dívida externa não era assim tão pesada, e o estado tinha tantas necessidades que, se ele aplicasse esse dinheiro em obras públicas imediatas, teria tido um rendimento muito maior do que poderia obter com a antecipação do pagamento dessa dívida externa. Ele chegou a ter 70 ou 80 mil contos em caixa. Naquela época, era uma fortuna, uma coisa colossal. Quando ele foi chamado por Getúlio, esses 70 ou 80 mil contos ficaram lá nos cofres do estado e começaram a ser desbaratados nas lutas políticas, pelos interventores que lhe sucederam, sobretudo no tempo do Demerval Peixoto. O esforço dele foi malogrado.

D.P. - Quer dizer que, em termos de investimento, ele deve ter feito pouca coisa.

B.L. - Não aproveitou esse dinheiro para investir em obras. Ele poderia ter começado, nessa fase, a construção das vias permanentes, das estradas-tronco de Pernambuco para o interior do estado.

C.C. - Mas se fala que o governo dele inicia obras de pavimentação...

B.L. - Não. Antes de tudo, as obras de pavimentação foram iniciativa do próprio Departamento de Estradas de Rodagem de Pernambuco, sob a atuação de um engenheiro de grande significação, o Antônio Baltar. Esse Antônio Baltar - que era, aliás, do Partido Socialista - , com a Revolução de 64, foi afastado de tudo. Não sei se chegou a ser cassado, mas hoje está trabalhando na Cepal, no Chile; tem uma grande situação, é um elemento muito capaz. Tenho, aliás, a conferência que ele fez no tempo em que eu estava no governo e ele defendia a pavimentação das estradas.

No governo do estado, chegamos a apresentar um projeto para a criação de um imposto que nos permitisse executar o plano geral. O Congresso já estava, nesse tempo, um pouco hostil. Vinha-se aproximando a sucessão - eu tive três anos e não quatro de governo -, e não consegui que eles aprovassem a criação desse imposto, proposto, aliás, pelo Arrais. Reuni os deputados todos lá em palácio, fiz um apelo a eles, mostrando o interesse dessa pavimentação, mas eles não quiseram atender. Então iniciei a obra com o Baltar. Mandeí fazer os estudos que eram necessários para completá-la, com a certeza de que, daí por diante, ninguém pararia mais. Há certas obras que, dado o primeiro passo, pode-se ter certeza de que os outros todos continuarão.

C.C. - A obra de pavimentação foi iniciada no seu governo?

B.L. - Foi iniciada no meu governo.

C.C. - O senhor iniciou a obra, e Agamenon ficou com a fama [risos].

B.L. - Ele ficou com a fama e fez uma propaganda enorme [risos]. Mas ele não fez a propaganda das casas populares?

C.C. - Todas as casas que foram levantadas no estado, não é?

B.L. - Todas as casas construídas no estado. Há uma coisa curiosa nessa história. Ele tinha como secretário de Viação um homem de quem ele fez tanta propaganda que eu, de certa maneira, induzido por essa propaganda, convidei-o para meu secretário de viação. Era o Gersino de Pontes. Esse homem não tinha idéias estabelecidas em relação a coisa alguma. Era um trabalhador infatigável, mas não tinha uma organização maior. Meu verdadeiro secretário de viação não foi o Gersino, foi esse rapaz, o Antônio Baltar.

Esse é que foi o meu verdadeiro secretário de viação, um homem ilustre, inteligentíssimo.

Tentei até um empréstimo com os americanos, para ver se assim era possível fazer essas estradas-tronco. Mas verifiquei que os americanos só queriam dar o petróleo, que ainda era fornecido por eles, e as máquinas, que também seriam deles. A mão-de-obra para a construção, o estado é que teria que trazer. E nós não tínhamos, no orçamento, recursos para pagar essa mão-de-obra; precisaríamos do imposto. Foi aí que eu, com o Arrais, apresentamos um projeto na Câmara para a criação desse imposto, sem o qual não seria possível custear a mão-de-obra.

Agamenon conseguiu que a Câmara aprovasse o imposto e pôde continuar a obra que havíamos iniciado. Mas a base de tudo era realmente o trabalho do Baltar. Vou mais adiante: essa estrada teria que vir, fosse eu o governador, fosse Agamenon, fosse quem fosse, porque estava sob a superintendência do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, o DER. Com aquela lei do [inaudível] apresentada aqui, o Departamento passou a uma categoria em que ficava independente dos governos estaduais.

Antigamente, todas essas verbas que eram entregues aos estados iam sendo aplicadas de acordo com interesses políticos variados. Com a criação do DER, foi dada uma orientação geral e nacional ao problema. Havia o plano nacional de Viação, e cada estado teria que fazer seu plano estadual, conjugado com o plano nacional; tudo isso sob a superintendência do DER, que mantinha a sua autoridade e a sua fiscalização.

Então a estrada teria que vir de qualquer forma, em consequência da própria atuação do DER. O representante do DER, que nesse tempo estava na chefia, era o Antônio Baltar, um homem em quem eu tinha tanta confiança que, quando construímos a ponte do Pina - que também passou a ser uma obra do Agamenon, tendo até o nome de Agamenon Magalhães... [risos]

D.P. - A propaganda é a alma do negócio.

B.L. - É o negócio. Sempre fui descuidado nesse ponto, nunca me importei muito com isso. Dou mais importância à realização do que ao renome. Para essa ponte do Pina, por exemplo, como deputado, consegui as primeiras verbas: oito mil contos que foram mandados para Pernambuco. Eu era ainda deputado e estava nesse momento discutindo o problema do reconhecimento lá no Tribunal Eleitoral, mas consegui essa verba. Quando cheguei lá como governador, fiz uma nova emenda para ser apresentada pela bancada, com o mesmo recurso de oito mil cruzeiros. De modo que, somando as verbas que em três anos seriam recebidas, teríamos verbas federais suficientes para a construção da ponte do Pina.

Iniciamos a construção, que só não foi acabada no meu tempo porque a firma que tinha vencido a concorrência entrou em falência e ficou sem condições de poder executar a obra. Com a falência da firma, tivemos que processar uma nova concorrência para a conclusão da ponte. Isso demorou, e quando saí de lá a ponte ainda não estava inaugurada. Mas os recursos estavam lá. E o Armandinho Monteiro, secretário da viação de Agamenon, na inauguração da ponte nem fez referência ao meu nome. Com a morte de Agamenon, puseram o seu nome na ponte. Vamos convir que para se merecer

ter o nome numa ponte é necessário morrer antes. Não sei se é uma grande vantagem [risos].

C.C. - Fora a preocupação de Agamenon em guardar dinheiro, quais foram as suas obras administrativas?

B.L. - Leia os relatórios dele, as suas mensagens. Ele tem uma quantidade enorme de pontes que, com os recursos do estado, fez construir. Há tanta ponte lá que eu às vezes chamava o Gersino de "Dr. Gersino Pontes de Pontes", por causa das pontes que ele tinha construído no período de sete anos do Agamenon. [risos]

D.P. - O nome dele já sugeria isso.

B.L. - Outra obra de Gersino foi a construção de uma estrada até o Cabo, com um começo de pavimentação. O Instituto tinha uma destilaria no Cabo e, por causa dessa destilaria, nós ajudamos e demos quase que os recursos todos para construir a estrada. A idéia dele foi fazer dois trilhos pavimentados até o Cabo. Só poderia ir um automóvel de cada vez por cima daqueles trilhos; quando viesse outro em sentido contrário, um dos dois tinha que descer. Era uma idéia que vinha da Líbia. Não sei se no tempo daqueles desertos imensos da Líbia eles imaginaram esse tipo de estrada.

Outra idéia do Gersino - para ver que a estrada pavimentada não foi criação dele - é que, com recursos do município de Moreno, eles fizeram a estrada em paralelepípedos entre Jaboatão e Moreno. Era tudo o que havia lá. Agora, ele teve sete anos de governo; eu tive três anos apenas, porque um ano eu perdi aqui no Rio, no Tribunal Eleitoral, discutindo a eleição de Pernambuco. De modo que, se ele tivesse tido a idéia da pavimentação, poderia tê-la executado nessa fase, com esse dinheiro que havia.

C.C. - Quer dizer que o governo se concentrou mais nessa história de cooperativa?

B.L. - Nas cooperativas e em guardar dinheiro.

C.C. - E na questão do mocambo?

B.L. - Na questão do mocambo, construindo as tais casas populares. Com o programa do mocambo, ele chamou a atenção para o problema. Entretanto, fez coisas de que eu não gostaria de falar, coisas que a gente até se surpreendia quando tinha notícia. Havia mocambos que ficavam ali perto, no caminho para Boa Viagem. Eles resolveram acabar com aqueles mocambos e intimaram as famílias a sair de toda a maneira: laçavam os mocambos, os caminhões puxavam, o mocambo caía, a família tinha que sair de dentro, na corrida, para escapar de algum ferimento. Com a autoridade que tinha, ele poderia ter conseguido outra maneira de resolver isso.

C.C. - E com esse temperamento autoritário de Agamenon e esses incidentes que o senhor está contando agora, seria possível dizer que seu governo foi popular?

B.L. - É difícil dizer que foi popular, porque, quando fui candidato apresentado por ele, só tive apoio de partidos políticos e de grupos reunidos no interior. Na capital, tive o terceiro lugar; o primeiro lugar foi do Pelópidas, que teve sessenta e tantos por cento da votação. Neto Campelo também teve uma percentagem maior do que a minha. Popularidade que não existe na capital não existe em lugar nenhum. Onde é que existia a popularidade de Agamenon?

C.C. - O que se sabe pelas historiografias às vezes não corresponde...

B.L. - Depois, quando fui candidato a deputado, tive uma votação enorme em Recife, e daí por diante a minha votação maior passou a ser exatamente em Recife. Popularidade a gente não encontra. E eu fazia coisas em Recife que não vejo que muitos outros possam fazer: eu saía com a minha senhora de palácio, de noite, para ir a uma sessão de cinema que ficava cerca de dois ou três quilômetros de distância. Eu ia sozinho com ela; nem a guarda de segurança, ninguém sabia para onde eu ia.

C.C. - Acho que Andrade Lima fala isso no livro dele.

B.L. - É mesmo? Chegando lá, se os porteiros me reconhecessem e mandassem entrar, muito bem; se não, eu pagava a entrada. Eu achava ridículo que, para entrar no cinema, eu precisasse dizer: "Sou o governador".

D.P. - Ou o senhor, ou o Moura Cavalcânti, que para todo lugar vai de batedores; até para tomar banho na praia!

B.L. - Só usei batedores quando fui receber o Outra, que era presidente da República. Os batedores eram uma homenagem a ele. Eu não suportava aquilo; tinha sempre a impressão de ataques histéricos. Não posso com aquela cerimônia.

D.P. - É horrível, realmente. Então, o fato de dizerem que Agamenon era o candidato da "poeira" não tem muito sentido.

B.L. - Não; tinha em face de Cleofas, por exemplo. Quando ele foi candidato contra Cleofas, aí sim (inclusive o Cleofas cometeu um erro tremendo). Se houvesse um candidato de esquerda, Agamenon não seria candidato da "poeira". Entretanto, com Cleofas, a "poeira" realmente poderia, entre os dois, preferir Agamenon.

D.P. - O menos ruim.

B.L. - Sem dúvida; de certo ponto, mais popular que o João Cleofas.

C.C. - Como o senhor vê a relação do Agamenon com os diversos setores do estado, com os usineiros, com os coronéis do interior, com a própria classe média urbana e com o povo de uma maneira geral?

B.L. - Com os usineiros, basta ver durante a campanha dele contra o próprio Cleofas, o que ele troçava dos usineiros. Tenente ficou numa situação difícil, porque ele não o tratava com maior consideração. Quando Cleofas foi para lá, teve um encontro prévio com Agamenon, e resolveram que eles seriam os candidatos e que não admitiriam outros. Agamenon também estava dentro desse ponto de vista. Cleofas tinha a convicção de que, com esse acordo, Agamenon o trataria com maior cordialidade. Firmado o acordo, porém, firmadas também as candidaturas e já definidos os campos de luta, Agamenon começou a campanha dele.

[FINAL DA FITA 6-A]

C.C. - O fato de Agamenon troçar dos usineiros não se baseava em nenhuma posição contra o latifúndio, ou coisa desse tipo; era uma posição realmente autoritária de...

B.L. - Ele não chegou a ter... Um estado não pode fazer reforma agrária, não tem condições para isso. Naturalmente que ele, em pensamento, nos artigos que escrevia, deveria combater o latifúndio. Mas em relação às outras classes, ele não se integrava com os problemas de nenhuma delas. Ele achava que tudo era o Estado que tinha que resolver. Agamenon, nesse ponto, tinha uma maneira de entender as funções do Estado um pouco exageradamente. Talvez mais até do que Getúlio.

C.C. - De certa forma, ele personificava o Estado acima das classes.

B.L. - Acima das classes, tinha que superintender, orientar, organizar. Por outro lado, havia alguns daqueles sindicatos operários que tinham maior aproximação com ele e maiores afinidades. No Brasil se tem muito receio dos sindicatos, porque há fases em que eles têm, realmente, líderes da classe, pessoas interessadas nos benefícios da sua classe. No entanto, geralmente o que se vê é o pelego procurando vantagens políticas e se aproveitando da aproximação com o governo para benefícios pessoais. Ter amizade com um chefe, um presidente de sindicato, não assegura a amizade da classe.

D.P. - A perseguição que ele moveu a Tenente, por exemplo, pode ser tomada como uma perseguição à classe dos usineiros, ou era um caso pessoal?

B.L. - Não; ele não tinha simpatia pelos usineiros. Ele estava dentro da corrente do estado que achava os usineiros uma classe privilegiada. Tenente era um exemplo, mas Agamenon também teve episódios com o próprio José Henrique, porque ele não perdoava aos homens ricos de Pernambuco que ganhassem dinheiro no seu estado e viessem aplicá-lo depois em prédios e indústrias no Rio, na construção de arranha-céus.

Ele tinha um fundo de razão, mas os processos para conseguir demover essa idéia seriam, talvez, menos drásticos: um pouco mais de apelos e de entendimento com essas classes, que não se sentiam lá suficientemente amparadas, que não tinham o prestígio que queriam ter.

D.P. - E em relação aos plantadores, aos fornecedores?

B.L. - Ele teria mais facilidade de se aproximar dessa gente, porque acho que esse grupo político do tempo de Agamenon, em alguns aspectos, tinha uma certa tendência esquerdista. Em um dissídio entre duas classes, uma poderosa e outra não, ele procurava ver se era possível atender a classe menos poderosa, desde que não envolvesse uma injustiça mais agressiva.

D.P. - Isso o senhor caracteriza como uma tendência esquerdista do Agamenon?

B.L. - Acho que sim; isso ele tinha. Tanto que esses projetos da legislação trabalhista eram todos favoráveis aos operários. Mas como ele combinava essas coisas com atitudes policiais diferentes, não chegava a captar as simpatias das classes operárias.

C.C. - Como se pode falar de tendência esquerdista, quando Agamenon foi um dos representantes maiores do Estado Novo?

B.L. - O próprio Getúlio também não era um elemento de esquerda, mesmo tendo sido autor do Estado Novo? O Estado Novo visou proteger mais os elementos realmente de esquerda do que os de direita. E eles tiveram sempre uma prevenção como Estado Novo exatamente por isso. No Estado Novo, qual era a preocupação do Getúlio? Getúlio, "pai dos pobres", não era apenas uma questão de propaganda. Ser o "pai dos pobres" era uma tendência geral de Getúlio, uma questão mais de sensibilidade do que outra coisa. Getúlio tinha essa sensibilidade a favor das classes pobres. A legislação toda que ele fez o prova.

Agamenon, nos projetos do Ministério do Trabalho, também deixou bem assinalada essa coisa. O aspecto mais simpático de Agamenon é antes a presença dele no Ministério do Trabalho do que no governo de Pernambuco. No governo de Pernambuco, ele se deixou levar muito pelo autoritarismo, ao passo que, no Ministério do Trabalho, ele ficou na parte legislativa, trabalhando realmente com afinco para dar um desenvolvimento maior a essas idéias.

C.C. - Mas esse vínculo de Agamenon com uma política trabalhista, nesse período de Vargas, não teria mais um aspecto populista, demagógico?

B.L. - Populista mais do que demagógico, porque ele fez muita coisa no sentido de favorecer o operariado, através desses circuitos, através da legislação trabalhista, através da estabilidade funcional, de todas essas medidas que depois vieram a ser combatidas no tempo de Castelo Branco. Tudo isso mostra realmente o interesse dele para atender a essas classes menos protegidas.

D.P. - Essas medidas, no fundo, protegiam mais o setor industrial, porque toda a política trabalhista de Vargas atrelou o movimento operário ao setor industrial.

B.L. - Ele não chegou a cogitar propriamente dos problemas do campo porque não houve nenhuma reforma agrária no governo de Getúlio, e ele poderia ter pensado nisso. A única reforma que houve foi a do Estatuto da Lavoura Canavieira. E assim mesmo eu não pude entrar no âmbito do campo, porque era um setor que escapava à esfera do próprio Instituto. Mas foi uma reforma agrária setorial, pelo menos favorecendo as diversas classes que compoem o processo da produção. Getúlio poderia ter ido realmente um pouco mais longe numa reforma agrária? Ele próprio uma vez me disse, quando eu estava trabalhando nessa questão do estatuto: "Dr. Barbosa, veja bem! Essa coisa de reforma agrária é perigosa! Olhe os gracos!" [risos] .

Apolônio, por exemplo, na questão do Estatuto da Lavoura Canavieira, tinha a idéia de formar cooperativas em torno das usinas. Mas não sei que projeto era esse; era uma coisa pouco definida. Nós, no Instituto, procuramos ajudar todas as usinas que se formavam na base do cooperativismo, mas não podíamos chegar e dizer a uma usina: "Você vai virar uma cooperativa". Essas coisas têm que vir de baixo para cima, não de cima para baixo. Ajudamos todas as usinas que se fundaram naquele tempo na base do cooperativismo, mas acho que nenhuma delas foi adiante. Isso mostra que o cooperativismo ainda tem muito caminho diante dele para chegar a uma realização.

D.P. - Voltando ao populismo de Vargas e às medidas que Agamenon tomou no Ministério do Trabalho, o senhor não vê essas medidas, em parte, como benéficas ao setor industrial? A partir do momento em que ele organiza a classe operária dentro do Estado, sei inclusive que o setor industrial reagiu um pouco a esse tipo de coisa.

B.L. - Por exemplo, eles combateram o que puderam a estabilidade dos operários com dez anos de serviço. O setor industrial a combateu de todos os modos possíveis. E esse excesso de garantia dado ao operário, o salário mínimo e essas coisas todas não foram bem recebidos. Quer dizer...

C.C. - Acho que Getúlio era mais inteligente do que os empresários da época, que não percebiam que essa legislação viria ajudá-los.

B.L. - Não havia outra solução. Realmente, o que se podia fazer naquela hora, quando a indústria começava a se difundir no Brasil? Era preciso dar algumas garantias ao operário. Quais seriam essas garantias? Direito à pensão, direito à estabilidade, e a criação dos institutos para dar assistência médica e outras proteções. Naturalmente que a indústria se beneficiava indiretamente com essas coisas. Mas se não existisse nada disso, a indústria ainda se beneficiaria mais, porque ia haver salários ainda mais baixos com esse abono total do operário e com a ausência da estabilidade funcional, que é a coisa que mais pesa sobre a indústria. Eles consideravam uma tirania o fato de serem obrigados a conservar um operário porque tinha dez anos de serviço, quando já se tornava um incompetente, ou não tinha mais condições de produzir.

D.P. - Por outro lado, eles evitavam conflitos maiores.

B.L. - Evitavam conflitos maiores. Mas os conflitos, antigamente, não eram resolvidos na base da polícia? Atribui-se a Washington Luís uma frase que não creio que ele tenha pronunciado, mas na qual pelo menos pensou: "O problema social é um caso de polícia".

D.P. - Mas Vargas diz que a questão social é um caso de política, não é?

B.L. - Sim, um caso de política. Não creio que Washington Luís tenha dito essa frase; acho que apenas pensou -, e com ele todos os outros. O próprio Exército nacional ainda hoje não admite greves. Faça-se um bocado de greves, e eles acham que o comunismo está às portas e querem, por toda maneira, acabar com as greves. A coisa que mais prejudicou o João Goulart nessa última fase foi o exagero de greves, em todo o Brasil. Eu me lembro de pessoas que eram ligadas a ele, como aquele Peri Bevilacqua, por exemplo, que não tinha nenhuma hostilidade ao João Goulart e não pensava em revolução, mas ficava horrorizado com as greves e dizia: "Não é possível continuar o país nesse regime de greves".

D.P. - Acho que é inegável o caráter popular do primeiro governo Vargas. Agora, o que me impressionou muito foi o senhor falar nesse caráter esquerdista inclusive do governo Agamenon.

C.C. - De fato, o Partido Comunista foi altamente perseguido.

D.P. - Perseguido, massacrado. Todas as pessoas com tendências mais à esquerda, em Pernambuco, foram perseguidas violentamente.

C.C. - É mais fácil entender o aspecto populista.

B.L. - Quando falo "esquerdista" é nesse sentido, porque essas coisas de esquerda e direita são muito relativas. Esquerdista, em relação ao direito [risos].

C.C. - Agamenon era mais de esquerda do que o secretariado dele todo, como o senhor falou [risos].

B.L. - Sim; o secretariado dele não tinha nada propriamente...

D.P. - Quer dizer que para Agamenon não vale a frase: "Diga-me com quem andas, que eu te direi quem és". Segundo o senhor está dizendo, ele estaria excluído desse provérbio.

B.L. - Sim, porque também ele não dava confiança maior aos secretários dele. Ele fazia o que queria, o que achava que devia fazer. Os secretários podiam ter qualquer pensamento que isso não o preocupava - o que eu achava, alias, também um outro erro. A pessoa tem que formar o secretariado com elementos em que possa confiar, porque, se não estimular a ação desses elementos, dando-lhes certa liberdade, não conseguira nada. Não é possível pensar que se vai fazer tudo sozinho. É necessário ter elementos que realmente se incumbam de administrar sua parte e se sintam amparados.

Tive alguns secretários em Pernambuco que considero figuras extraordinárias, como Nelson Chaves, por exemplo. Nelson Chaves é médico e, sobretudo, um cientista. Ele foi meu secretário de Saúde, e eu só tenho que agradecer a inspiração que tive de convidá-lo, porque foi um auxiliar extraordinário. Tem isso: se a gente não estimula, não ampara, não forma uma equipe, não dá a essa equipe a consciência realmente de um trabalho comum, a gente não consegue nada.

D.P. - O senhor não acha que, no governo, Agamenon privilegiava um pouco a Etelvino?

B.L. - Não; ele considerava o Etelvino um elemento de confiança.

D.P. - Sempre que ele saía era o Etelvino quem o substituía na interventoria, não é?

B.L. - Quem devia ficar era o secretário do Interior. Não sei se o Etelvino chegou a ser secretário do Interior.

C.C. - Não; ele era secretário da Segurança. Era quem respondia pela interventoria. Isso demonstra, de certa forma...

B.L. - Demonstra que tinha confiança no Etelvino.

D.P. - O que eu chamaria de unidade ideológica [risos].

C.C. - De certa forma, Etelvino foi preparado para substituí-lo, o que veio a ocorrer quando Agamenon se afastou para o Ministério da Justiça.

B.L. - E por isso o Novais tinha até um medo enorme, pois achava que, se coubesse a Agamenon escolher um sucessor, seria o Etelvino. Então, foi ele que levantou a minha candidatura para evitar a de Etelvino, mas depois me abandonou no meio do caminho [risos]. Quando ele sentiu que o Dutra poderia ajudá-lo com dona Santinha, resolveu esquecer o compromisso.

D.P. - E o Antônio Novais tinha prestígio quando prefeito? Ele foi prefeito no período todo em que Agamenon foi interventor, não é?

B.L. - O Novais tinha um temperamento um tanto diferente, meio popularesco, quer dizer, era homem de fazer discursos, brindes, de tratar as pessoas com alguma cordialidade. Ele fez realmente um certo ambiente em Recife; fez algumas obras públicas que lhe renderam também certa popularidade, como aquela ponte da Boa Vista, como a avenida Conde da Boa Vista. Essas obras lhe deram certa projeção, tanto que ele tinha em Pernambuco o apelido de "Carmem Novais". (Carmem Miranda estava no auge da popularidade.).

A esse respeito, houve até um episódio pitoresco lá em Vitória, numa exposição de gado. O Alarico Bezerra tinha brigado com Novais, irritado porque o Novais estabelecera uma certa divergência entre ele e Agamenon. Alarico era muito amigo de Agamenon, tinha sido seu advogado e de sua família, e com a ação de Novais ele foi afastado. Então, houve uma exposição de gado lá em Vitória, e o Alarico tinha também a sua criação de cavalos. Estavam presentes na arquibancada o Agamenon e o Novais, quando a pessoa que anuncia o desfile dos animais diz no alto-falante: "Vai passar agora, da raça tal de cavalos, a égua Carmem Miranda". Agamenon cutucou o Novais: "Novais, isso é com você" [risos]. O que vale são esses aspectos pitorescos das lutas políticas.

D.P. - E as relações de Agamenon com os coronéis do interior.

B.L. - Os coronéis se entendiam bem com ele. Ele era desabusado, dizia na cara dos coronéis as coisas que entendia, e os coronéis se curvavam e aceitavam suas admoestações. No fundo, se entendiam bem com ele, porque Agamenon vinha lá de Serra Talhada e tinha aquele temperamento meio rude dos sertanejos, de modo que para eles isso era até uma forma de identificação.

D.P. - E eles aceitaram bem essa política de cooperativas nas suas áreas e influência.

B.L. - Não, porque o cooperativismo ficou mais limitado propriamente à zona da capital. Ficou mais restrito a uma coisa de verduras e fornecimentos. Os quitandeiros é que se aborreciam.

D.P. - Não houve cooperativas no Sertão, no Agreste?

B.L. - Não sei até onde se estendeu a ação das cooperativas. Ele procurou fazer uma cooperativa de leite, que não deu maior resultado.

D.P. - Mas me parece, inclusive, que essa máquina de cooperativas foi acionada quando da queda do Estado Novo, para fazer uma quantidade imensa de eleitores. Através das cooperativas, Agamenon tinha um mecanismo para controlar toda essa região do interior de Pernambuco. O chefe político era normalmente o presidente da cooperativa, e com isso Agamenon conseguia influência em todos os lugares.

B.L. - Mas não havia muitos lugares onde houvesse cooperativas. Nos outros lugares, era o chefe político que fazia o aliciamento. Ele procurou pessoas... a tal coisa do coronel: o coronel é sempre uma pessoa de maiores recursos, que tem condições para fazer o aliciamento. Com tudo isso, quando fui candidato, venci com 560 votos. Mas venci em condições as piores possíveis, porque tive o Pelópidas como candidato do comunismo para tirar votos dos elementos de esquerda de Recife. Os de esquerda e os simpatizantes de esquerda, todos ficaram com Pelópidas. E tive do outro lado o Demerval Peixoto como interventor, nomeando todos os delegados de polícia. Fizemos a campanha num ambiente de ameaças, perseguições e violências.

C.C. - Era no governo de Dermerval que Agamenon dizia essa frase: "Pernambuco não se governa de botas e esporas".

B.L. - Isso foi num artigo que ele escreveu.

D.P. - Até parece que Agamenon não tinha esporas [risos].

B.L. - O Demerval era acusado de ter feito obras num teatro da Bahia que tinha um grande lustre. Ele o pegou, substituiu-o por outro e levou esse lustre para fora da Bahia. Os baianos falavam muito nisso, criticavam essa coisa, e uma vez, na Câmara, eu disse a respeito do Demerval: "O Sr. Demerval Peixoto, que tantas saudades deixou na Bahia, se é que deixou alguma coisa na Bahia". [risos]. Ele era muito acusado: "Segue Demerval e lustre" - diziam que era esse o telegrama que havia sido passado.

C.C. - E a oposição durante esse tempo do Estado Novo, como se articulava?

B.L. - Não havia eleição, não havia nada. A oposição, creio que agia discretamente. Havia também censura na imprensa, mas não me lembro bem de como se processava a censura nos jornais de Pernambuco. Não havendo eleições, não havendo coisa alguma, a oposição ficava silenciosa.

C.C. - O senhor lembraria assim de grupos de oposição nesse período do Estado Novo?

B.L. - Não; houve vários casos de pessoas que Agamenon achou que deviam sair do estado. O Severino Mariz saiu do estado nessa ocasião. Eu estava no Instituto e aproveitei uns dois ou três que tinham saído de Pernambuco: o Nelson Coutinho, que tinha sido secretário do Carlos de Lima; o Humberto Costa Pinto, filho daquele professor Costa Pinto, que tinha tido também um caso rumoroso em Pernambuco. Eram rapazes interessantes e de valor, e os coloquei no Instituto. Agamenon uma vez até se queixou: "Eu toco esse pessoal de Pernambuco e você os aproveita no Instituto?"

C.C. - Tem uma carta sua para Agamenon no arquivo dele elogiando Nelson Coutinho, convencendo-o de que era um elemento inofensivo, um rapaz inteligente.

B.L. - Eu dizia a ele: "Agamenon, esses homens vêm aqui para o Rio, escorraçados de Pernambuco, e se não tiverem oportunidades aqui vão fazer campanha contra você: Aproveitando-os no Instituto, sendo eu seu amigo, estou impedindo que eles façam campanha contra você aqui no Rio de Janeiro". Foi um argumento procedente, ao mesmo tempo que corrigia, de certa maneira, aquelas demasias. Esse Humberto Costa Pinto, por exemplo, que saiu de lá, hoje é um homem riquíssimo. Foi funcionário do Instituto e depois veio trabalhar em São Paulo, com vários elementos açucareiros - aqueles fabricantes do Açúcar União. Quando saiu do Instituto, começou a ganhar dinheiro, e hoje está com um império imenso montado. Está riquíssimo esse rapaz!

D.P. - Essas pessoas haviam chegado a se articular, em Pernambuco, em termos de oposição, ou a perseguição foi pessoal, quase que gratuita?

B.L. - Foram casos pessoais, como o do Costa Pinto, por exemplo. Andaram revelando coisas a respeito dele, das quais não sei bem os detalhes. Mas houve vários episódios de ordem pessoal que levaram essas pessoas a se afastarem lá do estado.

D.P. - Eram obrigados a se afastar?

B.L. - Eles criavam condições hostis à presença delas no estado.

D.P. - O que mais o senhor se lembra sobre essas pessoas que foram obrigadas a sair?

B.L. - Não sei de outras.

C.C. - A oposição não chegava a ser organizada, atuante?

B.L. - A oposição a ele em Recife era grande. Quando cessou o Estado Novo, a oposição em Pernambuco não era brincadeira. Ainda peguei os restos disso. Quando fui para o governo do estado, havia aquelas questões com os estudantes e uma má vontade generalizada, que pouco a pouco tive que desfazer. Minha função em Pernambuco foi sobretudo pacificadora, visando desfazer esses ódios e essas coisas. Eu achava que isso só podia prejudicar o estado.

D.P. - Mas me parece que havia um grupo de intelectuais que conseguia ter uma certa articulação, não é? O Gilberto...

B.L. - O grupo do Gilberto Freire. Gilberto Freire nunca mais deixou de hostilizar Agamenon e era muito apoiado pelos estudantes. Depois, quando foi candidato a deputado, foram os estudantes que fizeram a propaganda da candidatura dele. Esse era um dos grupos mais fortes de lá.

D.P. - E Antiógenes Chaves, o senhor se lembra do papel dele, em relação a...

B.L. - Antiógenes Chaves não se aproximava muito. Havia também o caso de Tenente, e tudo isso tinha concorrido para que ele não se sentisse propriamente correligionário de Agamenon. Mas havia muitos casos pessoais.

D.P. - E o Aníbal Fernandes?

B.L. - Aníbal Fernandes, no *Diário de Pernambuco*, tinha... Mas não nesse tempo.

D.P. - Ele fazia oposição a Agamenon?

B.L. - Creio que muito discretamente, porque a situação não era como... Agora, ele fez oposição a mim, ainda por causa de Agamenon, por achar que eu havia sido eleito pelo partido de Agamenon. Nunca dei importância à oposição dele, e ele acabou escrevendo um artigo de elogio, quando saí do governo.

C.C. - E a relação de Agamenon com Vargas?

B.L. - Foram sempre muito boas. Getúlio achava que Agamenon era um homem que podia prestar muitos serviços, porque era inteligente, corajoso, e não hesitaria diante de medidas que fossem necessárias para garantir seu futuro político. Agamenon teve uma

atuação muito grande, por exemplo, na preparação do golpe de 10 de novembro, através do Pedro Rache e do padre Olímpio, que eram amigos dele e de Dutra. O padre Olímpio tem até um livro de memórias em que conta algumas dessas coisas. A primeira vez que o Rache foi falar com Dutra a respeito do golpe de Estado, Dutra interrompeu-o com tanta veemência que ele ficou até meio impressionado.

Depois do Estado Novo, quando Getúlio sentiu que tinha necessidade de caminhar para a democracia, sua primeira idéia foi convidar Agamenon a vir para o Rio de Janeiro e ser o articulador das medidas que se tornavam necessárias. Agamenon veio no começo de janeiro de 45. Teve longas conferências com Getúlio e se articulou com vários elementos militares, como o brigadeiro Eduardo Gomes, de quem era amigo, e o marechal Nelson de Melo (não sei se também com Cordeiro de Farias). Ele tinha um certo trânsito com esses elementos militares que tinham estado em Pernambuco, e se convenceu realmente de que Getúlio não tinha outra solução senão caminhar para a democracia.

Getúlio tinha preparado, com Marcondes, uma emenda constitucional para se fazer, primeiro, a lei eleitoral e a convocação da eleição. Agamenon achava que se devia começar convocando a Constituinte, antes de tudo, para estabelecer um regime constitucional. Só depois se cogitaria da presidência. E a emenda de Marcondes começava pela eleição do presidente. Agamenon não concordou com essa emenda e voltou para Pernambuco. A emenda constitucional foi então promulgada aqui no Rio de Janeiro. Logo depois de promulgada, Agamenon veio assumir a pasta da Justiça e coordenar a ação política.

D.P. - Agamenon deu muita força a essa idéia da Constituinte?

B.L. - No começo, ele era inteiramente favorável a isso. Mas a emenda do Marcondes simplificou o processo. Por essa emenda já se marcava a eleição de presidente, fazendo-se previamente a convocação dos eleitores.

C.C. - A idéia era a eleição do presidente se efetuar ainda com Getúlio no governo?

B.L. - Com Getúlio no governo, fazer-se a Constituinte; ia-se repetir, de certa maneira, o caso de 34. Pela idéia de Agamenon, ia-se eleger uma Constituinte, que teria que escolher um presidente. Provavelmente acabaria escolhendo o próprio Getúlio. Mas Getúlio percebeu também que não era interessante essa fórmula porque o expunha muito, e ele não podia contar com o apoio militar, porque já estava sentindo restrições maiores dentro das próprias forças que o estavam apoiando. Então Agamenon disse: "Bom, nesse caso, se você está de acordo, você faz a emenda como Marcondes quer, e eu venho depois aqui para processar a execução desse plano". E veio aqui, preparou a lei eleitoral, e a eleição se realizou a 2 de dezembro, se não me engano.

C.C. - Mas a lei Marcondes Filho foi revogada depois do golpe de 29 de outubro?

B.L. - Não; a eleição já estava marcada, o alistamento já estava feito, de modo que o golpe veio apenas para robustecer, exatamente, a realização dessa eleição.

C.C. - Vargas havia feito um decreto que antecipava as eleições estaduais para 2 de dezembro.

B.L. - Sim; a 2 de dezembro iam ser realizadas todas as eleições: para presidente e para governadores dos estados. Veio um decreto depois da Revolução adiando a eleição de governadores. Os governadores seriam eleitos depois da Constituinte.

C.C. - Mas parece que havia um decreto que tentava antecipar todas as eleições para 2 de dezembro. Aí acusaram Getúlio de intenções continuístas, de preparar as bases do novo governo. Esse decreto é que foi revogado depois.

B.L. - Não; o decreto que existia era esse: a eleição simultânea do presidente e dos governadores. É o que estava estabelecido na emenda constitucional. Mas depois houve um decreto adiando as eleições de governadores, mas aí já sob pressão do próprio golpe de Estado.

C.C. - Quer dizer que esse decreto que dizia que as eleições eram todas juntas fazia parte da Lei Marcondes Filho?

B.L. - Fazia parte. A idéia de Agamenon era convocar primeiro a Constituinte. Depois, com a emenda do Marcondes, marcou-se a eleição do presidente da República e dos governadores de estado para 2 de dezembro. Mais tarde, sobreveio esse decreto adiando a eleição dos governadores dos estados.

D.P. - Havendo só a de presidente?

B.L. - Sim, porque cabia, de certa maneira, o argumento anterior de Agamenon: não se podia eleger governadores sem se saber o que a Constituinte resolveria. Podia ser até que o sistema mudasse, ou que se ampliasse o mandato dos governadores. Então era preciso saber, desde logo, que os governadores seriam eleitos para um determinado período. O argumento de Agamenon nesse ponto era lógico, mas as condições políticas não permitiam que sua proposta tivesse passagem. Fazer uma Constituinte para determinar qual seria o regime que devia prevalecer no Brasil, e depois fazer a eleição do presidente de acordo com a Constituição já elaborada seria repetir o caso de 34, quando se fez a Constituinte e Getúlio acabou eleito. Isso criaria um ambiente de tantas suspeitas e de tantos receios que provavelmente iria até antecipar o golpe de Estado. O próprio Getúlio, nesse ponto, teve mais senso político do que Agamenon, porque percebeu que a situação já não permitia voltar ao sistema de 34. Era preciso eleger logo o presidente, que por sua vez acompanharia o processo de elaboração constitucional.

D.P. - O interesse de Agamenon era tipicamente continuísta?

B.L. - Não sei se seria continuísta. Não tenho dúvida de que a fórmula ideada por ele era mais favorável a Getúlio. Entretanto, Getúlio não achou que houvesse possibilidade de adotar aquela fórmula. Isso resultou de entendimentos com todos eles, e minha opinião é de que Getúlio, no último discurso, que pronunciou em fins de 44, já antecipa a marcha para a democracia. Havia uma solenidade todo o fim de ano, com todos os chefes militares - generais, almirantes e brigadeiros - , onde Getúlio era saudado pelas forças armadas e fazia um discurso de resposta. Nesse discurso ele antecipa a marcha para a democracia, porque já estava sentindo o ambiente. A mudança do regime brasileiro era uma coisa fatal, em consequência da própria derrota das forças de Hitler e de Mussolini na Europa. Acho, então, que a visita de Stettinius não teve a importância que se quer dar, porque tudo já estava encaminhado nesse sentido. A entrevista de José Américo também veio apenas chover no molhado, porque não teve que abrir perspectivas novas; tudo já estava encaminhado nesse sentido, e não havia quem pudesse mais torcer a orientação dos fatos.

D.P. - O senhor acha que a mudança do regime se deveu mais à conjuntura internacional?

B.L. - Mais à conjuntura internacional do que a qualquer outra coisa.

C.C. - Mas isso significa que, se não houvesse nenhuma manifestação da base social, da sociedade civil brasileira, Getúlio poderia ter tentado um certo continuísmo.

B.L. - Dificilmente, porque ele já estava sentindo essa impossibilidade na tropa, na linguagem de Outra, na linguagem de Góis Monteiro, daqueles elementos mais chegados a ele. Getúlio tinha elementos amigos no Exército, que lhe faziam chegar o ponto de vista do Exército. E ele havia de considerar isso: quando chegasse aquela tropa que tinha vencido o fascismo, qual seria a posição a adotar? O que ele poderia realmente ter diante dessa tropa? Era uma coisa que ele podia antecipar, sobretudo através desses contatos que tinha com elementos militares.

C.C. - O senhor acha que haveria possibilidade, por exemplo, de ele abrir o processo de redemocratização e continuar no poder?

B.L. - Não; nesse primeiro momento, ele achou que a fórmula era essa. Getúlio era um homem que marchava por planos sucessivos. Ele não antecipava os problemas, fazia do tempo o seu grande colaborador. A primeira marcha seria essa.

Com o desenvolver da campanha, vieram algumas medidas, como a anistia aos comunistas, e a intervenção de Prestes no processo todo. Prestes levantou a bandeira da convocação da Constituinte. Aquele bandeira que Agamenon queria que constasse da própria emenda constitucional foi levantada pelo Prestes. Por fim veio o Borghi, esse amigo do Armando Falcão, com a campanha dos marmiteiros, criando um ambiente

popular que dava a impressão, naquele momento, de que realmente seria possível continuar com Getúlio. Mas a prova de que já existia no elemento militar uma decisão é que, quando a coisa chegou a esse ponto, as forças armadas fizeram a sua intervenção e houve o golpe de 29 de outubro. O pretexto foi a nomeação do Benjamin Vargas, mas, no fundo, o que queriam era evitar a continuação de Getúlio.

Os acontecimentos vieram confirmar que Getúlio estava certo na primeira idéia; depois, foi-se deixando arrastar. Se no fim dessa campanha do Borghi e da campanha dos comunistas surgissem mesmo grandes oportunidades para ele continuar no poder, não seria ele que iria se recusar. Getúlio nesse ponto tinha amor ao poder, uma característica do caudilho.

Eu, aliás, não me surpreendi com o suicídio dele. Nesse tempo eu estava no interior de Pernambuco, fazendo campanha com o Cleofas, cuja candidatura era de oposição ao Cordeiro de Farias. E eu me manifestei a favor da candidatura dele, porque não achei explicável que Pernambuco tivesse necessidade de trazer como candidato um homem que estava nesse estado há seis anos, no exercício de uma função militar federal. Não era um elemento integrado na política do estado, e eu não compreendia que se buscasse um homem desses para candidato ao governo; então apoiei a candidatura de Cleofas.

Nessa ocasião, estávamos entre Arcoverde e Pesqueira, quando ouvimos, numa estação de rádio lá no interior, as notícias aqui do Rio: as manifestações do Brigadeiro e daqueles generais, os protestos contra Getúlio. Fomos então para a casa de um amigo nosso, em Pesqueira. De manhã cedo, às seis horas - nós levantávamos cedo porque tínhamos que continuar a campanha - conversei com esse deputado que hoje tem uma usina em Serra Grande (era um Lins, mas não o Etelvino), e que naquele tempo fazia parte da UDN. Ele considerava a situação perdida, e eu também achava que, diante daquele pronunciamento, não havia mais salvação. No meio da conversa, eu disse: "Ainda há uma hipótese para Getúlio se salvar". Ele perguntou qual era. Eu respondi: "Morrendo. Realmente, a coisa como está é a derrocada completa de tudo o que ele fez e tudo o que ele criou; de modo que ele só tem uma solução: o suicídio". Esse deputado então retrucou: "Mas Getúlio não é capaz de suicidar-se". E eu respondi: "Ao contrário; ele tem tanto respeito pelo poder que não permitirá que o poder seja achincalhado. Ele seria capaz de se sacrificar para não permitir que essa entidade que ele coloca tão alto - o poder - seja reduzida a nada por esse movimento".

De fato, o que matou Getúlio, naquele momento, foi a idéia de que ele teria que ser arrastado à tal "República do Galeão". Ele poderia ser interrogado como Gregório, e submetido a todas aquelas violências dos oficiais. (Nós sabemos o que eles são capazes de fazer quando têm as mãos livres.) Diante dessa hipótese, ele preferiu sacrificar-se e morrer dignamente. Acho que foi, realmente, a atitude mais nobre que ele poderia ter.

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

C.C. - Vamos falar sobre esse clima anterior ao golpe de 45, esse clima de redemocratização, a presença da FEB...

B.L. - De certa maneira, já tratamos disso por alto. Tenho um artigo que publiquei no jornal sobre esse episódio. Tem também a entrevista de José Américo. Um jornal que

esclarece muita coisa é o *Correio do Povo*, de Porto Alegre, que tinha no Rio um colaborador de grande perspicácia, o Argemiro Zimerman. Esse rapaz mandava notícias para o *Correio do Povo*, acompanhando todo o andamento dos acontecimentos, em grande parte se baseando também no *Diário Carioca*. São os jornais que, sobre esse momento, talvez mais nos sirvam como orientação.

Góis Monteiro a cada dia tinha revelações mais nítidas a respeito da necessidade de se caminhar para uma democracia. Góis Monteiro tinha por detrás dele o Dutra que, manhoso, não falava, mas sabia que tudo iria ser capitalizado a seu favor, pois Góis Monteiro não seria o candidato. É uma coisa curiosa observar que os militares, para chegar ao poder, têm que ter uma condição prévia: não falar. Todos são silenciosos, todos eles são discretos. Esses falastrões, como Góis Monteiro, nunca chegam à presidência.

[FINAL DA FITA 6-B]

D.P. - O senhor vê alguma semelhança entre 45 e a situação atual?

B.L. - Acho que não. Naquela ocasião havia uma grande guerra mundial, tropas já formadas que iam para a Itália e voltavam depois vitoriosas, ao passo que agora o que pode parecer vitória é o caso de Portugal e o da Espanha. Isso é pouco.

D.P. - Agora tem a presença de Jimmy Carter, a pressão...

B.L. - Mas a atitude de Jimmy Carter tem pontos altos e, de vez em quando, não digo recuos, mas transigências. Eu, aliás, não chego a compreender a atitude que o governo brasileiro está tomando. Eles deviam louvar extremamente a campanha de Jimmy Carter a favor dos direitos humanos. Jimmy Carter, a meu ver, quando levantou essa bandeira dos direitos humanos, foi com uma orientação anticomunista. Ele quis fazer dos direitos humanos a força com que ia penetrar na União Soviética e, de certa maneira, criar dissidências lá dentro. Realmente a campanha dele já está forçando, dentro da Rússia, dissidências maiores.

Como é que eles aqui, que têm tanto ódio ao comunismo, não acompanham um golpe desses e não preferem eles próprios renunciar às demasias de alguns torturadores para prestigiar a ação mais anticomunista que o Carter está tomando? Se eles são tão contra assim, deviam cooperar, mesmo que isso custasse a eles o abandono desses processos que estão usado nos inquéritos. Se eles são anticomunistas, como dizem, está aí o momento próprio para dar uma demonstração dos sacrifícios que podem fazer para a vitória de uma tese anticomunista.

Felizmente, parece que eles hostilizam e estão atacando os Estados Unidos. Na revista militar deles, *Letras e Marchas*, que é uma publicação daquelas coleções do Exército, de vez em quando tem coisas contra os Estados Unidos, levantando que a discriminação racial lá é extrema, que não respeitam os negros etc. Realmente, todos nós sabemos disso. Atualmente o Scampa anda fazendo excessos. Mas há também, da parte deles, uma reação para chegar realmente a defender os negros: tudo isso que eles

vêm fazendo desde Nixon até Kennedy, e agora com Carter, que põe no ministério vários pretos, em funções da maior importância, inclusive para projeção internacional.

Até parece que estão imitando o nosso Jânio Quadros, quando mandava aquele Raimundo como embaixador na África. Eu achava que aquilo até parecia uma pilhéria, porque mandar um preto para a África não é, afinal de contas, de certa maneira, defender o prestígio dos negros. Ao contrário, é até mostrar que eles não mereciam tanto, que nós poderíamos mandar negros para lá. Devíamos mandar negros para a Inglaterra, ou para os Estados Unidos; isso é que seria, realmente, um gesto anti-racista.

C.C. - Mas na própria organização da sociedade civil, em 44, há grupos sociais se manifestando...

B.L. - Todos esses regimes autoritários são detestados, seja qual for a pessoa que esteja a frente deles. Todos eles caem, debaixo de manifestações de uma euforia extraordinária. Nessa euforia é que está o julgamento desses regimes. É o que se vê em toda a parte; é o que se está vendo agora na Espanha, em todo lugar. Foi o que se viu aqui no Brasil. Getúlio era, sem dúvida alguma, popular; tinha realmente popularidade. Mas a sua queda foi recebida com alegria por todos, porque, afinal de contas, era um regime autoritário que desaparecia, para que houvesse uma manifestação de maior liberdade, maior poder de crítica e de informação.

D.P. - O senhor se lembra do papel que teve a Sociedade dos Amigos da América?

B.L. - Também teve a sua atuação.

C.C. - O Osvaldo Aranha era presidente, não?

B.L. - Sim.

D.P. - O senhor lembra da atuação do Manuel Rabelo nessa sociedade? Ele era prestigiado?

B.L. - Tinha um certo prestígio. Era um homem digno, um homem sério.

D.P. - Mas ele teve uma posição contra o Estado Novo, não é?

B.L. - Acho que todas as correntes sociais, todas elas, gostaram da mudança do regime. A própria ação do Prestes não teve uma profundidade maior, não passou realmente da esfera do comunismo. Até os amigos de Getúlio aceitaram tranqüilamente a mudança do regime.

D.P. - O senhor acha que aceitaram tranqüilamente a mudança do regime?

B.L. - Não tinham mesmo o que fazer, porque sentia-se que tudo degradingolava. Nós vivemos os últimos dias de Agamenon no Ministério da Justiça. O chefe de polícia era esse general Denis, em quem estavam confiando um pouco, e ele foi dizer a Agamenon que não podia tomar atitudes contra as classes armadas. O episódio, afinal de contas, não era assim tão grave. A nomeação do Benjamin Vargas para a chefia de polícia não era uma coisa de uma gravidade tão extrema; serviu para mostrar a fragilidade do próprio regime, pois com um fato, de certa maneira, sem maior expressão caía tudo.

D.P. - O Manifesto do Mineiros, realmente, teve importância?

B. L. - Sim; todas as coisas que foram pronunciamentos contra Getúlio tiveram sua importância, representaram um certo papel, inclusive a própria entrevista do José Américo. Mas essa entrevista não foi decisiva, porque já havia realmente um trabalho. Sem dúvida alguma, a entrevista teve também importância, inclusive porque mostrava que o próprio DIP já estava desaparecendo. O que a entrevista de José Américo veio revelar é que o DIP já não tinha força para impedir uma entrevista daquela.

C.C. - Existiam outras organizações semelhantes à Sociedade dos Amigos da América atuando nesse momento, como forma de mobilizar a sociedade contra a ditadura?

B.L. - Tenho a impressão de que não. Depois começou a campanha eleitoral, que, por si só, desatou tudo. Getúlio caiu já em plena campanha eleitoral. Na campanha em favor de Dutra, já tinha havido vários discursos, vários pronunciamentos. Ali, todo o país já estava mobilizado. Houve ainda um setor trabalhista mobilizado à última hora pela campanha dos marmiteiros - a campanha do Borghi - , que nesse ponto contribuiu muito. Depois de um período de 15 anos, havia de certo um grupo que ainda se mantinha fiel a Getúlio, sobretudo esse do operariado, ou do peleguismo. Esse grupo só se rendeu, realmente, com a campanha do marmiteiro, quando passou a apoiar a candidatura do Dutra. Até essa hora, a UDN estava certa de que ia ganhar a eleição em todo o Brasil, sobretudo aqui no Rio de Janeiro, e teve uma decepção profunda quando viu que os resultados daqui davam uma prioridade ao Dutra em quase todos os setores.

C.C. - Como o senhor vê a escolha de Agamenon para o Ministério da Justiça?

B.L. - Agamenon era um governador político. Era um homem corajoso, intrépido, e tinha também trânsito nos meios militares. Ele servia a Getúlio exatamente como ponta de lança para a verificação de todas essas possibilidades. Nunca tive certeza - e nesse ponto ele nunca se abriu comigo nem eu também procurei conhecê-lo - de que ele tivesse o propósito de trabalhar pela continuação do Getúlio. Não excluo a hipótese de que, talvez no íntimo, ele pensasse que, havendo essa possibilidade, era melhor caminhar com Getúlio do que com qualquer outro. Mas Dutra ficou com a impressão de que Agamenon não estava trabalhando a favor de sua candidatura, já depois de

levantada; que preferia a candidatura de Getúlio. Foi por isso que ele nos combateu em Pernambuco.

Eu também fui, de certa maneira, alcançado pela hostilidade de Dutra com relação a Agamenon, embora eu tivesse dito a Agamenon, no meio da campanha, que caso eles quisessem se passar para a candidatura de Getúlio não contassem comigo. Eu estava de tal maneira integrado no movimento que não podia ser um homem de duas caras [risos]. Cheguei a dizer isso a Agamenon, mas nunca disse ao Dutra. Achei que devia dizer a Agamenon, e não ao Dutra.

A esse respeito contaram aliás que, num determinado momento em que Dutra saiu do gabinete de Agamenon, este teria dito a alguém, não sei quem foi, essa frase: "Esse velho pensa que vai ser presidente da República". O Dutra foi depois informado disso e ficou marcando Agamenon. Achei que ele não tinha o direito de manifestar represálias contra Agamenon. Essas coisas são curiosas no Brasil. No dia seguinte ao golpe de Estado e à elevação do Linhares à presidência da República, Agamenon tinha ido para casa com ordem de prisão. Os militares tinha dito a ele: "Vá para casa e fique em casa". Era praticamente um compromisso, uma ordem de prisão. Nesse mesmo dia, ou no dia seguinte, Dutra vai à casa de Agamenon, com quem conversa. Agamenon sai no automóvel do Dutra para ir visitar o Linhares, de quem era amigo, já como representante de Dutra [risos]. As coisas políticas no Brasil são assim: de um minuto para outro muda tudo.

C.C. - E a Lei Antitruste, o senhor acha que teve importância na tomada de posição dos militares, como um fator...

B.L. - Não; a Lei Antitruste foi uma grande agitação da imprensa, mas não me parece que tenha influenciado grandemente, não obstante o escândalo de Agamenon. A Lei Antitruste teve seu efeito prático. Minha impressão pessoal é que ela foi apresentada por Agamenon Magalhães, mas a redação quase toda era de Vicente Chermont de Miranda. Foi ele quem elaborou o projeto de lei, obedecendo às recomendações e atendendo aos propósitos de Agamenon.

A Lei Antitruste visava coibir um pouco a atitude do Chateaubriand, que estava muito alvoraçado num combate tremendo contra qualquer idéia a favor de Getúlio. Então a lei mostrava a ele que havia necessidade de uma certa prudência. Era mais uma ameaça do que propriamente uma coisa para se realizar, porque eles sabiam bem que uma lei naqueles termos, como tinha sido publicada inicialmente, era inviável. Mas tinha um efeito político. Esse efeito político, na verdade, se cumpriu, porque...

C.C. - Essa lei ficou na história do Brasil como um marco do nacionalismo, da atuação contra os trustes e cartéis, e de fato, por trás dela, a gente vê, a utilização política da coisa.

B.L. - No fundo, creio que, se Agamenon pudesse fazer aquela lei, se tivesse poder bastante para fazê-la, ele a teria feito, porque estava de acordo com suas idéias. Mas nesse momento ele sabia que era apenas mais uma ameaça do que propriamente uma medida legislativa para ser completada e executada.

D.P. - Agamenon era muito vivo.

B.L. - Sim.

C.C. - E sobre a política em Pernambuco, qual a sua versão do incidente com Demócrito?

B.L. - Foi uma dessas coisas que acontecem em manifestações públicas e um pouco, também, consequência de certos atos, certas tendências de uma força policial que ainda não estava perfeitamente ajustada a seus deveres. Etelvino não teve culpa nenhuma, senão no fato de que aquilo decorreu realmente de um ambiente que já vinha de algum tempo. Ninguém teria idéia de atirar em Demócrito. Foi uma coisa fortuita, um episódio sem preparação maior e sem culpados ostensivos.

D.P. - Mas a ordem não era reprimir a manifestação?

B.L. - Não; a ordem poderia ser de reprimir a coisa, mas não com meios extremos e atirando. Parece que o rapaz estava numa janela lá do *Diário*, e a manifestação se passava embaixo. A polícia estava, de certa forma, controlando a situação e não precisaria chegar àqueles extremos.

C.C. - No momento, Demócrito não estava discursando?

B.L. - Talvez estivesse discursando, não estou bem certo. Mesmo que ele estivesse discursando, ali isso não teria um efeito imediato, não iria despertar nenhum movimento armado. Às vezes, é difícil responsabilizar este ou aquele por essas coisas que acontecem nos governos, embora, de certo modo, possam resultar de um clima que tenha sido criado anteriormente, sobretudo de uma prepotência da polícia. Essa prepotência da polícia é uma coisa tão natural e tão corrente em todo o Brasil que a gente fica admirado. Veja aqui mesmo no Rio essas que acontecem, eles armados...

Comigo mesmo, no meu tempo lá em Pernambuco, houve um episódio em Exu em que chefes políticos se defrontaram por uma provocação qualquer de certos elementos. Dois chefes políticos morreram nessa ocasião, a 600 quilômetros da cidade. Felizmente ninguém me responsabilizou. Mas o velho Barbosa Lima foi acusado a vida toda de ter mandado matar o José Maria, porque recebeu um tiro de um elemento da polícia numa sessão eleitoral.

D.P. - Foi por causa desse episódio que o senhor foi à imprensa fazer um artigo defendendo Barbosa Lima?

B.L. - Por causa desse episódio. O primeiro artigo que escrevi no *Diário de Pernambuco* foi defendendo o velho Barbosa Lima dessa acusação. Depois, quando assumi o governo, difícil foi ir à Faculdade de Direito com aquela animosidade que havia lá.

C.C. - O clima era de muita euforia, não?

B.L. - Depois de estar no governo, fui convidado para ir a uma solenidade na Faculdade de Direito e não pude deixar de ir. Não era uma coisa de estudantes; não sei se era uma conferência do Josué ou uma outra conferência, que não era exatamente da própria faculdade. O Roma, que era meu secretário de Segurança, disse: "Dr. Barbosa, vamos pensar no esquema de segurança". Respondi: "Não vamos pensar em esquema nenhum. Se eu aparecer lá com um esquema de segurança, os rapazes, que conhecem os elementos desse esquema, vão pensar que estou com medo deles e vão ficar danados comigo. Formei-me nessa faculdade, estudei nela, por que é que vou revelar qualquer receio de estudante? Tenho que ir lá sem qualquer acompanhamento, e vou-lhe dizer até mais, não vou nem armado". Roma se assustou com a coisa. Eu fui, e não aconteceu nada. Meses depois, os estudantes estavam me procurando. Fui convidado para uma festa do Onze de Agosto lá dentro e tratado com uma cordialidade extrema.

D.P. - Por que especificamente na Faculdade de Direito? O senhor estava com alguma...

B.L. - Porque o Demócrito era da Faculdade de Direito. O caso tinha sido exatamente no início do meu governo, na primeira vez que tive que ir a uma solenidade na faculdade.

C.C. - Além disso, a Faculdade de Direito, nessa época, tinha um peso muito grande no movimento universitário.

B.L. - Houve movimentos tremendos lá.

C.C. - Nesse período, até os anos 50, a Faculdade de Direito foi realmente o foco. O resto estava começando a surgir: Engenharia...

B.L. - Eu tive, aliás, quando candidato, vários elementos da faculdade que eram favoráveis à minha candidatura. Esse Tales Ramalho, que hoje está aí, figurou no grupo que me apoiava dentro da Faculdade de Direito. Tinha também Magalhães Melo, sobrinho de Agamenon, um rapaz que depois foi deputado federal. Uma vez, o Afonso Arinos me perguntou: "Barbosa, dizem que todos os intelectuais de Pernambuco estão contra a sua candidatura". Eu falei: "Quem disse isso a você?" Ele respondeu: "Foi o Gilberto". Eu disse: "Naturalmente, você sabe que os intelectuais se dividem. Mas eu tenho a meu favor alguns intelectuais que posso apontar a você: tenho o Olívio

Montenegro, o Sílvio Rabelo, o Nilo Pereira". Ele respondeu: "Não precisa mais!" - porque os intelectuais de maior projeção depois de Gilberto eram o Olívio Montenegro e o Sílvio Rabelo.

D.P. - O Olívio Montenegro não tinha tido posição contra o Estado Novo?

B.L. - Podia ter, mas em relação à minha candidatura ele foi favorável. Já não era mais Estado Novo.

D.P. - O senhor era muito identificado como o continuísmo do Estado Novo?

B.L. - Não; nunca fui favorável ao continuísmo, não fui nem mesmo favorável ao 10 de novembro. Várias vezes procurei demonstrar a Agamenon que não era necessário caminhar naquele sentido, que o Brasil poderia ir muito bem sem o 10 de novembro. Nunca tive nenhuma palavra de elogio à Constituição de 1937. Hoje sou capaz de elogiá-la, depois da Constituição de 67, porque, pelo menos, tinha uma linha nacionalista [risos].

C.C. - Mas o senhor era identificado com o Estado Novo? Como é que as pessoas viam o senhor, que fora um técnico importante no Estado Novo?

B.L. - Fui convidado para presidente do Instituto do Açúcar, mas achei que era um lugar técnico. Não apareci em palácio no 10 de novembro. Muitos deputados foram para lá, mas eu não admitia isso, não compareci em palácio. Depois fui convidado para o Instituto do Açúcar. Não chegou a haver nem nomeação de Getúlio, porque o cargo dependia de uma eleição da comissão executiva. Fiquei lá uns oito anos. Nunca me prevaleci da censura à imprensa para evitar que atacassem o Instituto. Ao contrário, quando o atacavam, eu ia a imprensa defender, justificar as ações do Instituto. Convidado uma vez para fazer uma conferência no DIP, falei em tudo, menos na Constituição de 37. Falei só na política social de Getúlio, que se vinha caracterizando desde o início do governo dele.

Nunca acreditei que durasse muito o regime, e a minha correspondência com Agamenon, aliás, revela bem isso. Quando se declarou a guerra européia, desde os meus primeiros artigos comecei a apoiar a causa dos Aliados. Sempre combati o fascismo na Itália; defendi a causa dos Aliados desde o começo contra a opinião do presidente Getúlio Vargas, que achava que a Alemanha ia ganhar a guerra.

C.C. - Mas Getúlio até 42 era simpatizante do nazismo.

B.L. - Havia uma corrente nazista muito grande no Exército. Houve um momento em que, não sei se por causa dessa corrente, ou talvez por outro fato, Getúlio se prevaleceu dessa possibilidade de dar apoio ao nazismo para conseguir que Roosevelt concordasse com a remessa das máquinas para a montagem da Usina de Volta Redonda. Ele fez essa

manobra; ameaçou apoiar Hitler para conseguir que o próprio Roosevelt interviesse, porque a United Steel estava criando as dificuldades à montagem dessa Usina de Volta Redonda. Então ele fez a manobra muito ao jeito dele. Naturalmente que, se a Alemanha vencesse, ele procuraria se acomodar, mas também não adiantaria nada, pois nesse caso ele não duraria aqui no Brasil.

D.P. - Em certo sentido, em todos esses regimes autoritários que tiveram um período mais ou menos longo e com um certo apoio popular, houve sempre um partido político por trás, enfim, uma organização partidária estruturada em bases fortes. Isso houve no nazismo, no fascismo, mas não houve no Brasil durante o Estado Novo. Como é que o senhor explica isso?

B.L. - Aqui no Brasil, em primeiro lugar, houve censura à imprensa durante um longo período. Além disso, o DIP fazia uma propaganda do Getúlio em todos os meios de comunicação. Através dessa propaganda, dava-se um apoio real à presença dele.

D.P. - O DIP realmente foi um...

B.L. - O DIP foi um ponto de apoio que valia por um partido político. Uma organização...

D.P. - Um fenômeno ideológico do Estado Novo?

C.C. - Era um fenômeno meio estranho, não é?

B.L. - O próprio fascismo procurou, também, fazer toda aquela agitação. Mas no fundo o que era? Era uma agitação de propaganda, que não evitou que se formasse uma massa de resistência imensa. Quando Mussolini saiu do poder, o Partido Comunista na Itália estava muito mais forte do que quando ele chegou ao poder - sinal de que essas resistências surdas aparecem de qualquer maneira e crescem, mesmo sob a maior opressão. Às vezes não se manifestam, como não se manifestaram no nazismo, cuja opressão era mais violenta. Aquela conspiração dos militares foi uma coisa rápida, e quase que surge de elementos militares que estavam no topo do regime. De baixo não havia nada; ninguém tinha a coragem de se manifestar.

D.P. - Mas de qualquer maneira, nesses lugares, havia uma preocupação de organizar o pessoal politicamente, não é?

B.L. - A gente vê que as ditaduras americanas não obedecem muito a isso. Em geral, não organizam partidos políticos. Limitam-se a organizar uma propaganda, a evitar os adversários.

D.P. - Mas também não conseguem nenhum grau de popularidade.

B.L. - Não chegam a conseguir nenhum grau de popularidade.

D.P. - No caso de Vargas, ele conseguiu, não é?

B.L. - Vargas conseguiu; Hitler e Mussolini, também. Vargas o fez através de uma grande propaganda e de uma presença pessoal simpática - era um homem risonho, de certa maneira indulgente. Não partia propriamente dele nenhuma dessas medidas de violência e, quando ele sabia ou se informava, procurava até desfazê-las, embora muita coisa se tivesse passado à sua revelia. Nós sabemos como agiam Filinto Müller e outros.

Nesses exemplos de ditadores sul-americanos -, como o Videla atualmente na Argentina e outros -, a oposição continua. Mas eles a abafam de toda a maneira, e aparentemente não há nada. Parece que eles dominam totalmente a situação. No entanto, não evitam que, por debaixo disso, possa haver uma reação, que só não existiu na Alemanha porque Hitler realmente empolgou. A impressão que se tem é de que ele anestesiou todo o povo alemão. Só ele existia, só ele falava, e todos faziam coisas que nunca pensariam poder fazer, se estivessem libertos daquela fascinação. Uma das coisas mais extraordinárias que eu acho é esse aspecto de Hitler, a maneira ele fanatizou aquele povo.

Getúlio criou também situação. Ele tinha um apoio, vamos dizer, indireto. Ele criou uma situação de tal ordem que, se não fosse ele, em 37, seria o fascismo, através do Plínio Salgado e da sua corte. Quem tinha horror ao fascismo apoiava Getúlio [risos]. Essa habilidade política ele teve. Ele sempre criava forças que o ajudavam, não por amor a ele, mas por temor dos que pudessem substituí-lo. Isso acontece muito.

D.P. - Ele talvez tenha sabido usar muito bem, em termos de propaganda, a ameaça do integralismo e a ameaça do comunismo

B.L. - E ele fazia isso durante o próprio governo, porque quem estimulava os integralistas era o seu chefe de polícia, o Filinto Müller. Isso dava realmente a impressão de um perigo muito próximo. Já Agamenon, que estava no Ministério do Trabalho, ficou atemorizado quando viu a manifestação aqui no, Rio de Janeiro, os desfiles de tropas do integralismo. Eu também assisti, na Avenida, àquele desfile. Era uma coisa impressionante. Nunca vi tanta gente, todos de camisa verde, marchando com aquele passo estugado, meio militarizado. E essa gente toda foi para o Guanabara. Se eles tivessem tido ali um líder realmente violento e corajoso, intrépido, eles podiam pegar o Getúlio, que estaria deposto. Seria um fato consumado. Era um perigo. Getúlio estava na varanda e os viu passar. Mas Plínio Salgado não era homem para isso; talvez o Gustavo Barroso fosse. Gustavo Barroso era um homem mais corajoso, mais intrépido. Quando acordassem para salvar Getúlio, ele poderia estar inclusive assassinado, liquidado. O que vale é uma certa suavidade do temperamento brasileiro.

C.C. - Hoje em dia, um desfile não é mais capaz de provocar uma tomada de poder. Mas naquela época era possível, não?

B.L. - Era possível, com o auxílio do chefe de polícia, exatamente para constituir uma das peças do jogo de Getúlio. Aí é que estava a sua habilidade política: ele chegou a convidar Plínio Salgado para ministro da Educação.

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

D.P. - O senhor estava contando que nunca pleiteou cargo político nenhum, não é?

B.L. - Sim; fui escolhido governador do estado sem pedir a ninguém. Para deputado federal, também fui convidado. Nunca me inculquei para nenhum posto político e nunca desejei ser ministro de governos com os quais não estivesse inteiramente de acordo. Se eu tinha qualquer restrição a um ponto ou outro da ação governamental, achava mais simples afastar-me e isolar-me de qualquer atitude que pudesse conduzir-me a um desses postos. Acho que o posto de confiança deve ser recíproco: confiança do governo que convida e confiança do candidato

C.C. - Isso é fundamental.

B.L. - Não havendo essa confiança... Nunca me senti realmente integrado em nenhuma situação política do Brasil; sempre tive restrições a um ponto ou outro. De certa maneira, se servi a Getúlio Vargas na fase grande do Instituto do Açúcar, foi porque achava que era uma posição de certa independência. O Instituto só dependia do presidente da República, e no momento em que ele não confiava no presidente do Instituto, eu teria liberdade de abandonar o cargo. De fato, dentro do período que passei no Instituto, recebi apoio integral do presidente da República em todas as medidas que tomei, não só na política que executamos em relação ao açúcar e ao álcool, como também na adoção do projeto da lavoura canavieira. Mandamos esse projeto com uma exposição de motivos a Getúlio Vargas que, dois dias depois, o sancionava num decreto-lei. Durante todo esse período, ele nos deu uma demonstração de confiança plena.

Ir para um ministério para desempenhar certas funções... Sou dos que acreditam que os problemas do Brasil são de tal ordem que não é com uma série de medidas de rotina que se resolve nada. Quando a gente só pode exercer medidas de rotina, sem ter nem condições para medidas mais radicais, que seriam realmente úteis a gente faz um papel mais de biombo do que propriamente de auxiliar. Isso nunca me seduziu.

C.C. - O senhor dizia sempre para Agamenon, nas suas cartas, que o senhor não era político.

B.L. - Decerto nunca me considere um político. Eu me considero mais um intelectual, até certo ponto um jornalista, embora não tenha tido um jornal de minha propriedade. Há muita coisa que a gente gostaria de dizer e acaba não dizendo. Eu só me considero realizado mesmo nos livros. Nos livros, digo o que penso; nos jornais, digo o que posso dizer.

C.C. - O senhor defende a idéia de que, nos jornais, para que se possa dizer o que se pensa realmente...

B.L. - É preciso ser dono do jornal. Mesmo o dono do jornal tem que pensar em todas as pessoas que dependem dele, na organização, na empresa...

D.P. - E de quem ele depende também, não é? O próprio *Jornal do Brasil*, hoje em dia, tem uma dependência do Sérgio Dourado que é qualquer coisa impressionante!

B.L. - Agora mesmo o governo está proibindo a publicação de certas coisas. Não considero vida política; acho que não tem significação alguma ocupar tal, tal e tal cargo. Isso não adianta nada. O que poderia adiantar era o sujeito poder fazer tais outras coisas nos cargos que exercesse. Se não é possível fazer isso, para que exercer o cargo? É a mesma coisa que receber condecorações. Sempre tive horror a condecorações, a andar com medalhas. Não sei que autor dizia: "São honrarias que desaparecem desde que as pessoas despem o paletó, ou despem a casaca" [risos].

C.C. - Enquanto que a alma fica, não é?

B.L. - Não sei. E uma função de governo? Canso de ver, aqui no Brasil, com os problemas imensos que há, que eles fazem apenas umas coisas de superfície. As medidas necessárias como reforma agrária ou uma reforma social mais profunda ninguém tem condições para fazer. Então, se não há condições, e se não há mesmo um governo disposto a fazê-las, por que aceitar postos? São funções decorativas, não é verdade? Às vezes recebo cartas: "Ah! Que pena que o senhor não tenha ocupado tais ou tais cargos!" Eu digo: "Não tenho pena nenhuma". Acho que nunca os desejei, e que não adiantam nada. Uma vez, na última fase do Getúlio, falaram do meu nome para diretor da Cacex. O Lourival andou procurando-me por toda parte, e eu resolvi fazer uma viagem aí para fora, não sei se para São Paulo. Deixei-o perder tempo, porque sabia que meu nome seria bloqueado. Assim, eu evitava realmente uma função que eu não iria aturar. Não me convinha de maneira alguma. De fato, ele deixou de me telefonar [risos].

6ª Entrevista: 26.07.77

C.C. - Dr. Barbosa, da última vez conversamos um pouco sobre o governo de Agamenon Magalhães, a interventoria do Estado Novo, e chegamos à parte da

redemocratização. Hoje queríamos ver com o senhor como foi a organização dos partidos nacionais.

B.L. - Sobre a fase de redemocratização, Etelvino tem um trecho em que ele se refere ao momento em que Agamenon chegou lá e participou que viria para o Ministério da Justiça. Naquela fase, Agamenon veio duas vezes ao Rio de Janeiro. A primeira, creio que em fins de dezembro ou começo de janeiro. Ele teve vários contatos aqui com militares, com essa gente toda, e comunicou a Getúlio sua impressão de que essas forças militares estavam certas de que iríamos caminhar para a redemocratização do Brasil. Getúlio se convenceu disso e queria que ele assumisse o Ministério da Justiça. Mas Agamenon tinha aquela restrição a que já me referi: ele achava que a redemocratização devia se processar, primeiro, com a eleição para uma Constituinte. A Constituinte faria então uma Constituição e, de acordo com esta, seria eleito o presidente da República. Mas a situação já tinha marchado tanto...

C.C. - Agamenon, então, queria a Constituinte com Getúlio?

B.L. - Sim, porque Getúlio continuaria na presidência durante o período da Constituinte. Essa fórmula, no entanto, não tinha possibilidade de êxito, porque já em 34 havia acontecido a mesma coisa: convocou-se uma Constituinte que acabou elegendo Getúlio. Como em 45 a convicção geral era de que o período de Getúlio devia terminar, as forças militares não aceitaram essa fórmula, pois queriam que se marcasse logo a eleição do presidente da República. Já havia a candidatura do Brigadeiro, e então a força política que apoiava Getúlio devia se organizar num partido político para a apresentação da candidatura do Dutra.

A emenda constitucional fixando a eleição para a presidência da República não foi assinada por Agamenon, mas pelo Alexandre Marcondes, que ficou no ministério até essa ocasião, uma vez que Agamenon se recusava a assiná-la, pelo fato de querer logo a Constituinte. Assinada a emenda constitucional, Marcondes saiu do ministério, e Agamenon foi nomeado para organizar exatamente os partidos políticos, o eleitorado...

C.C. - Em que consistia a emenda?

B.L. - A emenda constitucional do Marcondes Filho já fixava a data da eleição para a presidência da República e para os governos estaduais. Isso foi modificado depois de 29 de outubro: ficou marcada somente a eleição para presidente da República; a dos governadores foi adiada.

D.P. - As eleições seriam simultâneas?

B.L. - Seriam simultâneas, a 2 de dezembro.

D.P. - Com isso, Vargas teria possibilidade de controlar mais esse processo?

B.L. - Com a eleição dos governadores, outros interesses poderiam perturbar realmente a eleição presidencial. Quando Linhares assumiu o governo, modificou esse preceito e adiou a eleição de governadores. Eles seriam eleitos depois de elaborada a Constituição e para o período que ela mesma fixasse. Não tenho dúvida de que, se de fato fosse possível realizar a idéia do Agamenon - a convocação da Constituinte - tudo tenderia a se processar da mesma maneira que em 34. Reunia-se a Constituinte, aprovava-se a Constituição, o Congresso teria que fazer a eleição. Com a presença de Getúlio Vargas e os dissídios que surgiriam dentro das forças que a ele se opunham, o Congresso concorreria para que, de fato, prevalecesse a candidatura de Getúlio.

C.C. - Mas a lei eleitoral de Agamenon Magalhães, no seu período como ministro da Justiça, mantém essa data de 2 de dezembro para as eleições de presidente e de governadores?

B.L. - Penso que a lei eleitoral, que tinha sido feita sob a vigência da Emenda Constitucional n.º 9, estava de acordo com ela. Só depois de 29 de outubro é que foi modificada nessa parte. Então, eles tiveram a idéia de constituir partidos nacionais.

C.C. - Como é que surgiu essa idéia de partido nacional?

B.L. - Foi talvez a idéia de dar um pouco mais de unidade e de coesão à organização política do Brasil. Os partidos estaduais já tinham demonstrado, até 30, o que poderiam fazer e como eram elementos que criavam grandes dificuldades. O movimento de 30 resultou, realmente, de um dissídio entre as aspirações dos diversos estados, de modo que a idéia de formar partidos nacionais se opunha a este aspecto de federalismo brasileiro. O partido nacional ia reagir contra os sentimentos de autonomia e regionalismo que ainda prevaleciam no Brasil. É até de surpreender que, na Constituição de 34, que veio logo depois da Revolução de 30, eles não tivessem pensado já na formação de partidos nacionais. Aliás, nós já tínhamos tido, em toda a Monarquia, partidos nacionais; tínhamos o Partido Conservador e o Partido...

C.C. - Mas quem defendia essa idéia de partido nacional?

B.L. - Acho que foi a própria lei de Agamenon que assim determinava, e parece que não houve propriamente nenhuma resistência a essa idéia.

C.C. - Qual era a posição de Benedito Valadares, o senhor se lembra? Acho que ele defendia partidos regionais.

B.L. - Penso que Valadares se opunha mais a essa idéia.

D.P. - E o Fernando Costa?

B.L. - Sim; eram os grandes estados que se opunham. Naturalmente, achavam que os partidos nacionais iam constituir para eles uma quebra de prestígio, porque realmente criavam obstáculos à manifestação de vontade dos partidos regionais e estaduais. Mas os outros estados, de certa maneira, compreenderam e favoreceram não só a criação de partidos nacionais, como também a convocação do eleitorado. Houve ainda uma outra coisa: todos os que estavam registrados nos institutos de Previdência constituíam um eleitorado; bastaria a comprovação de que pertenciam a um desses institutos para que tivessem o direito de ser eleitor. Isso foi considerado uma nova política, mas, no fundo, não era bem assim, era uma contingência.

[FINAL DA FITA 7-A]

B.L. - Havia resistência a esse tipo de formação do eleitorado, porque achavam que, dessa forma, criava-se uma massa de eleitores em grande parte favoráveis a Getúlio. Mas, juntamente com esses eleitores, todos os que se apresentassem e quisessem qualificar-se como tal em todo o Brasil teriam também o direito de participar do pleito; a qualificação foi fácil. Os dois partidos constituídos trabalharam enormemente nesse sentido. No começo, aliás, havia essa idéia de que o partido de Getúlio devia ser o PSD, que se formou, realmente, com as situações estaduais que o apoiavam. Mas depois...

C.C. - Quais foram os grandes articuladores dos partidos nacionais?

B.L. - Nessa ocasião, com a lei eleitoral, a UDN se compôs logo em torno do Brigadeiro, com os elementos que vinham fazendo oposição a Getúlio e não suportavam o Estado Novo. A força de coordenação foi exatamente essa oposição a Getúlio, embora houvesse dentro dessa oposição elementos às vezes difíceis de conciliar ou de coordenar, porque as divisões entre eles iam surgindo pouco a pouco. De outro lado, os elementos que apoiavam os interventores estaduais, através deles apoiavam Getúlio. O PSD, por exemplo, se organizou tendo na presidência... (Não sei qual era o presidente, talvez fosse o próprio Valadares.) Sei que, como eles estavam em funções de governo, os elementos atuaram no PSD exatamente para tomar essas providências e agir nesse sentido... Benedito Valadares foi um dos elementos mais atuantes no PSD; foi uma espécie de secretário-geral, de coordenador.

D.P. - O senhor está lembrado das reuniões de que participava Benedito Valadares? Parece que o senhor secretariava essas reuniões.

B.L. - O primeiro programa do PSD foi, aliás, composto por mim, mas, naturalmente, para ser submetido a reuniões que se realizaram no apartamento do Benedito Valadares, lá na rua Raul Pompéia.

D.P. - Quem participava das reuniões?

B.L. - Lembro-me de alguns elementos: Benedito Valadares, o Israel Pinheiro, naturalmente uns representantes do Pará, daquele coronel Barata... Eles foram até senadores: um era o João Botelho, o outro tinha certa projeção, mas não me lembro agora do nome dele.

D.P. - Amaral também participava?

B.L. - O Amaral Peixoto, não me lembro bem de ele ter aparecido lá. João Neves não se apresentou nessa ocasião, mas logo depois ele freqüentou muito o PSD. O Acúrcio Torres... Foram poucos os elementos.

C.C. - E Agamenon?

B.L. - Agamenon tinha ido para o ministério da Justiça e estava se colocando à margem. Quem conta um pouco essas primeiras sessões é o próprio Benedito, num livro que tem. Uma vez até ele veio aqui com o Israel para ver se recordava alguns daqueles episódios. Sei que o primeiro programa foi muito discutido, pois havia dentro dele um ponto de divergência muito forte: a intervenção ou a não-intervenção do Estado, e nós achávamos que não era possível encarar vários problemas nacionais sem antes atribuir ao Estado o direito e a faculdade de intervir. Esse foi, talvez, um dos pontos básicos da discussão.

D.P. - Benedito era contrário?

B.L. - Era contrário, ele tinha horror a essa idéia de intervenção do Estado na economia.

D.P. - Mas esse ponto constava do programa do partido?

B.L. - Devia constar no programa do partido, como veio a ocorrer, embora dentro de uma fórmula atenuada, mas sempre permitindo a intervenção do Estado. Também não era possível que um partido que resultava da influência de Getúlio Vargas - que havia tomado tantas medidas de intervenção - fosse condenar a intervenção do Estado. Seria um absurdo. Sempre achei que certos problemas nacionais só se podiam resolver através de uma intervenção do Estado.

D.P. - Sua participação nessas reuniões se devia principalmente ao fato de o senhor ser ligado a jornal, ou o senhor realmente estava nessa articulação?

B.L. - Não; Agamenon tinha me pedido que o representasse nessas sessões, porque eu representava, nessa ocasião, o partido de Pernambuco.

C.C. - O senhor representava o PSD de Pernambuco?

B.L. - Sim, e foi como elemento do PSD de Pernambuco que não só eu participava dessas reuniões, como fui encarregado de falar na convenção que apresentou a candidatura de Dutra. Cirilo Júnior também foi um dos oradores. Houve outros dos quais não me lembro agora.

C.C. - Cada estado mandava um representante para essas reuniões?

B.L. - No início, não; só depois, à medida que se foi traduzindo melhor a tendência, ou seja, a idéia da formação do partido, é que os outros elementos foram chegando. Pereira Lira apareceu nessa ocasião, tomou parte em várias reuniões e acabou até na secretaria do PSD, quando o partido se organizou de uma maneira mais concreta, e teve a sede em que ainda hoje funciona, ali na Almirante Barroso, se não me engano. Pereira Lira teve muita atuação. Houve momentos na própria campanha do Dutra em que vários outros elementos se incorporaram: por Alagoas, aquele irmão do Góis Monteiro, o Ismar de Góis Monteiro...

D.P. - Em que pontos as divergências foram maiores?

B.L. - Na campanha da sucessão, a coisa se azedou um pouco, porque havia um grupo que tinha a impressão de que a tendência maior do Linhares era para apoiar o Brigadeiro, e não para apoiar Dutra. Houve vários momentos em que se pensou até em abandonar a luta política, diante dos pronunciamentos do governo, embora essa idéia de abandonar fosse mais uma ameaça do que uma intenção definida. Já havia muitos elementos integrados na campanha e, naturalmente, no momento de se traduzir essa ameaça em renúncia, muitos reagiriam. Uma vez redigiu-se um manifesto que o Dutra poderia apresentar, numa hora de exaltação. O João Neves estava presente e deu várias sugestões para o manifesto. Tinha inclusive uma frase em francês, que João Neves gostava muito, e que ele junta no manifesto: "*Ôte-toi de là pour que je m'y mette*" - que quer dizer: Afaste-se para que eu possa influir, ou possa aparecer. Quando ele pôs essa frase no manifesto, o Acúrcio Torres, que também tornava parte nessas reuniões, pois era o líder, interrompeu (ele tinha mania de olhar assim por cima do óculos) e disse: "Vocês vão pôr essa frase aí para o Dutra ler?" [risos] .

C.C. - E essas reuniões foram durante o período de articulação do partido?

B.L. - Não; isso já foi na fase da campanha. Na articulação do partido, depois de aprovados os estatutos, elaborou-se também o regimento.

D.P. - E as divergências eram muitas, nesse momento?

B.L. - Não; as idéias, de certa maneira, se ajustavam bem. Não houve lutas maiores, inclusive porque o programa de um partido não envolve maiores compromissos. Esses compromissos só surgem mesmo através de uma Constituinte, no momento em que se vão fixar constituições. Mas na elaboração de um programa há sempre uma margem de filtração e de transigência maior, porque muita gente admite que as idéias devem ser apresentadas também em função do eleitorado. Não bastam apenas as idéias pessoais dos membros do partido; é necessário que se veja quais são as tendências do eleitorado, até mesmo para captar seu apoio.

Assim são os programas de partido nos Estados Unidos. Quando se apresentam os candidatos, eles vão ver o que é que o povo deseja, o que o povo espera, e procuram fazer coisas em consonância com essas tendências populares. O programa do partido também traduzia essa idéia de buscar correspondência com as tendências populares. A campanha foi-se desenvolvendo, quando surgiu a tal intervenção dos chamados marmiteiros. Isso já foi na fase final, quando o Borghi conseguia para seu banco os dinheiros do Instituto dos Bancários [risos]. Dutra e nosso Armando Falcão, não é?

D.P. - Voltando um pouquinho à formação do PSD, o senhor acha que havia um programa ideológico, uma definição ideológica maior?

C.C. - Em termos de tendências políticas, o programa era mais ou menos definido?

B.L. - Os programas de partido geralmente não são assim tão definidos e tão afastados. É a tal coisa que eu digo: talvez reflitam menos a idéia dos próprios membros do partido do que as tendências do eleitorado que se procura conquistar. No entanto, quem observa a vida política no Brasil, verifica que há também tendências. O Partido Social Democrático tinha diversas correntes: correntes um pouco mais de esquerda, um pouco mais de direita. Benedito Valadares, por exemplo, era um elemento de centro, ou mais para a direita. Já o elemento de Pernambuco e de alguns outros estados seria mais para a esquerda, do ponto de vista das reivindicações econômicas. Essas reivindicações econômicas talvez tivessem mais importância do que propriamente os aspectos políticos do programa, porque tudo se fazia em função dessas reivindicações.

O PSD sempre foi mais aberto a essas idéias, a essas reformas, do que a UDN, que era um partido muito mais reacionário, embora tivesse dentro dele também alguns elementos mais liberais. Não há muita lógica na formação dos partidos; se se pudesse fazer uma composição partidária com absoluta coerência, teríamos que pegar os dois partidos e ir separando os elementos pelas tendências ideológicas, e não pelas incompatibilidades estaduais ou regionais que se estabelecessem.

C.C. - Minha impressão é de que a história recente do Brasil é muito marcada pela presença de Vargas. Os partidos foram-se organizando contra ou a favor de Vargas, o que complica um pouco.

B.L. - É; Minas Gerais, por exemplo, apoiou Vargas, de modo que não podia, de uma hora para outra, desapoiar totalmente a candidatura dele.

C.C. - De fato, a UDN congrega desde os opositores a Vargas à direita, como...

B.L. - Congrega os elementos que reagiram contra Vargas. É verdade que a formação do PSD é nacional, mas em cada estado ele foi organizado dentro de uma preocupação: juntar os elementos que apoiavam o interventor. Muitos desses elementos talvez não tivessem idéias que correspondessem propriamente às tendências do partido, porque às vezes o interventor achava que fulano de tal era um chefe político que podia coordenar melhor os elementos para a obtenção de uma vitória, e o chamava para o PSD. Como recebiam o apoio oficial dos interventores - e ninguém ia recusar esse apoio oficial - , eles aceitavam de boa mente a idéia de apoiar o governo. E apoiando o governo, eles apoiavam, *ipso facto*, a situação de Getúlio Vargas.

A UDN fazia o contrário: pegava os elementos que se opunham aos interventores. No fundo, a organização não era nacional, era estadual. É aquela imagem que Alberto Torres tem nos livros dele: trata-se de uma espécie de triângulo em que a base é o município. São as divergências municipais que vão preponderar e realmente decidir que elementos vão compor os partidos políticos. Vamos imaginar, num caso concreto, Limoeiro, em Pernambuco. Não interessava saber quais eram as idéias do velho Chico Heráclio. O que interessava era saber que ele tinha prestígio político e muitos votos. Oferecia-se a ele o apoio do PSD e o direito de ter as autoridades locais, uma vez que apoiasse o partido. Quem ia querer saber quais eram as idéias do Chico Heráclio, se é que ele as tinha a esse ponto? Tenho a impressão de que nunca as teve [risos]. A preocupação era partidária: era necessário ter força política no município.

O que se passou lá, passava-se em todos os municípios, às vezes com alguns equívocos, porque tinha município em que se pegava um elemento sem muita força política, destinado a ser derrotado. Mas a idéia era procurar um elemento que pudesse assegurar a vitória no município. As idéias, eles passariam a ter depois que fossem convidados. Alberto Torres diz isso: toda política do Brasil é feita numa espécie de pirâmide em que a base é o município, são as divergências municipais, as incompatibilidades, os desejos de mando, a luta política dentro do próprio município.

D.P. - A política de coronelismo?

B.L. - No fundo, a política de coronelismo.

D.P. - O esquema, mais *ou* menos, se repetia.

B.L. - Repetia-se também nos partidos nacionais. O grupo que queria apoiar o PSD em Pernambuco era formado dentro dessa base das escolhas municipais.

D.P. - Ganhava quem tivesse maior número de municípios?

B.L. - Sim; quem reunisse *os* chefes políticos de maior prestígio.

B.L. - Quem ficou incumbido desse encargo foi Etelvino, que estava em Pernambuco e foi escolhendo, em todos os municípios do estado, os elementos que ele considerava mais convenientes. É verdade que Agamenon também já vinha apoiando determinadas correntes nos municípios, mas, na seleção final para a composição do partido, Etelvino, que estava em Pernambuco, deve ter tido mais influência do que o próprio Agamenon.

Tive influência apenas na composição do diretório, porque Agamenon me deu carta branca para ir a Pernambuco. Naturalmente eu procurava fazer tudo de acordo com o Etelvino, mas, na comissão executiva, fui convidando os que me pareciam poder compor realmente um quadro poderoso e significativo de elementos partidários.

Tivemos um diretório com cerca de 15 ou 16 membros. Tínhamos os elementos políticos de maior significação no estado, como tínhamos também um usineiro, que era o Armando Monteiro, um representante dos fornecedores de cana, que era o Neto Campelo, um representante dos bangüezeiros, que era o Hélio Coutinho, e tínhamos elementos também ligados a estudantes. Tínhamos ainda certos políticos de Recife com alguma projeção: o grupo do Osvaldo Lima, o Ferreira Lima. Em Caruaru, o Gersino de Pontes. Assim fomos compondo o quadro do PSD.

Novais, aliás, não queria que incluíssemos, na comissão executiva, o Hélio Coutinho, com quem tinha uma certa rixa. Como ele achava que Coutinho não lhe seria muito simpático, ele o hostilizava. Queria que se evitasse o Hélio Coutinho, que representava os bangüezeiros. Ele, Novais, se considerava o representante natural dos fornecedores de cana e, conseqüentemente, dos outros elementos que compunham o quadro da produção do açúcar, fora os usineiros.

D.P. - Houve uma preocupação de colocar um elemento de cada setor?

B.L. - Um de cada setor. Eu até mostrei ao Novais que ele não estava na comissão executiva como representante dos fornecedores de cana. Ele tinha sido prefeito de Recife durante um longo período, tinha conquistado realmente uma influência política considerável, não só no município de Recife, como no resto do estado, de modo que ele estava na condição de político. O representante dos fornecedores era o Neto Campelo e o representante dos bangüezeiros era o Hélio Coutinho. Foi isso que prevaleceu, afinal, na composição. Embora o Novais fosse muito amigo de Neto Campelo, ele preferia sacrificá-lo, desde que com isso também pudesse excluir da comissão executiva o Hélio Coutinho.

C.C. - Independente dessa preocupação de agrupar pessoas de diversos setores, o senhor acha que existia uma tendência de aglutinação de determinadas classes, de determinados setores sociais num partido? Por exemplo, os usineiros, de maneira geral, aderiram à UDN e os fornecedores ao PSD, ou isso não é bem verdade?

B.L. - Não; nunca as classes se colocavam inteiramente ao lado de um desses representantes: elas também se dividiam. O Neto Campelo, por exemplo, trazia um certo contingente de fornecedores, mas não era um contingente tão grande, tanto que, na eleição para a Constituinte, ele não teve uma votação expressiva. Os fornecedores não o acompanharam; de certa maneira, se dividiram, porque havia entre eles elementos que simpatizavam com Getúlio Vargas e Agamenon, e elementos contrários. Cada um seguia a sua tendência pessoal. Isso também ocorria com os bangüezeiros. Os bangüezeiros se aglutinavam um pouco mais, porque o Hélio Coutinho tinha uma influência maior na classe do que a que tinha Neto Campelo entre os fornecedores. Hélio Coutinho tinha organizado uma cooperativa, e todos eles dependiam, de certa maneira, dessa cooperativa de bangüezeiros. Por causa disso, talvez o grupo dissidente fosse muito pequeno, muito mais reduzido.

C.C. - Em geral, os fornecedores estavam insatisfeitos com a administração do Estado Novo? Não houve certos benefícios para a classe dos fornecedores e bangüezeiros nesse período?

B.L. - Houve benefícios; havia uma política que procurava favorecer os fornecedores e ampará-los, a política do açúcar. Mas o interesse político acaba preponderando. Aliás, é aquela coisa que sempre sustento: os antagonismos, até às vezes de ordem pessoal, têm uma influência preponderante em todos esses fatos de ordem política, e acabam prevalecendo. Essa coisa de luta de classe tem que ser olhada com um pouco de cautela, porque há antagonismos às vezes muito profundos dentro da mesma classe. Como se explica isso? Às vezes falta uma consciência de classe mais definida; outras vezes preponderam sentimentos de natureza pessoal: uma rixa, uma incompatibilidade, uma aspiração não satisfeita. Isso vai estabelecendo, dentro de uma mesma classe, certas divergências e certos antagonismos que, num momento ajustado, se pronunciam, opondo-se conseqüentemente à lógica da luta de classe.

C.C. - Se observarmos, por exemplo, os nomes da UDN em Pernambuco, vamos ver uma série de usineiros, não é?

B.L. - Sim. Cleofas não era usineiro em Pernambuco; era usineiro aqui em Campos. Tivemos o Armando Monteiro e o Júlio Dubeux, que eram nossos amigos em Pernambuco. Do outro lado havia o Tenente, que tinha sido hostilizado, o João Cleofas, o Alde Sampaio, havia aquele filho do José Henrique e também os Lima Cavalcânti. Talvez o grupo maior dos usineiros tivesse ficado do outro lado.

C.C. - De fato, eles já faziam oposição no Estado Novo, não é?

B.L. - Não creio que fizessem oposição no Estado Novo. Eles faziam oposição mais a Agamenon do que propriamente ao Estado Novo, porque Agamenon tivera vários atritos com eles. Tivera atritos, por exemplo, na questão de desvios de recursos de lá de Pernambuco aqui para o Rio de Janeiro. José Henrique, por exemplo, construía arranha-céus aqui, e José Bezerra também trouxera recursos para aplicar aqui no Rio de Janeiro.

Houve artigos, que ele escrevia de vez em quando, e atitudes um pouco hostis a esse grupo.

Não sei se havia outras razões para explicar essa coisa, porque a política do açúcar se fazia em benefício deles. Aí é que eu digo: faltava também a consciência de classe, porque se eles tivessem uma consciência de classe apurada, deviam estar a favor de um governo que vinha procurando atender aos interesses dos produtores de açúcar. Entretanto, esses outros interesses, somados a ressentimentos pessoais, rivalidades e antagonismos acabavam tendo mais influência do que se podia esperar de uma consciência de classe bem definida. Esse detalhe da luta política é interessante. O Fileno, por exemplo, era um elemento que também se opunha a Agamenon; não tinha nenhuma simpatia por ele.

C.C. - O Fileno de Miranda?

B.L. - O Fileno de Miranda. Ele era dono daquela usina perto de Recife.

D.P. - Batista da Silva estava ligado a quem?

B.L. - Batista da Silva também não era simpático a Agamenon. Agamenon criara muitas incompatibilidades, através de gestos bruscos que eles não perdoavam. Enquanto Agamenon estivesse lá, eles disfarçariam; mas no momento em que tivessem oportunidade de uma expansão - qual seja, a criação de um movimento político - , aí eles se pronunciaram. Batista da Silva também era contra Agamenon.

C.C. - E os coronéis do interior?

B.L. - Os coronéis do interior dependiam muito de ter ou não ter o apoio do Estado. Para eles, o mais importante era ter o delegado. O coronel do interior que tem o delegado se considera dono de um privilégio, pois tem todas as suas aspirações e todos os seus interesses resguardados pela presença desse policial. Com esse elemento, ele tem condição de hostilizar os adversários, ou as pessoas que não aceitam a sua influência, o seu mando.

C.C. - Em geral, os grandes chefes do interior ficaram com o PSD, não é?

B.L. - Sim, pelo menos os mais conhecidos. Havia outras lideranças não tão definidas em alguns municípios que podiam... No município de Jurema, por exemplo, o chefe político levava quase todo o município contra os elementos que nos apoiavam. Tínhamos uma fração muito pequena de votos em Jurema. Em alguns outros municípios isso também ocorria. Mas os homens mais tradicionais - aquele de Petrolina; Veremundo Soares, em Salgueiro; Chico Romão, em Serrita; o irmão dele também, que se chamava Romãozinho, lá em Exu; o Chico Heráclio, lá na outra zona -, os elementos

que tinham maior significação como chefes políticos do interior, esses ficaram com o PSD, porque tiveram desde o começo o apoio do governo do estado.

Esse apoio já vinha do tempo de Agamenon, embora não fosse tão vivo assim. Agamenon, por exemplo, nomeava para Limoeiro alguns delegados, e nem todos eram muito inclinados ao Chico Heráclio. O José de Lima, por exemplo, irmão do Osvaldo Lima, foi prefeito de Limoeiro. Mas depois, na época de fazer a composição do partido, houve interesse em atrair Chico Heráclio. Foi Etelvino que teve a incumbência final de enquadrar Chico Heráclio dentro das hostes do PSD, dando-lhe a autoridade que ele queria. Definida a luta política, os elementos que nos combatiam, já apoiados pelo interventor, o Demerval, mandavam o tenente Alencar provocar o Chico Heráclio. E Chico Heráclio, diante dessa oposição, ficava conosco [risos].

C.C. - O senhor acha que existe alguma relação entre o PSD de 33 e o de 45, em termos de origem partidária dos líderes?

B.L. - Os nomes mudavam, mas na essência, na substância não havia uma diferença profunda. Os amigos do Carlos de Lima, que em 33 estavam no PSD, se passaram para o outro lado; ficaram com a UDN, através do Carlos de Lima.

D.P. - Pelo menos o grupo mais significativo acho que passou para a UDN, não?

C.C. - Nessa época, tinha a corrente de Agamenon, que era de continuação.

B.L. - Não sei quais seriam os mais significativos; acho que havia elementos significativos também do outro lado. Nessa coisa de pronunciamentos políticos, as divisões são muito profundas. Eu me lembro de que, quando fui candidato, Afonso Arinos uma vez me falou: "O Sr. Gilberto Freire disse que todos os intelectuais de Pernambuco ficaram contra a sua candidatura". Respondi: "Alguns ficaram, mas nem todos". E ele me perguntou: "Mas você ficou com alguns elementos isolados?" Eu disse: "Fiquei com alguns; posso citar aqui, por exemplo, o Sílvio Rabelo, o Murilo Montenegro, o Estevam Pinto. Aí o Afonso Arinos se espantou: "Basta, não precisa mais!" Esses homens eram realmente de grande significação na intelectualidade pernambucana. Entretanto, muitos intelectuais ficaram do outro lado. Eu também, quando cheguei lá, não quis saber quem tinha sido a meu favor ou contra mim. Achei inclusive; que, dada a vida política de Pernambuco e os métodos usados, comecei a achar legítimas as atitudes que tomavam [risos], de modo que não me magoei com nenhum deles.

D.P. - Eram os que tinham feito oposição ao Estado Novo?

B.L. - Tinham feito oposição ao Estado Novo e tinham sido tratados de maneira um tanto áspera. Em política, gosto muito de pensar o que faria se estivesse no caso deles. Quando se pensa assim, vê-se que há muita coisa dos adversários que se tem que aceitar e apoiar.

C.C. - Voltando um pouco à organização do PSD, por que o senhor foi escolhido para elaborar o primeiro programa?

B.L. - Porque Agamenon era o ministro da Justiça e tinham feito a lei criando os partidos nacionais. De modo que ele tinha interesse. Como eu representava a política de Pernambuco, achei que não era possível sair do ponto morto sem apresentar um texto. Criar uma comissão para organizar um programa partidário dá um trabalho muito grande, e acaba sendo difícil coordenar todas as idéias que aparecem nesse grupo. Eu achava mais prático fazer um texto, ainda que pessoal, mas já pensando praticamente no conjunto dos elementos que iam ser aproveitados, e apresentar esse texto a debate. Através do debate, os pontos vencedores iriam prevalecendo, e a redação seria muito mais simples por esse processo do que se fosse criada uma comissão para redigi-lo. Urgia, realmente, a criação do partido, e urgia a apresentação do programa.

O próprio Agamenon me incumbiu desse trabalho, e tive o apoio do partido. Tomei então essa iniciativa, naturalmente convencido de que o que eu apresentava à ser discutido, debatido, e muita coisa rejeitada. Em todo caso, saía-se do ponto morto. Aliás, um dos elementos que apareceram no PSD nessa fase, de certa maneira sob os meus auspícios - fui eu que o apresentei e fiz com que ele fosse adotado -, foi esse Erasmo Martins Pedro. Ele era muito moço nessa ocasião e foi um dos elementos que ajudaram dentro da secretaria.

D.P. - O senhor está arrependido? Ele era uma figura melhor do que é hoje? [risos]

B.L. - Ele é um elemento que pode ser aproveitado; é inteligente, sabe realmente agir. Mas com essa política aqui do Rio, com a força que tem o Chagas Freitas, ele aproveitou o caminho que achou mais fácil: não fez contestação a Chagas Freitas. Quem tem aspirações políticas não pode censurá-lo por isso.

C.C. - E o PTB, como surgiu?

B.L. - Os elementos que queriam Getúlio e não admitiam a cessação, o termo do seu governo, quando sentiram que o PSD era um partido que, no fundo, não tinha orientação trabalhista, porque se fazia com elementos que viviam mais distanciados das classes trabalhadoras, acharam que devia haver um terceiro partido - um partido tipicamente do Getúlio. Para isso, deve ter também influído essa idéia de que eles, desde o começo, não estavam muito convencidos de que deviam aceitar a candidatura Dutra.

C.C. - Quem?

B.L. - Os elementos que compuseram o PTB, os trabalhistas em geral. É possível que o próprio Getúlio tivesse concordado com isso, porque a criação do PTB dividiria as

forças políticas e formaria uma corrente muito mais favorável a ele do que ao próprio Dutra.

C.C. - E o senhor vê relação entre o nascimento do PTB e o movimento queremista?

B.L. - Acho que foi o ponto de partida do movimento queremista. Se não tivesse havido a formação de um partido trabalhista, não haveria ponto de apoio para esse movimento. Com a criação do Partido Trabalhista e com o queremismo, aí o movimento tomou maiores proporções.

D.P. - O senhor vê, na criação do PTB, uma tentativa para diminuir, por exemplo, a força do Partido Comunista? Ou seja, a fundação de um partido trabalhista não canalizaria as forças que poderiam aglutinar-se em torno do PC?

B.L. - Não. Creio que o PC, naquela ocasião, se associou a esse movimento porque viu que seu interesse estava em apoiar Getúlio e o queremismo. Se Getúlio já tinha se tornado um elemento trabalhista, o PC teria todo interesse em se associar a ele para não criar uma divisão mais profunda entre elementos que, pela sua própria natureza de trabalhistas, estavam mais próximos do Partido Comunista do que do PSD e da UDN. Tanto que logo a anistia foi decretada para os pronunciamentos políticos, e Luís Carlos Prestes começou a agitar-se e a apoiar o movimento queremista, com a tese que era também a de Agamenon: primeiro a Constituinte. Todos chegaram a esta tese de que a causa de Getúlio dependeria, antes de tudo, da organização de uma Constituinte. Getúlio simpatizava com isso.

Getúlio tinha realmente uma natureza de caudilho: tinha gosto pelo poder. Não creio que, em momento algum, ele se tivesse resignado, de boa mente, com a idéia de eleger um outro candidato. Naturalmente, se não tivesse outro meio, ele - caminharia dentro do quadro traçado e acabaria também elegendo o Dutra. Mas se ele tivesse meio de prolongar o seu período, não creio que, pela sua tendência política, pelo gosto do poder que o caracterizava, que ele fosse voluntariamente para outra candidatura que não a sua. Ele fez esse jogo durante todo o seu período: um jogo político para se manter no poder, criando sempre divisões entre os que o combatiam e atraindo elementos que pudessem realmente favorecer a sua permanência.

D.P. - Mas acho que, de qualquer maneira, essa idéia que algumas pessoas apontam - de que a fundação do PTB teria como um dos seus argumentos básicos a canalização das forças que o PC poderia atrair - é uma idéia bem viável.

B.L. - Também creio que o próprio PTB, quando se fundou, trazia a idéia de uma identificação maior com Getúlio Vargas. Dentro do PSD houve até um certo estremeamento, porque o PSD achava que o partido de Getúlio devia ser o próprio PSD, que se estava formando com os seus amigos em todos os estados. Mas o PTB reagia contra isso, como meio de agremiar os elementos trabalhistas em torno de Getúlio e, naturalmente, em torno do queremismo, que eles procuraram de toda maneira favorecer.

C.C. - Quais eram as grandes figuras do PTB nesse período de organização do partido?

B.L. - Havia, em primeiro lugar, os pelegos, porque todos esses elementos trabalhistas, em geral, gravitam em torno do governo, do poder. Eram esses famosos chefes de sindicato - como os de hoje. Eles, acham que são elementos trabalhistas legítimos, mas sabemos que são pelegos hoje, como eram ontem.

C.C. - A grande força era o Rio Grande do Sul, não?

B.L. - Tinha o Pasqualini no Rio Grande do Sul. Não sei se Pasqualini tomou grande interesse pela campanha. O PTB lá no Rio Grande do Sul era muito forte. Não me lembro agora dos nomes, porque nessa ocasião quem estava também lá no governo... Não sei se era ainda o Cordeiro de Farias, nessa fase de 45.

D.P. - O Ademar de Barros já estava fazendo política nessa época?

B.L. - Já; ele tinha sido nomeado interventor de São Paulo, onde vinha fazendo política.

D.P. - Mas ele estava ligado ao PTB?

B.L. - Não; ele formou um partido próprio.

C.C. - Ele formou o Partido Social Progressista.

B.L. - Antes da criação de partidos nacionais, ele não pôde formar partidos. Mas logo que foram autorizados os partidos nacionais, ele fundou o Partido Progressista. Foi um partido que teve alguma influência. Em São Paulo, foi muito influente, e nos outros estados teve alguns aliados significativos. Mesmo em Pernambuco, eles tinham tido... O Barros Carvalho foi depois para lá. Eles tinham tido, inicialmente, em 45, elementos muito sem expressão, que não tinham propriamente tradição política. Só depois é que vieram a se incorporar o Barros Carvalho e, sobretudo, Osvaldo Lima Filho. Já Armando Monteiro Filho aliou-se ao partido de Ademar de Barros mais adiante. Vejam como são essas coisas de política. Esse fator pessoal é preponderante: Armando Monteiro pai era um elemento de importância no PSD, e o Armando Monteiro Filho alistou-se no partido do Ademar de Barros. Na Monarquia, os partidos também eram nacionais, tinham características de partidos nacionais porque visavam sobretudo a ação aqui dentro do Parlamento.

C.C. - A centralização era muito grande.

B.L. - Era uma centralização maior, e eles tinham interesse exatamente em ter força aqui no Sul. Quando eles tinham um político de maior significação, mandavam-no para um estado onde não tivessem uma presença considerável. Havia pequenos estados - Sergipe, Alagoas e outros - para onde eles iam mandando as pessoas que queriam eleger. Já se notava, então, a influência dos grandes estados. Como não era tão fácil eleger esses elementos importantes nos grandes estados, às vezes eles eram mandados para os pequenos estados. Já havia uma influência maior dos sentimentos e ascendências regionais e provinciais.

D.P. - E lá em Pernambuco, como foi a campanha para a sucessão presidencial?

B.L. - A campanha com o Dutra foi mais fácil, porque o PSD tinha uma preponderância grande no estado, uma vez que o partido fora organizado à base do elemento melhor de cada município. Não digo o elemento melhor, mas o de maior prestígio. Com isso, compôs-se realmente um partido considerável. A primeira eleição do PSD foi uma coisa fantástica. O partido teve, talvez, 60% do eleitorado nacional. Na eleição seguinte foi decaindo, decaindo... Mas na primeira eleição foi uma lavagem. O Dutra elegeu-se facilmente, e todos os elementos que apoiavam a sua candidatura vieram compor uma Câmara e um Senado com uma grande preponderância do PSD.

C.C. - Quem articulava a campanha do Brigadeiro em Pernambuco?

B.L. - O Cleofas, que já nesse tempo estava atuando em favor do Brigadeiro, os Sampaio... Os Sampaio estavam muito entusiasmados nessa campanha política. Lá em Pernambuco, o Brigadeiro fazia uma campanha política interessante. Ele chegava de tarde para fazer o comício, fazia o comício à noite, e no dia seguinte só tomava o café da manhã; voltava o mais depressa que podia. E ofereceram a ele na casa dos Sampaio, não sei se o Alde ou...

[FINAL DA FITA 7-B]

B.L. - Os Sampaio ofereceram a Dutra o café da manhã, que é uma das coisas importantes de Pernambuco; às vezes, vale mais do que um banquete. Tinha todas aquelas coisas gostosas de lá: cuscuz, a macaxera, tudo o que podia haver de lá. Era aquela mesa enorme, com toalhas rendadas. O Brigadeiro chegou lá, e as moças dirigiram-se a ele: "Brigadeiro, venha aqui experimentar isso, aquilo... E ele, rigidamente: "Só café!" [risos]

D.P. - Isso de rejeitar, inclusive, é uma ofensa, além de um mau gosto tremendo, não é? [risos]

B.L. - Ele era um candidato difícil de levar. Não sei mesmo como a UDN se entusiasmou tanto - naturalmente, porque ele tinha aquela auréola de heroísmo.

C.C. - Tenho a impressão de que ele tinha um certo carisma.

B.L. - Mas era difícil de levar; era pior do que o Lott.

C.C. - Era bonito, não é? Então a moçada se entusiasmava.

B.L. - Era bonitão, solteiro...

C.C. - Qual foi o papel do Lima Cavalcânti nessa campanha?

B.L. - Ele era um dos amigos do Brigadeiro; sempre entusiasmado...

D.P. - Em que partido o Lima Cavalcânti se articulou em 45?

B.L. - Ficou na UDN.

D.P. - Ele teve um papel ativo?

B.L. - Creio que sim; candidatou-se nessa ocasião. Outro elemento que teve uma certa atuação, levado pelos estudantes, foi o Gilberto Freire. Os estudantes levantaram a candidatura dele, e ele teve uma atuação grande a favor do Brigadeiro.

C.C. - A oposição toda estava unida?

B.L. - É.

D.P. - Mas, engraçado, parece que o Lima Cavalcânti voltou meio apagado, não?

B.L. - O Lima Cavalcânti não tinha tendência para atividades parlamentares. A vida parlamentar é diferente: ou a pessoa tem tendência para as comissões ou para a tribuna. O Lima Cavalcânti não gostava de oratória, era mais do executivo: tomar providências, acertar, governar, isso o interessava. Mas discutir naquelas comissões ou estudar os projetos não estava muito no seu feitio e na sua formação.

Outro também de grande inteligência que, como deputado, foi um fracasso, foi o Osório Borba. Era um homem inteligentíssimo, mas, na Câmara, foi para uma Comissão de Educação, que era a mais apropriada às suas tendências intelectuais, e não

produzia nada. Não tinha tendência, não tinha temperamento para nenhuma atividade parlamentar.

D.P. - Sim; mas Lima Cavalcânti, em termos de agitação popular, conseguia muita coisa.

B.L. - Conseguia, porque tinha influência em diversas classes, através do governo. Todos se recordavam de sua presença no governo, porque ele tinha uma atuação marcante com o *Diário da Manhã*. De modo que a tradição dele tinha perdurado. Encontrei, por exemplo, choferes em Pernambuco que ainda tinham uma grande estima pelo Lima Cavalcânti. Isso ficou. Naturalmente ele deve ter feito, no governo, favores maiores e deve ter considerado com mais boa vontade essa classe.

D.P. - É grande a votação dele lá em Pernambuco?

B.L. - Nunca foi muito grande. Entretanto, ele tinha alguns chefes municipais que lhe eram dedicados. Um deles era o pai do Fernando Lira, que agora é deputado. Aliás, uma das coisas mais honrosas da minha vida foi que, quando Carlos de Lima se afastou da vida política, resolveu escrever aos amigos indicando outro candidato, e apontou o meu nome. Ele não quis mais tentar a reeleição, não tinha temperamento para estar lá fazendo lutas políticas, não tinha recursos, a sua situação financeira tinha-se comprometido muito. Eu não tinha tido uma aproximação tão grande com ele, mas ele me fez essa manifestação de...

D.P. - Isso foi em que ano?

B.L. - Foi mais ou menos depois da legislatura de 54. Ele indicava o meu nome junto aos seus amigos, para que eu obtivesse a votação deles.

C.C. - Foi em 45 que houve aquela campanha contra Agamenon, que ele levou à frente junto com Chateaubriand? O problema de desvios de verbas da Aliança Liberal?

B.L. - É; a campanha em torno daquele projeto contra os trustes, contra o poder econômico. Essa campanha, Chateaubriand levou-a com um entusiasmo enorme e atacou violentamente Agamenon.

C.C. - Lima Cavalcânti entrou nessa jogada?

B.L. - Sim; talvez também para se vingar, porque Agamenon, logo que saiu do Ministério do Trabalho, foi nomeado interventor, e o Lima Cavalcânti foi afastado. Na interventoria, Agamenon escreveu artigos tremendos contra o Carlos de Lima. Tinha um famoso artigo intitulado: "O Molambo". Eu estava no Instituto do Açúcar e tinha

escrito uma carta a ele fazendo observações, dizendo que aquele artigo não podia honrar o governo dele. Ele estava com todo o poder, todos os recursos; o outro não tinha condições de defesa, e ele não precisava daquilo para continuar a governar o estado e ter a autoridade que vinha tendo.

Fui a Pernambuco e, num jantar lá no palácio, Agamenon disse à senhora dele, dona Antonieta: "O Barbosa não gostou daquele meu artigo, 'O Molambo'." Dona Antonieta então teve uma interferência imediata: "Está comigo, Dr. Barbosa; eu também não gostei" [risos]. Dona Antonieta tinha uma maneira de pensar que se opunha em várias coisas ao sentimento de Agamenon. Ela não tinha os ímpetos, a veemência e a violência de Agamenon. Agamenon, então, respondeu: "É, mas eu tenho amigos meus que puseram aquele artigo num quadro e penduraram na parede de suas casas". Retruquei imediatamente: "Não deve ter sido gente cujo julgamento possa honrar a você [risos]".

C.C. - Não sei como terminou aquele negócio. Pelos documentos que temos no arquivo do Agamenon, no Cpdoc, me parece que Agamenon tirou a limpo toda a história, publicou vários documentos no jornal comprovando sua honestidade. Parece que Carlos de Lima o acusava de desvio de verbas na campanha da Aliança Liberal.

B.L. - Tinha havido qualquer coisa nesse sentido.

C.C. - Houve documentos comprovando que as coisas estavam todas certas, que as finanças estavam todas em dia.

B.L. - Não me lembro também do desenlace todo da luta. Sei que esse artigo dele... É a tal coisa: ele podia responder ao Carlos de Lima, defender-se totalmente, sem precisar fazer as acusações que fez, as insinuações de toda a espécie.

C.C. - Carlos de Lima também era um pouco estourado, não?

B.L. - Era estourado. Carlos de Lima tinha um temperamento semelhante ao de Agamenon, embora fossem de zonas diferentes, porque um era da Zona da Mata, o outro era do Sertão. Agamenon tinha mais justificativa do que Carlos de Lima. O Sertão é mais áspero, mais rude; de modo que essa agressividade é bem sertaneja. Carlos de Lima, sendo da Zona da Mata, das usinas e tudo o mais, já podia ter feito um certo curso de tolerância que, na verdade, não chegou a fazer.

Carlos de Lima teve, no seu governo, um debate com o José Américo, que foi uma das coisas mais violentas que podia haver. José Américo era outro, igual a ele, o mesmo destempero de linguagem. Eles se agrediram tremendamente através de telegramas, porque Carlos de Lima se queixava - e aliás com razão -, de que Pernambuco estava sendo excluído dos programas da seca. E quem dava os argumentos a ele era o Cleofas, que nesse tempo era secretário da Agricultura. José Américo irritou-se com isso e veio em cima de Carlos de Lima Cavalcânti. Esses debates são muito

comuns. Na nossa terra dá-se muito isso: o sujeito vem, às vezes, com um destempero [risos].

Logo que cheguei em Pernambuco, o Melquíades Montenegro, que estava ainda com aqueles ódios todos guardados, escreveu um artigo em que me comparava com um determinado burro, cuja pele tinha sido aproveitada para fazer tambores. Ele concluía dizendo que eu não servia nem para fazer esses bombos [risos]. O tom era esse!

D.P. - Quem foi que escreveu o artigo?

B.L. - O Melquíades Montenegro. Um filho meu, que na ocasião tinha seus nove ou dez anos, às vezes saía por ali, conversava com os guardas de palácio, e veio me perguntar: "Papai, você não teve um parente seu, um tio seu, que foi governador aqui?" Eu disse: "Tive sim; por quê?" Ele falou: "Não foi ele quem fez um jornalista engolir, uma vez, uma pilha de papel?" (Era o caso do Aroucha.) Respondi: "Foi sim". Ele então perguntou: "Por que você não faz esse jornalista engolir também esses artigos?" [risos]. Eu falei: "Olhe; depois eu tive intimidade com esse meu tio que fez essas coisas. Ele estava tão arrependido desse gesto, que daí por diante verifiquei que é melhor a gente agüentar do que..." [risos].

C. C. - E a escolha do seu nome para o governo de Pernambuco, como surgiu?

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

B.L. - Eu tenho dele um começo de memórias, que ele não chegou a redigir de maneira definitiva. Nessas memórias, ele conta que quem lembrou o meu nome foi o Novais, porque tinha muito medo de que Agamenon se inclinasse para Etelvino Lins. E Agamenon tinha muito mais confiança em Etelvino do que no Novais. Naturalmente, se ele tivesse que fazer a indicação, ele indicaria o Etelvino e não o Novais. E Novais que desconfiava disso - ou pelo menos tinha a convicção de que essa seria a manifestação final de Agamenon - , sugeriu o meu nome como meio de evitar a candidatura de Etelvino.

D.P. - Que era o candidato natural de Agamenon.

B.L. - Sim; ele vinha da interventoria.

C.C. - Mas ele não esperava a repercussão, não é?

B.L. - Quando ele lembrou o meu nome para Agamenon, este respondeu: "Quando vocês vêm com um candidato da categoria do Barbosa, não há nada o que dizer. Não tenho nenhuma oposição". De fato, tive a unanimidade da comissão executiva nessa ocasião. Novais, Neto Campelo, que fazia parte da comissão, todos eles apoiaram o meu

nome. Recebi deles manifestações as mais expressivas. Com o golpe de Estado de 29 de outubro, a eleição de governador foi adiada, e eles acharam que a escolha devia ser novamente reformulada, já com o apoio do Dutra e, sobretudo, de dona Santina, que tinha uma certa intervenção na vida política do Dutra naquela ocasião. Novais era um dos íntimos do palácio. Eles acharam que se devia pensar na reformulação das candidaturas e pleitearam um pronunciamento nesse sentido. Eu, aliás, me pus à margem dessa coisa.

C.C. - O que eles alegavam?

B.L. - Alegavam que aquela escolha tinha sido feita em face de um momento político, que havia se alterado em consequência da própria posse do presidente Dutra. Por isso, se devia novamente reestudar o problema da apresentação de candidaturas. Mas aí já havia...

D.P. - Em que nome que eles estavam interessados?

B.L. - Novais pensava ser o candidato, porque com o apoio que tinha no palácio acreditava que sua candidatura pudesse vingar. Mas ele não sabia que havia elementos na sua própria corrente que não o aceitavam, a começar pelo Cleofas. De modo que, quando eles tiveram que escolher, o candidato que acabou se impondo foi o Neto Campelo - que aliás tinha também apresentado ou concordado com o meu nome.

Fiquei numa situação difícil. Não me opunha a que reformulassem a escolha. Eu não tinha pedido nem a Novais nem a ninguém que me desse o voto; não me candidatei de maneira alguma e tinha um certo constrangimento em continuar candidato sentindo essa resistência do partido. Mas aí formou-se, dentro do partido, uma corrente que achava que, uma vez que já tinha havido aquele compromisso, devia ser mantido, até mesmo porque, se o retirassem, era provável que, dentro das novas circunstâncias, o PSD de Pernambuco se esfacelasse. Já havia essa tendência, e a minha candidatura, de certo modo, tinha congregado, inicialmente, a totalidade da comissão executiva e, depois, mais de 2/3 dos elementos, pois só discreparam dessa apresentação o próprio Novais e o Neto Campelo.

C.C. - Mas o senhor acha que, de fato, eles colocaram a questão da reabertura da discussão em função da candidatura do Novais?

B.L. - Com a esperança de que, nos novos entendimentos, surgisse a candidatura do Novais. O Novais tinha, naturalmente, uma aspiração de ser o governador de Pernambuco. Achava que, retirado o meu nome, e tratando-se novamente de debater o programa de governo com o do Dutra, este influiria para que o nome dele vingasse e fosse aceito.

C.C. - De fato, o Novais sugeriu o seu nome, porque sabia que Agamenon não apoiaria o nome dele.

B.L. - Sabia que não teria possibilidade alguma. Assim, evitaria o Etelvino.

C.C. - Por que ele temia o Etelvino?

B.L. - Ele achava que o Etelvino não lhe daria possibilidade de ter carreira política. Era uma dessas incompatibilidades pessoais que não se pronunciam abertamente, mas que existem. Tratam com a maior deferência um ao outro, fazem os maiores elogios, mas, no fundo, não se toleram, e não se toleram por uma circunstância: porque ambos visam à mesma coisa. Ambos queriam prevalecer na política do estado.

Comigo não havia esse perigo porque, não morando lá, eu não tinha nenhuma aspiração de chefia política. Como é que eu poderia ser chefe político em Pernambuco, morando aqui? Eu não tinha recursos bastantes para estar me transportando sempre a Pernambuco, para estar dando uma atuação maior lá, sobretudo porque eu tinha uma preocupação intelectual que me afastava muito desse outro setor, dessas tricas políticas. Eu gostava de escrever os meus livros, fazer os meus estudos... De modo que, se eu fosse ser chefe político em Pernambuco, não teria tempo para mais nada. Teria que desviar todo o tempo que dedicava a essas coisas para cuidar de manobras políticas que, no fundo, não me interessavam.

Para eles, minha candidatura convinha, porque eu não era um competidor. Já o Etelvino seria um competidor para o Novais, que o seria para Agamenon. Essa coisa influi muito. Agamenon, por exemplo, nunca aceitaria a candidatura do Osvaldo Lima, porque tinha receio também de que Osvaldo Lima o eliminasse da vida política. Através de atritos ou de dificuldades, Agamenon ou eliminava ou tirava as condições de Novais ter realmente a possibilidade de exercer uma chefia. Já o Etelvino se resignava um pouco a essa idéia de chefia de Agamenon.

D. S. - Mas Novais terminou bem a prefeitura com o Agamenon.

B.L. - Terminou bem. Tanto terminou bem que foi eleito senador, em consequência do apoio total que deu a Agamenon e que Agamenon deu a ele nessa fase. Aliás, Novais tinha muito mais ambiente na intimidade de Agamenon, junto da família de Agamenon, do que Etelvino. Novais era muito benquisto; era muito amável, cordial. Era um homem que, na ocasião das sobremesas, quando lhe davam a palavra, fazia um discurso maravilhoso que empolgava todo mundo, não só porque tinha palavra fácil, inteligência, como não se esquecia de falar na esposa, nas filhas, nos parentes [risos].

D.P. - Fiz uma entrevista com ele, lá em Pernambuco. Ele negou que tivesse aspirado a essa candidatura. Ele disse que, realmente, foram elementos que quiseram indispor-lo contra o senhor e contra Agamenon. Ele contou que a cidade um dia amanheceu toda cheia de cartazes: "Novais para candidato". Ele recordou todo esse episódio, dizendo que foi pegado de surpresa com isso.

B.L. - Depois, fiz uma série de artigos, publicados no *Diário da Manhã*, em que troçava um pouco do Novais, às vezes num tom meio áspero. Eu até me compuz muito com o Neto Campelo, gostava muito dele e apreciava suas qualidades. Uma vez, cheguei a perguntar num desses artigos: "Onde está o fiador?" Quando se disse que Novais não apoiaria a minha candidatura, ele me passou um telegrama: "Pode ter certeza de que o Novais está com a sua candidatura, que o apoiará por compromisso, manterá o compromisso". De modo que ele foi o homem que, de certa maneira, foi o avalista. E eu perguntava: "Onde está o avalista?"

C.C. - O senhor acha que era o candidato do grupo de Agamenon?

B.L. - De certa maneira, não havia uma oposição maior, porque eu era amigo do Osvaldo Lima.

C.C. - Mas havia outros nomes cogitados?

B.L. - Não; os nomes cogitados tinham sido apenas esses: Novais e Etelvino. Foi aí que o Novais sugeriu o meu nome.

D.P. - Inclusive, no caso de Etelvino, acho que seria difícil uma vitória, porque ele estava muito identificado com toda...

B.L. - Aliás eles todos erraram. Se eu tivesse sido derrotado, não digo que se abrisse uma possibilidade política para eles, porque não sei até onde se encaminhariam, depois, os acontecimentos. Mas, se eles tivessem apoiado a minha candidatura, não tivessem aberto aquela dissidência, a luta teria sido, de certo modo, mais fácil para mim. Dentro do partido tanto o Novais quanto o Neto Campelo teriam possibilidade de se candidatar à sucessão. Eu gostava muito do Neto Campelo; ele não teve maior atuação política, mas era muito honrado, muito digno, de uma honestidade quase que bravia.

C.C. - Apesar da traição, não é?

B.L. - Apesar disso. Mas é necessário observar essas contingências políticas com um espírito de maior compreensão. Até onde iria a resistência dele, com aquela gente toda insistindo, insistindo? Ele um dia veio aqui em casa e disse: "Barbosa, venho fazer um apelo a você". Perguntei: "Qual é o apelo?" Ele não tinha ainda definido a sua candidatura e falou: "Vamos nós dois renunciar às nossas candidaturas para que se eleja um outro candidato". Eu disse: "Neto, para você isso é fácil; para mim não é, porque fui indicado por uma comissão executiva. Se esse partido quiser retirar o meu nome, não faço nenhum protesto; aceito perfeitamente a retirada do meu nome. Mas depois que eles me apresentaram, eu é que não posso dizer que não sou mais candidato. Seria uma traição, afinal de contas, a companheiros que demonstraram a sua boa vontade para com o meu nome. Se eles quiserem retirar a minha candidatura - você se empenhe lá com

eles -, eles que o façam. Podem ter a certeza de que continuarei a apoiar o partido da mesma maneira e não vou tomar contas a nenhum deles. Mas quando sinto, inclusive, que eles estão mantendo o meu nome, porque sentem que, se eu me retirar, o partido se esfacela, cada um vai tomar seu rumo e vai agir da maneira que entender, você compreende que eu não tenho condições para agir dessa forma". E ele: "Mas eu não quero ser candidato contra você". Tive vontade de dizer: "Pois está nas suas mãos" [risos]. Ele saiu daqui, e eu fiquei certo de que ele seria candidato.

C.C. - E ele foi ser candidato pela UDN, não é? Pela coligação?

B.L. - Ele foi candidato pela UDN; outros partidos que se tinham fundado em Pernambuco também apoiaram a candidatura dele.

C.C. - O que chamavam de Coligação Pernambucana, não é?

B.L. - Tinha o Partido Democrata Cristão, com o padre Câmara. ..

D.P. - Quais os nomes que saíram do PSD e deram a principal dissidência pernambucana? Quem é que o PSD vai apoiar?

B.L. - A dissidência apoiou o Novais e o Neto Campelo. Todos os outros ficaram comigo: o Osvaldo Lima, o Ferreira Lima...

D.P. - Então não chegou a ser uma dissidência do partido. Foi mais uma saída, porque com os dois devem ter saído também os elementos que os apoiavam.

B.L. - Foi uma pequena dissidência, porque o Novais tinha uma certa significação lá no estado. Aliás, se o Novais tivesse sido candidato, e não o Neto Campelo, é provável que vencesse, porque Novais tinha mais irradiação, mais possibilidade de vencer devido àquele seu temperamento agradável e amável - aquela coisa de, nos seus discursos, nos seus pronunciamentos, não esquecer todas as pessoas que podiam ser louvadas. Ele talvez tivesse mais possibilidade do que o Neto.

O Neto não tinha muita possibilidade; era meio áspero, meio agressivo em certas coisas. Foi uma luta difícil, porque Neto Campelo tinha com ele o interventor. Aí, o que faltou também... O fato é que, dentro dessas oposições, há certos grupos discordantes; essas oposições que se formam assim têm elementos que colaboram, mas tem outros que prejudicam. O Pio Guerra, por exemplo, criou dificuldades tremendas na campanha do Neto Campelo. Ele sugeria que dessem força política a determinado elemento de algum município, mais por uma questão pessoal - por se tratar de pessoa ligada a ele e ao grupo de Cleofas - , quando o elemento que eles sacrificavam dava mais resultado do que aquele que estavam apresentando. O Demerval Peixoto, dentro do estado, não tinha maior conhecimento dos elementos e deixava-se conduzir pelo Pio Guerra, que tinha maior capacidade de infiltração.

Agora, os artigos que escrevi contra o Novais tiveram grande significação lá em Pernambuco [risos]. Ele tinha um negócio de dizer que o seu destino era amar e sofrer; eu então dizia que isso era o destino da Dama das Camélias [risos]. De outra vez, Neto Campelo tinha ficado zangado, porque estávamos dando muita ênfase à eletrificação do São Francisco; achávamos que todo o progresso do estado iria depender profundamente dessa obra. Embora fosse do governo federal, tínhamos que mostrar que, mesmo em funções dentro do estado, íamos pelear para que isso se realizasse. E Neto Campelo achava que, pelo fato de ser uma questão que competia mais ao governo federal do que ao estadual, não devíamos tratar disso, e dizia mesmo que iria limitar-se ao trivial. Então o jornalista João Duarte veio me perguntar o que eu dizia disso, e respondi: "Bom, se fosse para uma questão do trivial, não precisava de governador; bastava uma cozinheira" [risos].

C.C. - Como se pode entender o apoio de Dutra à candidatura do Neto Campelo, depois de ele ter tido o apoio do PSD de Pernambuco à sua candidatura?

B.L. - Ele guardava no íntimo grandes mágoas de Agamenon, porque achava que Agamenon não tinha sido sincero no apoio dado à sua candidatura, embora nós, em Pernambuco, o estivéssemos apoiando. A questão dele era mais com Agamenon do que conosco. Ele não tinha queixas de mim, não tinha queixas do Etelvino, mas tinha do Agamenon. Ele queria ferir Agamenon: ferir através de um candidato de Agamenon, naturalmente. Contava-se até que, na ocasião daquelas lutas políticas - Getúlio, o quererismo, tudo isso - , Dutra saiu do gabinete do Agamenon, e este teria dito: "Esse velho pensa que vai ser presidente da República". Não creio que Agamenon tivesse dito isso, mas inventaram, e o Dutra acreditou. Mais do que ele, dona Santinha.

A coisa ficou em tal termo que ele não admitia que Agamenon pudesse prevalecer ou vencer em Pernambuco, embora eu estivesse convencido de que ele, Dutra, não tinha mais nenhuma razão para se vingar desses agravos, mesmo que existissem, porque, no dia seguinte ao 29 de outubro, ele foi à casa de Agamenon para que este amparasse a sua candidatura junto ao José Linhares. Ora, se ele recorria a Agamenon depois de tudo isso, então o episódio era uma página virada, e ele não tinha mais por que fazer cogitações sobre isso, nem tomar vingança de Agamenon. Afinal, o episódio havia sido superado com o fato de Agamenon apoiar a candidatura de Dutra junto a um amigo pessoal, o Linhares, numa fase em que isso era decisivo para a candidatura do Dutra. Mas a *entourage* de...

D.P. - E Agamenon cumpriu esse papel direitinho?

B.L. - Cumpriu. Ele tinha interesse, porque se não cumprisse o papel com Linhares e o Dutra fosse sacrificado, também nós perdíamos totalmente a situação em Pernambuco.

C.C. - O senhor acha que, no fundo do coração Dutra não era um getulista?

B.L. - Foi um getulista até o ponto em que enfrentou a contradição entre ser getulista e dutrista.

C.C. - Sua candidatura, por exemplo, seria a candidatura de Agamenon e, conseqüentemente, a candidatura da corrente getulista. Acho que Dutra tinha interesse em formar as suas próprias bases políticas.

B.L. - Não, ele no...

[FINAL DA FITA 8-A]

B.L. - Quando em torno do Dutra começou a se formar aquela corrente de partidários da sua candidatura, ele começou a ficar envaidecido. É uma coisa natural, poucos são os que resistem a isso. De modo que, quando ele começou a sentir que Agamenon não estava tão interessado na sua candidatura como desejaria que estivesse, Dutra começou a marcar um pouco Agamenon. Insisto nisso: desde o momento em que houve o 29 de outubro - Agamenon foi preso para casa, e ele, Dutra, foi pessoalmente à casa de Agamenon para lhe pedir que agisse junto ao Linhares no sentido de atender a certos pedidos que interessavam a sua candidatura - , desde esse momento Dutra não tinha mais do que se vingar. Esse é o raciocínio que sempre fiz. Mas Dutra continuou envolvido com aqueles elementos políticos.

Eu tinha, aliás, o Vitorino Freire, que não era contra mim. Ganhei o seu apoio, e ele foi até um dos elementos que, de certa maneira, me ajudaram. A mãe dele era pededista e foi de uma firmeza extraordinária com a minha candidatura em Pernambuco. Mas o resto da *entourage* do Dutra... Tinha o Pereira Lira, que era seu chefe-de-gabinete e amigo do Neto Campelo. Ele queria que Neto Campelo chegasse ao governo do estado, porque ele sonhava já em ser presidente da república e pensava que o Neto Campelo seria um elemento que podia apoiar a sua candidatura, ou até mesmo tomar a iniciativa dessa candidatura. Todos os outros elementos que cercavam o Dutra, sentindo que o ambiente da senhora do Dutra, das filhas dele e de todos que formavam a sua família era simpático ao Novais, e que não perdoavam a Agamenon, todos procuraram enquadrar-se nessa corrente e tomar o partido também dessa candidatura.

Senti isso tremendamente depois da eleição. Fui eleito com uma margem pequena de votos - 565 votos - e tive que enfrentar no Tribunal Eleitoral uma batalha de um ano. Subi mais de 80 vezes naquela tribuna do Tribunal Eleitoral para defender os recursos que tínhamos apresentado. Tenho, aliás, um livro, cujos direitos autorais cedi ao PSD - não sei se está aqui - , sobre as questões de direito eleitoral. No prefácio desse livro eu conto os episódios da campanha: as votações, o voto de minerva no Tribunal Superior, os recursos regulares, os recursos intempestivos, os motivos da demora, a sucessão de batalhas, o ocaso do Artigo 107 do Código Eleitoral, as teses jurídicas e as memoriais. Todas essas são questões que foram debatidas. Mas aqui tem um relatório da... Vou procurar depois um volume desse para que vocês, de certa maneira, formem um acervo de documentação, que não é inteiro.

O trabalho que tivemos nisso não foi brincadeira. Íamos cedo; quando abria o Tribunal, já estávamos lá. Nessa ocasião, o Pais Barreto morava aqui no Rio, passava aqui por casa de automóvel e me levava para o Tribunal. Etelvino também ia conosco e prestava muito bons serviços, porque tinha todos os números das seções, os votos que se ganhava e que se perdia. Sua matemática era extraordinária! Ele tinha aquilo tudo

muito bem gravado, e nós ouvíamos os pronunciamentos. Os juizes que estavam mais ligados ao Dutra eram contra mim: o Rocha Lagoa tinha esperança de ser ministro do Supremo Tribunal Federal; Machado Guimarães também era um elemento com quem eu não podia contar; José Antônio Nogueira, mais ou menos. A meu favor, procurando fazer justiça, havia homens independentes como Figueiredo da Costa e o Francisco de Sá Filho, que acaba de morrer agora. Eram homens de muita independência.

Depois, José Antônio Nogueira foi afastado e veio para o seu lugar Djalma Cunha Melo, amicíssimo do Neto Campelo. De modo que a situação era de me ver perdido definitivamente. Aconteceu que o Djalma Cunha Melo não se prestou a fazer o papel de simples politiqueiro. Havia também no Tribunal o Ribeiro da Costa, que tinha muita autoridade moral. Como se criou um certo ambiente a favor da minha causa, quer dizer, do reconhecimento da minha vitória no pleito eleitoral de Pernambuco, Djalma Cunha Melo se sentiu, de certa maneira, coagido e enquadrado, e foi acompanhando o voto do Ribeiro da Costa, em quase todos os casos.

Em certos momentos muita gente me considerou perdido. Eles, em Pernambuco, a toda hora profetizavam que eu não tinha possibilidades de triunfar com tantos obstáculos. Um ano inteiro de batalhas! O Rocha Lagoa tinha feito um relatório muito tendencioso, favorecendo o Neto Campelo. Eu chegava em casa (naquele tempo eu trabalhava aqui nesse escritório), ia para a máquina e batia as razões de contestação. O Rocha Lagoa, quando defendia a sua tese, apresentava o fato em si de uma forma meio deturpada, e eu precisava restaurar o fato para convencer os outros juizes.

De tarde, já ia esse memorial ser distribuído a todos os outros ministros. Não ao Rocha Lagoa, mas a todos os outros, para que eles ficassem informados do que se passava. Eram memoriais de três, quatro, cinco páginas datilografados por mim mesmo, com cópias. Para mim, tirar cópias é pior do que datilografar. Tenho horror a tirar cópias [risos], mas tinha que fazer tudo isso. Eles receberam não sei se 50 ou 60 memoriais, que fiz durante a campanha. Foi uma campanha tremenda, e até o Nehemias que era um advogado contra mim, de grande experiência, chegou a ter perturbações cardíacas [risos]. Eu agüentei firme! Levei esportivamente; era uma batalha como outra qualquer. Eu aceitava aquilo esportivamente. Nessa ocasião, o José Augusto, lá do Rio Grande do Norte, me encontrou no Tribunal e disse: "Barbosa, você nasceu para cozinhar pedra, para fazer sopa de pedra [risos]."

C.C. - A situação da sua candidatura era bem mais favorável no interior do que na capital?

B.L. - A situação era desfavorável na capital, por causa da candidatura do Pelópidas. Eu teria possibilidade de conquistar ambiente na capital, mas com Pelópidas não era possível.

C.C. - É verdade que Agamenon estimulou a candidatura de Pelópidas e do Eurico Sousa Leão?

B.L. - Não creio. Talvez ele pensasse que, estimulando a candidatura do Pelópidas, este desviaria votos para ele; mas também tiraria votos de Neto Campelo. Não sei. É

imprevisível dizer se ele tiraria mais votos do Neto Campelo ou de mim; são conjecturas que se podem fazer. Na capital, a vitória do Pelópidas foi uma coisa estrondosa. Por isso é que eu digo: chamava-se a cidade de cruel, mas não podia ser uma cidade cruel contra mim, porque eu não era tão conhecido da população de lá do Recife.

D.P. - Mas o senhor acha que seu nome estava muito vinculado ao Estado Novo?

B.L. - Não; estava muito vinculado a Agamenon, mais do que ao Estado Novo. Eu não tinha me pronunciado muito a favor do Estado Novo, e a coisa lá não era nem Getúlio, era Agamenon.

D.P. - Como o senhor explica o fato de a candidatura de Eurico Sousa Leão não ter tido uma penetração muito grande no interior, apesar de ele ser um elemento ligado àquela antiga oligarquia estacista?

B.L. - Penso que já tinha perdido significação.

D.P. - O senhor acha que os resquícios de Estácio no interior já não...

B.L. - Ele tinha alguns elementos políticos. No estado não havia mais nenhuma lembrança de Estácio Coimbra. Ele tinha amigos em Serra Talhada e outros, inclusive elementos de oposição ao governo de Agamenon, mas que apoiavam o Eurico Sousa Leão.

D.P. - Qual foi a votação do Eurico no interior?

B.L. - Creio que foi pequena.

D.P. - Na capital também foi bem reduzida, não?

B.L. - Na capital ele não tinha possibilidade de ter uma grande votação.

C.C. - A disputa, de fato, foi entre o senhor e o Neto Campelo, não é?

B.L. - Sim; a disputa foi entre nós dois, e a diferença pequena: 565 votos. Agora, nós propusemos a eles abrir todas as urnas, porque houve recursos que impugnavam algumas. Houve até um fato pitoresco: a "urna da patroa". Ouviu falar nisso?

C.S. - Eu li no livro do "China Gordo" [risos].

B.L. - A "urna da patroa" recebeu esse nome porque uma empregada chegou lá e disse: "Minha patroa não pôde vir para votar e eu estou aqui para votar em nome dela" - isso, com o título eleitoral da patroa! [risos] Essa urna naturalmente foi impugnada. O Neto tinha mais voto do que eu nessa urna.

C.C. - Eram essas urnas impugnadas que eles queriam revalidar?

B.L. - Não; propusemos abrir mão de todas as urnas que impugnamos, desde que eles abrissem mão das que impugnaram, para que todos os votos, nulos ou não, fossem apurados. Nós ainda iríamos ganhar por mais de 200 votos. Com o resultado aqui no Sul, no Supremo Tribunal, acabei com quase mil votos.

D.P. - O primeiro resultado deu, para o senhor, uma vitória de quinhentos e poucos votos?

B.L. - Uma diferença de 565 votos na apuração do Tribunal Eleitoral de lá. Depois aqui, na apuração toda, tive quase mil votos; quer dizer, ganhei quatrocentos e tantos votos na disputa aqui no Tribunal Eleitoral.

C.C. - A partir dessas urnas impugnadas?

B.L. - Sim; algumas urnas que impugnamos, eles não tiveram meios de revalidar. Houve mais urnas anuladas do lado deles do que do nosso, urnas anuladas por bobagem. Havia urnas anuladas, porque o funcionário era remissível *ad nutum*. Ora, não tinha havido nada, nenhum protesto, tudo tinha sido apurado. E se vinha alegar que a mesa tinha sido constituída irregularmente. Era um absurdo que a lei eleitoral da ocasião permitia; aliás uma falha da legislação. Não creio que isso tivesse sido idéia de Agamenon; deve ter sido mais do Lafaiete, que foi um dos colaboradores da lei e que admitia que essas nulidades de pleno direito fossem alegadas em qualquer momento do pleito.

7ª Entrevista: 09.08.1977

D.P. - Hoje vamos retomar o seu governo em Pernambuco.

B.L. - Outro dia encontrei o Eudes Sousa Leão, que foi diretor de produção vegetal no meu governo - ele trabalhava com Barros Barreto. O Eudes me abraçou e disse: "Ah, Dr. Barbosa, aquele ambiente não se renova mais. Sentia-se todo o estado unido em torno do senhor, todas aquelas classes, o empresariado entendendo-se com o senhor..."

C.C. - Falando a respeito do seu governo?

B.L. - Falando a respeito do meu período em Pernambuco. Fiquei muito contente com isso, porque ele trabalhou muito e constatou que eu estava presente em todos os setores do governo, acompanhando todos eles. Agora, sempre dei ampla liberdade a eles, porque acho que, quando se dá responsabilidade, também tem que se dar liberdade. Eles tinham possibilidade de iniciativa. Eu acompanhava o trabalho deles mais para estimular do que outra coisa, mas também para estar ao corrente de tudo, buscando uma fórmula melhor para uma cooperação mais ampla. Não houve um setor da administração que eu não acompanhasse de perto, fosse na Secretaria de Saúde, na Secretaria de Educação, na Secretaria de Viação, na parte de estradas, todos os assuntos...

C.C. - Já que o senhor está falando da sua atuação nos diversos setores do governo, seria possível falar um pouco sobre sua política administrativa durante esse período, mostrando quais as áreas prioritárias do governo?

B.L. - As áreas prioritárias não podiam ser muitas por uma circunstância: Pernambuco estava numa fase de grande escassez de energia elétrica. Estava tendo início a construção de Paulo Afonso, e a empresa da *Bond and Share*, responsável pelo serviço de energia elétrica, estava deixando um déficit tremendo de energia. Para que um estado tenha qualquer iniciativa industrial, precisa comprar os motores para produzir a sua própria energia. Estávamos realmente diante de um obstáculo quase intransponível, de modo que achávamos que devíamos cogitar de outros assuntos que não propriamente esse do desenvolvimento industrial, já que tínhamos que esperar Paulo Afonso que estava em construção. Nosso esforço foi para dar todos os estímulos, todas as facilidades para que o governo federal completasse a construção de Paulo Afonso. Esse foi um dos principais aspectos do governo.

Por outro lado, pensávamos também que um dos dramas de Pernambuco é o que se pode chamar a macrocefalia do Recife. É uma cidade que tem uma expansão exagerada, que atrai as populações pobres não só do interior como dos estados vizinhos. Quanto aos estados vizinhos, não tínhamos muito o que fazer, mas, em relação a Pernambuco, podíamos combater essa macrocefalia através de várias medidas, que consistiriam em melhorar as condições de vida dos municípios mais importantes do estado.

Para isso, era preciso cuidar de dois setores: um, de saúde pública; outro, de educação. O de saúde pública implicaria começar pelo serviço de água. Tínhamos que evitar que cidades importantes fossem obrigadas a beber a água que escorria dos telhados infeccionados pelos urubus. Conseguimos com o governo federal um empréstimo do Banco do Brasil para financiar cerca de 14 serviços de água no interior do estado, alguns deles em grandes cidades: Limoeiro, Timbaúba, Bezerros, Arcoverde, Pesqueira. Atendemos ainda outras cidades pequenas, que não tinham tanta importância, mas nas quais o serviço de água era muito fácil, pois os mananciais estavam perto e as adutoras não seriam muito extensas: Rio Formoso, não sei se Macaparana ou São Vicente, e alguns outros pequenos municípios. Aliás, naquele álbum estão todos os serviços de água então executados.

Na parte de instrução, tínhamos que promover a fundação de cursos secundários em alguns municípios do interior. Tivemos escolas normais em Salgueiro, em Pesqueira e em alguns outros municípios de Pernambuco. Se tornássemos as condições de vida mais agradáveis nessas cidades, evitaríamos que a população procurasse refluir para Recife. Esse foi um dos objetivos também prioritários na minha administração.

Tenho a impressão de que dei uma importância maior que tudo a um aspecto político que, a meu ver, é fundamental: eu queria que o povo sentisse que tinha um governo disposto a colaborar com ele, a estar ao lado dele em todas as necessidades que ocorressem, ouvindo as queixas, atendendo às reclamações e estabelecendo um ambiente de pacificação, de concórdia e de um trabalho construtivo.

C.C. - O senhor acha que atingiu esse objetivo?

B.L. - Acho que sim; pude senti-lo diariamente, na maneira pela qual o povo correspondia. Eu sentia inclusive uma sensação cada vez maior de segurança. Fui um governo que não se preocupou com problema de segurança. Acho que o povo sente realmente se o governo está ou não está a seu lado. Agora, tinham outros aspectos que também me chamavam muito a atenção.

Não sei se contei esse episódio, mas poucos dias depois de eu assumir o governo, frei Lucas, que tinha uma ação religiosa ali em Salgadinho, entre Olinda e Recife, foi a palácio, assustado, dizer: "Dr. Barbosa, o ambiente estava esplêndido com a sua chegada. Havia um sentimento de euforia, mesmo de satisfação, em todo o povo. Mas ontem a polícia chegou lá e prendeu alguns operários, algumas pessoas, e isso causou um mal-estar profundo. Todo mundo já está a pensar que não mudou nada, que tudo vai continuar, na mesma situação." Respondi: "Não, frei Lucas; pode estar certo de que serão tomadas todas as providências para que se estabeleça esse ambiente a que o senhor se refere. Não vou apoiar nenhuma dessas medidas, e a polícia saberá se conter nos limites em que tem que agir". Esse é um ponto em que, em geral, não se cogita: o governo pensa que tem que afirmar a autoridade. Acho que mais importante do que afirmar autoridade é inspirar confiança. Firmar autoridade é simples: basta mandar dois soldados de polícia dar a sua ordem, ou impor qualquer coisa.

D.P. - Por que tinha havido esse episódio em Salgadinho?

B.L. - Eles fizeram qualquer coisa com a qual as autoridades policiais não concordaram. Então foram lá e prenderam alguns elementos. Chamei imediatamente o Roma, expliquei qual era a situação e qual o objetivo do governo, ressaltado o seguinte aspecto: "Roma, esses operários, esses homens do povo propriamente, se um soldado de polícia chega e toma uma medida arbitrária em relação a eles, o argumento deles, ou a impressão com que eles ficam é a de que o governo está lá contra o povo, para apoiar exatamente as classes dominantes. Com isso, em vez de melhorarmos a situação social, nós a agravamos. Se o grande perigo é realmente a luta de classes ou o ódio de classes, tudo que se fizer para atenuar esse ódio de classes é um meio realmente de dar bases mais profundas, mais sólidas, à autoridade pública".

Essa foi, aliás, a minha doutrinação durante os três anos em que fiquei em Pernambuco. Eu sentia que, se eu fosse um operário e passasse por uma situação semelhante, minha reflexão seria a mesma: eu iria atribuir tudo ao governo. Eu acharia que tudo era uma classe dominante que estava esmagando a classe dominada. Se nós achamos que o comunismo é um mal, então vamos combater o comunismo no seu fundamento, que é o ódio de classes. Tudo que se fizer para agravar o ódio de classes é um trabalho a favor do comunismo. Tudo que se fizer para atenuar o ódio de classes é um trabalho contra o comunismo - aliás, o trabalho mais profícuo.

Minha senhora estava organizando um trabalho de caridade. Tinha fundado uma sociedade e chamou para auxiliá-la uma senhora que tinha feito campanha contra mim, dona Carmem Sousa Leão. Dona Carmem se prontificou, mas dizendo que não queria nada com o governo.

D.P. - Dona Carmem tinha feito campanha contra o senhor, através do Cid Sampaio?

B.L. - Era a favor do Neto Campelo. Ela era da UDN, através do Cid Sampaio.

D.P. - Ela participava bastante da política?

B.L. - Ah! Participava. Era um entusiasmo tremendo! Você conheceu dona Carmem?

D. S. - Conheci.

B.L. - Era uma senhora bonita, muito simpática. Tinha sido a presidente do comitê de propaganda do Brigadeiro e de todas as candidaturas apoiadas por ele. Quando minha senhora foi convidá-la para fazer parte do movimento, ela formalizou-se um pouco e disse: "A senhora sabe que combati muito a candidatura do seu marido?" Minha senhora respondeu: "Sei que a senhora combateu, mas não foi a candidatura do meu marido; combateu a candidatura que se apresentava contra o candidato que a senhora conhecia. Mas a senhora não conhece o meu marido. Não creio que a senhora tivesse propriamente um motivo de ordem pessoal. Agora, não se trata aqui de combater a ou b, trata-se de trabalhar pelas crianças de Pernambuco, e eu vim convidá-la para tomar parte na campanha. Essa é a verdadeira campanha que precisamos fazer". E dona Carmem disse: "Mas não tem nada em palácio?" Minha senhora tranqüilizou-a: "Não tem nada em palácio" [risos].

C.C. - E depois, as relações melhoraram?

B.L. - Depois ela ficou tão amiga que chegou a me mandar bolos Sousa Leão gostosíssimos [risos] lá para o palácio. Quando ela morreu, escrevi um artigo exaltando o seu trabalho, porque, na campanha, ela prestou serviços excepcionais num dos parques infantis de Beberibe.

C.C. - Era a sogra do Cid, não é?

B.L. - Era sogra do Cid e do Arrais. Ela, aliás, tinha uma amizade enorme ao Arrais. Tenho a impressão de que o genro predileto era o Arrais, não sei por quê. São dessas coisas que a gente não explica bem, porque o Cid era um genro também excelente e tinha muito respeito à dona Carmem. Talvez ela achasse que o Arrais precisava mais de assistência, e o espírito maternal das mulheres se inclina muito para cobrir essas esperanças [risos]. De modo que ela ficou muito ligada ao Arrais.

D.P. - Quer dizer que a filosofia do seu governo era a da conciliação de classes?

B.L. - Da conciliação de classes, sem alteração das atitudes políticas. Eu achava a atitude política uma coisa secundária. Minha opinião era de que as divergências políticas deviam continuar; cada um no seu papel podia respeitar o outro, sem ceder nada em seus pontos de vista. Mas não havia necessidade de extremar a luta política e de achar que o adversário era a pior pessoa do mundo.

C.C. - Após o clima da campanha eleitoral e da luta no Supremo Tribunal pela sua posse, como o senhor atuou em relação aos opositores?

B.L. - Cheguei lá sem querer saber nem quem tinha votado em mim. Eu tinha o ponto de vista que se tem na Academia de Letras: terminada a eleição, a gente convive e às vezes acaba mais amigo das pessoas em quem não votou do que das pessoas em quem votou. No governo do estado, eu achava que não podia estar querendo apurar isso, porque seria cada vez mais radicalizar o processo político, quando meu interesse era exatamente apaziguá-lo. Fui muito atacado no começo: vários jornalistas escreveram contra mim. Tinha um jornal de oposição, mantido pelos integralistas...

D.P. - Qual era esse jornal?

B.L. - Era o *Jornal Pequeno*, daquele Sá Barreto. Nunca respondi a nenhum ataque. Quando eles tratavam de qualquer coisa do governo que exigia uma resposta, eu escrevia uma nota absolutamente impessoal, sem nenhuma crítica. Na função de governo, eu devia manter essa atitude para que eles respeitassem realmente a instituição mais do que a pessoa do governante. Dava explicação sóbria, precisa, mas ao mesmo tempo irrefutável. E estava tudo acabado. Nunca me dirigi a nenhum elemento político para fazer nem mesmo ironias ou qualquer outra restrição. Uma vez, um deputado dizia que, se eu tomasse tal atitude, ele beberia meu sangue. Foram me perguntar o que é que eu achava dessa frase, e eu respondi: "Acho que é uma frase imprudente, porque ele não sabe se o meu sangue é potável". Também não era uma coisa que ofendesse [risos].

D.P. - Resposta brilhante.

C.C. - Mas houve reação em relação a alguns nomes do seu secretariado.

B.L. - Houve alguma coisa logo no começo. O Osvaldo Lima não gostou, porque eu não tinha incluído o Ferreira Lima, e houve aquele episódio que já contei. Ele disse que ia fazer uma reunião do diretório, e eu respondi: "Você faça depressa, porque eu ainda não desarrumei a minha bagagem". Nessas ocasiões, eu me revisto de uma calma surpreendente [risos]. Eu digo a coisa com uma tranqüilidade que assusta mais do que se eu esbravejasse.

C.C. - O senhor poderia falar um pouco sobre a escolha do seu secretariado, quais foram os critérios que o senhor adotou, como reagiram os grupos?

B.L. - Na escolha do secretariado, o secretário de Justiça, por exemplo, era o Dirceu Borges, que tinha sido procurador do estado, um homem de alto saber jurídico. Eu não o conhecia muito, mas tinha referências dele através do próprio Etelvino, através do Roma, do Agamenon e dos outros, e tinha a impressão de que era um elemento de grande compostura.

[FINAL DA FITA 8-B]

B.L. - Dirceu a cada dia subia no meu conceito. Eu achava que era um elemento de grande valor, de grande compostura, um homem com quem dava prazer lidar, sobretudo porque inspirava uma grande confiança. Ele nunca falhou em relação a essa confiança que sempre me inspirou. O Roma, secretário de Segurança, era um elemento que vinha também do PSD, e tinha cooperado com todos eles. Sobre ele pesavam alguns aspectos de sua atuação na tal intentona, mas eu estava certo de que comigo ele iria proceder de maneira diferente, como procedeu. Não me arrependo nunca de o haver escolhido.

D.P. - Foi escolha livre ou algum pedido?

B.L. - Ninguém me pediu nada, nem Etelvino, nem Agamenon. Foi fruto de minha própria escolha.

C.C. - Não havia compromisso de grupos?

B.L. - Não, porque não tínhamos tido apoio de nenhum partido político. No PTB o grupo que nos apoiou era tão pequeno que não dava margem a uma compensação. Fiz minhas escolhas dentro do PSD. Escolhi ainda um elemento fora do PSD, o Nelson Chaves, de quem eu tinha uma impressão muito boa. Sabia que era um cientista, e com ele eu iria ter à frente de uma das secretarias um elemento que não era estritamente

partidário; era mais um técnico e um homem capaz, até mesmo para aplicar critérios mais amplos nesse domínio da saúde pública.

D.P. - Não pertencia a nenhum partido?

B.L. - Não pertencia. Não era político, nunca fez política durante o meu governo, nunca se preocupou com política. Eu também nunca lhe criei dificuldades. Quando havia uma preocupação qualquer de natureza política que iria forçar uma atitude por parte dele, sempre o respeitei. Nunca levei a ele nenhuma dessas imposições partidárias. Aquelas coisas que podiam ser feitas a favor do partido sem comprometer seus critérios, ele fazia com uma boa vontade excepcional. Sempre agiu com superioridade, sem abdicar de seus pontos de vista, mas também sem a idéia de combater o PSD: ia se preocupar com sua função, com o desempenho de sua secretaria.

C.C. - E o Arrais era ligado ao PSD?

B.L. - O Arrais era mais ligado a mim do que ao PSD, porque, primeiro, ele fez concurso para o Instituto do Açúcar.

C.C. - Arrais estava na Fazenda, não?

B.L. - O Arrais foi para a Fazenda. Conheci Arrais no Instituto do Açúcar, onde colaborou comigo em várias oportunidades. Quando entrei no Instituto, ele tinha feito concurso e estava trabalhando lá. Depois, dentro das funções do seu cargo, ele foi incumbido de alguns relatórios, que li. Em administração leio muito os relatórios e faço muita questão de conhecer o funcionalismo com que estou lidando. Fui apreciando a sua inteligência e, sobretudo, o seu equilíbrio e sensatez. É um homem profundamente sensato. Daí então eu tive oportunidade, posteriormente, de fazê-lo gerente da delegacia do Instituto do Açúcar no Recife.

Ele continuou a se destacar. Depois, o Instituto foi-se desenvolvendo, e eu tive necessidade de assessores para ajudar a solucionar os problemas em que nos metemos durante a guerra: o racionamento do álcool e do açúcar. Tivemos problemas muito sérios durante o período da guerra. Então chamei Arrais para o Rio como assessor da presidência, e ele trabalhou aqui durante um período.

Esse relacionamento antigo que eu tinha com ele aumentou com a amizade da senhora dele com minha senhora. Ele era casado com Célia, filha de dona Carmem; uma moça muito inteligente, bonita e de muita segurança de ação. Ao mesmo tempo, muito amiga do Arrais; uma figura realmente extraordinária. Minha senhora tinha uma grande amizade por ela.

Quando fui para lá, eu saía do Instituto do Açúcar e, de certo modo, queria dar um testemunho do apreço ao pessoal do Instituto. Então levei o Arrais para secretário da Fazenda. Ele foi, aliás, um excelente secretário da Fazenda, homem de uma grande honestidade e de muita dignidade. Não tenho nada do que me queixar da ação dele na

Secretaria da Fazenda, pois sempre correspondeu ao que eu podia desejar de um bom secretário dessa pasta: metuculoso, exato, vigilante.

O secretário que me deu um pouco mais de dor de cabeça foi o Gersino. Ele vinha de um regime anterior em que se fazia muita propaganda de sua ação. Na verdade, a ação dele não me parecia que tivesse nada de brilhante nessa fase. Agora, eu ainda não via as coisas dessa forma, porque estava de certa maneira iludido pela propaganda que se tinha feito.

C.C. - O Gersino foi uma escolha sua?

B.L. - Foi uma escolha minha, também para atender de uma certa maneira ao próprio PSD do qual ele era elemento antigo. Era uma homenagem que eu queria prestar ao PSD. Ele tinha sido secretário de Agamenon durante todo o período, e a propaganda que se fez dele era de tal ordem que eu pensei, realmente, que sua administração tinha sido de uma eficiência extraordinária.

D.P. - Secretário de Viação, também?

B.L. - Secretário de Viação do Agamenon, e meu também. Nas propagandas que Agamenon fazia, era tanta ponte que ele tinha construído que eu brincava com ele: "Você tem um nome bem espanhol; você podia chamar-se Gersino de Pontes y Pontes". Depois eu vi que não eram tantas assim. Ele não me prejudicou muito porque o meu verdadeiro secretário de Viação foi o Baltar. Já o Departamento de Estradas de Rodagem estava desvinculado da Secretaria de Agricultura. O Baltar era o diretor do Departamento, com o apoio...

C.C. - Baltar não era homem do PSD?

B.L. - Não; Baltar era até do Partido Socialista. É a tal coisa, eu também não estava preocupado com isto, porque já não era pouco contar com uma pessoa de absoluta confiança. E eu lá queria saber se era ou não era desse ou daquele partido? Podia ser do partido e não inspirar essa confiança. O Gersino, por exemplo, não inspirava; não porque tivesse qualquer deficiência, mas não tinha a competência e a capacidade do Baltar, que era uma figura realmente notável, o meu verdadeiro secretário de Viação. A parte de rodagem já tinha sido desvinculada do Departamento, através daquela lei do tempo do Linhares, e ele tinha uma liberdade de ação a que eu dava também todo o apoio.

Tive outro grande secretário, o Sílvio Rabelo, secretário de Educação. Em Pernambuco, tomei a iniciativa de desvincular as duas secretarias. Parecia-me que a Secretaria de Saúde e a Secretaria de Educação eram coisas tão diferentes que, ou bem o secretário conhecia os problemas de educação, ou bem conhecia os problemas de saúde pública. Não havia meio de ele conhecer ambos. Ele precisaria sempre de um subordinado que fosse o verdadeiro secretário de uma das duas; se fosse um médico, o subordinado é que ia ser o secretário de Educação. Era melhor, então, dar uma

responsabilidade maior ao secretário de Educação, criando uma secretaria independente. Essa desvinculação nós fizemos em Pernambuco.

O Sílvio Rabelo deu um grande desenvolvimento à parte propriamente da política do Ministério da Educação, que estava fomentando a criação de escolas rurais. Em convênio com o Ministério da Educação, obtinha-se facilmente os recursos para se fazer uma escola. Fizemos umas 500 escolas rurais em Pernambuco dentro desse programa do ministério. Como essa parte foi se ampliando, houve necessidade também de fazer uma programação, através dos cursos de férias, que habilitasse as professores que tinham curso de ensino normal, mas não tinham curso de ensino agrícola. Nos cursos de férias, elas se habilitavam para se integrar no programa das escolas agrícolas. Esse foi um ponto importante. Criamos também muitas escolas primárias lá em Pernambuco.

C.C. - Como foi o incidente com o Osvaldo Lima a respeito do secretariado?

B.L. - Osvaldo Lima não gostou de que eu não tivesse colocado o Ferreira Lima. Eles achavam que o Ferreira Lima devia ser o secretário de Saúde Pública. Eu gostava do Ferreira Lima, era muito amigo dele. Ferreira Lima tinha sido um baluarte no pleito, na eleição...

C.C. - Eles achavam que o senhor tinha algum compromisso por parte...

B.L. - Não tinha compromisso nenhum com ele. Por outro lado, se eu dera voluntariamente uma secretaria ao Etelvino através do Roma, sem o pedido do Etelvino, eu achava que o grupo do Osvaldo já estava aquinhado, porque tinha a presidência da Assembléia. Como não havia vice-governador, o presidente da Assembléia era, *ipso facto*, o vice-governador.

C.C. - Quem era o presidente da Assembléia?

B.L. - Era o Otávio Correia, amigo do Osvaldo Lima. Eu não tinha dado mais de uma secretaria ao Etelvino. Eles achavam que o Dirceu era muito amigo do Etelvino, mas ele estava longe de ser um correligionário do Etelvino; era um homem independente. De modo que eu quisera o Dirceu exatamente pela maneira como ele agira enquanto procurador do Estado e pela sua personalidade.

D.P. - Que cargo Dirceu ocupava?

B.L. - Era secretário do Interior. A meu ver, havia um desequilíbrio em dar um lugar de secretário a Osvaldo Lima e mantê-lo na presidência da Assembléia, não é verdade? Ele já estava aquinhado. Ele se magoou com isto, achando que eu devia chamar o Ferreira Lima.

C.C. - Pelos nomes que o senhor fala que integraram seu secretariado, me parece que o senhor quebrou uma política existente no estado - melhor dizendo, uma politicagem -, porque são realmente nomes assim...

B.L. - Eram nomes que se impunham realmente. Por exemplo, tivemos, com o Sílvio Rabelo, que enfrentar o problema de Gersino com as professoras públicas de Caruaru. Eles queriam por força retirar essas professoras de lá, e de certa maneira humilhá-las, mandando para postos inferiores, para outros lugares. Não me prestei a isso. Eu as tirei de Caruaru como eles queriam, mas tirei de combinação com elas. Entramos em entendimento com a Destilaria do Cabo, naquela ocasião, e elas vieram ser professoras nessa destilaria. Para elas foi muito melhor.

É a tal coisa, pode-se resolver esses problemas sem agravá-los e, sobretudo, sem cometer injustiças. Eles acusavam as professoras de terem feito política. Eu não tinha certeza de que elas tivessem feito política. Em Caruaru todo o mundo fazia política. Não sei se elas tinham tido bastante isenção para se afastar da política. Se eu ia apurar tudo isso, por outro lado, eram professoras de certo mérito. Era melhor procurar resolver o problema satisfazendo a vontade deles e buscando uma fórmula que elas também aceitassem.

C.C. - Mas como o pessoal do PSD reagiu a esse secretariado? Como é que eles viram?

B.L. - Houve essa primeira reação, mas depois eles se acomodaram e compreenderam. Quando eles tinham qualquer problema no PSD, comunicavam-me. Quando era possível resolver, resolvia-se, mas havia casos em que não era possível. O Edson Muri, por exemplo, tinha um deputado que era seu amigo. Para nós era interessante ter mais um deputado ao lado do governo nas votações, mas não era tanto por isso que eu concordava em dar um empréstimo ao município dele para fazer o serviço de luz. Eu achava que, se um município não tinha condições para fazer o serviço de luz e recorria ao estado, não importava saber se era amigo ou inimigo. Era uma obra que se devia praticar naquele município, e eu não me sujeitava a negar o benefício, só pelo fato de ser um adversário. Então, demos um empréstimo ao município de Edson Muri, que era São Caetano. Na inauguração do serviço de eletricidade de São Caetano, eles fizeram uma grande festa. Convidaram-me, e compareci. Não foi ninguém do PSD; eles fizeram greve total e não compareceram.

C.C. - Como foram as relações do seu governo com Agamenon?

B.L. - Foram boas; nunca tive problema. Agamenon nesse ponto era hábil, não intervinha nos casos. Ele achava que a responsabilidade era minha e eu é que devia haver-me com os casos todos e despachar como entendesse. Agamenon nesse ponto foi muito hábil, nunca me criou nenhuma dificuldade. Nesses casos ele não intervinha.

C.C. - Etelvino estava no Senado nesse tempo?

B.L. - Sim; mas também não me criou embaraços, porque sempre que eu podia, resolvia os casos que eles me levavam. E resolvia de maneira a atender também a seus amigos nos municípios. Tinha o município de Sertânia; favorecíamos seu chefe político, que era do PSD. Mas também eles lá não criaram problemas maiores. Em alguns municípios, como São Caetano, o grupo que me criou maiores dificuldades foi exatamente o grupo do Irineu Pontes Vieira. Irineu era jovem naquele tempo, ardoroso, veemente. Talvez sob pressão daqueles elementos de Caruaru, ele queria coisas muito radicais. Irineu tinha manifestações dessas: a autoridade só podia ser tal ou qual, não podia ser outra.

D.P. - Era homem do PSD?

B.L. - Devia ser do PSD, e às vezes indicava um elemento que tinha causado problemas, e gerava uma desconfiança geral. Eu dizia: "Escolham outro elemento; esse está contra-indicado, porque, se ele vai levantar uma luta, vai irritar o município. Que interesse temos nós de irritar a opinião pública? Não vão ser apenas os opositores; a própria opinião vai sentir que é uma atitude ostensiva do governo. Vejam um outro elemento da polícia, e eu o mando para lá. Pode ser nomeado delegado sem nenhuma objeção. Mas exatamente esse que criou esse ambiente, que gerou essas dificuldades, porque insistir nessa exclusividade?

D.P. - O senhor fazia política partidária mesmo neste período?

B.L. - Não; nunca tive grupos partidários no estado, mesmo porque morava aqui. Essa foi uma das razões pelas quais minha atitude em Pernambuco foi sempre a de me conservar à margem dessas lutas. O que é que eu ia fazer para ter um município? Eu não tinha facilidade de estar indo sempre a Pernambuco, enquanto não estivesse exercendo lá a função de governo, e não tinha nenhum motivo para apoiar esse ou aquele elemento. Aliás, os amigos de Agamenon foram talvez os meus maiores amigos no governo do estado. Tinha o pessoal de Serra Talhada, sobretudo o Metódio Godói, primo de Agamenon, que era chamado "O Homem do Sertão". Ele é quem mexia naquele Sertão todo. Ele sabia fazer a política das professoras, contentando um chefe político e outro com nomeações. Ele tinha uma capacidade tremenda para isso. Quando eu saía do governo do estado, ele foi um que me disse: "Dr. Barbosa, o senhor vai ser o último governador pessedista de Pernambuco". Agamenon já estava falando nos acordos políticos, que consistiam nisso: afastar os amigos para chamar os adversários.

C.C. - Ah! Quer dizer que, de fato, a política dos acordos de Etelvino era herança do Agamenon?

B.L. - Sim; Agamenon já tinha começado a fazer a política dos acordos, visando a presidência da República. Eles achavam que, para ir à presidência da República, era indispensável fazer o acordo no estado. Eu achava que se podia fazer o acordo no estado, conservando as posições, desde que não fôssemos hostilizar os adversários. Acho, inclusive, que só se mantém um partido forte, num estado, favorecendo o partido adversário. Quando, de certa maneira, se age de uma forma violenta para coibir uma

força, a outra também se enfraquece. O mesmo se dá no setor esportivo. Uma vez, quando fui visitar o Esporte Clube e felicitei a diretoria pelo progresso, disse: "Gosto muito disso, porque o progresso do Esporte Clube é uma condição também do progresso do Náutico". Se o Esporte não fosse adiante, o Náutico também não iria. Assim é um partido político: só existiria, realmente, um PSD forte com a UDN forte.

D.P. - E como eram suas relações com os caciques da UDN?

B.L. - Tive alguns deles, aliás, muito aproximados. Aquele Pedro de Sousa, de Caruaru, por exemplo, me procurava sempre, e eu o ajudei no que pude. Vários daqueles chefes políticos da UDN me procuraram para buscar ajuda na solução de problemas municipais. Nunca me neguei nem a receber nem a deixar de auxiliá-los.

D.P. - E os udenistas da capital?

B.L. - O pessoal da capital, esse eu também não tinha... Na capital a política se dilui muito. Morreu agora, recentemente, um dos elementos do diretório da política municipal do PSD, o Luís Cabral de Melo, pai do João Cabral de Melo. O outro era um político também, pai da mulher do Álvaro Lins (o nome dele não me ocorre). Mas na capital a política não tinha um caráter muito acintoso.

C.C. - E sua relação com os chefes políticos municipais?

B.L. - Eu me dava com todos eles.

C.C. - Os famosos coronéis?

B.L. - Sim, os famosos coronéis. Tinha um lá no município de Manissobal, me parece, que, de vez em quando, era favorável a medidas de energia e de violência. Ele me dizia: "Dr. Barbosa, pau não é santo, mas faz milagres". Ele vinha sempre com esta doutrinação. Isso ele dizia da boca para fora, porque a tradição política de Pernambuco era de que, quando havia qualquer problema sério nesse município, a mulher dele dizia: "Vá visitar seus parentes em Triunfo". Ele ia visitar os parentes em Triunfo e a mulher resolvia os problemas [risos] .

D.P. - Quem era esse coronel?

B.L. - Era o chefe político em Manissobal. Não me lembro o nome dele. Coitado, já deve ter morrido, faz tanto tempo! Ele tinha essa doutrina de violência, mas a mulher dele dizia: "Vá visitar seus parentes em Triunfo". Ela topava o problema e resolvia. E resolver problemas lá, às vezes, era um tanto drástico!

C.C. - Houve incidentes em algum município durante seu governo?

B.L. - Só em Exu é que houve um incidente mais sério entre os dois partidos políticos. Foi uma coisa de natureza pessoal, mas que nos deu bastante dor de cabeça. O chefe político da oposição, aliás, era parente do Arrais, que foi imediatamente para lá.

C.C. - Eram PSD e UDN?

B.L. - Sim. Esse parente de Arrais era até dessa família Alencar. E o Arrais foi imediatamente para lá, num dos aviões pequenos que tínhamos. Foi uma sorte, porque, no ambiente que se tinha criado, eles não estavam permitindo o enterro do chefe político da UDN que fora assassinado. Morreu também o chefe político do PSD. Aliás, o primeiro assassinado foi o chefe político do PSD. Em consequência houve o desforço, e mataram o chefe político da UDN. Tomamos todas as providências: foi gente para lá, e foi Arrais para tomar essas medidas. Eu acreditava que devia mandar um homem de mais responsabilidade para atenuar as coisas, porque eles não queriam permitir que o pobre do homem fosse enterrado no cemitério de Exu.

D.P. - Isso trouxe conseqüências sérias para seu governo?

B.L. - Sim; deu um problema sério. Mas todos viram que as providências tinham sido dadas, sobretudo essas primeiras, que tinham o intuito de garantir, imediatamente, esse ambiente de segurança a todos eles. Daí por diante, não houve choque. Isso foi só no primeiro dia, depois não houve mais choques. Em geral, aquele pessoal todo de lá, não só os chefes políticos, tem uma filharada, todos rapazes que se acostumam a beber. São exaltados, metidos a valentões, de modo que criam um ambiente às vezes difícil, com provocação de parte a parte.

Esse grupo dos Alencares, por exemplo, não tinha nenhuma capacidade de se aproximar nem de falar com o grupo do Romão. O Romãozinho de lá era irmão do Chico Romão; foi assassinado. Morria-se de um lado e de outro.

D.P. - E como era sua relação com os grandes políticos: Chico Romão, Chico Heráclio?

B.L. - Eles todos me procuravam, e no que eu podia atender, atendia, porque todos eles tinham concorrido muito para minha eleição. Todos eles.

C.C. - E quem articulava a política municipal durante seu governo? O senhor tinha alguma figura ligada ao governo?

B.L. - Não; havia elementos como o Metódio Godói e esses outros. Havia um ou outro deputado que tinha uma ligação maior, mas, no fundo, todos eles se entendiam diretamente comigo. E quando era possível eu os atendia realmente porque os pedidos, às vezes, eram para ter uma professora pública num município qualquer ou para conseguir um delegado para esse ou aquele lugar. Dentro da preocupação de não mandar elementos já expostos por casos anteriores, eu também não tinha como deixar de atender. Eles já iam para lá certos de que o governo também não era favorável a medidas radicais ou violentas. Essa atmosfera geral, de certa maneira, condicionava a ação de todos esses delegados do interior.

C.C. - Como decorreram as relações com as classes açucareiras em seu governo?

B.L. - Nunca tive maiores problemas. Eu tinha sido presidente do Instituto, amigo de todos eles. Alguns até se tornaram mais amigos do governo. José Pessoa de Queirós, por exemplo, que era dono de uma usina, tinha sofrido muito no regime de Agamenon, que não o suportava. Agamenon não gostava dele, não gostava do Tenente, e esses elementos todos se deram muito bem comigo. Eu não via por que hostilizar um usineiro, que eu considerava um elemento útil na expansão da produção açucareira do estado, pela soma de elementos de tecnologia que tinha levado para lá. Eu não os hostilizava.

Agora, sempre agi dentro do respeito à lei. O mal do Arrais, aliás, foi deixar de lado a lei na fase final do seu governo e permitir que elementos radicais de Pernambuco começassem a tomar iniciativas que não podiam ser aprovadas por ele e que ele, apesar disso, deixou que prevalecessem. Esse foi o seu erro.

C.C. - Em relação ao problema de política de terra?

B.L. - Não; não tivemos. O único caso que tivemos de política de terras foi com um grupo de plantadores de uma propriedade em Angelim. Esse grupo me procurou para dizer que o proprietário tinha pedido as terras, porque queria transformar a fazenda numa fazenda de criação. Para isso, todos os agricultores tinham que sair de lá. Eram quarenta e tantas pessoas que iam procurar-me., porque não sabiam o que fazer. Achei realmente que o problema podia preocupar. Procurei saber quem era o proprietário da fazenda e, através do Paulo Guerra, entramos em entendimento com ele para saber por quanto venderia a propriedade. Ele estipulou um preço, que me pareceu realmente razoável. Eu achava melhor já saber o preço justo da propriedade do que entrar com...

[FINAL DA FITA 9-A]

B.L. - Paulo Guerra fez um plano de colonização da propriedade, dividindo-a pelos lavradores que já trabalhavam lá e que tinham suas casas estabelecidas. Depois, criamos uma cooperativa e fixamos uma escola primária. Fizemos esse núcleo para ver o que poderia dar como resultado, prendendo as parcelas de terra aos agricultores que já trabalhavam nela. Foi uma experiência. Fui, aliás, acusado de comunista por um plano desse tipo, quando o que me assustava era a idéia daqueles cinquenta e tantos

agricultores - mais que isso, eram mais de 100 agricultores - que seriam obrigados a sair de lá e vir para o Sul. Para fazer o quê, não é verdade? Onde é que eles iriam trabalhar? Então resolvemos deixar essa gente trabalhando. Muitos prosperaram e tiveram boas condições.

Pouco depois perdi o contato com a fazenda e fiquei pensando que, se todo governo fizesse uma média de cinco ou seis propriedades desse tipo, obedecendo a planos dessa ordem, no fim de vinte e tantos anos teríamos um resultado apreciável. Era preciso pensar também na lei e estabelecer normas para evitar que de novo se processasse a concentração da propriedade. Esse é que é o mal: divide-se a propriedade, mas tem um que é mais ativo e outro que é mais preguiçoso. O mais ativo começa, pouco a pouco, a expandir a sua propriedade, a adquirir a dos outros e, no fim, aquele plano de divisão de terras acaba anulado por uma concentração de terras. Não há, na legislação federal, nada estabelecido para vedar essa concentração.

C.C. - Voltando ao açúcar, como estavam as relações dos fornecedores e usineiros nesse período? Como estava a situação do açúcar?

B.L. - Já estava, de certo modo, mais regular, porque já havia o Estatuto da Lavoura Canavieira.

C.C. - Durante o governo Dutra, houve algum retrocesso em relação ao estatuto?

B.L. - Num pequeno setor, eles ampliaram um pouco a margem oferecida aos usineiros de São Paulo, o que não chegou a afetar profundamente o estatuto. O estatuto continuou realmente a prevalecer depois disso, embora com algumas restrições. Pelo nosso projeto, todo aumento de consumo permitia um aumento da cota, que seria dividido igualmente entre usineiro e fornecedor. O Dutra estabeleceu, num decreto-lei, uma *norma* diferente, parece que dando 60 a 70% ao usineiro.

C.C. - Em relação ao aumento de consumo?

B.L. - Sim; mas isso não chegou a afetar, porque o fornecedor...

C.C. - Isso favoreceu um pouco a concentração da usina?

B.L. - Favoreceu o aumento da produção da usina. Não sei se isso teria sido muito benéfico, porque às vezes o dono da usina é um ótimo industrial, mas nessa parte da planta não sempre tem uma grande eficiência. Tanto que há muitos que preferem limitar-se mais à parte industrial do que cuidar da parte agrícola. Não houve problemas maiores porque o estatuto já estava em vigor, e os casos que surgissem vinham para o Instituto, sendo resolvidos naquele sistema das comissões paritárias.

C.C. - Mas essa política de aumentar a produção da usina, em última instância, levava a uma concentração, porque alguns fornecedores iam...

B.L. - A concentração pior era essa, porque a usina ia comprando terras. Catende mesmo chegou a ter uma expansão enorme com a compra de terras. Mas com o fato de o Instituto manter as cotas dos fornecedores já ficava mais difícil para a usina absorver.

C.C. - E era um período de estabilidade do açúcar?

B.L. - Era um período de estabilidade e de preços compensadores. Quando se tratava de preços, era uma questão mais diretamente vinculada ao Instituto do que ao governo do estado. De modo que não houve, realmente, problemas maiores com a produção de açúcar.

C.C. - É nos anos 50 que vai haver nova crise, não é?

B.L. - Em 50, eu ainda estava lá. Qual foi a crise de 50? Não me lembro de ter sido solicitado por eles para intervir junto ao Instituto. Creio que nesse tempo estava lá o Neto Campelo.

C.C. - Acho que em meados da década de 50 é que surgem novamente os problemas de concentração de terra, novos conflitos com fornecedores...

B.L. - Quem estava no Instituto, nessa fase, creio que era o Neto Campelo. Ele era lá de Pernambuco, de modo que seria solicitado para resolver esses problemas. Aliás, coube a esse Eudes de Sousa Leão levar de São Paulo para Pernambuco as sementes de cebolas que fizeram com que surgisse, às margens do São Francisco, esse conjunto de produtores de cebola. Até outro dia houve uma reportagem escandalosa sobre eles. Eles têm tido fases de ganhar muito dinheiro, mas também fases de crises. Eles vivem abandonados, sem nenhuma organização própria para se estabelecer nem para, no caso de excesso de produção, reduzir o peso das cebolas através do processo de desidratação, e assim facilitar o transporte. Poderia haver qualquer organização de assistência no Ministério da Agricultura; infelizmente, não há. Cabrobó; às margens do São Francisco, é muito distante.

D.P. - Quais eram as associações de classe que havia em relação a usineiros e fornecedores? Eles tinham cooperativas?

B.L. - Eles tinham cooperativas. A cooperativa nesse tempo era do José Pessoa de Queirós.

D.P. - Havia uma cooperativa dos usineiros?

B.L. - Dos usineiros. José Pessoa de Queirós não tinha nenhuma dificuldade de procurar o governo.

D.P. - Ele era o presidente da cooperativa?

B.L. - Era. Conseguimos resolver várias coisas com ele. Inclusive em Fazenda Nova, onde eles tinham começado um hotel, no tempo em que se permitia a exploração do jogo. Mais tarde, no período da construção, sustaram a faculdade do jogo, e eles pararam com as obras. Consegui que eles fizessem um convênio com o estado e cedessem o hotel, compensadas as obras que tinham feito, avaliadas de maneira exata. O estado então concluiu o hotel de Fazenda Nova.

Fazenda Nova tem um clima muito bom, de pouca umidade. Tem também águas minerais interessantes. Há pessoas que, de vez em quando, gostam de passar uma temporada em Fazenda Nova. Além disso, agora tem o atrativo da Semana Santa. Você já viu alguma Semana Santa lá? Não achou uma coisa maravilhosa? Vale a pena ver. Eu só fui este ano. Aquilo lá é uma coisa enorme, com quase todos aqueles espetáculos são pelo menos cinco mil pessoas que assistem à Semana Santa. É um espetáculo muito bonito!

D.P. - Como estavam associados os fornecedores? Havia centros de fornecedores de cana?

B.L. - Os fornecedores de cana tinham a sociedade antiga, fundada ainda pelo Barros Barreto: Sociedade Auxiliadora da Agricultura. É mais uma sociedade mista, reunindo vários interesses; não tem um caráter nítido de classe. É uma sociedade agrícola que festejou o centenário há algum tempo, sobre a qual Amaro Cavalcanti escreveu.

C.C. - Mas tem um sindicato de fornecedores de cana, não?

B.L. - Tem uma cooperativa de bangüezeiros e o Centro de Fornecedores.

D.P. - O senhor se lembra dos movimentos grevistas durante seu governo?

B.L. - Não; acho que não houve nenhum.

D.P. - Em nenhum setor?

B.L. - Tenho a impressão de que em nenhum setor nós tivemos greve. Creio que, em certo momento, eu recapitulava essas coisas e assinalava: não tinha havido greves. De certa maneira, estabeleceu-se um ambiente de concórdia. Eu não tinha pensado nisso,

mas o Eudes notou: "Dr. Barbosa, o ambiente de concórdia que se estabeleceu naquela época foi uma coisa extraordinária! Todos viviam em comunhão. Tinha-se a impressão de um trabalho uniforme, de cooperação geral". Eu disse: "Não há isso agora em Pernambuco?" E ele respondeu: "Que nada! Não há coisa nenhuma; cada um vive para o seu lado!"

C.C. - E as relações com o Catete, durante seu governo, como eram?

B.L. - Foram boas também. O Dutra, que tinha tido aquele estremecimento com Agamenon, não demonstrou depois nenhuma hostilidade, embora eu também nunca lhe pedisse nada, senão aquilo que afetasse o estado. Nunca pedi uma nomeação ao Dutra, isso nunca me interessou...

C .C. - Quer dizer que seu governo não era visto como de oposição ao governo federal?

B.L. - Não; porque a bancada aqui estava com o Dutra. Todos os deputados cooperavam com ele. Agora, Agamenon tinha, realmente, os seus ressentimentos, que eu considerava justos. Às vezes, ele tinha uma frase ou outra, e isso chegava aos ouvidos do Dutra, que não gostava muito. Mas isso era lá entre eles. Também nunca pedi coisa alguma ao Dutra em matéria de nomeação. Consegui um empréstimo proporcionado pelo Banco do Brasil, que ele, de certa maneira, facilitou ao estado.

Fui discutir com Guilherme da Silveira, no Banco do Brasil, e estabelecer as bases. Ele achou que eu dava tais garantias que, também creio, conseguiria aquele empréstimo sem maiores objeções. Estabeleci um contrato, que eles lá consideravam humilhante, mas que eu próprio propusera. Eu dizia: o empréstimo será da quantia X, dividido em tantas prestações mensais e será destinado a obras. Nós só retiraremos essas prestações com as duplicatas provando que gastamos o equivalente a cada uma delas. Dessa maneira, eu tinha certeza de que as obras se realizariam.

Se nós só podíamos levantar a prestação com as duplicatas atestando as obras realizadas, então não havia possibilidade de não serem executadas. Eu alegava o seguinte: "Se eu não ficar até o fim do governo e esse empréstimo for pago de qualquer maneira, o estado ainda vai ficar onerado, e eu vou ter culpa de ter conseguido um empréstimo que não se aplicou nas obras projetadas". Com esse esquema, o empréstimo foi todo ele dado e todo ele se aplicou rigorosamente nas obras projetadas: uma parte nos serviços de água e uma parte na Prefeitura para construir pontes em Pernambuco.

As pontes do Recife é que são difíceis. Nós construimos lá as pontes do Dérbi, a da Torre, que reconstruímos totalmente, toda de cimento armado; a ponte de Santa Isabel, que nós também tínhamos que fazer, e ainda uma outra ponte. No total foram quatro pontes.

C.C. - A ponte do Pina que foi inaugurada por Agamenon.

B.L. - Essa foi fora do empréstimo, inaugurada por Agamenon. A outra, a Santa Isabel, foi inaugurada pelo Antônio Pereira, então prefeito, mas foi financiada e teve, todas as despesas cobertas no meu tempo.

C.C. - Quem foi o seu prefeito?

B.L. - Meu prefeito foi o Moraes Rego, e essa foi uma das outras dificuldades que tive. O Pereira tinha sido prefeito no tempo do Otávio Correia. Nesse processo longo de um ano que passei aqui, reuniu-se a Assembléia Constituinte de Pernambuco e elaborou a Constituição, pela qual se estabeleceu que, no impedimento do governador, o governo do estado seria assumido pelo vice-governador, que era o presidente da Assembléia. Ora, completada e promulgada a Constituição, uma vez que ainda não havia governador com diploma conferido aqui, caberia então a função de governador ao vice-governador, que era o presidente da Assembléia. Otávio Correia assumiu e nomeou o Pereira prefeito.

C.C. - Foi durante o ano de 1947?

B.L. - Sim; no segundo semestre de 1947. Cheguei lá e encontrei o Pereira emplumado. Ele tinha um sistema de granjear popularidade muito grande, e era um homem extrovertido. Houve uma pressão enorme, inclusive com manifestações na rua: "Queremos Pereira! Queremos Pereira!" Eu já estava deliberado a nomear o Moraes Rego. Ele tinha sido meu companheiro de Náutico e companheiro de bancada. Era um técnico de alto valor, engenheiro, filho de uma das figuras mais importantes do estado, o velho Moraes Rego. Eu queria dar uma solução técnica à Prefeitura de Recife, e não tinha muita confiança no Pereira. Mas ele já tinha sido prefeito naquele período e não gostou, de fato, quando nomeei o Moraes Rego. Minha recusa em nomear o Pereira também causou uma certa emoção dentro do PSD. Mas eu achava que a solução certa era realmente o Moraes Rego.

D.P. - Quer dizer que o Pereira também era do PSD?

B.L. - Era; tinha tido, aliás, muita atuação no processo da contestação eleitoral, porque foi um elemento ativo, procurando aqueles dados todos. Mas eu também fiquei irritado com aquela campanha de pressão sobre o governo: "Queremos Pereira! Queremos Pereira!" Achei-a um tanto desagradável. Se eu cedesse, daria a impressão de que estava capitulando diante de uma força que não tinha explicação nenhuma para que fosse respeitada: um movimento de rua que, todo mundo sabia, era mais ou menos provocado.

D.P. - Ele tinha feito, realmente, uma gestão popular?

B.L. - Havia um grupo popular grande em torno dele, manifestações de rua, enfim, um ambiente de apoio a ele. Tudo isso me foi irritando e me dando a impressão de que eu precisava mostrar que não me deixava influenciar por essas coisas. A gente também tem que conquistar confiança [risos].

C.C. - Ele voltou à Prefeitura depois?

B.L. - Voltou depois com Agamenon, que, aliás, não gostava dele. Agamenon sabia que ele não era elemento de primeira classe. Mas ele teve muito medo de que o candidato à minha sucessão fosse o Morais Rego, que ficou, de certa maneira, com alguma restrição a mim pelo fato de eu não tê-lo feito candidato. Não o fiz candidato porque ele era um técnico, um elemento muito capaz, mas não era um homem para conquistar grandes correntes de opinião. Sair para uma candidatura de luta com um homem de certa impopularidade é sair para perder. Ele não compreendeu isso. Embora eu continue a ser muito seu amigo e goste muito dele, sempre senti que ele tinha alguma restrição a isso. Eu só estou fazendo essas observações porque isso não vai ser publicado. Eu não gostaria de que ele tivesse notícias de que eu...

C.C. - Isso não vai ser publicado, fique tranqüilo.

D.P. - Então, por que Agamenon escolheu o Pereira?

B.L. - Foi mais um acinte a Morais Rego. Ele, estava irritado com Morais Rego porque acreditou que este seria o candidato. Aliás, agora o Etelvino dá uma explicação que, de certo modo, me surpreende: ele diz que Agamenon recebeu de Pernambuco, nas vésperas de me suceder, uma carta do Barros Barreto - não assinada pelo Barros Barreto, mas que se via pelo próprio papel e por outras coisas que era dele -, consultando Agamenon sobre a candidatura do Morais Rego. Fiquei com a impressão de que Agamenon tinha pensado que o Barros Barreto fizera isso por insinuação minha. Eu, na verdade, não insinuei nada, porque não acreditei na candidatura do Morais Rego, que só seria possível com o apoio geral de todas as correntes políticas.

Ha elementos impopulares. Morais Rego tinha uma cara um tanto fechada. Se fosse um regime de militarismo, estava muito bem. Morais Rego era um homem que dificilmente ria; tinha uma boca de lábios muito finos que servia sempre para os motejos de Aníbal Fernandes.

D.P. - E a postura de Aníbal Fernandes durante o seu governo, como era?

B.L. - Ele fez críticas a meus secretários. Quando podia fazer críticas a mim, fazia-o também, reparava até na cor das roupas que eu usava. Mas nunca me pareceu que suas críticas tivessem maior significação, porque não tinham eco, não havia motivo para elas. Essas coisas bobas assim podem dar certo brilho ao jornalismo de província, mas não impressionam a opinião pública. No fim do meu governo, o último artigo dele foi de exaltação ao trabalho que eu tinha feito em Pernambuco, ao ambiente que se tinha

criado. Quando eu me encontrava com ele, falava-lhe. Acho que, pessoalmente, a gente pode ter inimizades, antipatias, não falar com um ou com outro, mas no governo do estado a gente não tem o direito de ter essas atitudes. É preciso ser impessoal.

D.P. - Quais os elementos de oposição a seu governo? Que nomes mais significativos realmente travaram a luta da oposição?

B.L. - Um dos nomes mais significativos é o do líder da UDN, Gilberto Osório, que era realmente um homem de talento, excelente orador. Ele foi perdendo interesse pela campanha política, porque não havia a que se apegar para se fazer uma oposição mais consistente. O Pio Guerra era outro elemento da oposição, mas era meio extrovertido e um pouco aéreo em seus pronunciamentos. O de mais valor mesmo era o Gilberto Osório. Quando criei a Faculdade de Filosofia, nomeei-o, e não podia haver interesse nenhum em conquistá-lo com isso, porque já era fim de governo. Ele era um geólogo, um elemento competente, e eu estava interessado em fazer uma Faculdade de Filosofia com os melhores elementos do estado, fossem ou não fossem meus amigos. Gilberto Osório era líder da oposição.

Convidei o Gilberto Freire, que também tinha feito campanha contra mim. Ele não quis aceitar, porque achou que era uma coisa provisória, que depois a cadeira poderia ser contestada - no que errou, porque todos os que foram nomeados continuaram. Havia o Sucupira, que tinha sido oficial de gabinete do Demerval Peixoto. Ele também foi nomeado para uma cadeira da Faculdade de Filosofia. Aníbal Fernandes era especialista em literatura francesa. Ele conhecia bem o idioma francês e muito a literatura francesa, e estava em contato constante com a cultura francesa através dos seus amigos, de correspondência, tudo isso. Quando criei a cadeira de língua e literatura francesas - que aliás, fazia parte do currículo da faculdade -, ele também foi nomeado. Mande o meu secretário da Educação, que nesse tempo era o Reinaldo Câmara, convidá-lo. Quando houve o período da eleição, vários secretários se candidataram e foram substituídos interinamente. O Arrais se afastou; nomeei para o lugar dele um enteado de José de Sá, cujo nome foge-me. Era um homem ponderado e discreto.

D.P. - O Arrais se afasta por quê?

B.L. - Para se desincompatibilizar e se candidatar a deputado estadual. O Barros Barreto já se tinha afastado, desde o episódio do cemitério, e eu nomeei o Artur de Carvalho para a secretaria. O Novais tinha conseguido com o Dutra a nomeação de um amigo para a Destilaria do Cabo. Achei aquilo de uma certa hostilidade ao governo, porque o diretor, o gerente da destilaria, era casado com minha sobrinha. Achei que era um ato extemporâneo. De repente, me tiram o rapaz, que era competente, excelente técnico, filho, aliás, do velho Alfredo de Carvalho. Quando ele foi demitido, eu também dei a réplica imediata ao governo do Dutra, porque nomeei para secretário da Agricultura, no lugar do Arrais, o Artur de Carvalho. Era de certa maneira uma réplica, porque, se eles queriam alcançar-me com a demissão, eu respondia logo, nomeando-o secretário, função maior do que a que ele tinha.

Na Secretaria de Educação, o Sílvio Rabelo, que também se candidatou a deputado, foi substituído pelo Reinaldo Câmara. Era uma figura também muito

interessante, jornalista, que já foi até presidente da Associação de Imprensa de lá. O Reinaldo Câmara foi quem levou o recado ao Aníbal Fernandes. Mandei dizer-lhe que ele podia aceitar o lugar sem nenhum escrúpulo; ele não estava sendo nomeado por causa dele, Aníbal Fernandes, mas por minha causa e eu não queria ficar responsável pelo que considerava uma injustiça, de modo que ele não tinha por que recusar.

Era o caso também do Gilberto Freire. Se eu deixasse de convidá-lo, podia-se pensar que, devido a uma atitude de rivalidade antiga eu não queria aproveitá-lo. Gilberto Freire, de vez em quando, tinha umas extravagâncias. Houve um momento em que o Moraes Rego estava calçando uma estrada para Dois Irmãos. A estrada tinha chegado à Casa Forte e parou porque havia muitos problemas técnicos para resolver. E ele precisava de algum tempo para ir resolvendo esses problemas técnicos. Então Gilberto Freire, que morava adiante, começou a espalhar que a estrada havia parado ali por causa dele, já que eu não queria fazer a estrada até a sua residência. Mandei dizer-lhe que ficasse tranqüilo, porque a única vingança que eu gostaria de tomar dele era exatamente fazer a estrada para que ele se lembrasse sempre que tinha sido feita no meu governo [risos]. São essas coisas provincianas.

O Gilberto, em coisas pessoais, fica indócil! Ele queria que o governo interviesse e desapropriasse uma destilaria que ficava do outro lado do rio, porque fazia barulho para sua casa. Ele achava que aquilo tudo acabava sendo culpa do governo, que se negava a desapropriar a destilaria.

D.P. - E a imprensa, havia algum jornal que fazia mais oposição ao senhor?

B.L. - Não; só *O Diário*, que tinha o Aníbal Fernandes com essas coisas. Mas havia vários elementos que procuravam o governo. Logo no começo, estabeleci até uma norma de dar audiências semanais à imprensa, o que foi mantido durante alguns meses. Havia um rapaz, do *Diário de Pernambuco*, um elemento muito ligado à esquerda, que foi perguntar o que eu achava da bomba atômica. Eu disse: "Mas o que o governo de Pernambuco tem com a bomba atômica?" Isso me deu um certo desencanto por essas audiências coletivas, por ver que eles vinham perguntar coisas que não tinham nenhuma relação com o governo do estado.

D.P. - A essa reunião comparecia um representante de cada jornal?

B.L. - Todos os jornais tinham representantes.

[FINAL DA FITA 9-B]

C.C. - Qual era a relação do seu governo com os setores militares? Houve aquele incidente do cemitério.

B.L. - É; naquela nota está tudo explicado. As relações foram as melhores até aquele episódio.

C.C. - Aquele papo não foi gravado, é uma pena. Aquele incidente todo provocado pelos discursos do Wandenkolk... Quando começamos aquilo, o senhor falou que a imprensa...

B.L. - Mas eu dei a nota a vocês. A nota tem tudo, explica todas as relações, antes e depois. Eles todos saíram de lá muito meus amigos. Uma vez fui até convidado pelo Americano Freire para presidir uma parada.

C.C. - Nesse período, qual foi o jornal que fez ataques aos seus secretários?

B.L. - O *Jornal Pequeno*; era um jornal integralista, que vivia falando. Aníbal, às vezes, falava também. Hoje mesmo eu estava dizendo a uns amigos que o que me tem preocupado muito na história do Brasil é essa coisa das acusações de comunista que são feitas através dos tempos. O José Bonifácio, por exemplo, não foi chamado de comunista por Pedro I. Quando o deportou, juntamente com os Andradas, dom Pedro I falava muito, em anarquista, demagogo (não sei se tinha outra expressão). Às vezes falava em carbonários, mas não falava em comunista. Naquele tempo ainda não se usava isso. Encontrei a primeira acusação de comunista em 1828, feita pelo Bernardo Pereira de Vasconcelos ao marquês de Barbacena.

D.P. - Em que data?

B.L. - Em 1828. Foi a primeira acusação de comunista que encontrei na história do Brasil.

C.C. - O que o marquês de Barbacena tinha feito para receber esse elogio?

B.L. - O marquês de Barbacena tinha sido representante nosso na Inglaterra e conhecia muito o ponto de vista inglês. Os ingleses eram bastante contrários ao tráfico de escravos. O Bernardo Pereira de Vasconcelos foi uma figura excepcional, grande orador, etc., mas defensor do tráfico de escravos. Ele chamava de comunista o marquês de Barbacena, porque se opunha ao tráfico de escravos. Nabuco também foi chamado, mais tarde, de comunista porque queria a libertação dos escravos.

C.C. - A acusação de comunista está sempre ligada à justiça social.

B.L. - Está ligada a uma reivindicação social.

C.C. - Eles não se dão conta de que com isso estão fazendo um elogio ao comunismo.

B.L. - Eu me surpreendi com essa acusação ao marquês de Barbacena, porque, naquele tempo, não se falava muito em comunismo. Em 1828 era cedo. É verdade que já tinha havido aquela fase da Revolução Francesa, com Babeuf, aquele movimento todo que, no fundo, tinha uma aspiração comunista.

C.C. - Mais socialista.

B.L. - Mas não se falava muito em comunismo naquele tempo. Era mais anarquista, carbonário. Carbonário se usava muito, porque era uma sociedade secreta da Itália.

C.C. - Socialistas...

B.L. - Demagogo... O Hipólito da Costa tinha sido chamado de carrasquenho por causa de Caracas. Ele defendia a independência da América através de Bolívar e do movimento em Caracas, na Venezuela. Carrasquenho... É muito engraçada essa coisa de descomposturas políticas.

C.C. - E o setor estudantil, como via seu governo?

B.L. - Os dois setores que eu destacaria como os mais aproximados foram o setor estudantil e o setor médico. De todos aqueles congressos médicos que houve em Pernambuco eu participava, inaugurava as sessões, oferecíamos recepções em palácio aos congressistas e mantínhamos com todos os médicos relações as mais cordiais. Nos últimos dias de minha gestão, o corpo médico ofereceu uma homenagem ao governo. Foi orador aquele Montenegro, que era uma das grandes figuras da medicina de Pernambuco; um grande médico e um homem altamente inteligente.

D.P. - Era o Ovídio Montenegro, cardiologista?

B.L. - Creio que não era Ovídio. Não sei se era Antônio Montenegro... Ele era muito amigo do Nelson Sales e desse povo todo, um dos homens mais respeitados de Pernambuco e com uma clínica muito grande, das mais fortes. Essa sessão, portanto, foi realmente comovedora.

Os estudantes também me ofereceram um almoço de despedida geral, com todos os diretórios acadêmicos presentes. E os discursos que fizeram na ocasião expressaram uma grande amizade, uma grande cordialidade. Eu tinha tido, aliás, um problema com o diretório acadêmico da Faculdade de Filosofia, que eu havia criado. Eles apareceram com uma nota fazendo objeções a algumas nomeações que eu havia feito. Chamei-os a palácio e disse: "Vou conversar com vocês. Não tenho que lhes dar satisfações mas, na verdade, acho que vocês precisam conhecer certas coisas que se passam no governo, para que lhes sirvam de experiência. Amanhã vocês vão ter outras atividades e precisam também conhecer os aspectos, os problemas com que um governo luta na organização de qualquer uma de suas medidas, de suas providências. Essa escola, por exemplo, eu

criei com tal espírito, mas tinha necessidade de ampará-la aqui e ali. Estas nomeações tiveram exatamente o sentido de dar um apoio maior, maior solidez a essa criação da faculdade que, amanhã, com o meu afastamento do governo, poderia vir a sofrer qualquer objeção. E vocês têm interesse em que ela continue pela frente, que continue para diante com outra segurança, não é? De forma que as medidas foram essas e essas".

Eles saíram de palácio meus amigos, achando que eu tinha tido razão. Foi uma conversa de pai para filho, sem nenhum caráter de animosidade. Nem eles tiveram nenhuma manifestação desrespeitosa. A impressão que eu guardo dos estudantes é de tal ordem que, pouco depois, fui eleito presidente de honra de um congresso de estudantes aqui no Rio de Janeiro - sinal de que a reconciliação com eles tinha sido total.

C.C. - E o senhor pegou realmente um clima de animosidade lá, após a morte do Demócrito?

B.L. - Sim, encontrei um clima de animosidade com a morte daquele rapaz. Cheguei lá com um ambiente que dava até medo de ir à faculdade, tanto que o Roma queria organizar um esquema de segurança. Mas isto foi se desfazendo e se anulando.

D.P. - Quer dizer que o senhor não era visto como um continuador da política do Estado Novo?

B.L. - Eles passaram a ver que era um regime democrático; tive também essa satisfação. A crítica que o Gilberto Freire me fazia era de que eu não tinha muita personalidade, não teria nenhuma significação, iria ser apenas um instrumento ou um *factótum* de Agamenon. E aconteceu o contrário. Fui para lá, e não fiz nada do que Agamenon tinha feito. Quando Agamenon voltou, repetiu o que eu tinha feito e não o que ele fizera antes. Com o cotejo de personalidades, o que se podia ver? Minhas normas tinham tido mais eficácia do que as de Agamenon, já que, na sua segunda fase, ele não fez nada do que fazia antes: aquela coisa de destruir mocambos e tomar atitudes violentas, que ele gostava de fazer lá em Pernambuco

C.C. - Também a conjuntura tinha mudado.

B.L. - Tinha mudado.

C.C. - "O governo mudou, ponto. E eu também". As frases de Agamenon são muito boas! O senhor se lembra dessa?

B.L. - Dessa eu me lembro, sim. Antes ele tivera aquela, que resumia também essa fase de dureza. Um sujeito foi dizer a ele: "Dr. Agamenon, eu não posso viver com esse ordenado". Ele respondeu: "Quem não pode viver, morre".

D.P. - Essa ficou famosíssima.

B.L. - Ficou famosa, mas retrata esse período anterior, aqueles casos particulares. Quando havia um dissídio numa família, chamavam Agamenon, que intervinha: mandava chamar o sujeito, dava-lhe um carão, mandava-o voltar para casa, se achava que era caso de... Com ele, o divórcio seria difícil, nessa fase.

C.C. - E o governo Dutra, como o senhor vê?

B.L. - O Dutra tinha muito respeito à lei. Quando iam a ele com qualquer questão, ele dizia: "Vá ver o que diz o livrinho". O livrinho era a Constituição. Isso era comum nele.

C.C. - Respeito à lei e imaginação curta, não é?

B.L. - Imaginação curta. Já o Lott, quando o Brigadeiro estava com aquele negócio da maioria absoluta e queria contestar a eleição do Juscelino, o Lott pegou a Constituição e disse: "Mas, Brigadeiro, veja na Constituição e me mostre onde é que está esse preceito que você está alegando?" E o Brigadeiro, com aquela solenidade toda, disse: "Olha aqui, no artigo primeiro está escrito que todo o poder emana do povo." Isso era a maioria absoluta! [risos] Para mim, um dos fenômenos difíceis de compreender é como o Brigadeiro se tornou uma personalidade carismática, duas ou três vezes candidato à presidência da República, despertando aquela...

D. S. - O senhor acha que ele era uma liderança carismática?

B.L. - Parece-me que era; fizeram dele uma personalidade carismática, também porque ele não falava.

D.P. - Falava, mas não era bem-sucedido. Ele nunca foi bem-sucedido.

C.C. - Do ponto de vista econômico e político, como o senhor caracterizaria o governo Dutra? Como vê a questão da abertura ao capital estrangeiro?

B.L. - Os governos do Brasil, do ponto de vista econômico, seguem a mesma linha. É possível pegar talvez até o próprio Getúlio e ver que todos eles têm o mesmo ministro da Fazenda. De vez em quando, eu digo isso nos meus artigos: os nomes mudam, mas a ação é a mesma; eles não se distinguem em nada, todos são subordinados à mística de que o Brasil depende do capital estrangeiro, todos querem favorecer mais o capital estrangeiro do que as empresas nacionais. Não vejo como distinguir um do outro.

O próprio Getúlio chamou para ministro da Fazenda o Válter Moreira Sales. Nós estamos vendo agora - ainda hoje eu vi - que estão revelando, nos Estados Unidos, uma parte da correspondência do tempo do Gordon. E não ficou só naquela coisa que já foi publicada aqui no Brasil. Têm sido apresentados novos telegramas nos quais se vê o Válter Moreira Sales procurando o Gordon para revelar as coisas mais íntimas do governo do Brasil, como se fosse um espião. Dificilmente se poderia distinguir o pronunciamento dele do pronunciamento de um espião. E o Moreira foi ministro da Fazenda de quem? Do próprio Getúlio, não é verdade? Essa é a tônica. Quem é que o Dutra teve como ministro da Fazenda? Ele chamou o Correia de Castro, que era um homem também ligado a todos esses interesses.

Eles acham que, para entender de finanças, o sujeito tem que ser um homem de altos negócios, metido nesses meios financeiros. Mas, por isso mesmo, é um instrumento desses mesmos elementos, que vai para lá fazer o que querem os banqueiros internacionais e, hoje, o que querem as multinacionais. O Simonsen está lá para outra coisa mais do que estar escutando o que querem as multinacionais?

C.C. - E os banqueiros, não é?

B.L. - Os banqueiros e as multinacionais. E assim é, pode-se procurar de um para outro. Washington Luís foi o único que chamou o Getúlio para ministro da Fazenda. Chamou-o porque queria fazer uma reforma financeira, e o Getúlio foi dizer-lhe que não sabia nada de finanças. Ele disse: "Por isso mesmo é que eu preciso de você". Ele não usou essa linguagem, procurou outra forma, mas, no fundo, ele usou o Getúlio porque achava que não ia criar nenhum embaraço ao seu programa financeiro, naquela reforma da estabilização da moeda.

O Oliveira Botelho também foi ministro da Fazenda num tempo em que não havia maiores ligações financeiras; em compensação, o Melo Batista era um homem que estava ligado à Sul América. Daí por diante, a gente pode ver. Valia a pena até fazer uma relação completa.

O Clemente Mariani, ministro do Jânio Quadros, é um homem da Deltec e de todas essas empresas americanas de investimento. E a ação dele, que eu, aliás, tive oportunidade de criticar na Câmara dos Deputados, foi toda ela ajustada a este programa de interesses externos. Ministro da Fazenda para servir ao Brasil ainda é novidade; tenho a impressão de que não apareceu nenhum.

D.P. - O senhor acha, então, que isso foi uma característica do Dutra?

B.L. - Do Dutra, como foi de todos os outros.

D.P. - Sim, mas o que aconteceu no governo Dutra foi mais gritante?

B.L. - O Correia de Castro começou com aquela imprudência: o Brasil tinha grandes reservas em ouro no estrangeiro, e ele começou a dilapidar aquilo, comprando tudo o que tinha sobrado da produção de guerra dos Estados Unidos. No Brasil nunca se usou

tanto sopas, quinquilharias e coisas americanas sem significação. E as reservas do Brasil iam sumindo sem nenhum objetivo prático, sem nenhuma programação. Mas o Brasil é um país de tal ordem que a gente tem a satisfação de ver que, pelo menos, este homem respeitou as liberdades públicas, não precisou de estado de sítio, embora tivesse cometido aquela coisa de cassar os mandatos dos comunistas...

C.C. - E nessa abertura do governo Dutra ao capital estrangeiro, o senhor vê alguma relação com a missão do Osvaldo Aranha nas Relações Exteriores, no período anterior?

B.L. - É o que digo: Osvaldo Aranha é um homem inteligentíssimo, mas ligado também a esses interesses.

C.C. - Ele esteve no Ministério das Relações Exteriores antes desse período, não é? Penso que até 1944.

B.L. - Ele esteve no tempo de Getúlio.

C.C. - Parece-me que fez uma política de grande abertura para os Estados Unidos.

B.L. - Fez; todos eles fazem, não há um que não tenha feito. Qual é o período, no Brasil, em que houve qualquer restrição em relação aos capitais estrangeiros, sobretudo à influência americana? Não vi nenhum.

C.C. - Nem durante o Estado Novo?

B.L. - Mesmo no Estado Novo. O Artur Costa era banqueiro lá do Rio Grande do Sul e ligadíssimo também a esses interesses. Nesses artigos que tenho publicado aos domingos, às vezes afirmo isso: no Ministério da Fazenda troca-se apenas o nome e não a substância da política de nenhum deles. O Válter Moreira Sales, nesses telegramas, dá a impressão de um espião americano.

D.P. - O ministro da Fazenda do Dutra, quem era?

B.L. - Correia de Castro, ligado também a esses interesses. Não sei se ele ficou até o fim. Acho que depois foi substituído pelo Guilherme da Silveira, que era presidente do Banco do Brasil. Sei que houve qualquer mudança nesse Ministério da Fazenda, mas não creio que tenha mudado o processo, a maneira de agir do ministério. E é uma pena, porque estaria aí exatamente o meio de ir, pouco a pouco, desvinculando o Brasil desses interesses e criando uma política realmente nacionalista.

O próprio Juscelino teve como ministro da Fazenda um dos homens mais entreguistas do Brasil: o Lucas Lopes. Ele é homem da *Hanna*, defensor da *Hanna*, e

foi o ministro da Fazenda do Juscelino. E a política do Juscelino está longe de ter sido uma política de emancipação nacional, porque ele tinha com ele o Lucas Lopes, o Augusto Frederico Schmidt, que era outro que também estava ligado desde a exportação de areia monazítica até a operação Pan-Americana (que, afinal de contas, não tinha nenhuma consistência).

C.C. - Nesse sentido, apesar das pressões, o senhor não acha que o segundo governo Vargas tentou uma série de resistências?

B.L. - O governo de Getúlio Vargas foi, realmente, o primeiro que, através de algumas providência, tentou se libertar.

C.C. - Tentou resistir, porque havia muita pressão.

B.L. - No período do Goulart, tivemos até a lei de remessa de lucros, com a qual ele não teve muito entusiasmo. Carvalho Pinto foi o único que se emancipou dessas coisas e procurou realmente regulamentar a lei de remessa de lucros e executá-la. Nós temos que abrir uma exceção a favor do Carvalho Pinto. Mas, por isso mesmo, ele ficou relegado e não quiseram mais saber dele.

C.C. - Politicamente, como o senhor vê o governo Dutra?

B. L. - Ele veio com aquela coisa de fazer uma união com a UDN. Aí é que está: com a idéia de fazer essa união, que João Neves talvez sugerisse em benefício próprio, Dutra acabou destruindo os dois partidos, ou, pelo menos, prejudicando profundamente o PSD. Depois do Dutra, o PSD não era mais o partido que o elegeu, estava longe daqueles totais de votos reunidos no pleito.

Essa política de acordos tem que ser feita em termos que não prejudiquem a sobrevivência dos partidos. Tem que ser como nos Estados Unidos: eles chamam, mas não acham que, assim, estejam enfraquecendo o adversário. Aqui no Brasil, não sei, há uma mania de aderir, de se entregar de corpo e alma ao governo que chega. E os partidos se espatifam nessa história. Sou muito contra essa política de acordos.

C.C. - Acho que o Dutra era mais dutrista do que pessedista.

B.L. - O Dutra era uma figura meio misteriosa. Ninguém sabia bem em que ele estava pensando. Mas ele teve como chefe-de-gabiete o Pedro Alípio, que se esforçou também com a idéia de sobrenadar, de fazer futuramente a sua carreira política. O Pedro Alípio chegou a pensar em ser presidente da República! Ele exerceu muita influência sobre o Dutra. Em várias medidas, em várias coisas que aconteceram no governo do Dutra, ele teve uma participação direta.

D.P. - E o rompimento do Dutra com o Getúlio, como o senhor vê?

B.L. - Ele depôs o Getúlio naquela hora e realmente ficou desconfiado. Ali foi um movimento de toda a tropa, e ele também foi envolvido naquilo. Se quisesse resistir, também teria ficado à margem. Getúlio tinha insistido muito naquela coisa do quererismo, e ficou sempre a idéia de que ele queria ser candidato de qualquer forma. Não se sentiu que ele estivesse resignado com a idéia de deixar o governo.

D.P. - Então o Getúlio nunca engoliu muito o Dutra.

B. L. - Nem Getúlio engolia Dutra, nem vice-versa. Dutra ficava sempre de lado, como naquela história da pucarinha: "Ainda bem que eu não falei". É uma história do folclore infantil. Três irmãs iam receber um príncipe, candidato a uma delas, mas todas as três eram muito ignorantes. Então a mãe delas recomendou: "Vocês o recebam, riam muito para ele, mas não digam nada". Na hora em que chegou o príncipe, uma disse não sei que bobagem, a outra também, e a terceira disse: "Ainda bem que eu não quebrei a pucarinha." - isto é, que eu não falei. Disse em termos tais que as três se queimaram logo. Assim era o Dutra. Ele podia dizer: "Ainda bem que eu não falei".

O Dutra explica bem a tese das grandes qualidades militares que levam à presidência da República. A primeira é o silêncio. Reparem que esses militares que chegam à Presidência da República, todos eles são absolutamente discretos. Góis Monteiro, que falava muito, não chegou nem a ver as águias lá em cima.

D.P. - O governo Dutra decepcionou bastante todas aquelas pessoas que tinham lutado para a derrubada do Estado Novo, não é? Depois houve uma repressão violenta.

B.L. - Não sei se chegou a decepcionar muito. Veja que a fórmula que eles encontraram para o golpe de 29 de outubro foi muito interessante, porque o Exército ali não reivindicou o poder. Não reivindicou, porque tinha dois chefes daquele movimento, ambos pleiteando a presidência da República: o Brigadeiro e o Dutra. Então eles entregaram o poder ao Judiciário e, com isso, não houve nenhuma vingança. Todos aqueles elementos do Estado Novo puderam ser candidatos na eleição imediata; não houve nenhuma inelegibilidade para os que haviam exercido funções no Estado Novo. A reação não chegou a ser muito violenta. Violenta foi essa reação do Castelo Branco.

C.C. - Mas, durante o governo Dutra, a expectativa não foi muito correspondida, não é? Houve, por exemplo, a cassação do Partido Comunista.

D.P. - A essa política operária houve muita perseguição.

B.L. - Com a política operária ele não teve nenhuma boa vontade. Militar, aliás, não suporta greve.

D.P. - Essa questão de polícia, não é? "A questão social é um caso de polícia".

B.L. - Acham que greve é uma questão de indisciplina, levam para esse lado.

D.P. - Nesse sentido, houve uma decepção.

B.L. - Isso acontece com todos os governos. Sempre há decepção, porque todo mundo espera mais do que realmente pode haver ou pode ser dado. São poucos os que são favorecidos acima da expectativa. O poder desgasta. Essa é uma das razões...

D.P. - Mas ele não correspondeu ao clima de redemocratização, pelo menos nesse nível.

B.L. - Em certo ponto, correspondeu, porque não houve medidas violentas. Ele respeitou todas as autoridades, não houve intervenção em nenhum estado. O Canrobert, aliás, concorreu muito para isso. Eu tinha informação de que Dutra chegou a cogitar de uma intervenção em Pernambuco, e quem o demoveu dessa idéia foi o Canrobert. De qualquer maneira, tendo sido ou não o Canrobert, o fato é que ele próprio não tomou a iniciativa de intervir.

C.C. - Quem era o ministro da Guerra dele?

B.L. - O Canrobert, um bom oficial, sujeito digno, sério.

C.C. - Ele foi cogitado inclusive para a sucessão em 1950.

B.L. - Sim; pensou-se nele para a sucessão. Café Filho, por exemplo, era um elemento popular por excelência. A eleição dele deveu-se à influência popular que ele tinha conquistado, defendendo tudo o que era pleito de pequenos funcionários ou atitudes de sindicatos - uma certa política populista. Ele foi eleito vice-presidente, assumiu o governo, e quem é que ele foi chamar para ministro da Fazenda? Eugênio Gudin, pai de todos esses financistas que andam por aí, esses Simonsens. Otávio Gouveia de Bulhões foi outro. Foi o primeiro ministro da Fazenda do Castelo Branco. É um elemento que também está ligado a todos esses interesses estrangeiros.

[FINAL DA FITA 10-A]

8ª Entrevista: 15.09.1977

C.C. - Hoje queremos perguntar sobre um ponto muito importante para nós, que é toda a sua luta pelo nacionalismo de tempos idos até hoje.

B.L. - Eu tenho uma quantidade já considerável de trabalhos publicados no domínio do nacionalismo. Aliás, o nacionalismo é uma atitude que se vai formando aos poucos. Eu costumava dizer que o nacionalismo, primeiro de tudo, tem que ser uma atitude patriótica.

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

B.L. - Às vezes, não se é nacionalista porque não se conhece bem o problema, não se procurou ver todos os aspectos, todos os ângulos. Agora, quando se chega ao conhecimento de todos os ângulos do problema, a pessoa começa a se convencer realmente de que o nacionalismo é um princípio válido, que deve ser defendido de todos os modos. Acho mesmo que, em Getúlio Vargas, por exemplo, o nacionalismo começou meio informe, meio sem expressão, uma coisa vaga, esse patriotismo que exalta a bandeira e fala no Oiapoque e no Chuí, enfim, uma coisa mais retórica do que um contexto de soluções práticas. É esse nacionalismo que se encontra, de certa maneira, difundido em quase todo o Brasil.

Para se chegar dessas atitudes retóricas a soluções práticas, há que procurar, em primeiro lugar, um conhecimento mais profundo dos problemas, para então se adotar as soluções convenientes. Digo isso por mim mesmo. A primeira atitude nacionalista foi quando se apresentou, na Câmara dos Deputados, um projeto para a criação do Instituto de Resseguros. Fui o relator desse projeto e, no fim do relatório, cheguei à conclusão - que, aliás, emiti numa monografia - de que a verdadeira solução era a nacionalização total dos seguros. A solução do Instituto de Resseguros não era uma solução completa, radical; era apenas um passo na direção da nacionalização, mas não chegava à nacionalização total dos seguros. Em todo caso, como já era uma coisa estudada pelo governo, essa tese já estava defendida e formulado o projeto, pareceu-me também que não seria inconveniente aceitar como solução imediata essa conquista, para depois chegarmos à nacionalização dos seguros. Essa foi minha primeira atitude verdadeiramente nacionalista.

Eu acompanhava a questão do petróleo um pouco de longe, porque estava mais interessado no problema do álcool. Nós, no Instituto do Açúcar, estávamos mais preocupados com o problema do Álcool. Quando fui a Pernambuco, em fins de 1947 (o governo começou em 1948), já a campanha do petróleo estava em pleno andamento. Eu não tinha condições para tomar partido na campanha do petróleo. Eu estava no governo do estado e, com o ambiente que se tinha criado, não me sentia em condições de ir à praça pública para defender a política do petróleo.

Várias vezes escrevi a respeito disso, defendendo as teses da estatização do petróleo. No *Jornal do Brasil*, em todo o governo, facultaram ao oficial de gabinete a publicação de uma série de artigos em que ele concluía pela estatização do petróleo. Foi realmente uma atitude válida nesse sentido. Mas, em Pernambuco, nunca tomei nenhuma atitude para proibir a campanha a favor do petróleo. Achei que era uma defesa perfeitamente explicável e não cabia ao estado criar restrições à difusão dessa

campanha. Ninguém foi preso em Pernambuco pelo fato de defender a estatização do petróleo.

Quando voltei aqui para o Rio e fui nomeado procurador da Guanabara, fui destacado pela própria Procuradoria para acompanhar os problemas da *Light*. Foi aí que me tornei convictamente nacionalista, sem restrições. Aliás, comparei o meu caso com o de Gabriel Passos, que foi um dos grandes líderes do nacionalismo no Brasil. Ele também tinha formado uma consciência nacionalista no exercício do cargo de procurador da República.

Como procurador da República, ele ia acompanhando todos os processos que chegavam ao Supremo Tribunal com interesses das empresas estrangeiras. Tinha que dar parecer sobre todos esses problemas de empresas estrangeiras, empresas ferroviárias, empresas de toda natureza, e verificava, em todos os processos, que o prejuízo do Brasil era tremendo! As coisas eram encaminhadas sob uma cobertura de certa maneira inocente do Poder Judiciário, que não tinha um conhecimento mais profundo dos aspectos econômicos dos contratos, e o fato é que os interesses estrangeiros sempre prevaleciam. O próprio Supremo Tribunal acabava encampando esses interesses estrangeiros com essa atitude de inocência de quem, conhecendo os aspectos jurídicos, nunca chegava a ver a realidade econômica dos contratos. Então, ele foi se convencendo de que o Brasil saía prejudicado em tudo isso; foi reagindo e formando uma consciência nacionalista. Depois, ele foi eleito deputado e presidiu o grupo parlamentar nacionalista, com grande influência, trabalhos notáveis nas questões de Roboré e outras que ele estudou profundamente. Foi o ministro das Minas e Energias que enfrentou a primeira fase da questão da Hanna no Brasil.

Eu, na Prefeitura, fiz a mesma coisa. A primeira questão que tive que estudar foi a dos bens reversíveis da *Light*. Quando a *Light* queria conquistar o contrato de concessão, ela própria trazia como argumento a cláusula da reversão: quando terminasse o prazo do contrato, todos os bens que constituíssem a concessão reverteriam ao Estado sem indenização, gratuitamente. A própria empresa fazia disso um ponto de partida para conquistar o contrato. Conquistava o contrato e, por serem os bens reversíveis, começava a amortizar o capital que tinha sido empregado, o que tirava todo o caráter de injustiça à reversão. Se ela ia amortizando, estava se pagando daquilo que houvesse sido investido. Não havia injustiça alguma.

Mas essas empresas estrangeiras não se preocupam com justiça ou injustiça, eles querem é ganhar. Com a reversão, vão abandonando praticamente a conservação do contrato. As linhas do bonde vão se estragando, os bondes não são reformados, não há nenhuma medida que corrija ou melhore o serviço. Vão deixando aquilo tudo se desgastar e chegar a um estado quase de inutilidade. Eles dizem, então, que só reverte o inútil.

Nas questões dos bens reversíveis havia o seguinte: eles chegavam aqui com um capital mínimo, com que conquistavam e assinavam o contrato. Começavam a exploração, que dava uma renda muito grande, tanto que os títulos da *Light* tiveram uma valorização considerável logo no começo da exploração aqui no Brasil. Passaram quantias então fabulosas para as ações da *Light*. Era um negócio altamente lucrativo. Com essas rendas que eles iam apurando, iam comprando os bens de que precisavam para a organização da concessão.

Se eles precisavam de cocheiras, compravam uma área grande para instalá-las; se precisavam de estações, compravam prédios e lugares apropriados para elas; se precisavam de oficinas, compravam áreas para a instalação. Assim, iam invertendo

quantias consideráveis em bens de propriedade, em bens que deviam corresponder a investimentos. Mas eles não faziam investimento nenhum, aquilo tudo se pagava com a receita. Um dos princípios básicos da concessão do serviço público é que as tarifas devem ser ajustadas exclusivamente para pagar a exploração, os gastos de consumo e de administração, e não os bens de capital, porque estes devem resultar de investimentos que devem vir da parte da empresa.

Eles nunca fizeram uma demonstração de que tivessem comprado tudo isso com investimento ou com a renúncia a seus dividendos, que seria uma outra forma possível. Se eles renunciassem aos dividendos e não ganhassem nada durante o ano, diriam: "Não ganhamos nada esse ano porque empregamos toda a receita para a compra desses bens". Nesse caso, seria um investimento transformado em bens de capital. Mas não havia nada disso, nunca abriram mão de dividendos. Então, essas tarifas eram excessivas, eram pagas pelo público indevidamente. O público não devia pagar tarifas para cobrir investimentos, mas apenas para cobrir o custo da exploração - quando muito, a amortização que eles faziam todos os anos.

Comecei então a estudar o problema e verifiquei que eles ganhavam, primeiro, o valor desses imóveis, que eram comprados com tarifas excessivas (a tarifa era excessiva para permitir que eles pudessem comprá-los). Depois, ganhavam de novo o valor desses bens, quando eram amortizados durante o período de concessão, porque eles mandavam o dinheiro para o estrangeiro. Fiz prova de que eles mandavam, pela fiscalização bancária, quantias apreciáveis, a título de amortização dos bens reversíveis. Depois disso, eles começavam a pleitear, junto à prefeitura, o que eles chamavam de liberação; suspendiam o uso do imóvel na concessão e diziam: "Não precisamos mais de cocheira, podemos vendê-la". A Prefeitura concordava, eles vendiam esse bem. Eles tinham uma estação lá em Copacabana, e resolviam suprimi-la; a Prefeitura concordava com isso. Eles venderam um imóvel considerável que existe ali na praça Serzedelo Correia e apuraram o dinheiro de tudo isso. Mas esses bens já tinham sido amortizados, e já tinham sido comprados indevidamente. Então, lucravam três vezes o valor desses imóveis. Isso era um absurdo.

Eu levantei a questão, escrevi um longo parecer. Encontrei as maiores dificuldades, porque na própria Procuradoria a minha tese foi considerada herética. O Oscar Saraiva, que era procurador-geral, começou criando uma comissão para rever o meu parecer. A princípio, eu fazia parte dessa comissão, mas me suprimiram dela, e outra comissão foi criada.

C.C. - Sua atuação na Procuradoria se deu durante o segundo governo Vargas?

B.L. - Isso já foi no segundo governo Vargas, com o Mendes de Moraes na Prefeitura. Depois alcançamos aquele outro prefeito, o Dulcínio Cardoso. Não sei se o Saraiva foi procurador-geral do Mendes de Moraes; acho que foi do Dulcínio Cardoso. Eles nomearam uma comissão, chefiada por Viriato Medeiros, que tinha sido procurador da Prefeitura durante muito tempo, mas estava aposentado. Ele era advogado desses interesses, vivia na advocacia de todos eles. De modo que não aprovaram o meu parecer, e sim um outro, dado para satisfazer os interesses deles. Mantive o meu ponto de vista. Naturalmente, eu não ia concordar com o parecer deles. Eu estava convicto de que era um abuso, e a partir daí comecei a me preocupar com todos os problemas do nacionalismo.

Na prefeitura houve um outro caso de bens reversíveis, com aquele Hotel Avenida que havia ali onde hoje está o prédio da dona Regina Feigl. Ela era a compradora oficial dos bens reversíveis aqui e em São Paulo, uma espécie de intermediária da *Light* para fazer essa operação. A *Light* achava que podia haver algum risco, e usava uma pessoa de confiança para vender esse bens reversíveis.

Nessa Segunda questão, já no tempo de Alim Pedro, foi nomeado por ele, para a Prefeitura, um outro procurador, um homem, aliás, de grande dignidade. Era o dr. Gustavo Filadelfo Azevedo Filho, que me chama e diz: "Dr. Barbosa, eu gostaria de que o senhor se incumbisse desse outro caso. Li o seu parecer, impressionaram-me muito vários aspectos; eu gostaria que o senhor voltasse a estudar o problema e fizesse um parecer até mais demorado a respeito disso". Eu disse: "Dr. Filadelfo, já dei o parecer da outra vez; vai acontecer a mesma coisa, o resultado será o esse mesmo". Ele respondeu: "Não; pode estudar o parecer, porque lhe garanto uma decisão honesta e digna". Eu então voltei ao trabalho e escrevi um outro parecer, desta vez mais longo.

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

Esse outro parecer levava o seguinte título: *A reversibilidade dos bens das concessionárias de serviços de bonde do Distrito Federal, em especial a situação da Companhia Ferrocarril do Jardim Botânico*. Estudei todos os aspectos do problema exaustivamente. Vai da página 480 à página 541. São 60 ou 70 páginas dessa revista. Gustavo Filadelfo leu o parecer com atenção e deu, ele próprio, um outro parecer, concordando comigo, e tivemos a aprovação do prefeito Alim Pedro. Fiquei até com uma impressão excelente da atitude dele, porque me parecia que era um homem realmente honesto que estava à frente da Prefeitura.

Fomos, então, para o Poder Judiciário, que impugnou nosso parecer e acabou não nos dando razão, num parecer em que, de uma Câmara de três desembargadores, dois eram efetivos e um era suplente. Eles julgaram por unanimidade e fecharam o caminho da prefeitura. Logo depois desse parecer, dois desses desembargadores foram fazer longas viagens ao estrangeiro, acompanhados de suas esposas e de suas amantes, o que levantava uma certa suspeita em torno do caso.

De qualquer maneira, a questão estava levantada e havia alarmado bastante a Prefeitura, que começou a ver que não podia mais estar liberando os bens da concessão, devendo agir de maneira diferente. Se esses bens estavam amortizados, ela, na pior hipótese, devia exigir que, pelo menos, eles restituíssem a amortização já feita. Como é que se ia permitir a venda, se os bens tinham sido amortizados, e, porque amortizados, estavam no domínio público, sem restituir coisa alguma à Prefeitura, não é verdade? Era uma coisa, de fato, escandalosa.

Fiz a tese. Tenho até um trabalho especial sobre isso, estudando esses aspectos de reversão, que publiquei na Editora Fulgor, de São Paulo, e titlei: *Máquinas para transformar cruzeiros em dólares*. É um de umas 70 ou 80 páginas, em que estudo vários aspectos dessas concessões. Aí, eu já sustentava a tese de que estávamos desarmados para enfrentar esses problemas. Enquanto a *Light* se armava de um contencioso numeroso, com grandes advogados, e escudava as suas razões em pareceres pagos, feitos por uma porção de juristas - que, naturalmente, porque pagos, davam parecer favorável -, nós combatíamos tudo isso dispondo, quando muito, de uma datilógrafa para bater as razões. Era o máximo que nos concediam! As razões ficavam

inclusas no processo, e não tínhamos nem a possibilidade de transformar aquilo em memorial para distribuir amplamente. Era o que eu classificava como um regime de pão e laranja para combater um processo de galletto al primo canto. Galletto ou Gallotti al primo canto! Era uma desigualdade considerável.

D.P. - Numa pequena entrevista dada a um desses jornais, o senhor diz que não aprendeu nacionalismo nem com Marx nem com Lênin, mas com Gallotti.

B.L. - Galletto ou Gallotti al primo canto!

C.C. - No início, o senhor falou que o nacionalismo de Vargas seria um nacionalismo mais retórico do que prático. Mas essa questão da energia elétrica foi enfrentada seriamente nesse período, não foi? Qual o trabalho da assessoria econômica nessa época?

B.L. - A energia elétrica só foi estudada realmente com a criação da Eletrobrás, que só ocorreu na fase final. Por isso é que digo que um estudo mais profundo da orientação de Vargas mostra que houve uma evolução do seu nacionalismo.

D.P. - No primeiro período ele foi retórico?

B.L. - Dessa retórica inicial, ele parte depois para soluções práticas e chega afinal a duas realizações formidáveis: primeiro, a Petrobrás; segundo, a Eletrobrás. Além disso, ele criou vários fundos portuários e vários outros fundos de estradas de rodagem, etc.

Na verdade, o desenvolvimento do Brasil se tem feito com a poupança pública. A poupança privada não é considerável e a maior poupança aqui é de empresas estrangeiras, poupança que vai para fora e nós não podemos utilizar. Então, a verdadeira poupança do Brasil é a compulsória, aquela que se faz através da criação desses fundos. A realidade é essa.

É curioso ver como esse nacionalismo dele encontrou também reações. A meu ver, quando ele criou a Petrobrás teve a inteligência de não fazer daquilo um monopólio estatal. Mandou um projeto que ainda não se definia em torno disso, me parece que com a convicção de que, se ele mandasse um de monopólio estatal, seria combatido pelo fato de a proposta provir do governo. Então ele deixou que a comissão caminhasse para um outro projeto. Quando Eusébio Rocha apresentou o projeto no sentido do monopólio estatal, foi antes consultar o Getúlio a respeito, e ele não teve uma palavra de condenação a essa proposta. Ao contrário, ele disse: "Pode apresentar."

Na verdade, o monopólio estatal não foi uma idéia da UDN. A idéia da UDN se consagrou num substitutivo do Bilac Pinto. E o substitutivo do Eusébio Rocha é anterior ao do Bilac Pinto, o que mostra que era o próprio Partido Trabalhista que estava tomando a defesa do monopólio estatal. Então, como é que se podia achar que o Getúlio não simpatizava com a idéia, se o próprio partido dele estava apoiando esse monopólio estatal?

Ele tinha uma assessoria muito importante no governo, que era a do Jesus Pereira, um homem extraordinário que foi cassado no tempo do Castelo Branco. Depois ele pôde voltar ao Brasil, e o próprio Geisel queria até incluí-lo na sua assessoria, porque o conhecia lá da Petrobrás e sabia o que ele significava. Jesus Pereira foi um dos que estudaram o projeto da Eletrobrás. Quando Getúlio mandou o projeto da Eletrobrás...

C.C. - Já era no fim do governo?

B.L. - Já na última fase do governo, ele mandou dois projetos: o primeiro criando o fundo de eletrificação, que era uma determinada parcela sobre cada quilowatt que se consumisse, e o outro instituindo a Eletrobrás. A idéia dele era criar simultaneamente as duas coisas. Criando o fundo de eletrificação, quer dizer, o investimento público, a poupança pública necessária para fazer frente ao problema energético (a poupança pública, não a poupança privada), então se criaria logo a Eletrobrás para utilizar esses recursos.

D.P. - Só que a Eletrobrás não foi aprovada no governo dele.

B.L. - Não foi aprovada, ao contrário, demorou.

D.P. - E o Jesus Soares Pereira, apesar de amigo dele... E essa demora... O Congresso cozinhou o projeto. Tinha muito do BNDE, que controlava o fundo, por trás disso.

B.L. - Com Roberto Campos, com essa turma toda. E houve um episódio mais significativo. O Medeiros Lima, que fez o livro sobre o Jesus Pereira, me procurou e lhe forneci inclusive os anais da Semana da Economia, realizada em São Paulo. O fato é esse: aprovaram primeiro o projeto criando os fundos.

Então, começou-se a acumular dinheiro, e eles ficaram com a idéia de fazer um movimento, no sentido de ver se esse dinheiro podia ser destinado à *Light* e a essas empresas estrangeiras. Então organizaram, em São Paulo, a Semana da Energia Elétrica, da qual participaram o Gudin, o Roberto Campos e um rapaz de Minas, o João não sei de quê, da CEMIG (aliás é de se estranhar que ele, na CEMIG, quisesse obstar uma providência dessas). No livro do Medeiros Lima há os nomes dos outros que compuseram a Semana e dois artigos do Jesus Pereira publicados naquela *Revista Econômica*. Esses artigos fui eu que forneci ao Medeiros Lima, e ele os utilizou. São artigos muito interessantes, que criticam essa Semana da Energia Elétrica.

Eles fizeram essa coisa e não conseguiram nada. Houve barreiras, que não sei como foram criadas. Acho que foi a providência divina que criou essas barreiras. O fato é que eles não conseguiram nada até 1960 ou 1961 quando, no período do Jânio Quadros, foi realmente concluído. O projeto atravessou o governo Café Filho, o governo do Juscelino, e só foi concluído no período de Jânio Quadros.

C.C. - Foi aprovado no governo do Jango, não?

B.L. - Foi aprovado no governo do Jânio Quadros. Quem pôs em execução foi João Goulart. Foi aprovado naquela fase turbulenta do Jânio Quadros e ele não chegou a dar execução ao projeto. Quem deu execução foi o João Goulart. Dois governos depois do Getúlio tinham decorrido sem que se tomasse nenhuma providência para criar essa autarquia ou essa empresa que, afinal de contas, ia utilizar os recursos que já estavam sendo acumulados através do recolhimento da taxa de eletrificação.

C.C. - Esses recursos eram controlados pelo BNDE. Parece que havia interesse em que a Eletrobrás não saísse, porque ela passaria a controlar os recursos.

B.L. - E o BNDE controlava esses recursos talvez para outros destinos. Para aplicar em energia elétrica através de outras empresas, seria possível aplicar através da CEMIG e de outras; mas se esses recursos fossem dados à *Light*, isso ia determinar um grande clamor, apesar dessa Semana da Energia Elétrica de São Paulo. Eu tenho os anais dessa Semana. É realmente impressionante verificar como eles manobram nessa coisa. O plano era prender o projeto da Eletrobrás, aprovar o outro, ir arrecadando o dinheiro para destiná-lo a essas empresas elétricas que estavam sendo...

D.P. - Esse movimento teve um caráter de propaganda? Eles tentaram mobilizar a população para essa Semana?

B.L. - Acho que eles procuraram mobilizar os meios oficiais. Convocaram todas as grandes figuras ligadas à energia elétrica. O Marcondes Ferraz combateu muito a Eletrobrás, e foi nomeado, pelo Castelo Branco, para presidir-la. Aliás, nessa ocasião, no *Jornal do Brasil*, recordei uma lei americana que, naquela questão da *Tennessee Valley Authority*, incluía a proibição de ter no cargo de presidente pessoas que tivessem combatido o plano de organização da autarquia. Na *Tennessee Valley Authority*, quem a tivesse combatido não podia dirigir-la. No Brasil, criou-se a Eletrobrás e nomeou-se presidente o Marcondes Ferraz, que a tinha combatido e era, inclusive, conselheiro da *Light*, figura de dentro da organização da *Light*.

Por sinal, esse programa de energia elétrica no Brasil é curioso. O Gudin também combateu a empresa do São Francisco, quando teve início, no tempo do Getúlio, a exploração de Paulo Afonso. O primeiro projeto data também do tempo de Getúlio. Depois, a maior parte da execução já se fez no período do Dutra. Apolônio estava presente nas duas fases. No governo do Getúlio, ele já havia estimulado muito o aproveitamento da hidrelétrica do São Francisco. Depois, no governo do Dutra, ele também não descansou e continuou a trabalhar, como eu também me esforcei muito. A minha campanha de candidato ao governo de Pernambuco foi feita toda na base de apoiar, de toda maneira...

[FINAL DA FITA 10-B]

D.P. - O senhor teria vontade de reeditar o *Desde quando somos nacionalistas?*

B.L. - Minha idéia não seria reeditá-lo pura e simplesmente. Talvez eu acabe fazendo isso, pela pressão de terminados interesses e pela dificuldade de me concentrar totalmente na obra que consideraria definitiva na história do nacionalismo no Brasil. Mas o *Desde quando somos nacionalistas?*, de certo modo, é um esquema geral da história do nacionalismo. É sucinto porque estudo ali as diversas fases da formação do nacionalismo brasileiro.

Agora, nesta questão de energia elétrica, escrevi também um prefácio longo neste livro do Catulo Branco. O livro era pequeno, e o editor me disse: "Se o senhor puder escrever um prefácio maior é até mais útil, porque dará um panorama geral e uma forma melhor para o próximo volume". Fiz então algumas considerações em torno desse problema (você pode levar que faz parte...)

Com a Eletrobrás, nós nos libertamos da dependência da *Light*, que tinha uma situação aqui no Brasil de domínio total: 60 a 70% da energia elétrica era fornecida pela *Light*. Tínhamos somente pouco mais de 2 milhões de quilowatts instalados no Brasil, e com a Eletrobrás passamos a mais de 17 milhões! Quer dizer, a *Light*, que detinha 76% da produção de energia elétrica no Brasil passou a fornecer apenas 15%. Então, a meu ver, atualmente a Eletrobrás é uma conquista mais importante do que a própria Petrobrás, que ainda não conseguiu alcançar uma margem maior de produção do petróleo no Brasil em face do nosso consumo. Na verdade, a Eletrobrás já nos deu uma quantidade formidável de energia elétrica produzida e continua em operação para aproveitar a maior parte da energia elétrica existente.

C.C. - A *Light* está quase exclusivamente com a distribuição, não é?

B.L. - A *Light* é mais uma empresa distribuidora de energia elétrica. Considera-se a produção realmente o osso duro de roer; a distribuição é filé. Costuma-se assinalar: "Eles deram o filé à *Light* e estão roendo o osso, por conta dos capitais brasileiros". Agora, essa é uma situação que tenderá, pouco a pouco, a desaparecer. O aparelhamento dessas empresas distribuidoras estatais também vai crescendo, vai aumentando, e elas vão adquirindo recursos para poder fazer todo o serviço. A própria *Light* sente isso.

O meu receio maior é de que, na hora de cessar realmente a operação da *Light*, eles queiram fazer um outro negócio maior do que o que fizeram quando entraram no Brasil. Em geral, essas empresas estrangeiras querem fazer um bom negócio quando entram e querem fazer um negócio ainda melhor quando saem. E isso onera tremendamente o país, porque, se se quiser fazer um bom negócio para a *Light* numa situação dessas, vai-se pagar uma quantia fabulosa, que vai onerar as gerações futuras do Brasil, vai onerar o próprio Brasil com encargos superiores às suas condições de pagamento.

D.P. - O senhor acompanhou uma matéria que saiu no jornal *Movimento* sobre a compra da *Light* por um grupo de empresários paulistas? Foi uma denúncia para evitar que a transação fosse feita. Eles conseguiram descobrir a negociata que ia ser feita e

publicaram tudo no jornal. Isso impediu que a negociata fosse realizada. Sei que o maior grupo empresarial de São Paulo estava na transação.

B.L. - Acompanhei a transação que foi promovida pelo Rafael de Almeida Magalhães e o Bulhões Pedreira, um advogado da *Light*. O Rafael é mais um *plaboy* do que propriamente um empresário, um executivo. Mas o Bulhões Pedreira é um homem habilíssimo, e eles eram os autores dessa transação toda. A idéia deles era ver se conseguiam comprar a *Light* por um valor fabuloso. Daqui a 14 anos esgota-se o prazo, e ela terá que reverter gratuitamente para o Estado. Como, então, pagar em 14 anos o preço de compra que eles ajustassem agora? De modo que, no fundo, era uma manobra para iludir a reversibilidade gratuita. Via-se precisamente que era isso. Então, vamos esperar que cheguem os 14 anos. Esgotados os 14 anos, os bens reverterão gratuitamente. Por que fazer essa operação?

A *Light* não ia ser vendida por uma quantia insignificante, nem isso convinha aos próprios empreiteiros, que podiam também estar associados nessa operação de compra, tornando-se ricos, para o resto da vida, com o preço que tivessem ajustado. Para eles interessava também ajustar um preço maior, desde que o governo se comprometesse a se responsabilizar pelo preço. Mas se o governo se responsabilizar, anula a reversibilidade gratuita, porque, em 14 anos, não haverá como pagar a quantia fabulosa ajustada por eles para a compra.

Aliás, no *Jornal do Brasil*, escrevi um artigo denunciando justamente essa operação, chamando a atenção para os aspectos e mostrando que, com 14 anos de prazo para reversibilidade gratuita, não havia necessidade de estar fazendo operações maiores.

D.P. - O senhor chegou a ver na íntegra toda a negociata?

B.L. - Acompanhei um pouco a negociata, que foi publicada nos jornais. O *Movimento* deu publicidade, *Opinião* também deu. Havia dois nomes sobretudo muito suspeitos. Tivemos uma vez, na Câmara dos Deputados, que organizar uma comissão para estudar as questões da *Light*. Essa comissão se organizou, fez algumas sessões, mas eles puseram um presidente e um relator, que, a meu ver, tinham a preocupação de sabotar tudo. Eles tinham a maioria da Câmara através do PSD e, na verdade, sabotaram. Tudo o que se conseguiu foi a prestação de alguns depoimentos.

Houve o depoimento do Pio Borges, naquele tempo presidente do Conselho Nacional de Águas e Energia, órgão que superintendia a política energética no Brasil. Ele denunciou que, uma vez, esse Bulhões Pedreira tinha ido ao Conselho com projetos encaminhados pelo Ministério da Fazenda para que o Pio Borges os aceitasse como ponto de vista do governo. E ele, Pio Borges, recusou porque achou que, se houvesse um projeto desse, tinha que ser mandado diretamente pelos órgãos oficiais, pelo próprio Ministério da Fazenda, e não por um simples intermediário que aparecia lá com projetos que dizia elaborados no Ministério da Fazenda. Isso consta desse depoimento do Pio Borges nessa comissão de inquérito da Câmara dos Deputados. Esse homem era suspeitíssimo, com ligações evidentes, advogado que sempre foi da *Light* e dos interesses desse alto capitalismo financeiro aqui no Brasil. Esse homem é que ia ser realmente a alma do negócio, porque o Rafael era apenas um elemento decorativo. Agora, o que havia por detrás disso era uma coisa tremenda para o Brasil!

D.P. - E a sua participação com Fernando Santana na comissão da Câmara dos Deputados, em relação a esse projeto da Eletrobrás?

B.L. - Há poucos dias, eu estive com Fernando Santana e conversamos a respeito disso. Ele desempenhou um papel muito importante também nesse projeto. Talvez até o papel mais importante tenha sido, de certa maneira, o dele. Ele estava numa comissão especializada quando chegou o projeto. Ele tinha um projeto sobre um código de telecomunicações e tomou a iniciativa de dar andamento a este projeto. Propôs então, na Câmara, que se criasse uma comissão especial para dar o parecer. O regimento da Câmara permitia isso: em vez de o projeto ter um curso normal, passar de comissão em comissão - tinha que passar por cinco ou seis comissões especiais na Câmara -, ele achava, apoiado no regimento, que se podia compor uma comissão única para dar parecer, representando de certo modo as outras comissões especiais ou técnicas existentes na Câmara.

Essa comissão especial foi realmente constituída. Ele fez parte dela, eu também; houve um elemento de São Paulo muito bom, aquele Nicolau Truma, que era um homem de rádio, de cujas questões tinha uma grande experiência. Passamos a encaminhar o projeto nessa comissão, com vários elementos de assessoria até militar. Coronéis e majores - não sei se tinham patentes inferiores de técnicos - foram consultados para, de certa maneira, nos orientar e buscar elementos relacionados à elaboração do projeto. Eu, aliás, que nunca tinha me detido muito no projeto de telecomunicações, recebi exatamente a incumbência de ser o relator das definições técnicas, imagine! Mas o deputado ou o político que tem uma experiência maior e, sobretudo, tem trato comum com estudos, não se impressiona com isto, porque vai se dedicar e vai estudar a matéria para adquirir as condições de poder exercer essa tarefa.

De fato, eu tenho a certeza de que todos nós agimos como convinha. Há até uma publicação da Fundação Getúlio Vargas sobre essa parte de telecomunicações, fazendo justiça ao código que foi aprovado. Essa comissão especial elaborou um código; esse código foi votado em plenário sem discussão, aprovado unanimemente, sem destaque nem emenda, de nenhum de seus preceitos. Foi aprovado em bloco.

D.P. - O senhor acha bom o fato de não haver discussão nenhuma?

B.L. - Não houve nenhuma discussão.

D.P. - Mas isso significa o quê? Aceitação total ou alienação?

B.L. - Aceitação total. Houve uma restrição ou outra que a gente ia explicando, e o deputado deixava de fazer o destaque da emenda. E numa questão dessa de interesse não há uma alienação total, inclusive porque os interesses estão presentes. Naturalmente, eles já tinham preparado a campanha para agir noutro setor, porque verificaram que não podiam fazer nada na Câmara. Então se jogaram para o Senado, onde criaram os meios de bloquear o nosso projeto.

D.P. - O projeto foi levado para o Senado?

B.L. - Tinha que ir para o Senado, que estava mais ou menos industriado para bloqueá-lo. Tivemos que trava uma luta para poder vencer as resistências criadas.

D.P. - E na Câmara, ele foi aprovado por unanimidade?

B.L. - Foi aprovado por unanimidade e sem destaque. Em um projeto como esse, às vezes pede-se o destaque de uma emenda ou de outra, de um artigo ou de outro; isso é votado destacadamente para que, naquele artigo, se faça uma objeção. Mas na Câmara não houve um destaque; o projeto foi aprovado por unanimidade e foi para o Senado. Lá eles organizaram uma comissão também para dar parecer, e essa comissão chegou inicialmente a recusar nosso projeto; ou seja, a fazer um novo projeto completamente diferente. Mas aí a Câmara começou também a reagir e a achar que não estava certo, que se devia criar entre a Câmara e o Senado uma comissão mista para dar parecer sobre o projeto, uma vez que se tinha criado uma espécie de impasse.

Criou-se a comissão mista, de que fizemos parte eu, o Santana e o Nicolau Truma, e começamos o debate com o Senado. Eles estavam muito certos de que iam ter um parecer favorável do Conselho de Segurança Nacional. Fomos então procurar o ministro, que nessa ocasião era o Amauri Krueel. Fomos os três: o Santana, eu e o Nicolau Truma. Krueel nos recebeu e disse: "Acho que já houve um parecer a respeito disso, não sei se já foi mandado". Ele chamou um assistente, e mandou verificar. O assistente trouxe a resposta: "Não, general; o parecer ainda está aqui."

C.C. - Quando foi isso?

B.L. - Deve ter sido em 1960, mais ou menos. Krueel mandou buscar o parecer. Veio o parecer e ele nos deu para ler: era contrário ao nosso ponto de vista. Era um parecer que contrariava realmente a tese que estávamos defendendo. Estávamos certos de que a nossa tese ia tornar impossível a continuação de uma empresa estrangeira na exploração dos serviços telefônicos ou telegráficos do Brasil. Através de preceitos, o projeto criava realmente a necessidade dessa nacionalização imediata dos dois serviços.

Lemos o parecer e começamos então a conversar e a discutir com o Krueel, a dar as razões pelas quais defendíamos o nosso ponto de vista. Levamos não sei se duas, três ou quatro horas com o Krueel, num debate prolongado sobre vários aspectos. Afinal, o Krueel nos disse: "Estou convencido de que os senhores estão certos e até dou os parabéns ao Poder Legislativo por contar com pessoas tão bem informadas sobre o problema e tão interessadas na defesa dos interesses nacionais. Vou mandar fazer um novo parecer". Com um novo parecer, a causa estava praticamente ganha. Tivemos ainda que lutar um pouco, à espera de que o Senado modificasse os seus representantes. Mas também, com o parecer do Conselho de Segurança Nacional... Eles próprios foram saindo, entrou um senador que estava dentro do nosso ponto de vista, e conseguimos assim o apoio total, depois de uma luta tremenda que tivemos que travar para a aprovação do Código Nacional de Telecomunicações.

D.P. - Foi uma vitória suada.

B.L. - Ah, uma vitória suada. Todas as vitórias têm que ser suadas. O resultado foi esse aí: a própria Companhia Telefônica sentiu que não tinha condições para continuar e foi a primeira a passar tudo adiante. Queríamos a nacionalização das linhas-tronco, porque representavam realmente um amplo interesse para o Brasil, e não podíamos deixar nenhuma empresa estrangeira devassar todos os nossos segredos. Tínhamos que ter realmente a garantia de que isso estava em mãos nacionais, para fazer com que todas aquelas coisas que se passavam através da linha tronco - os segredos, a essência, a substância mesma do serviço de telecomunicações - fossem monopólio do Brasil e não faculdade concedida ao estrangeiro. Essa era tese.

Daí por diante, fiquei cada vez mais convencido de que realmente as soluções eram nacionalistas, deviam ser nacionalistas. Já tinha escrito inclusive um livro sobre a *Nacionalidade da pessoa jurídica* em que eu mostrava a necessidade de modificar o próprio conceito de pessoa jurídica no Brasil. Esse livro foi publicado pela Universidade de Minas Gerais, de Belo Horizonte. É um livro de suas 200, 300 páginas, em que dou as razões pelas quais não se pode admitir que uma sociedade de capitais estrangeiros seja nacionalizada em nenhum país. Cito os exemplos da Esso e da *Light*. Quase 100% dos capitais da Esso era estrangeiro, mas a empresa era considerada empresa nacional.

C.C. - Pelo simples fato de ser sediada aqui.

B.L. - Só porque era sediada aqui. Esse critério da sede convinha realmente aos países capitalistas, mas não convinha aos países que tinham que defender seus interesses. Eu propunha então um projeto de lei modificando tudo isso e dando a definição de nacionalidade através do prevaecimento do capital. Para tanto, tinha que se chegar a várias outras modificações, inclusive vedar o caminho às empresas de ações ao portador, já que com essas ações não haveria meio de se chegar nunca à fiscalização da nacionalidade da pessoa jurídica.

C.C. - O senhor acha que a Embratel foi criada dentro deste mesmo espírito do Código Nacional de Telecomunicações?

B.L. - A Embratel constava de nosso projeto, estava criada no nosso projeto. Agora, em todas essas coisas o estrangeiro tem sempre uma maneira ou outra de procurar intervir, embora essa empresa tenha todas as condições para ser independente. Se não quer ser independente é culpa dela, porque nós demos todas as condições para que seja totalmente independente.

D.P. - Esse projeto sobre o critério de nacionalidade das empresas de que o senhor falou anteriormente, quando o senhor o apresentou na Câmara?

B.L. - Eu o apresentei na Câmara na última legislatura de que fiz parte. Deve ter sido em 1960. Eu mostrava, aliás, a proporção do capital da Esso e dessas outras empresas.

D.P. - Esse projeto deve ter dado uma grita medonha.

B.L. - Mas eles tinham força bastante para bloquear o projeto.

D.P. - O projeto chegou a ser discutido na Câmara?

B.L. - Não; ele foi para a Comissão de Justiça, e a pessoa incumbida de dar parecer nunca o deu. Em geral as coisas morrem assim: eles não dão parecer. Eu representava um pequeno partido, o Partido Socialista, que tinha 10 deputados. Houve uma cisão por causa da apresentação da candidatura de Jânio Quadros; cinco deputados de São Paulo ficaram com ele e os outros cinco, eu entre eles, ficamos com o Lott. Na verdade, o partido se reduziu a cinco deputados. E com esse número é muito difícil a gente conseguir que a Câmara se interesse por um problema desses.

C.C. - O projeto era exclusivamente seu, ou teve a participação...

B.L. - Não; foi todo feito por mim. Essas coisas a gente começa a estudar para ver como é que tem que se orientar: "A nacionalidade da pessoa jurídica e a experiência de duas guerras"; "Os interesses de ordem pública e as sociedades"; "Política econômica e nacionalidade da pessoa jurídica"; "A noção de nacionalidade da pessoa jurídica e sua utilidade"; "Critérios e normas para a intervenção da nacionalidade"; "Critérios fundados no controle econômico e na pessoa dos sócios"; "Transformações no controle interno das empresas"; "As ações ao portador"; "Proteção diplomática"; "Regime legal de autorização"; "Bancos de depósito e companhias de seguro". Esses bancos de depósito teriam que ser combatidos. Se o Brasil tivesse uma orientação nacionalista, não ia permitir que bancos de depósito funcionassem aqui no Brasil, da mesma forma que os nossos não podem funcionar lá fora. Eles vão fazer uma sucursal na Inglaterra, nos Estados Unidos, para quê? Para receber depósitos dos brasileiros. Eles não têm nenhum poder, nenhuma força, nenhuma condição de intervir no processo de desenvolvimento dos EUA e muito menos de trazer recursos para o Brasil. De modo que é uma coisa de aparência.

Agora, esse bancos que eles mandam para cá se articulam com as empresas que já estão funcionando no Brasil; essas empresas depositam todo o dinheiro delas nesses bancos que ficam em condições de fornecer, de dar empréstimos a eles com capital nosso, para que eles façam, desse capital nosso, um capital estrangeiro! O banco de depósito é uma calamidade, mas quem vai impedir?

D.P. - O senhor não teria nem a adesão do PTB nesse projeto?

B.L. - Pelo menos eles não mostraram nenhum desejo de aprovar esse projeto. E a gente tem tanto trabalho, a vida de deputado é tão dispersiva, é tanta coisa! Eu, nessa última legislatura, dei parecer em 200 projetos durante o período em que estive lá. E desses projetos dois resultaram em Ivro, sem falar no Código de Telecomunicações. Mas eu escrevi um livro sobre imunidade do deputado estadual e esse outro, que foi apresentado como exposição de motivos, porque eu queria que eles verificassem que eu apresentava isso baseado em razões, em argumentos.

C.C. - Quer dizer que o projeto não chegou a ter nenhuma repercussão na Câmara?

B.L. - Não; não chegou. O Gabriel Passos tinha um projeto sobre a nacionalidade das pessoas jurídicas, mas o que ele buscava fundamentalmente era uma definição. E não interessava a definição; o que interessava era a constituição da sociedade. Como buscar uma definição, se não se modificara a estrutura? Encontrava-se aqui a questão dos capitais com que estas empresas se organizavam. O caso, por exemplo, da *Brazilian Investment* era escandaloso. Via-se que eles, vamos dizer, em cinco milhões de ações, tinham 4.910.000 com a *Brazilian Investment*. O Resto eram dez ações para o Gallotti, dez para outro diretor, cinco para outro. Era uma coisa de um ridículo atroz. Deve existir esse livro, porque foi publicado por essa revista de Minas.

D.P. - Nessas questões nacionalistas, quando o senhor apresentava alguma coisa lá na Câmara, sentia a adesão de quais elementos, de que partidos? O senhor achava que o PTB, de modo geral, defendia essas teses e as aprovava?

B.L. - O PTB, preponderantemente, se inclinava para a tese. Nós tivemos, aliás, uma outra campanha muito importante, que foi a campanha de remessa de lucros. O projeto da remessa de lucros foi aprovado nessa legislatura; foi também outra luta que tivemos que travar. O Fernando Santana também teve uma parcela grande de influência nessa coisa. Celso Brant foi outro que agiu muito. Nós tínhamos um trabalho permanente de persuasão junto a outros deputados e a outra bancadas.

Eu, aliás, tinha apresentado, nesse projeto de remessa de lucros, um substitutivo, no qual incluía um capítulo especial sobre a criação de uma comissão de investimentos. Acho que um dos erros fundamentais do Brasil é não ter propriamente uma disciplina contra os investidores estrangeiros. Aqui prepondera a mentalidade de que todo investimento estrangeiro é útil. Mas há capitais que vêm para o Brasil criar uma concorrência com brasileiros e prejudicar brasileiros. Eu citava o exemplo japonês, que tinha a preocupação de fazer da sua lei de investimentos uma espécie de restrição maior à presença do capital estrangeiro. O Japão só admite os investimentos que tragam uma tecnologia tão avançada que seja útil ao país de qualquer maneira, mesmo com capital estrangeiro. Nesse caso eles transigem. Mas quando não se trata de uma tecnologia nova, ou quando se trata de uma tecnologia que o japonês pode aprender facilmente, eles não permitem que o estrangeiro vá disputar com eles um lucro que pode ser deles, e não do estrangeiro.

Afinal de contas, é preciso formar o quê? Um capital nacional. O que adianta chamar a *Sears* para fazer uma grande loja aqui, se todo esse lucro, afinal de contas, vai se destinar aos EUA? E o que dizer dessas empresas de construções que têm aqui para

fazer trabalho que os brasileiros podem fazer? Há aqui uma infinidade de casos em que se verifica que esse capitais estão concorrendo com brasileiros e fazendo aquilo que Oliveira Lima condenava. Oliveira Lima dizia que o Japão não permite que o estrangeiro vá ganhar, no seu país, o dinheiro que o japonês pode ganhar. Diz ele, então, que o japonês tem a idéia de que estão metendo a mão no bolso dele para tirar o seu dinheiro.

D.P. - Tem gente que afirma que o capital não tem nacionalidade.

B.L. - Como não tem nacionalidade? O capital existe por si só? Não existe. Existe o capital de uma determinada pessoa. Se se pudesse imaginar que o capital é uma coisa incorpórea, muito bem. Mas não é! Ele se personaliza no dono. E se há um dono, o dono tem nacionalidade e sabe o que fazer.

Há um caso, aliás, que costumo citar sempre em minhas campanhas, que é o da exploração das minas de cobre na ilha de Chipre. Durante 50 anos, uma empresa americana tirou todo o cobre que havia nessa mina, que é imemorial - essa mina já tinha sido explorada até no tempo dos romanos. Antes de Roma, talvez a própria Grécia já tivesse aproveitado alguma coisa desse cobre da ilha de Chipre. Os americanos chegaram lá, instalaram uma empresa e começou a arrancar cobre de toda maneira; quando se esgotou totalmente a mina e não tinha mais nada, eles foram embora.

C.C. - Esses contratos de concessão são absurdos. Acaba o contrato acabou a mina...

B.L. - O que ficou lá na ilha de Chipre? Umas pequenas casas que eles tinham construído para operários, um pequeno hospital de emergência e mais nada. Parte do lucro tinha sido transformado em doações a universidades americanas, para evitar imposto de renda. Eram lucros tão grandes que, para evitar imposto de renda, eles transformavam-nos em benefícios doados! O resto constitui-se em capital de uma empresa multinacional, que foi explorar outros negócios na Bolívia e em outros países. O que ficou na ilha de Chipre? Praticamente nada.

É essa coisa: afina de contas, se fosse um capital cujo lucro tivesse ficado lá, esse lucro podia ter sido empregado em outras atividades, na fundação de novas indústrias, de novas atividades na ilha de Chipre. No capital o lucro é que é realmente a parte disponível. Qual é a poupança do salário? Quase nada! Mas a poupança do capital poderia ser avultada, e foi, porque eles fizeram uma grande empresa multinacional que continuou a agir no mercado mundial.

Aí está um exemplo de uma orientação que se deveria tomar, e o japonês tomou.

[FINAL DA FITA 11-A]

B.L. - Meu mestre de nacionalismo foi a *Light*. Aprendi nacionalismo com Antonio Gallotti, é verdade. A gente vai aprendendo os processo e vai sabendo como é que se faz. A gente pode chegar inocente diante de um problema desse e até ser alienado, não ter idéia alguma da realidade da coisa. Mas com o estudo, com a prática, com a

experiência - como aconteceu com o Gabriel Passos e aconteceu comigo -, a gente vai fazendo um curso prático, e daí por diante as outras coisas todas vão surgindo. Tenho uma grande gratidão pelo Antonio Gallotti!

C.C. - No artigo que o senhor escreveu para a *Revista Civilização Brasileira* em 1965, o senhor denuncia a fusão da Chevap com a CBEE. O senhor podia explicar melhor o que foi isso? Como ocorreu?

B.L. - No artigo eu levanto todos os aspectos, e alguma coisa eu recordo aí nesse prefácio. Quem tomou uma atitude muito boa naquela questão da Chevap foi o Carlos Lacerda. E veja que é uma coisa interessante: Carlos Lacerda reagiu, disse as coisas mais contundentes a eles, e houve, de certa maneira, uma coincidência - uma mera coincidência, como eles diriam.

C.C. - Dr. Barbosa Lima e Carlos Lacerda concordando [risos].

B.L. - Dizia o João Mangabeira que todos os caminhos do poder, no Brasil, passavam pelos escritórios da *Light*. João Mangabeira tinha essa frase. E, no caso do Carlos Lacerda, vimos que, quando brigou com a *Light*, ele afundou. Pode ser que tenha afundado por outros motivos, mas pelo menos é uma mera coincidência que pode servir para esclarecer.

D.P. - Uma coincidência agradável.

B.L. - Naturalmente eu não ignoro isso. Quanta coisa há na minha vida em que o veto deles se faz sentir! Lembro-me de uma candidatura minha em Pernambuco, em que eles, através do IBAD, influíram para me derrotar. Mas isso eram coisas que eu devia contar.

C.C. - Em 1962?

B.L. - Sim; eu devia contar com isso. Achei até bom, porque eu não gostava muito de Brasília e tive um fim honroso para a carreira política. Encerrei a carreira política.

D.P. - O IBAD assumiu mesmo a campanha contra o senhor?

B.L. - Aquela eleição de 1962 foi toda promovida pelo IBAD.

D.P. - O padre Lira estava à frente? O senhor se lembra do padre Lira, do IBAD?

B.L. - Tinha todo aquele grupo do IBAD, com o Osvaldo e o pessoal todo. Eles espalharam dinheiro por toda a parte. Há um livro do Elói Dutra a respeito da ação do IBAD naquele momento. Eu, aliás, fui convidado para concorrer à cadeira de senador em condições em que não podia ter nenhuma possibilidade de êxito. Eram vários candidatos ao Senado: um deles, o Francisco Pessoa de Queirós; o outro era o José Ermírio de Moraes; havia também a candidatura do Jarbas Maranhão. Jarbas era apoiado pelo PSD; o Francisco Pessoa de Queirós era candidato de todos os partidos políticos de Pernambuco, com exceção do Socialista; o José Ermírio, apoiado pela sua grande fortuna e pelo PTB, que se esforçava muito pela candidatura dele. Eu não tive nenhum apoio do PTB.

D.P. - Em certo sentido, a candidatura dele se chocava com a do senhor, porque ele também era o candidato das forças nacionalistas.

B.L. - Sim; de certa maneira, eu e José Ermírio fizemos até a campanha juntos. E eu fiquei satisfeito com a eleição dele; achei que, pelo menos, era um elemento nacionalista que continuava no Senado. Tanto que não só o cumprimentei pela eleição, como sempre apoiei através de artigos a atuação dele no Senado. Eu achava que era um representante dessa corrente no Senado. E me vinham falar: "Ah, mas foi um absurdo. Eles não elegeram o senhor, mas o José Ermírio! É o poder do dinheiro!" Eu dizia: "Não; acho até que a eleição dele foi uma eleição útil a Pernambuco e ao Brasil todo. Não faço nenhuma restrição a ele". Quando ele foi derrotado em Pernambuco, lamentei que o Senado perdesse três de seus maiores valores, que eram ele, o Josafá e um pouco o Aurélio Viana. Quando ele morreu, escrevi um artigo a respeito.

D.P. - O senhor acha que tinha maiores condições de atuar no Senado do que na Câmara dos Deputados?

B.L. - Talvez tivesse. No Senado, através do regimento, há muito mais oportunidade para a intervenção do senador. Sendo uma assembléia menor, o senador pode intervir muito mais nos debates do que na Câmara, onde ter o direito de falar é muito difícil. Há poucas ocasiões realmente em que a pessoa tem o direito de se pronunciar. Restam esses discursos de 15 minutos, na hora do expediente, que não têm o menor sentido. Na própria discussão dos projetos, nem sempre havia margem para tratar de outras questões que não aquelas do projeto. Dessa forma, o acesso à tribuna é muito pequeno. Eu achava que o Senado seria muito mais interessante. Mas eu era candidato apenas do Partido Socialista, contra candidatos de todos os partidos - como era o caso do Pessoa de Queirós. Havia mais uma circunstância: eu tive até uma votação grande, ainda tive cento e...

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

C.C. - Voltando à questão da energia elétrica, acho que li, em alguma entrevista que o senhor deu, algo sobre uma desvirtuação, com referência à eletricidade, da política de Vargas no período de Kubitschek.

B.L. - Não; Juscelino não se interessou. Aliás, uma das minhas grandes restrições a Juscelino é exatamente achar que ele não teve nenhuma orientação nacionalista. A indústria automobilística que o Japão conseguiu fazer - também sem que tivesse, de início, nenhuma tecnologia -, e conseguiu fazer em condições de entrar no comércio internacional com uma grande força, o Brasil foi entregar tudo a empresas estrangeiras. Agora eles estão aí com esse negócio de Coperaçúcar, mas eu digo: no momento em que o Brasil vendeu a Fábrica Nacional de Motoras -. E isto já foi, aliás, no período de Costa e Silva, com o ministro Macedo Soares -, nesse momento o Brasil se pôs fora de qualquer possibilidade de dominar a tecnologia automobilística. Já não a tinha com as empresas estrangeiras que vieram explorar os automóveis comerciais. Mas tinha uma Fábrica Nacional de Motores, e vendeu-a, quando devia tê-la conservado para apurar sua própria tecnologia, mantendo um campo de experiência em que pudesse vir futuramente a se expandir e a criar uma grande empresa nacional de automobilismo. E é numa hora dessas que nós vamos querer ter um automóvel para competir com Fittipaldi e esses outros? É uma bobagem, e nós estamos vendo que, realmente, não tem significação alguma, porque já não temos direito nem de disputar. O Juscelino, em todo caso, não deu todo capital ao estrangeiro, reservou parte para o Brasil.

C.C. - Houve uma abertura razoável.

B.L. - Uma parte do capital era brasileiro; os bancos brasileiros se associaram a essa parte. Quem mandou entregar toda essa parte aos estrangeiros foi o Castelo Branco. Ele é que desnacionalizou de maneira total as empresas. Por isso é que eu disse que, se me pedissem uma classificação dos governos militares, eu diria que o pior foi o do Castelo Branco, o mais entreguista de todos. O Artur César Ferreira não gostou, mas o Viana Moog ficou de acordo comigo.

C.C. - Foi quem implantou o modelo.

B.L. - E houve coisas que nos envergonham. Duvido que haja um brasileiro, que tenha um sentimento real à dignidade de sua pátria, que não se envergonhe daquela expedição a São Domingos. Aquilo foi o opróbrio para o Brasil! Então, uma nação que está lutando, que está procurando abrir e firmar os caminhos de sua prosperidade, de sua existência, manda uma força para combater e para hostilizar outro país, sob ameaças do comunismo! Não existiam essas ameaças, eram simples balelas para forçar a entrega dos recursos para os americanos. E nós mandamos uma expedição militar!

CC. - Foi o único país da América do Sul que participou disto.

B.L. - Sim; nenhum outro quis saber daquela coisa.

C.C. - Só a Nicarágua e as pequenas ilhas da América Central.

B.L. - Nem o México, nem nada. Nenhum país desses quis ir.

C.C. - Foi realmente um negócio vergonhoso. Agora, apesar dessa abertura toda ao capital estrangeiro, me parece que o Juscelino chegou ainda a sofrer pressões do americano.

B.L. - Sofreu na questão da inflação. Eles queriam, através do Fundo Monetário Internacional, obrigar o Juscelino a não emitir. E até aí Juscelino não ia; a coisa doeu-lhe nos calos e ele quis conservar o poder de emitir. Mas, em compensação, havia aquela bobagem da operação pan-americana, que não tinha nenhum sentido; era uma fantasia do Schmidt que o Juscelino veio a encampar.

Em relação ao auxílio americano, nós nunca deveríamos tomar a atitude de pedir, de solicitar. Se eles quisessem ajudar, que ajudassem. Devíamos fazer a nossa política, para não precisar disso. Acho que, afinal de contas, estender a mão à nação estrangeira para pedir ajuda de qualquer natureza é uma vergonha. Não posso compreender que um país se dê a esse desfrute e a essa resignação de sua altivez, de seu sentimento de dignidade. E aquela operação pan-americana do Juscelino não era mais do que isso: estender a mão. Era dizer: "Vocês estão ajudando pouco, devem ajudar mais". Ajudem se assim quiserem, mas nós é que não podemos impor aos outros que nos venham ajudar. É como o sujeito que vai pedir uma esmola, recebe dez mil réis e responde: "Não; isso eu não aceito. Você me dê 20".

C.C. - E o custo de uma ajuda é muito alto, não é?

D.P. - Eles dão com uma das mãos e tira com as duas.

B.L. - De modo que, nessa parte de nacionalismo, não se pode fazer nenhum louvor a Juscelino. Na questão financeira, ele tomou aquela atitude de resistência apenas para poder emitir.

C.C. - Como é que o senhor vê o fato de ele ter sido um candidato eleito com o apoio de forças getulistas?

B.L. - Não havia outro, não havia possibilidade de se encontrar outro candidato que tivesse condições de vencê-lo. Era um mal menor eleger um homem simpático à política geral getulista e à conservação da estrutura partidária do que um adversário feroz, como seria o Brigadeiro dirigido pela UDN. O Brigadeiro era tão udenista, e o Castelo Branco também, que quando se tratou da extinção dos partidos políticos, eles foram os últimos que se convenceram. Não queriam concordar; tinham um amor tão grande à sigla partidária da UDN que queriam que a UDN continuasse. O Brigadeiro era um homem obstinado. Ele e o Juarez Távora foram as últimas pessoas a se convencerem, no Brasil, de que as cartas do Bernardes eram falsas [risos]. O Brigadeiro talvez não tenha se

convencido ainda - há quem diga isso. Não sei se o Juarez se convenceu. Tenho, aliás, uma conferência publicada naquela revista *Argumento*, do Fernando Gasparian. Fui uma espécie de coordenador, o diretor-geral da revista, que era feita principalmente em São Paulo, por Fernando Henrique Cardoso e aquela turma dele. Num dos números, que aliás foi apreendido, publiquei uma conferência que fiz sobre temas nacionalistas no aniversário de Juiz de Fora, sustentando a tese, que sempre sustentei, de que todos os países que progrediram basearam-se em capitais próprios. Nenhum dos que foram pedir socorro no estrangeiro foi para adiante, porque a sobrecarga desses auxílios é tão grande que acaba anulando todos os benefícios aparentes à sua concessão. Mostrei que os países que se tinham desenvolvido o foram baseados em capitais próprios: a França, a Inglaterra e os próprios Estados Unidos.

Sobre os Estados Unidos, por exemplo, numa publicação americana editada por eles, a *Crisis*, eles diziam que o país tinha recebido um grande fluxo de capital estrangeiro. E eu escrevi no *Jornal do Brasil* um série de artigos contestando essa afirmação. Eu estava munido de uma quantidade considerável de histórias econômicas dos Estados Unidos, e o que eu vi através delas é que era uma balela essa coisa de que os Estados Unidos tinham tido um grande auxílio do capital estrangeiro. Acabei demonstrando mesmo que eles tinham chegado num momento em que começou o grande avanço industrial. Eles tinham os "reis": reis do petróleo, do carvão, das telecomunicações, do telégrafo, uma infinidade deles. Desses reis todos não havia um estrangeiro. Como é que podia ser um país dominado, influenciado pelo capital estrangeiro, se não havia nenhum desses homens? E todos eram realmente donos das empresas capitalistas: Rockefeller, Carnegie, todos eles.

Carnegie não tinha nascido nos Estados Unidos, mas tinha seguido moço para lá, onde tinha vivido toda a sua vida. O importante não é ter nascido no país. O importante é viver no país, ter a sua vida aí instalada e acumular aí dentro o capital que vai utilizar. É muito mais útil um estrangeiro que vem para o Brasil, vive aqui e emprega aqui todo o seu capital, do que um *playboy* que ganha dinheiro aqui e vai gastá-lo na Europa. Um está trabalhando para o Brasil, o outro não. Eles falavam de xenofobia, mas não pode haver xenofobia dentro desse critério.

C.C. - Acho que para se ter uma direção mais nacionalista em termos de determinado país é indispensável a ação do Estado.

B.L. - É claro. Sem a ação do Estado quem é que resolve esses problemas?

C.C. - Não há acumulação privada suficiente para garantir investimentos de grande porte.

B.L. - É claro; qualquer uma dessas coisas que o Brasil fez como a Petrobrás, quem é que poderia ter feito?

C.C. - Como é que o senhor explica essa reação do Estado, quando o Estado normalmente não dispensava a participação do capital privado?

B.L. - É uma política natural do empresariado que procura, através de sua posição, conquistar outras prerrogativas, outras garantias. Eles não querem ir para a Petrobrás para dirigi-la, e se a Petrobrás fosse entregue a eles, não iam investir nada na empresa. Se fosse entregue de graça, eles podiam aceitar, mas não querem investir. Eles fazem essa campanha para ver se, através dela, evitam que o Estado se fortaleça a ponto de negar vantagens e benefícios que eles fazem questão de ter. Não pode ter outra explicação.

Pode-se ver que, em todos os domínios em que o Estado teve que intervir, essa intervenção foi uma fatalidade. Quando ele comprou as estradas de ferro, como podia deixar de comprá-las? A Inglaterra queria vender e não tinha ninguém interessado. Não há um desses empresários que queira as estradas de ferro. Então o Estado tem que fazê-las. A mesma coisa ocorre com os departamentos de portos. O empresário quer lucros que nem sempre pode ter, que nem sempre são convenientes ao próprio país. Às vezes, há necessidade de ter um serviço dispendioso, que não é lucrativo, mas que é de uma grande utilidade para o Brasil. Então, a empresa pública existe exatamente para isso.

Quem é que queria explorar telégrafo, o telefone? A empresa estrangeira poderia aceitar, mas a nacional não. E nós não tínhamos condições, no Brasil, para tomar conta disso. A única possibilidade seria ainda uma multinacional tomar conta de algum desses serviços. Mas uma empresa estrangeira não representaria nenhum interesse para nós; ao contrário, só poderia ser prejudicial. Na verdade, o empresariado brasileiro pode falar, mas não quer competir com o Estado, porque não aceita nada do que o Estado esteja fazendo. Essas fábricas de álcalis, por exemplo, qual foi o capital particular que quis se meter nisso? Eles quiseram explorar Volta Redonda? Não quiseram; o Estado é que teve que se meter nisso, gastar todos os seus recursos para montar a sua empresa.

Pode-se fazer o histórico de intervenção por intervenção do Estado, e vai-se ver que nunca houve possibilidade de empresariado privado aceitar a incumbência de que o Estado se investiu. Entretanto, às vezes há alguns excessos nessas intervenções. Não tenho certeza desse fato, mas me dizem que a Petrobrás aproveita um pouco a sua posição para exigir de grandes fornecedores uma entrega de capital. Nesse caso, a empresa se torna um subsidiária da Petrobrás, que passa a deter uma parte do capital dessa empresa e acaba predominando. A empresa continua a ser fornecedora, mas aí, de certo modo, há um abuso de poder econômico da Petrobrás. Eu não aplaudiria isso, nem acho, aliás, que haja necessidade. Se uma empresa tem que ser forçosamente uma subsidiária da Petrobrás, quando pode ser independente? Não vejo aí vantagem alguma para a Petrobrás.

C.C. - Isso já fazia parte do projeto inicial?

B.L. - Isso que se dá com a Petrobrás, dá-se com essas empresas estrangeiras de automobilismo. Muitas delas também fazem essa pressão aos fornecedores de autopeças, o que, no fundo, é abuso do poder econômico. Isso se podia evitar. O número de empresas que estão hoje subordinadas à Petrobrás é muito grande. Não houve um levantamento completo, nem ninguém fez um estudo mais amplo dessa matéria para ter todos os dados que pudessem nos levar a uma conclusão. Mas há muita grita nesse sentido, e talvez haja algum fundo de razão nessa grita. Se é uma empresa brasileira, se são elementos fixados no Brasil que estão trabalhando, por que a Petrobrás intervém? Não entendo.

Já há algum tempo eu tinha a idéia de ver se podia fazer um estudo mais detido sobre essas empresas estatais, e não encontro material para tanto. Não há nada.

C.C. - Não há condições.

B.L. - Que interesse haveria também? No caso dessas empresas elétricas, qual a empresa nacional que se incumbiria da exploração de qualquer uma dessas grandes hidrelétricas? Nenhuma delas teria capital para isso, nem gostaria. Entretanto, uma multinacional estrangeira, no caso mesmo da *Light*, poderia desejar isso. Mas há interesse em deixar a coisa com a multinacional estrangeira? Não há nenhum. De modo que essa campanha contra o Estado em grande parte representaria interesses privados. Tanto que este almirante Machado Guimaães não gosta do Lloyd. Ele acha que o Lloyd podia ser entregue a empresas particulares, porque está dando lucro. Mas o Lloyd, durante muito tempo, deu prejuízo; nessa época ninguém o queria. Agora que está dando lucro é que vai passar para o privatismo? Não há explicação, sobretudo porque o fato de ser explorado pelo governo permite que seja adotada uma determinada linha não lucrativa. O Estado tem possibilidade de manter aquela linha admitindo prejuízo. Dá prejuízo, mas é útil para o Brasil. Existe essa linha para servir ao público. Qual a empresa particular capaz de aceitar uma linha que não seja conveniente comercialmente, que não dê lucro?

O mesmo ocorre com a aviação. O que custam ao Estado as empresas que exploram a aviação? As subvenções dadas à Varig, à Cruzeiro do Sul, a essa Transnacional são quantias fabulosas. Elas atendem a essa ou aquela região, mas, se fossem estatais, o serviço seria feito da mesma maneira, e não haveria necessidade, então, de ter empresas particulares que, no fundo, são dependentes do socorro público. Até não é direito que se dê a acionistas particulares a vantagem considerável de gozar dessas subvenções públicas. É como essa refinaria que o Jango anunciou que iria encampar e acabou não encampando, nem creio que quissem encampar. É um negócio altamente lucrativo: o Estado garante os lucros, e elas, como elementos colocados junto do monopólio estatal, vão se beneficiando dele.

C.C. - Jango chegou a assinar o decreto de encampação da refinaria?

B.L. - Chegou a assinar, mas não executou.

C.C. - Também já foi muito perto do golpe.

B.L. - Creio que já foi mesmo forçado. Tenho a impressão de que ele estava querendo sair do governo de toda maneira; um suicídio político.

C.C. - Em relação a essa questão de menor ou maior autonomia da política econômica, como o senhor vê a renúncia do Jânio Quadros? O senhor acha que tem alguma relação?

B.L. - Não; minha impressão de Jânio Quadros é que sua renúncia foi um golpe com a idéia de ver se criava um clima para exigirem a sua volta, e ele poder subordiná-la à concessão de poderes ditatoriais. Essa é a impressão que tenho; não vejo outra explicação. Aliás, há um episódio até muito interessante, que outro dia o Alves Pinheiro me contava. Ele é um jornalista de *O Globo*, muito amigo do Lott.

Quando se falava que o Lott seria candidato, embora ele ainda não tivesse aquiescido com essa proposta, Alves Pinheiro procurou-o e lhe pediu que, se resolvesse aceitar a candidatura, lhe comunicasse. Lott concordou, inclusive porque isso lhe interessava. Alves Pinheiro era um amigo com quem contava e que lhe facilitava, de alguma maneira, certa publicidade em *O Globo*, jornal que lhe era hostil. Um dia o Lott mandou chamar o Alves Pinheiro e lhe disse: "Sabe, chamei você, de acordo com aquele nosso compromisso, para você noticiar que aceitei ser candidato". Parou um pouco e continuou: "Olha, é um sacrifício muito grande o que eu vou fazer, e não me animo realmente a fazê-lo, mas há necessidade de combater esse..." - não sei se ele o chamou de maluco ou se uma expressão semelhante. Dizia o Lott: "Tenha a certeza de que antes de sete meses ele renuncia".

C.C. - Quer dizer então que o senhor não vê nenhuma relação...

B.L. - Isso quem me contou foi o Alves Pinheiro. Não chegou a passar de sete meses; ele renunciou dentro do prazo fixado pelo Lott. Foi uma praga tremenda, não?

D.P. - Quer dizer que o senhor não acredita muito na tese das forças ocultas?

B.L. - Não acredito, não. Naquela ocasião a maioria do Congresso o estava apoiando, porque, com a política exterior que ele estava fazendo, ele estava despertando simpatias, e a maioria da Câmara o estava apoiando. Não havia nenhuma resistência parlamentar; a oposição era apenas de Carlos Lacerda - uma oposição verbal, de debate e discussão. Ele podia superar tranquilamente tudo isso. Tenho a inteira convicção de que ele calculou que, saindo abruptamente do governo, com uma renúncia daquela, forçaria um movimento em favor da sua permanência. E esse movimento poderia chegar a arrancar poderes maiores para que ele governasse sem nenhuma resistência.

C.C. - Quer dizer que a tese de que houve pressão contra a política externa dele o senhor acha que não é verdadeira.

B.L. - Não; houve pressão, mas ele também aumentou essas pressões, porque fez algumas medidas que não precisava fazer. Nunca justifiquei, por exemplo, que naquela hora ele fosse dar comendas ao Che Guevara. Quando ele deu aquelas comendas, encontrei o Sarney na Câmara. Eu estava ainda como deputado e fui ao Sarney, que era meu camarada, meu amigo, e disse: "Mas Sarney, como é que o Jânio comete um despautério desses, nessa hora, dando a comenda ao Che Guevara?" Sarney respondeu: "Mas Dr. Barbosa, o senhor acha que o presidente da República não tem poderes para conceder comendas a pessoas que ele queira distinguir?" Eu disse: "Não; acho que ele

tem esses poderes, mas tem que saber primeiro qual é o dispositivo militar com que ele conta". O dispositivo militar dele não era favorável a isso, como se provou.

D.P. - Mas será que ele não se sentia des apoiado pelas forças armadas, por exemplo?

B.L. - Mas se ele não se sentia apoiado pelas forças armadas, não devia dar a comenda. Dar a comenda era provocar.

D.P. - Isto não teria levado Jânio a renunciar?

B.L. - Não. Também não era um ato urgente nem indispensável dar a comenda. Ele evitaria a provocação e iria tomando medidas para substituir os elementos militares.

[FINAL DA FITA 11-B]

B.L. - O PSD não era partido para criar dificuldades, como não estava criando.

D.P. - Mas por que ele queria esses poderes ditatoriais? Apenas por um ato de loucura?

B.L. - Ele tinha governado São Paulo e não era homem que tolerasse muito oposições, resistências e críticas. Isso ele não era homem para suportar; era meio intolerante e ficava exaltado. Um discurso que se fizesse na Câmara condenando a ação dele era uma coisa que lhe parecia um sacrilégio. Mas um homem que chega ao governo tem que admitir que os outros também tenham o direito de discordar e de criticá-lo quando quiserem. A questão é não chegar a um tal ponto que, de certa maneira, se inutilizem as medidas consideradas essenciais. E isso não houve. Ele não provou a existência de nenhuma medida essencial que ele quisesse tomar e não houvesse podido. Ele nunca indicou quais eram as forças ocultas que o estavam constringendo. Se houvessem realmente forças ocultas fazendo essa pressão, não lhe custava nada declarar quais eram elas, mesmo que fossem os militares. Não digo quando ele estivesse no poder, mas afastado do governo, porque não dizer que foi fulano ou sicrano que criou esse obstáculo? Bastava declarar "Ouvi isso de fulano ou aquilo de sicrano". Nessa coisa de forças ocultas, o que ele disse depois não leva realmente a nenhuma conclusão.

C.C. - A renúncia dele criou, inclusive, um impasse para essas forças antinacionalistas, porque João Goulart era o sucessor natural.

B.L. - Em toda a ação do Jânio, há uma série de fatos que levam a uma conclusão. Quando ele foi candidato a presidente, quem era o vice-presidente? Era o Milton Campos, realmente um homem de grande prestígio, de grande respeitabilidade, que poderia sucedê-lo com a maior facilidade, em qualquer momento que ele quisesse

abandonar o cargo. Mas ele fez o possível para evitar a vitória do Milton Campos. Havia um político no Ceará que tinha uma corrente própria. Esse elemento era mais ou menos distanciado dos partidos políticos mais importantes e foi procurar o Jânio. Pediu-lhe propaganda e disse: "Vou fazer propaganda do senhor e do Milton Campos". Jânio falou: "Do Milton Campos não; faça a propaganda do Jan-Jan, Jânio-Jango". E lá no escritório dele mandou dar a propaganda do João Goulart para esse deputado - que é uma pessoa muito conhecida, mas cujo nome não está me ocorrendo agora - para que fizesse a campanha a favor do João Goulart.

Porque ele queria o João Goulart? Porque sabia que havia uma resistência ao João Goulart e se ele, Jânio, quisesse se afastar do governo, essa resistência seria um elemento positivo para formar um movimento a favor de sua permanência. Não é fácil de ver? Compreenda a seqüência política dos atos dele, que se criou um plano muito anterior a tudo isso. Quando ele renunciou, já tinha mandado o João Goulart à China para incompatibilizá-lo ainda mais. Foi o esforço de Jânio que fez com que João Goulart fosse à China. Ora, naquela hora em que o Brasil todo tinha horror à China, ele ia incompatibilizar mais ainda o João Goulart.

Nessa hora ele renuncia, imaginando que a reação contra a idéia da posse do João Goulart seria de tal ordem que tudo isso se transformaria num movimento para fazer com que ele continuasse no poder, fossem quais fossem as condições que exigisse. Ele passaria a ser dono da situação. Esse programa, aparentemente, parecia bem urdido, mas tinha pontos fracos, porque começava pela idéia de que sua renúncia não seria julgada de imediato e não seria aceita sem maiores debates ou maiores reclamações. Há quem conte que, quando ele soube da atitude do Congresso aceitando a renúncia, exclamou: "Mas que Congresso é esse que não tem uma Comissão Justiça para se pronunciar sobre a minha renúncia?" Ora, uma renúncia não vai para a Comissão de Justiça, nem precisa ir. Renúncia é um ato unilateral, que por si só preenche todos os seus efeitos.

C.C. - Mas se o Congresso era favorável a ele, por que aceitou sem discussão a renúncia?

D.P. - Isso não era um plano explícito, o Congresso não sabia dessa jogada?

B.L. - Não; desde que ele renunciasse, para outros partidos políticos seria mais interessante que viesse o João Goulart. Para a UDN não seria, mas a própria UDN ficou também surpreendida, porque o gesto de renúncia é um gesto que não se pode discutir.

D.P. - E essa não era uma medida que estava articulada. Estava só na cabeça dele, não é isso?

B.L. - Só na cabeça dele. Os outros não estavam dentro do plano - talvez nem o seu próprio ministro da Justiça estivesse. Ele não tinha um grupo de pessoas enfrontadas disso, para exercer essa tarefa, mesmo porque ele tinha receio de que, se fosse transmitir esse ponto de vista a outros elementos, a manobra seria desaconselhada.

C.C - O senhor acha que o próprio PSD preferia Goulart?

B.L. - O PSD tinha ligações com o PTB e talvez preferisse o Goulart. Ninguém poderia imaginar que ele vinha para o governo fazer as coisas que fez. Era um elemento que tinha contato com o PSD.

C.C. - Qual a sua opinião sobre o governo Goulart?

B.L. - João Goulart tinha sido, inclusive, candidato a vice-presidente na chapa do PSD, de modo que era um candidato do PSD e do PTB. Então, se ele vinha para o governo, todos tinham interesse em aplaudir.

D.P. - Como o senhor vê o governo Goulart em relação ao nacionalismo?

B.L. - Hesitante, sem nenhuma definição, sem nenhuma orientação própria. Basta dizer que ele não sancionou a Lei de Remessa de Lucros; deixou que se esgotasse o prazo para que ela viesse como uma decisão exclusiva do Poder Legislativo, e custou muito a providenciar a regulamentação, que só veio graças à energia do Carvalho Pinto - um elemento extraordinário, consciente, valoroso, que fez a regulamentação como se podia desejar. A ação do Carvalho Pinto foi muito útil nesse momento.

O João Goulart sempre me deu a impressão de ser um homem que não tinha idéias a propósito de nada. E quando as tinha, também não fazia questão que fossem para diante. Nunca tive uma boa impressão de João Goulart, e os amigos dele até estranharam um pouco esse meu ponto de vista. Uma vez o João Mangabeira tinha um trabalho, um pronunciamento qualquer que eu achava que seria bom que Jango conhecesse. João Mangabeira me disse: "Dr. Barbosa, este homem, se lê jornais, já é bastante". A impressão geral de todos os que serviam com ele era a de um homem que não tinha maior preocupação pelos problemas brasileiros. Não era inteiramente destituído de alguma inteligência e de alguma esperteza, mas não tinha cultura alguma. Seu tirocínio não era bastante para orientá-lo nesses aspectos.

Jango estava meio assustado com a política de Brizola, cada vez mais conquistava terreno junto ao PTB. A perspectiva de Jango era a mais sombria possível: terminaria o período governamental, perderia a presidência do PTB para o Brizola, e teria que ficar no ostracismo, lá na fazenda, afastado de todos os cargos e de todas as posições. Talvez ele não gostasse muito dessa hipótese e pensasse que poderia repetir o caso do Getúlio que, apeado do governo, foi para Itu, ficou lá quatro ou cinco anos e veio para conquistar a presidência numa eleição extraordinária. Quem sabe se o Jango também não pensou nessa hipótese: "Vou para minha fazenda daqui a pouco tempo. Depois de um pequeno período, volto consagrado como uma vítima que foi perseguida". Quem sabe ele não pensou essas coisas? Agora, não há dúvida de que ele cometeu uma série de atos de quem realmente estava praticando um suicídio político. Nunca vi uma série de atos mais completos para levantar contra todas as forças nacionais, tudo.

C.C.- De quantos atos o senhor está falando?

B.L. - Veja os atos que ele praticou, naquele final, a começar pelo comício de 13 de março. Ele teve também um ato que desagradou a religião naquele momento (não me lembro bem qual foi a atitude que ele tomou e que desagradou profundamente a religião). Ele já tinha desagradado os capitalistas, assustado os homens da terra com a reforma agrária de que falava muito mais do que executava. E teve sobretudo a revolta dos sargentos. Aquela manifestação dos sargentos foi a pedra de toque. Afinal de contas, ele estava apoiado em quem? Só podia estar apoiado numa estrutura militar. E de repente ele se torna solidário com a ausência de hierarquia nas forças armadas, fazendo a exaltação dos sargentos e tomando parte naquela manifestação, em que cada um se pronunciava em termos mais arrogantes, sem nenhum sentido, nenhuma eficiência. Eles não comandavam nada, não dirigiam nada.

C.C. - Mas o senhor acha que o problema estava nos próprios temas abordados pelo governo ou na maneira pela qual o governo orientava esses temas? A questão da reforma agrária, por exemplo, é justa, o problema é que foi mal orientada.

B.L. - Ele fez aquela lei agrária, mas será que ia executá-la? Ninguém podia ter certeza. De qualquer maneira, levantou forças contra ele. Nessa coisa de política, quando a pessoa desafia uma força, tem que ver as outras que vão apoiar. Não se pode, ao mesmo tempo, desafiar todas as forças sociais. O que houve ali foi exatamente isso: de repente, ato por ato! Acho até que ele se meteu também no Banco de Depósitos, o que eu imaginava que ele não fizesse naquele momento. Aí é a tal coisa que a estratégia militar recomenda: combater as forças separadamente. Reforma agrária? Então vamos fazer só reforma agrária e deixar as outras questões de lado. Depois da reforma agrária, vamos ver qual é o outro problema. Mas primeiro vamos enfrentar este.

C.C. - Ele não tinha tato político, não é?

B.L. - Não seria um homem esperto. Entretanto, não era um homem inábil; era maneiroso, jeitoso. Se ele partiu para essas coisas todas... É verdade que havia uma confluência de forças exaltadas em torno dele e uma quantidade de greves. Em face dos militares, a greve é uma das coisas mais ameaçadoras para um governo. Militar tolera tudo, menos greve. Não sei que idéia ele faz da greve; parece que a considera um ato de indisciplina e fica indignado com ela. E houve aquela quantidade de greves no período dele. Ele desatou um certo número de forças sindicais e mais tarde perdeu o controle sobre elas. Eram também homens exaltados que não tinham nenhuma orientação e não significavam nada. No momento em que se foi apurar o que eles representavam, viu-se que não representavam coisa alguma. A última idéia deles foi a greve no dia 31 de março, que funcionou como pá de cal. Então, numa hora em que o operariado precisa estar na rua, eles vão para uma greve geral, resolvem ficar em casa? Não há meio de eu poder compreender isso.

D.P. - Acho que isso tudo está mais ligado aos custos de qualquer abertura democrática, do que ao fato de Jango não ter tido condições de controlar essas forças. A partir do

momento em que ele abria, essas forças populares realmente iam se organizando, iam, exigindo uma série de coisas e pressionando o governo.

B.L. - Mas aí ele podia jogar outros elementos, ou chamá-los e dizer: "Se vocês não se contêm, sou forçado a tomar uma atitude".

D.P. - Passemos então a Pernambuco nesse período. Acho que o Arrais, apesar de toda a euforia que existia, continha mais o processo, ou seja, detinha mais as rédeas do processo.

B.L. - Mas cometeu também algumas imprudências. Ele, por exemplo, organizou uma força paramilitar com os homens do campo. Não deu armas, mas forneceu uniformes, deu uma certa consistência a essas forças. Não há nada que dê mais medo ao Exército do que a formação de uma força paramilitar, discordante da deles ou capaz de se opor à deles. É uma ameaça contra a própria subsistência do Exército. Isso irritou muito. Houve momentos em que ele deixou de parte a lei para dar uma certa força a esses elementos esquerdistas que o tinham feito candidato à presidência da República. O erro do Arrais foi se meter a candidato à presidência da República naquela época. Não era ainda o momento dele. Ele antecipou a coisa e, porque antecipou, tornou-se subordinado aos elementos do Partido Comunista.

C.C. - O senhor acha que a isso se devem os obstáculos que Jango começou a criar ao governo de Arrais?

B.L. - Jango criou uma dificuldade ou outra ao Arrais. Arrais não tinha também muita confiança no João Goulart, de quem tinha muito medo da ação. Uma vez houve aqui uma reunião, na casa do Hugo Ramos, naquela ocasião em que eles foram discutir a conveniência ou não do estado de sítio que João Goulart tinha proposto. Todas as forças esquerdistas estavam reunidas na casa do Hugo Ramos, e pode-se dizer que, quase por unanimidade, todos foram contrários a isso. Eles tinham medo que Jango, armado com o estado de sítio, fizesse realmente o que projetava fazer - ou melhor, o que diziam que ele queria fazer -, que era afastar o Carlos Lacerda.

O receio das forças de esquerda era de que, com a presença de Krueel no processo do estado de sítio, ele quisesse exigir também, como compensação, a cabeça de Arrais, argumentando: "Bom, para não se dizer que estamos a serviço apenas das forças comunistas, porque vamos depor o Carlos Lacerda, vamos também afastar o Arrais, como compensação". Por causa disso, as esquerdas reprovaram o estado de sítio, que acabou. E isso foi uma demonstração de fraqueza que derrubou João Goulart. Então, ele propõe um estado de sítio e é obrigado depois a retirar a proposta? Era o fim. Ali, talvez, conviesse aceitar o negócio nessa base, tirando os dois, para evitar que isso apressasse ainda mais o processo revolucionário. Talvez fosse uma consideração a fazer. Mas eles não tinham nenhuma confiança no Jango, e também ninguém tinha. Quem podia saber o que ele iria fazer? Tanto ele podia concordar, como acabar não tirando o Carlos Lacerda tirando só o Arrais. Ninguém sabia aonde ele poderia chegar.

C.C. - E a participação do Brizola no governo, como o senhor vê?

B.L. - Foi perturbadora no sentido de que ninguém fala em revolução publicamente. Revolução é coisa que se faz nos bastidores, que se conspira, que não se declara. E um homem que vai formar "grupo dos 11" nos municípios está apenas fazendo o levantamento das pessoas que devem ser perseguidas depois.

Eu, aliás, me encontrei com ele antes disso. Eu tinha ido visitar o Mangabeira, de que gostava muito, e ele estava lá. Eu disse: "Brizola, nesse negócio de revolução é preciso ter cuidado; a revolução faz-se, mas não se propaga, não se diz que se vai fazer". Ele tinha uma grande ascendência no rádio e na tribuna, porque falava uma linguagem muito acessível ao povo. Dos oradores que tive oportunidade de ouvir, realmente ele era um dos que mais se aproximava, na sua linguagem, da mentalidade popular. Ele repetia as coisas, usava termos simples e argumentos que eles podiam acompanhar. Era realmente o tipo de um perigoso demagogo. Como o era Jango, outro demagogo perigoso. Curioso é que se tinha feito toda a campanha contra o Brizola acusando-o de comunista, quando minha impressão pessoal é de que ele era profundamente anticomunista. Ele estava muito mais perto do fascismo do que do comunismo. Tanto que, quando candidato ao Rio Grande do Sul, ele chegou a fazer uma declaração de que não queria o apoio dos comunistas, não queria os votos do Partido Comunista.

C.C. - Mesmo quando ele foi candidato ao governo estadual?

B.L. - No Rio Grande do Sul, naqueles municípios do interior, havia muitos núcleos italianos radicados, com uma certa influência, e que tinham horror ao comunismo. Brizola não queria afastar da sua candidatura esses núcleos coloniais. Também havia núcleos germânicos, que podiam orientar-se para a candidatura dele, e que ele tinha medo de perder. Então ele fazia essa declaração. Instintivamente, ele não tinha nenhuma tendência comunista.

D.P. - O senhor não vê essa declaração mais como uma demagogia dele?

B.L. - Não; creio que isso correspondia, realmente, às idéias dele. Ele queria fazer aquelas reformas e, sobretudo, tinha um sentido de energia e bravura característico de sua ação. Basta lembrar o desafio dele à ITT, naquela campanha contra a empresa de energia elétrica do Rio Grande do Sul. Era a primeira vez que, num país latino-americano, se levantava um governo estadual para reagir contra a ITT. A meu ver, ele estava fundado nas melhores razões. Ele argumentava que, na exploração de energia elétrica no Rio Grande do Sul, a ITT tinha tido lucros maiores do que havia afirmado. Consequentemente, se fosse levar em conta esses lucros, a empresa não teria direito a nenhuma indenização; ao contrário, ainda deveria indenizar o governo do estado pelos lucros excessivos que havia arrebatado.

No caso dessas empresas concessionárias houve muito enriquecimento ilícito. Eles levavam verbas a que, a rigor, não tinham direito e que acabavam sendo lucros que permitiam depois, na conclusão do contrato, fazer o encontro de contas e dizer: "Não; vocês é que estão devendo ao estado, e não o estado a vocês". E foi essa a atitude do

Brizola. Se o Jango se orientasse pela cabeça dele, não sei se a coisa teria ficado tão simples. O Brizola queria resistir e tinha o comandante da Região, Ladário, em condições de obedecer a ele. É verdade que muita força já havia mudado, etc. Mas se aparecesse um núcleo de resistência, não sei o que teria sido. Entretanto, Goulart não pensava em resistir. O problema dele era renunciar o mais depressa possível.

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

D.S - O senhor considera uma luta inglória?

B.L. - Não me preocupo com a glória. Acho que é uma luta necessária.

C.C. - Claro, sem sombra de dúvida. Mas as derrotas pesam mais na balança do que as vitórias.

B.L. - Não. É preciso contar com as derrotas e não se importar com elas, sobretudo não se enervar, não se irritar. O principal nisso é a gente enraivecê-los, vivendo. Isso já é uma vitória. Eles devem ficar indignados com os adversários que passam dos 70 anos. Quando chegam aos 80, então, eles devem ficar mais bravos [risos].

D.P. - Houve um retrocesso grande, não é?

B.L. - Houve; essa revolução pesou tremendamente.

C.C. - Nós ainda temos que batalhar muito.

B.L. - Para voltar àquela situação...

C.C. - Ao estágio dos anos 50.

B.L. - Roberto Campos dizia que o nacionalismo, no Brasil, consistia apenas em atacar os EUA. Eu respondi: "Mas como atacar os EUA? Não há necessidade alguma de atacá-los. Temos é que evitá-los, não que atacá-los". Temos que fugir também.

Naquele meu livro *Desde quando somos nacionalistas?*, distingo os vários tipos de nacionalismos. O primeiro nacionalismo existente no Brasil foi o anti-holandês, no período das guerras de Pernambuco. Depois o antiportuguês, que existiu desde o começo, sempre como resistência, através de todas as revoluções que foram articuladas no Brasil, até que tivemos, às vezes, a coincidência de vários nacionalismos. Depois, em 1910, contratado o comércio com a Inglaterra, definiu-se o nacionalismo antibritânico. Esse acompanha todo o século e vai acabar em 1914, com a guerra européia. A partir

daí, não havia mais razão para continuar com o nacionalismo antibritânico, porque a Inglaterra deixara de ser um obstáculo. Mais tarde o integralismo tomou conta desse nacionalismo antibritânico, que continuou nos livros de Gustavo Barroso, a meu ver, já não mais a serviço do Brasil, mas a serviço da Alemanha, a serviço do nazismo que tinha interesse em atacar a Inglaterra. Nesse momento, atacar a Inglaterra, de certo modo, era servir ao nazismo.

O nacionalismo antibritânico se justifica até a guerra européia; depois, não há mais razão para falar nele. Passamos então ao nacionalismo antiamericano. O perigo passa a ser os EUA, a influência do capital americano, a presença deles, a ameaça dos *marines*, aquela coisa toda. O panorama se transformou totalmente, sem que se possa negar que, em algumas zonas do Brasil, como Santa Catarina, houve um nacionalismo antigermânico, que também houve em São Paulo no tempo daquelas campanhas...

C.C. - Mas não chegou a ameaçar, não é?

B.L. - Na região ameaçou, teve uma certa presença. Aquele livro do Viana Moog, *Um rio imita o Reno*, é uma demonstração dessa presença. E depois, na fase do Estado Novo, a campanha do Exército para levar aquela população toda a apreender o português e acabar com as escolas alemãs, foi também uma ação no sentido de combater os motivos que ocasionavam esse nacionalismo antigermânico. Tivemos mesmo, em São Paulo, um começo de nacionalismo antiitaliano, com aquela reação contra as sociedades Dante Alighiere que surgiram por todo o estado, e que teve um episódio marcante na questão dos protocolos. Houve ali combates de rua tremendos, por causa de um atrito com a Itália.

No fundo, esses nacionalismos são movimentos que têm sempre um sentido de antagonismo, de determinado antagonismo com determinada população. Aqui não havia o jacobinismo. Havia um nacionalismo tipo português, numa fase em que Portugal, através das quitandas, das padarias, dos açougues, dominava certo setor econômico, o que afetava a burguesia, as famílias. Aí então formou-se um nacionalismo. O jacobinismo teve a sua fase bem acentuada já recentemente, numa época em que, aqui no Rio de Janeiro, o jornalismo era quase todo entregue a portugueses. Não só as grandes figuras da imprensa vinham de Portugal, como os colaboradores eram portugueses. Até havia elementos que tomavam uma atitude veemente e ficavam uma fúria contra os portugueses. Ilustrando o nacionalismo, é uma situação de antagonismo de que o povo, pouco a pouco, se vai conscientizando, mas que muda com a própria transformação dos períodos. A prova está em que o nacionalismo antibritânico veio a se transformar no nacionalismo antiamericano. Essa é a tese do *Desde quando somos nacionalistas?*

9ª Entrevista: 11.10.1977

D.P. – O senhor estava falando das teses que defende no seu livro *Desde quando somos nacionalistas?*

B.L. – Entendo que o nacionalismo se baseia no antagonismo. Um antagonismo de interesses, de idéias, de aspirações e que pode, por isso mesmo, ir se transformando com o correr do tempo. O primeiro nacionalismo no Brasil, a meu ver, se manifestou na guerra dos holandeses. Naquela ocasião, os nordestinos e a população que habitava a região se identificavam mais com os grupos portugueses do que com os grupos holandeses. Achavam que os grupos holandeses estavam ali defendendo exclusivamente interesses comerciais, já que era a Companhia das Índias Ocidentais, muito mais do que qualquer outra coisa. Eles, então, tinham a idéia de que era melhor continuar sob o domínio português.

[FINAL DA FITA 12-A]

B.L. – De um lado, havia uma colonização de certa maneira nacional – sem dúvida a colonização portuguesa o era, embora também com interesses mercantis. Do outro lado, nunca houve propriamente a Holanda. Houve a Companhia das Índias Ocidentais, com um sentido comercial muito mais acentuado do que se podia observar na emigração ou na colonização portuguesa. Como havia um grupo também numeroso de portugueses – que, por isso mesmo, tendiam muito mais para Portugal do que para a Holanda -, foi fácil conjugar os dois elementos: o elemento brasileiro, que já se estava consolidando no país, e o elemento português, que continuava se esforçando para manter os vínculos com sua pátria originária.

C.C. – E o senhor acha que já se pode falar em uma certa reação do elemento brasileiro?

B.L. – Já houve uma reação dos brasileiros com Henrique Dias, com André Vidal de Negreiros. O sentido brasileiro, a presença brasileira estava lá. Tinha também Fernandes Vieira, mas esse, além de ser um homem de negócios, não era lá uma grande figura ...

D.P. – Mas chegou a haver mobilização popular?

B.L. – Houve; sobretudo depois da partida de Nassau. Havia uma diferença entre a presença da Companhia das Índias Ocidentais e a de Nassau. Aliás, escrevi um trabalho sobre a presença de Nassau, num tempo em que desejávamos comemorar, no Brasil, esse século em que ele tinha estado aqui.

Nassau tinha deixado obras realmente memoráveis, desde o livro do Baerle até as pinturas do Franz Post e a construção de cidades como Mauricéia. Nassau marcou bem a sua presença com o sentimento de tolerância religiosa que, de certa maneira, foi nucleando em torno dele todas as populações nativas. Tanto que só houve, realmente, reação contra os holandeses ou contra a Companhia das Índias Ocidentais depois da partida de Nassau. Enquanto esteve presente, de certa maneira ele coordenou as forças políticas, bem como todas as forças econômicas e sociais que estavam surgindo em Pernambuco.

Depois da partida de Nassau, acompanhada por muita gente da região até o porto da Paraíba, onde ele embarcou, então a oposição à Companhia das Índias Ocidentais se

pronunciou mais, se definiu e encontrou, entre brasileiros e portugueses, uma certa união que realmente os mobilizou para a luta que iria resultar nas batalhas de Guararapes. Aí, a meu ver, houve a formação de uma consciência nacional, embora misturada ainda com a presença de Portugal. Mas houve a idéia de que estava surgindo uma pátria.

C.C. – O senhor não acha que foi principalmente uma luta da aristocracia açucareira contra...

B.L. – O que havia naquele momento? Somente a aristocracia açucareira e o escravo. Os escravos não chegavam a ter um pronunciamento, eram elementos que ficavam mais ou menos deslocados e que não tinham o que ganhar numa situação ou noutra: seriam escravos da mesma maneira. Os outros elementos estavam de certa forma coligados ou congregados com esses.

C.C. – A população branca livre era muito pequena ainda.

B.L. – Era muito pequena, muito reduzida. E os outros elementos estavam associados a eles, tendo até mais facilidade de se entender com eles do que com os holandeses, até pelo problema do idioma. Nessa ocasião a consciência nacional se formou indistinta, ainda precária. De qualquer maneira, houve um vínculo comum entre todos eles: o amor à terra ou a reação contra o holandês. Aí vem a questão do antagonismo. Foi uma reação contra a Companhia da Índias Ocidentais, que só pensava nos proveitos comerciais.

Este nacionalismo anti-holandês foi curto, cessou logo. E começou a se formar, pouco a pouco, um antagonismo entre os elementos da terra e os elementos de Portugal, e a se formar um nacionalismo anti-português que sucedeu ao nacionalismo anti-holandês.

D.P. – Como o senhor vê a figura de Calabar?

B.L. – Calabar não me dá a impressão de um herói, porque acho que a colonização holandesa não era muito melhor do que a portuguesa. Até mesmo porque ainda vai se demonstrar que os holandeses também não faziam milagres – como não faria milagre nenhum povo que quisesse apenas explorar aquela terra. O sentimento colonizador era uniforme em todos eles. Só melhorava um pouco no caso da Inglaterra, e menos pela atitude da Inglaterra do que pela atitude dos que emigravam. O que se podia destacar nos EUA era a presença dos peregrinos, daqueles homens que, por sentimentos religiosos e por outros motivos, haviam deixado a Inglaterra e tinham uma outra preocupação: a de fundar realmente uma pátria.

Os portugueses que vinham para o Brasil não tinham propriamente a idéia de formar aqui uma pátria. Logo que ganhavam o dinheiro, a preocupação era voltar para Portugal. Todos eles queriam voltar a Portugal, e isso, aliás, só veio a desaparecer, vamos dizer, já no final do século XIX. Aí é que os portugueses começaram a não ter mais esse ideal. Muitos não tinham condições de voltar, mas tinham esse ideal. O

desenvolvimento do Brasil, o crescimento e as condições mais favoráveis de vida social é que permitiram que o português que aqui morava já não pensasse em voltar a Portugal. Isso é recente. Ainda no tempo de Eça de Queirós, daqueles escritores portugueses, havia o brasileiro que voltava a Portugal.

Eu assinalo isso até com uma observação curiosa que me tinham feito: os portugueses que enriqueciam mais, os que levavam maior número de riquezas para Portugal, eram em primeiro lugar, os açougueiros; depois, os padeiros e comerciantes. De modo que se pode ver como a exploração desses diversos ramos era propriamente a atividade deles. Os açougueiros eram os mais ricos de todos, porque essa questão da carne sempre foi fundamental. O fato é que eles só foram perdendo isso quando melhoraram as condições sociais brasileiras.

Agora, quando eles – e isso, o Brasil também – se tornam cada vez mais conscientes de sua vida aqui, surge a primeira manifestação nativista, que foi a revolta de Beckman, depois da qual tivemos a Guerra dos Mascates. Acho que esta já definia bem um antagonismo econômico, porque surgiu exatamente de um antagonismo entre os comerciantes portugueses exportadores de açúcar e os lavradores que em grande parte já eram nascidos e ambientados em Pernambuco. De modo que, nesse caso, há um antagonismo perfeito, e já se trata de um sentimento nacional. Os que estavam no porto eram esses portugueses que queriam enriquecer para voltar para Portugal. Os que estavam na lavoura já tinham realmente amor à sua terra, à sua atividade e já não pensavam em voltar. Para esses, a terra tinha uma sedução maior, e eles se fixavam aqui. Para os outros, os do comércio, a idéia era voltar: enriquecer e voltar.

Este antagonismo foi pouco a pouco diferenciando-se e explicando os movimentos nacionalistas no Brasil, inclusive a Inconfidência Mineira, e até a Revolução Pernambucana de 1817. Quando o Brasil declarou a Independência, uma parte do nacionalismo antiportuguês ainda permaneceu, embora restrito ao reino intelectual, visando fugir à presença das correntes portuguesas que ainda dominavam o Brasil. O romantismo, em grande parte, foi mais um movimento para se aproximar dos modelos franceses do que dos modelos portugueses.

Portanto, a primeira fase foi a do nacionalismo antilusitano no domínio político. Tivemos uma segunda fase, que foi o nacionalismo antiportuguês no domínio intelectual, com aquelas correntes de Luís Edmundo – já um outro tipo também, que se chamava jacobinismo. O jacobinismo já podia ter outra explicação: surgia nos lugares em que a colônia portuguesa tinha grande ascendência e dominava, em geral, o comércio, que permitia mais a exploração do consumidor. Daí é que vinha esse antagonismo contra os donos desse comércio. Aqui no Rio esse sentimento de jacobinismo, que Fernando Peixoto explorou, foi muito profundo. Até o começo deste século, tivemos aqui essas manifestações profundas de nacionalismo.

Depois, veio a fase do nacionalismo antibritânico, com o domínio inglês, a presença inglesa, as questões em torno do tráfico – que foi um ponto também em que o antagonismo se exasperou. Houve a questão Christie e uma infinidade de aspectos, inclusive aquele episódio da ilha Trindade. Houve também manifestações de poesia. Há um nacionalismo antigermânico no Sul, contra as colônia alemãs. E um nacionalismo antijaponês que, inclusive, se manifestou na atitude de Miguel Couto, na luta contra os japoneses. E por fim o nacionalismo antinorte-americano.

C.C. – Em termos de corrente política, como o senhor vê esse nacionalismo antibritânico no final do século passado?

B.L. – Uma defesa contra o imperialismo. O imperialismo no século passado era o britânico, a começar pelo primeiro tratado que fizemos com os ingleses, em que eles conseguiram para suas mercadorias uma tarifa preferencial extraordinária, maior até do que a que se concedia ao próprio Portugal naquele momento.

D.P. – Em certo sentido, o Brasil era mais colônia da Inglaterra do que de Portugal, não é?

B.L. – É; porque em tudo que fazíamos aqui, Portugal era apenas o entreposto. O nosso ouro todo foi em grande parte para a Inglaterra.

C.C. – Houve uma redistribuição dos papéis das colônias, nessa fase imperialista, não?

B.L. – No fundo, tanto a reação contra a Inglaterra como contra os Estados Unidos se fundam na mesma coisa: a luta contra os interesses imperialistas que começam a crescer. Hoje, aliás, já não é mais apenas contra os EUA; seria um nacionalismo contra a multinacional, que é um instrumento do imperialismo. Hoje não temos, apenas, o imperialismo americano. Sofremos também a pressão do imperialismo japonês, do imperialismo germânico, e, ainda, uns restos do imperialismo francês e inglês. O número de exploradores e de beneficiários até aumentou consideravelmente.

C.C. – Temos coisas muito identificadas em termos de anti-americanismo, não é?

B.L. – Mas a força principal, dominante, ainda é o nacionalismo antinorte-americano, porque sentimos realmente que eles dominam toda a América. Isso se faz sentir de toda forma, através das organizações que eles têm, de suas numerosas agências: agências de publicidade, agências de intervenção – a CIA, por exemplo. Eles têm uma presença maior do que o japonês e o alemão, que procuram apenas tirar partido, ao passo que os EUA se fazem presentes também através de uma projeção política, que ainda agora, nessa questão da energia nuclear, se manifesta.

Nunca entendi que isso fosse uma coisa permanente. Acho que pode mudar de um período para outro, como mudou antes. Nós já passamos do nacionalismo antiportuguês e, em certas fases, do antigermânico para o antiinglês e o norte-americano. E o que eu notava aqui exatamente era como o imperialismo norte-americano tinha se fixado, vamos dizer, nas gargantas, nos pontos básicos, fundamentais.

Vejamos a questão dos frigoríficos. Os capitais norte-americanos não se contentam, ou não se satisfazem, com nosso mercado cafeeiro. Dominam também a pecuária através dos frigoríficos que podem concorrer para a queda dos preços da carne, retraindo-se na hora em que precisam abastecer-se, e para a elevação desses preços,

quando passam a correr por conta do consumo do povo. Não se esqueça de que os frigoríficos se dedicam também à criação e invernagem do gado e à distribuição atacadista da carne verde aos centros consumidores, o que basta para lhes assegurar, com a influência natural de qualquer grande comprador, o comando efetivo dos preços da produção. Atuam nas zonas em que se encontram os principais rebanhos do país: Rio Grande do Sul, São Paulo, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais.

E quais são esses frigoríficos? São os que se integram no sistema internacional dos trustes da carne. O grupo Armour, controlado pela Armour American Corporation, ligado ao grupo de Chicago; o Frigorífico Wilson, filiado ao grupo de Cleveland; o Swift, ligado ao grupo financeiro. Todos americanos. Autores insuspeitos, como Faerlein e [inaudível] incluem as empresas frigoríficas da Argentina, do Brasil e do Uruguai, que produzem para exportação, entre as empresas filiais e entre as inversões coloniais, como as de mineração. Se é verdade que, no Brasil, cresceu a parcela da produção destinada ao mercado interno, o certo é que, com isso, o controle e a influência sobre os preços da produção aumentaram. Nem há como fugir à conclusão a que chega Alcindo da Cunha Xavier, de que criadores, invernistas, proprietários de curtumes, fabricantes de artefatos de Chifre, fabricantes de adubos animais, produtores de rações para agricultores, comerciantes e consumidores da carne em geral e seus derivados se encontram na dependência dos frigoríficos. E os frigoríficos, sob o comando de capitais estrangeiros, de trustes internacionais.

Agora entraria o algodão, que é a mesma coisa. Na parte de alimentação também ocorre coisa semelhante com a Anderson Clayton e a Sanbra. Todas essas estão apontadas aqui. Na produção do fumo, a mesma coisa. Quer dizer, eles ficam nos pontos de estrangulamento, dominam ali e controlam a situação total. Até na questão dos frigoríficos. Depois vêm para a energia elétrica, a indústria da borracha, o setor do alumínio, as indústrias químicas, a indústria de óleos vegetais, a indústria cinematográfica. Na ocasião, levantei aqui 791 empresas, com dados da época. Um dos obstáculos para uma reedição é que haveria necessidade de atualizar esses dados, o que daria um trabalho muito maior.

“De 791 empresas, pelo menos metade se constitui de sociedades destinadas a atividades que os brasileiros poderiam exercer, pois significam escassíssima entrada de capital, assim mesmo quando há entrada de capital, e as funções a que se entregam são de simples intermediários, ou quase isso. Podemos apontar alguns números que falam por si só. Vamos encontrar assim: bancos de depósitos – 3 (hoje tem muito mais, uma quantidade imensa); companhias de investimentos – 41; empresas de seguros – 14; empresas imobiliárias – 6; distribuidoras de petróleo – 13; empresas de construção e engenharia – 31; artes gráficas, rádio-publicidade – 15; refrigerantes – 17; hotéis e cinemas – 16; serviços de despacho – 27; armazéns gerais – 6; transporte – 16; atividades comerciais – 125; total: 320”. Das outras 471, muitas e muitas empresas se destinam também a atividades que não têm maior importância na economia brasileira, atividades mais intermediárias do que produtoras, atividades de sentido quase parasitário, não exigindo investimento, não significando entrada efetiva de dólares. O número elevado de empresas de investimentos fundados no Brasil, por iniciativa de empresários norte-americanos e por eles efetivamente controladas, explica-se pela necessidade e conveniência de instalar e fazer funcionar, aqui companhias norte-americanas com capital brasileiro, mas com a tarefa de produzir dólares para os acionistas ou *promoters* norte-americanos, levantando com recursos brasileiros uma estrutura empresarial norte-americana. Trata-se de um conjunto de atividades destinadas a pegar o nosso miserável cruzeiro e transformá-lo em dólares.

C.C. – No fundo, o senhor acha que a presença do capital inglês, e depois o norte-americano, foi que travou o processo de acumulação do capital brasileiro?

B.L. – Não pode deixar de travar. Além disso, fecham realmente as possibilidades de futuro.

C.C. – E mesmo quando os produtores, no caso por exemplo do algodão e do próprio café, eram brasileiros, o comércio era totalmente controlado.

B.L. – Era controlado e os lucros iam para eles. Eu expliquei, aliás, o nacionalismo de Alberto Torres exatamente por isso. Antes da fase de Alberto Torres, as empresas exportadoras de café eram em grande parte formadas por elementos nacionais. Depois, os americanos acharam que o comércio de exportação do café era uma coisa tentadora. Vieram para cá, começaram a intervir no mercado e a forçar a queda de preço. A queda do preço dos produtos coloniais é um fenômeno natural porque, para a atividade do estrangeiro em geral, o lucro vai ser a diferença entre o preço de compra e o preço de venda. Não é que esses países se defendam um pouco mais, é que eles procuram baixar o preço de venda lá e, baixando ou pelo menos procurando conter esses preços, eles ficam obrigados a um trabalho maior aqui para fazer forçar a queda dos preços dos produtos coloniais. Assim, a margem se mantém ou vai crescer.

Com Alberto Torres ou com o café houve isso. A crise do café no Estado do Rio era, em parte, pelo envelhecimento dos cafezais, mas também em parte pela queda dos preços internacionais. De modo que, quando Alberto Torres foi governar, a situação do Estado do Rio era precária, já que o seu orçamento se fundava exatamente na arrecadação do imposto de exportação. Por isso, ele começou a verificar como era difícil governar em face dessas circunstâncias e como realmente as peças de controle escapavam ao nosso domínio e à nossa presença. Estávamos aqui quase que como hóspedes de uma terra que outros dominavam, e daí é que lhe veio a convicção de um nacionalismo mais autêntico, fruto de uma experiência pessoal, e que depois ele passou a sustentar nos seus livros - tanto naquele livro sobre a produção nacional, como no livro sobre a organização brasileira.

Não creio que nenhum país possa crescer, firmar realmente sua presença no domínio econômico sem acumulação de capital próprio. Até mesmo por uma coisa que me parece óbvia: o que é o desenvolvimento senão a acumulação de capital? E o que é acumulação de capital senão acumulação de capital próprio? Se se acumula capital estrangeiro no Brasil, isso não é desenvolvimento. Essas empresas que crescem aqui, às vezes vão invertendo, no próprio Brasil, os seus lucros, pois com isso aumentam também o seu capital. Aumentando seu capital, ficam com possibilidades maiores de remessa de lucros, que eles podem aumentar de todas as maneiras.

Restringir a remessa de lucros é das coisas mais difíceis, porque há meios infinitos de disfarçá-la sob todos os aspectos possíveis, como na questão do sub ou superfaturamento. Nesse caso, eles é que vão desenvolvendo lá. Nós, aqui no Brasil, vamos apenas tendo a ilusão de um capital que não é nosso. Fizemos o desenvolvimento de uma indústria que também não é nossa, sobretudo porque essa indústria está baseada numa tecnologia que nunca possuímos.

C.C. – E para que o excedente vá todo para fora e ainda sobre um troquinho para a classe política interna, o resultado é que a população vai ficando cada vez mais miserável.

B.L. – Mais miserável. Até os grandes ordenados são para eles, como a Inglaterra já fazia. A Inglaterra, quando tinha as suas companhias aqui no Brasil, pagava ordenados régios aos ingleses que vinham para cá e miseráveis aos brasileiros que trabalhavam para elas. Conheci os parentes desse Gibson ex-ministro do Exterior, que eram empregados da Western lá em Pernambuco. O ordenado que recebiam era tão miserável que eles se vestiam com roupas brancas feitas com saco de algodãozinho. Dona Alexandrina, senhora do Franklin Gibson, era especialista em fazer roupas muito bem feitas, aproveitando esses sacos de farinha de trigo. Fazia roupas para ele, que era filho de inglês, mas que já não estava dentro da categoria dos favorecidos, porque o que ele ganhava ficava aqui. E só interessava a eles aquelas pessoas que ganhavam para voltar à Inglaterra, ou para mandar o dinheiro para lá.

É uma situação curiosa essa, e não sei como é que eles se iludem com essa coisa. Estive fazendo essa verificação no próprio Sammuelson: o lucro dessas empresas aqui vai para o capital nacional do EUA. Esse lucro se inscreve lá, não aqui. O que fica aqui pode ser apenas a parte do volume produzido, mas a parte de lucro, que é a mais importante, por que é a base da capitalização, da acumulação de capital, essa volta para lá. Mesmo quando eles investem aqui é para aumentar a remessa de lucros, para aumentar os proventos daqui. Como estes são formidáveis – Getúlio, na sua campanha, mostrava que eles chegam a ter remessas ou lucros que vão a várias vezes o capital -, em poucos anos multiplicam o capital do investimento, que ocasionalmente nem vem com eles, como temos casos aqui.

Tenho citado alguns casos, como o da Mannesmann, por exemplo. Quando a Mannesmann se organizou no Brasil, o capital dela foi formado da seguinte maneira: eles entraram com uma parte do capital representado por patentes que a Mannesmann possuía. Mas essas patentes tinham sido atribuídas ao Brasil como compensação pelos prejuízos de guerra. Apesar disso, eles voltaram com essas patentes para formar seu capital. Em suma, uma coisa que era do Brasil passou a fazer parte do capital deles. Além dessas patentes, já de posse do Brasil, eles conseguiram um empréstimo no Banco do Brasil que passou também a ser capital deles. Dinheiro, não trouxeram nenhum. Não há investimento algum da parte deles. Eles podem ter trazido uma ou outra tecnologia suplementar, porque esse também é outro aspecto do problema.

Ainda outro dia, li num jornal de São Paulo uma tese de que antigamente o que tinha importância era o capital; hoje é a tecnologia. Mas isto é ilusão. As duas coisas estão conjugadas. A tecnologia vem como o capital e só existe com o capital, porque é o capital que a controla. Quando houve aqui a venda dessa Fábrica Nacional de Motores, no tempo do Edmundo de Macedo Soares (acho que foi o Costa e Silva), escrevi um artigo condenando essa venda, porque achava que era a única abertura que tínhamos para, de certa maneira, ir obtendo uma certa tecnologia numa indústria tão importante como a indústria automobilística. A fábrica foi vendida a uma empresa italiana, que tinha, aliás, como associado, o próprio Estado, o que é uma coisa vergonhosa. Como é que o Brasil admite vender a uma empresa que tem o Estado italiano como um de seus sócios? Não é capital particular; é um governo estrangeiro que vem a ser proprietário de coisas aqui no Brasil. Eles venderam a fábrica a essa empresa Alfa-Romeo por um

preço irrisório, um preço que, se fosse examinado a fundo, com seriedade, não passaria de uma negociata. Não se podia imaginar que vendessem uma coisa imensa como aquilo, uma propriedade ilimitada, a fábrica instalada e tudo isto por uma quantia insignificante. E renunciámos com isso à única possibilidade que tínhamos de adquirir a tecnologia na indústria automobilística. Ficamos agora dependendo de todas essas empresas estrangeiras.

[FINAL DA FITA 12-B]

D.P. – O senhor está falando de nacionalismo.

B.L. – Eu tenho sustentado algumas teses meio heréticas que mostram como sou, de certa maneira, não digo combatido, porque eles não combatem propriamente, mas procuram estabelecer um meio de me vestir uma roupa de um sujeito que está com alguma moléstia complicada, para me isolar [risos].

D.P. – Mas quais são essas teses heréticas?

B.L. – Uma, por exemplo, é que acho muito mais perigosa uma base econômica do que uma base militar. A base econômica vai se desdobrando numa porção de aspectos, vai incluindo e formando uma quinta-coluna com todos os interesses que lhe estão filiados. E passam a influir, no Brasil, de maneira tal que, às vezes, quando dominam realmente, ninguém pode articular nada contra eles. Se se procurar saber quem é o grande economista no Brasil, é de certo uma pessoa que está a serviço dessas bases econômicas. Os outros, que não sustentam essas teses, não conhecem nem sabem economia, são uns pobres diabos, ignorantes. Agora, os que sabem economia, esses venerados, respeitados, que recebem homenagens excepcionais, todos esses são elementos que estão a serviço dessas unidades econômicas. Um aspecto interessante para mostrar como a base econômica é mais importante do que a militar é que, quando Fidel Castro rompeu com os Estados Unidos, suprimiu as bases econômicas; lutou e acabou com elas. A base militar de Guantánamo ele deixou. Ihada, não se projetava, não influía, não podia ir além de suas próprias fronteiras. O que era perigosa era a base econômica.

D.P. – Imagine quando há as duas, a base econômica e a base militar, como os Estados Unidos têm aqui.

C.C. – Darci Ribeiro disse uma coisa muito engraçada na conferência que fez agora na PUC: “Há uns anos atrás, costumavam chamar aqueles países do Caribe de republiquetas de bananas. Mas a republiqueta de Volkswagen não é muito diferente” [risos]. Ela é tão ou mais nociva do que a república de bananas.

B.L. – É a tal base econômica, muito mais perigosa do que a base política. Um aspecto que também se pode considerar é como, através do tempo, essa base econômica pode se tornar nociva. Costumo citar muito um exemplo que considero dos mais elucidativos, que é o das minas de cobre da ilha de Chipre. Li esse caso numa revista americana que aparecia aqui no Brasil, *Monthly Review*, uma revista socialista, tirada por Sweeze e Baran. Na ilha de Chepre havia uma mina antiga, até na Antiguidade já se falava nela. Os americanos acharam interessante ter minas de cobre. Largaram-se para lá e foram explorá-la.

Durante 50 anos, tiraram todo o cobre possível. Quando verificaram que não havia mais rentabilidade nas minas, abandonaram-nas. Agora pergunto: o que ficou na ilha de Chipre dessa exploração? Ficaram algumas casas para operários e um pequeno hospital, que podia servir também, de certa maneira, para atender aos trabalhadores da mina. Um hospital pequeno, destinado a entrar em colapso porque não mais havia pessoas remuneradas para mantê-lo. Agora, a firma que tinha explorado obteve lucros fabulosos durante todo o período. Parte desses lucros, para evitar imposto de renda, eles deram como subvenção a universidades americanas e a estabelecimentos importantes nesse domínio de ampliação industrial nos Estados Unidos. A outra parte, que se tinha constituído capital deles próprios, ficou com a multinacional, que deixou a ilha de Chipre e foi explorar outras atividades na Bolívia, no Peru, e mais não sei onde. Toda essa riqueza não representou nada para o Chipre, mas para o país que explorou.

C.C. – Foi o caso da nossa borracha.

B.L. – O da borracha e o das minas de ouro aqui no Brasil. O que ficou do ouro que se explorou aqui no Brasil? É a tal coisa que eles não querem ver, mas que são evidências, não é verdade? São evidências! Publiquei, aliás, uma conferência no último número da revista *Argumento*, que tiramos com a idéia de fazer uma revista de cultura. Chegamos a tirar quatro números, mas o último não foi distribuído. Tinham estabelecido a censura prévia e não permitiram o último número, onde havia a minha conferência. Fiquei em dúvida se a revista foi apreendida por isso, ou se seria por um artigo do Arnaldo Pedrosa Horta, criticando a política educacional do governo. Podia ser que fosse pela minha conferência, feita na Universidade de Juiz de Fora, sob o título *Enfoque Histórico do Progresso do Desenvolvimento Econômico*.

C.C. – Tem aqui fichado.

B.L. – Tem aí fichado, mas você tem a *Argumento* n.º 4?

C.C. – Tenho em casa. Eles tiraram de circulação.

B.L. - Eles tiraram alguns números e mandaram para pessoas assim ... Eu recebi alguns números. Se vocês não tivessem, eu poderia conseguir um volume. É um aspecto que, a meu ver, seria interessante estudar mais profundamente, mas ninguém estuda. Afinal, é um estudo que exige quase que uma equipe para fazer um estudo mais profundo, mais sério, sobre desenvolvimento econômico na Inglaterra, na França, na Dinamarca, na

Holanda, em todos os países que chegaram a um certo nível de desenvolvimento econômico. Isso exige um trabalho grande. Tenho até uma biblioteca especializada nesse sentido, com algumas coisas importantes. Mas é trabalho demais para uma pessoa só. Uma equipe poderia fazer tudo isso. Não sei por que não há pessoas mais interessadas nesse problema, capazes de fazer o estudo do desenvolvimento econômico sob o enfoque histórico. Com esse enfoque histórico, pode-se ver que não houve nenhum país que se desenvolvesse com o capital alheio; todos se desenvolveram com capital próprio.

C.C. – O problema é que eles dividiram o mercado entre eles. Quando começou o desenvolvimento capitalista, em 1918, eles dividiram tudo direitinho, e o resto, que chegou atrasado...

B.L. – Foram crescendo à margem disso, às vezes com guerras. A Inglaterra lutou contra a Holanda pela questão da disputa dos barcos que faziam transportes das mercadorias. A Inglaterra, controlando a navegação, já impunha que fosse navio inglês com tripulação inglesa e navio que eles controlassem e possuíssem. A Holanda, que até então vinha dominando e já tinha acumulado alguma coisa, com Java, etc., continuou a crescer e a se desenvolver. A França se fechou com o colbertismo e, através do protecionismo, foi também crescendo graças a essa política de proteção e de capitais próprios. Inclusive não havia mercado financeiro desenvolvido; ninguém podia pensar em capital alheio, tinha que ser capital próprio. Agora, a Inglaterra ia recebendo esse ouro do Brasil e essas coisas que chegavam lá também das minas da Espanha. Tudo que a Espanha estava controlando ia se desviando para a Inglaterra, que aumentava cada vez mais seu poderio.

C.C. – O senhor não acha que o desenvolvimento desses países tem alguma coisa a ver com o desenvolvimento das colônias nessa época?

B.L. – Eles aproveitaram as colônias, mas foram produzindo indústrias.

C.C. – Acabou-se a política colonial, eles tiveram que apelar para os países pobres.

B.L. – E estabelecer um novo sistema colonial. Não sei se vocês viram, mas publiquei no *Jornal do Brasil* um artigo insistindo na tese da *Nacionalidade da pessoa jurídica*, um livro que tenho. Sou muito contra dar essa nacionalidade apenas pelo fato de se constituir aqui a sociedade. Esta deve ser considerada nacional pela predominância de capital e não pelo fato de se constituir aqui ou ter sede aqui. Isso não tem nenhuma significação. Mas eles inventaram a tese da mudança de fábricas, com a qual os Estados Unidos verificaram: “O Brasil quer ser protecionista. Então vamos tirar partido disso. Vamos mandar fábricas para o Brasil”. O nosso protecionismo, na verdade, passa a defender os interesses americanos, os franceses, etc.

C.C. - Aqui eles têm mão-de-obra barata e não precisam pagar transportes.

B.L. – Paradoxalmente, o próprio protecionismo se torna alienado, porque protege indústrias estrangeiras aqui no Brasil, como essas indústrias japonesas, a indústria naval ...

C.C. – Meia dúzia de acionistas brasileiros ...

B.L. – Quando têm acionistas brasileiros! A Esso, por exemplo, num total imenso de ações, tinha oito, 10 ou 15 ações com brasileiros; o resto todo era capital americano. A mesma coisa é a Light.

C.C. – Como o senhor vê a luta entre as correntes nacionalistas e antinacionalistas de 45 e 64?

B.L. – No período de 45 e 64, essas correntes nacionalistas se afirmaram melhor e tiveram algumas vitórias que marcaram alguns pontos. A lei de remessa de lucros foi uma vitória; a Petrobrás, a Eletrobrás também. O Brasil realmente, no tempo do Getúlio Vargas, ia se desenvolvendo dentro de critérios nacionalistas. Depois que morreu Getúlio, essas correntes nacionalistas continuaram a influir, embora houvesse, de vez em quando, capitulações – como a de Juscelino na questão da indústria automobilística. Foi um erro tremendo que ele cometeu: essas indústrias automobilísticas deram uma vantagem excepcional ao capital estrangeiro.

C.C. – O engraçado é que houve todo aquele movimento golpista antes da posse de Juscelino. Então Juscelino era visto como um elemento ligado às correntes nacionalistas.

B.L. – Devia ser ligado pelo menos às correntes nacionalistas que o estavam apoiando, porque foram as correntes de Getúlio que o apoiaram.

D.P. – Ele capitulou durante o próprio governo?

B.L. – Capitulou diante desses interesses, com a idéia de fazer em cinco anos o desenvolvimento econômico de 50 anos. Mas como foi feito esse desenvolvimento? A favor deles. Estudada sob critérios mais objetivos, não se vai defender a figura de Juscelino. Desses governos brasileiros, acho que, tirando o Getúlio, não tem um que se salve.

Getúlio, realmente, é uma conscientização que, no começo, não se sente tanto. Na primeira fase, quando ele vinha do Rio Grande do Sul, falava em nacionalismo, e nessas coisas, da mesma forma que esses militares – eles falam e fazem questão de se levantar, mesmo quando estejam sozinhos na sala, quando toca o hino nacional. É uma coisa mais patrioteira do que qualquer outra. Eles não têm realmente uma consciência

de interesse nacional. Getúlio não tinha de começo: há certas indecisões nessa fase. Mas à medida que ele vai tomando conhecimento e vai crescendo sua experiência, a tese nacionalista vai se afirmando até o ponto de chegar a duas realizações máximas, que são a Petrobrás e a Eletrobrás.

É de notar que o desenvolvimento brasileiro que se conseguiu até agora, todo ele foi apoiado em poupanças públicas, poupanças compulsórias, determinadas pelo próprio governo. A poupança particular não dá realmente grandes recursos. E é por isso que eles falam tanto: “Ah, a empresa privada ...” Mas, santo Deus! A poupança que deu a base para o desenvolvimento econômico do Brasil foi a poupança de todos esses fundos, que foram criados, em grande parte, no governo de Getúlio: o Fundo Rodoviário, o Fundo de Eletrificação ...

No caso da eletrificação, há também um episódio muito característico. Getúlio mandou ao mesmo tempo as duas mensagens para o Congresso: a mensagem criando o Fundo de Eletrificação, que era uma determinada arrecadação sobre cada quilowatt consumido, e o projeto de criação da Eletrobrás, que devia ser uma conseqüência natural da própria criação do Fundo de Eletrificação. O Congresso aprovou imediatamente a criação do fundo de eletrificação. Todas as correntes se uniram num entusiasmo transbordante para a criação desse fundo. Agora, puseram uma pedra em cima da Eletrobrás, o que era uma conseqüência lógica. Criar esses fundos e arrecadá-los para quê?

C.C. – Porque se a Eletrobrás iria controlar os fundos, e à medida que não se criasse ...

B.L. – Pois é. Eles criaram a arrecadação e puseram uma pedra em cima da Eletrobrás. Só no período do Jânio Quadros é que o projeto foi sancionado. Mas ele não instalou ainda a Eletrobrás. Quem de fato a instalou foi o Jango. Nesse entretempo, fez-se uma campanha imensa no Brasil para conseguir captar os recursos do fundo de eletrificação em benefício da Light. Houve uma Semana de Energia Elétrica, que foi muito criticada pelo Jesus Pereira. Aliás, quando o Medeiros Lima escrevia esse livro, eu lhe falei a respeito dessa Semana, e ele teve uma vaga idéia sobre ela. Eu tinha um volume da Semana e o emprestei a ele. Dei-lhe inclusive uns artigos publicados pelo Jesus Pereira naquela *Revista Econômica*, tirada aqui por um grupo ligado àquele rapaz, o Celso ...

O livro de Jesus é ótimo. Ele é uma das grandes figuras do Brasil. É um homem para o qual a gente devia até construir uma igreja e pô-lo no altar, porque foi um dos homens mais desinteressados e de mais desprendimento que o Brasil já possuiu. Compareci à missa de sétimo dia dele, e você não imagina que coisa comovente. A igreja se encheu, o padre fez um discurso de uma expressão enorme, falando sobre o esforço de um homem que procura resolver os problemas de seus semelhantes com desprendimento total, um desinteresse absoluto. Jesus é uma grande figura.

Essa Semana de Energia Elétrica teve o comparecimento de Gudin, de Roberto Campos, de toda essa turma que defende a aplicação do capital estrangeiro. Agora, eles não conseguiram muita coisa. Ainda houve Furnas, houve um empréstimo, etc. Entregaram um pouco à Light, mas não tiveram coragem de considerar uma empresa totalmente da Light.

D.P. – A Semana visava ...

B.L. – Visava exatamente utilizar esses recursos para ampliação. O fato é que a Light hoje representa, no sistema energético do Brasil, apenas a companhia fundamentalmente distribuidora. Mas houve um momento em que a Light tinha sessenta e tantos por cento da produção de energia elétrica no Brasil.

C.C. – Eles tentavam defender nessa Semana a tese de que era irracional a estatização do setor de energia elétrica.

B.L. – Hoje a Light representa um pouco mais de 15%, se tanto. Tenho um trabalho nesse sentido [risos]. Uma vez, houve um momento da Revolução em que alguém estava falando desses setores e, diante do Francisco Campos, disse: “Como é que não cassam um elemento como Barbosa Lima?” Francisco Campos, que não era aliás da minha corrente, ao contrário, está muito distanciado, respondeu: “Mas é uma injustiça! O Barbosa Lima estuda realmente isso e está consciente de que defende uma tese certa. Não se pode querer misturá-lo com elementos que falam de nacionalismo por falar”.

C.C. – Mas dentro dessa briga entre nacionalismo e imperialismo, como o senhor vê a Revolução de 64?

B.L. – Basta verificar que eles foram chamar Roberto Campos, que praticamente foi o primeiro ministro do Castelo Branco. Nesse prefácio, mostro que, somente num dia, no governo Castelo Branco, eles criaram ou estabeleceram três decretos-leis favorecendo a Light. E foi no governo de Castelo Branco que o Juraci Magalhães tece aquela frase famosa: “Tudo que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”. Assim se define toda a orientação do governo nessa fase.

Castelo Branco também estava convicto disso. Todos estavam dentro daquela tese da guerra fria, que não colocava alternativa: ou o Brasil se entregava totalmente aos Estados Unidos, ou estaria indiretamente apoiando a União Soviética. Então, para dar uma demonstração de que nessa alternativa eles não tinham nenhuma hesitação, eles apoiavam integralmente os Estados Unidos até o ponto de mandar um corpo militar para a República Dominicana. Para mim, uma das páginas mais tristes da história política do Brasil é a remessa dessa força para combater, afinal de contas, povos nossos irmãos, que se enquadram dentro das lutas ...

C.C. – Em 52 tentaram fazer Getúlio mandar forças para a Coreia.

B.L. – Sim, quiseram que o Getúlio mandasse forças para a Coreia. E agora, dessa vez, mandaram essa tropa, sob o comando de um general brasileiro, para combater a República Dominicana. Agora, quem se desvanecia mais com isso era o próprio Castelo Branco. Já Costa e Silva não tinha idéia muito definida nessa coisa. Não creio também que ele tivesse a possibilidade de reagir contra isso, inclusive porque seu ministro da Fazenda era o Delfim Neto.

Na verdade, verificamos que, nesses governos militares, o domínio primeiro foi do Roberto Campos, depois do Delfim, e agora do Simonsen. Nenhum desses elementos que dirigiram a política econômica do Brasil pode merecer, de longe, o título de nacionalista.

C.C. – O senhor acha que chegou a haver realmente interferência direta dos Estados Unidos?

B.L. – Roberto Campos tinha até essa frase: “O nacionalismo é só atacar os Estados Unidos. Basta atacar os Estados Unidos, já é nacionalista”. Realmente, não é assim. Sempre até elogiei os Estados Unidos, faço a exaltação deles nos setores em que acho que devem servir de modelo.

Por que combater os Estados Unidos que souberam formar a sua indústria contra a indústria britânica e defender-se, realmente, de todas as influências imperialistas que o cercavam no começo de sua vida? Acho até o contrário: devemos observá-los e seguir o exemplo deles. Entretanto, devemos nos defender daquilo que eles realmente querem: entrar no Brasil para tirar proveitos que deviam ser nossos. É uma atitude muito diferente da caricatura que fazia o Roberto Campos. Mas essa é uma caricatura que servia aos seus interesses. Da mesma forma o era a caricatura do Castelo Branco, que chegou a classificar o nacionalismo como irracional. Por que irracional? Porque ele achava que a liberdade e a orientação estavam exatamente em favorecer o capital estrangeiro, abrir mais aqui para o capital estrangeiro, como se isso representasse alguma coisa para o Brasil.

Estamos vendo aí a crise a que nos levou essa política: um endividamento cada vez maior. O Brasil não tem hoje condições nem para pagar a sua dívida, e precisa desesperadamente exportar sem saber o que vai exportar. E por mais que exporte, está sempre reduzido a uma situação precária, porque as próprias multinacionais que têm sido estimuladas importam mais do que exportam.

Em um artigo recente publicado na *Folha de São Paulo*, Ubirajara Medeiros mostrava, com uma estatística perfeita, o que as multinacionais importam e o que exportam. Esses elementos estão descapitalizando o Brasil, ou pelo menos têm concorrido ao máximo para as dificuldades da nossa balança de pagamentos. O governo tomou uma grande medida em relação a esse fato: quando tomou conhecimento dele, porque começavam a explorar o assunto, o governo resolveu radicalmente suprimir a estatística [risos]. Não se faz mais estatística de exportação e importação das multinacionais. Quer dizer, tinha-se o sofá ...

C.C. – A situação está cada vez pior.

B.L. – Acho que pouca gente tem escrito tanto sobre o tema nacionalismo quanto eu tenho. Minha bibliografia hoje é grande. Tenho *Nacionalidade da pessoa jurídica, Desde quando somos nacionalistas?*, *Transformação de cruzeiros dólares* é um terceiro trabalho meu; tenho também um estudo sobre remessa de lucros, publicado numa folha de estudantes; aquela entrevista no n.º 4 do *Argumento* ...

D.P. – O senhor estava falando das suas teses heréticas e citou duas. Quais seriam as outras?

B.L. – Acho que essas duas já bastam para uma heresia [risos].

D.P. – O senhor estava definindo o nacionalismo como diferente da luta de classes. O senhor vê como etapas do mesmo processo, ou nega a luta de classes?

B.L. – Não; a luta de classes, não tenho a impressão de que em todos os momentos ela se possa realmente caracterizar. Há momentos em que são outros antagonismos. Não faltam movimentos dentro de uma mesma classe. Tivemos, em Pernambuco, a revolução de 48, por exemplo, uma luta travada entre senhores de engenho de um lado e de outro. Eles falam muito no sentido social da Revolução Praieira; Amaro Quintas tem até trabalhos nesse sentido. Fiz também a investigação histórica em torno da revolução de 48 e encontrei um número grande de senhores de engenho tanto de um lado como de outro. E alguns dos que estavam ao lado dos praieiros talvez fossem até mais ricos e mais poderosos do que os outros. E a luta foi entre engenhos de um lado e do outro. De modo que aí já não se encontram propriamente as classes definidas.

A idéia da luta de classes do Marx foi mais uma aspiração daquela fase em que a Europa estava se industrializando, e as duas classes se pronunciavam de maneira muito precisa: de um lado estava o proletariado, de outro a burguesia. E o proletariado crescendo, e crescendo de tal maneira que chegava àquela solução catastrófica que ele achava que seria uma fatalidade. Mas depois, como viesse a chamar a atenção e houvesse forças de reação às teses deles, começamos a ver que, dentro do proletariado, os interesses foram se diversificando. Havia os operários mais qualificados, outros menos qualificados, já numa divisão mais profunda entre uns e outros. E a própria burguesia ia caminhando também no sentido de atenuar a luta de classes no que podia. Agora, à margem disso, surgem também os antagonismos.

Não é que eu negue a guerra de classes, nem seria possível negá-la, porque a guerra de classes também seria um antagonismo, mas o que me parece é que se deve examinar cada movimento social em profundidade para verificar, realmente, se há luta de classes ou se há, apenas, um antagonismo dentro da mesma classe. Não é também uma coisa matemática que haja sempre a luta de classes. Há momentos em que se encontra mais uma confusão geral de várias classes em torno de um certo objetivo. A própria Revolução de 30, que eles procuram interpretar como uma luta entre industriais e homens de campo, não tem essa característica. A gente encontra uma diferença profunda. O que seria básico dentro de uma luta de classe seria a consciência de classe. Sem consciência de classe, como é que se pode admitir a presença da luta de classes? Eu pergunto: existirá no proletariado brasileiro a consciência de classe? Acho que é mais fácil encontrar no Brasil, e na América Latina em geral, uma diversificação entre militares e civis do que propriamente entre proletariado e burguesia.

[FINAL DA FITA 13-A]

B.L. – É mais uma questão entre militares e civis, sobretudo porque os civis, não tendo maiores armas e maior poder, admitem os militares nas suas constituições, e as candidaturas militares talvez se possam apresentar no domínio civil. Mas os militares, quando dominam, excluem as candidaturas civis e às vezes chegam ao extremo de exigir quatro galões.

D.P. – Quer dizer que o senhor está apoiando a candidatura do Magalhães Pinto?

B.L. – Não, porque Magalhães Pinto também não tem uma característica maior. Acho que estamos num período de indefinição. A própria Arena repudiou a candidatura ...

D.P. – O ruim é quando tem um civil imperialista e um militar nacionalista; aí se fica dividido ...

B.L. – Se houvesse um militar nacionalista, eu seria mais favorável a ele do que a um civil entreguista; disso não tenho dúvida. Há um militar aí, que não conheço pessoalmente, mas por quem tenho simpatia.

D.P. – É o Albuquerque Lima?

B.L. – Não é o Albuquerque Lima, é um outro que trabalhou com o Albuquerque Lima, mas me parece bem mais esclarecido do que ele.

C.C. – É o Euler Bentes?

B.L. – É; dizem que esse homem tem idéias nacionalistas. Esse Rodrigo Otávio, do Supremo Tribunal Militar, também.

C.C. – O senhor acha que é necessário um regime democrático para poder se ter um Estado nacionalista, ou pode haver Estado nacionalista com regime autoritário?

B.L. – Se houvesse uma convicção nacionalista profunda até o regime autoritário facilitaria mais a realização dessas idéias. Como não se pode ter a certeza de que haja um elemento autoritário consciente das teses nacionalistas, ao menos na democracia se tem maiores recursos para defender o nacionalismo do que num governo autoritário e entreguista. Por isso é que se tem que adotar a solução democrática. Vi, no caso da própria remessa de lucros, que se conseguiu chegar a uma lei contra lideranças que não a queriam. Foi uma campanha democrática dentro da Câmara, de convicção, de persuasão, ao passo que num regime autoritário não se pode fazer nada: temos apenas que baixar a cabeça e deixar.

C.C. – Mas na situação de subdesenvolvimento em que a gente ainda vive, onde a desigualdade é muito grande, a pobreza muito grande, o senhor não vê, por exemplo, que uma abertura democrática hoje em dia poderia trazer o risco de radicalizar um processo e haver um novo golpe?

B.L. – Não; um golpe no Brasil é difícil de haver, sem ser propriamente um movimento militar; pode haver uma divergência entre eles. Acho a massa, no Brasil, tão amorfa, tão inexpressiva! Sobretudo com essa dispersão enorme, essa imensidade do território brasileiro, é difícil congrega forças e, de certa maneira, uni-las num movimento mais consciente.

São Paulo, por exemplo, a meu ver, hoje está liderando o movimento de liberalismo no Brasil todo. É onde o movimento está mais profundo, mais definido. Antes eu tinha esperanças de que fosse no Rio Grande do Sul. Às vezes se pode pensar no Rio de Janeiro, mas aqui há elementos políticos que estão dentro das correntes do MDB e que não têm uma consciência definida nem uma atitude bem firme em torno desses problemas.

Em São Paulo há uma consciência em torno disso. Vi agora uma manifestação no Sindicato dos Jornalistas – todo ano eles concedem a um jornalista a título de jornalista emérito. No ano passado foi ao Rodrigo Otávio, e esse ano eles me chamaram para receber esse título. Achei uma coisa honrosa; afinal, jornalista de um estado em que não escrevo. Fui à sessão deles e fiquei edificado! Havia, naquele momento, uma manifestação desse Erasmo Dias contra os jornalistas e contra os sindicatos em geral. Então a sessão foi toda de pronunciamento de jornalistas em protesto contra essas expressões do Erasmo Dias, jornal por jornal, cada um com o seu abaixo-assinado criticando vigorosamente o secretário de Segurança, com aquela série de assinaturas: cerca de mil assinaturas de jornalistas nesses abaixo-assinados! Então vinha um jornalista do *Estado de São Paulo* e lia o abaixo-assinado; vinha outro da *Folha*, lia. Uma coisa de tal maneira expressiva que não pude deixar de saudar o sindicato como o único sindicato livre do Brasil.

Isso é uma coisa difícil de existir. É preciso uma consciência já de certa maneira generalizada em toda a população, em todas as classes, nos próprios jornais, para apoiar um movimento desses. Em Pernambuco, por exemplo, não haveria possibilidade de isso ocorrer, nem se diria nada do secretário de Segurança.

No movimento da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, o Exército se absteve, não teve nenhuma participação. O Dilermando deixou a questão entregue às autoridades civis – e esse Paulo Egídio é um pobre diabo, a gente fica até ... O Erasmo Dias fez o que quis: invadiu a universidade e realizou uma coisa fantástica. Ele não fez prova de que tivesse encontrado nenhum manifesto subversivo, mas encontrou máquinas de escrever e mimeógrafos, que arrebato e levou com ele. Levou também uma grande quantidade de papel em branco com os letreiros da Universidade Católica. Então, naturalmente, a idéia que se tem é de que ele foi fabricar manifestos e dizer que os tinha encontrado na universidade. Mas não fez prova de ninguém que tivesse visto, só elementos da polícia. Não tem nenhuma pessoa idônea para dizer que encontrara aqueles manifestos lá. E esses manifestos ele mandou para o presidente da República. Parece até que Geisel o chamou a Brasília, acredito que para censurá-lo de certa maneira. Pelo menos é o que se supõe, porque foi uma coisa que teve um efeito tremendo em São Paulo, encontrou uma reação enorme.

Uma força policial exacerbada faz todas as tropelias possíveis, quer até o sangue. Tinha caído não sei se um rapaz ou uma moça, e eles jogaram uma dessas bombas em cima, e a pessoa ficou toda queimada. E era aquele cassetete para baixo e para cima, esbordoando todo mundo lá dentro da Universidade Católica, com uma selvageria tremenda! E a população toda de São Paulo revoltada, indignada com isso. Sente-se em São Paulo realmente essa atitude. Eles aproveitaram que o Cardeal tinha ido para Roma.

C.C. – Dom Paulo é uma presença muito forte no estado.

B.L. – É uma garantia! Mandaram chamar dom Paulo Evaristo. Ele voltou logo para São Paulo e teve aquela frase: “O maior dos crimes praticados nesse Brasil é que entraram na Universidade sem vestibular” [risos].

C.C. – E depois ele apebu dizendo assim: “Porque a Pontifícia é ligada diretamente ao papa. É como invadir os aposentos papais”. Realmente ele estava indignadíssimo.

D.P. – E a censura caiu em cima do jornal *O São Paulo*.

B.L. – Fizeram também a intervenção branca na *Folha de São Paulo* e censuraram o jornal da Diocese.

C.C. – O senhor teve algum contato, nessa última vez, com a imprensa paulista?

B.L. – Não dessa vez; nesses últimos dias, não pude. Em São Paulo, é tão grande a família da minha senhora ... Também tenho lá uma irmã. E a gente vai almoçar com um, jantar com outro, fica naquela atividade, não tem mesmo um ...

C.C. – Mas, na sua opinião, por que São Paulo estaria liderando esse processo político de oposição?

B.L. – A minha impressão é que São Paulo tem um nível econômico mais elevado do que os outros estados. Pode-se dizer que o pronunciamento político está em função também da riqueza do estado, da sua força econômica propriamente. Os outros estados não têm nem condições para pensar nisso. O Brasil está construindo, na verdade, um muro de Berlim entre os estados miseráveis, os estados pobres e os estados ricos.

C.C. – Cada vez mais pobres; cada vez mais ricos.

B.L. – Cada vez mais ricos, que são os estados de São Paulo, do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, que se encontram perfeitamente separados dos outros. Agora, com essas emendas constitucionais, eles fizeram uma coisa que também duvido que possam

manter. Eles resolveram fazer uma reforma – aliás, há muito tempo que eu vinha defendendo essa tese -, mas resolveram aplicá-la de uma maneira, a meu ver, errada e de certa forma contraproducente. Então não vai ser exequível.

Não se pode ter uma Câmara na base, vamos dizer, de tantos deputados por 100, 200 ou 300 mil pessoas, porque cada vez mais vai crescendo o número de deputados. Uma Câmara, quando tiver dois mil deputados, como vai funcionar? Como se pode construir uma Câmara para um número crescente de deputados? A Câmara é feita para um número definido, quer dizer, para 400, para 500 deputados. Não pode passar daí. De modo que é uma necessidade restringir o número deles às condições e às proporções de cada um desses plenários.

Para isso é preciso introduzir modificações. O Senado pode ficar como representação dos estados: três para cada estado. Mas a Câmara tem que ser proporcional à população de cada um deles. Como a população de São Paulo cresce de uma maneira terrível, e a de outros estados às vezes até, não digo que diminua, mas pelo menos se mantém estacionária, o resultado é que, mantidos os critérios gerais, São Paulo teria a tendência para ter, hoje, 80 ou 90 deputados.

Então eles fazem uma lei e determinam o mínimo. Até aí está certo, porque limitar o mínimo é, de certa maneira, dar uma garantia também aos mais fracos. Vamos dizer, um estado não pode ter menos de seis deputados. Mas eles limitam o máximo e aí está o erro. Com esse máximo, é possível admitir que São Paulo aceite uma constituição e que perca 30 ou 40 deputados? Não é possível. Precisariam resolver isso, mas de maneira que seja mantida uma certa proporcionalidade. Eles vão restringindo; certos estados até perdem deputados. Se a população flutua realmente, às vezes perdem-se deputados para que a Câmara tenha o sentido de representatividade que precisa ter.

Mas impedir que um estado cuja população vai crescendo tenha uma representação equivalente à sua população é um erro tremendo, que vai fazer desse estado um conspirador permanente contra o regime. Não há quem sustente isso, ainda mais quando esse estado é forte como São Paulo. Nos Estados Unidos, por exemplo, há estados com número limitado de um a dois deputados, mas Nova Iorque tem 40 a 50 deputados dentro da Câmara, que tem um número fixo. Com mais de 400 ou 500 deputados não há Câmara que funcione.

D.P. - Mas essa medida em certo sentido, alimentaria cada vez mais o desnivelamento dos estados. O senhor acha que deveria ser mantida a proporcionalidade?

B.L. - Sim, mas limitando-se mínimo: nenhum estado poderia ter menos que seis deputados. O resto tem que deixar, porque o que é preciso é estabelecer que tudo o que possa interessar à Federação tem que ser para o Senado - que é na base de três senadores para cada estado -, e tem que ter uma intervenção maior no processo constitucional. Os Estados Unidos, aliás, agiram assim, criando o Senado com um número de senadores igual por cada estado. Agora, tudo o que interesse propriamente à Federação tem que ter o pronunciamento do Senado. Na distribuição da competência, é preciso aumentar a do Senado.

Agora, não há Federação que subsista se uma Câmara que venceu na base da população, ou na base do eleitorado, sofre uma mutilação profunda de deputados. A tendência de cada um desses estados mutilados será a de lutar para se separar. Se não

consegue ter uma influência correspondente à sua população, por que continuar se aliando? Esse estado passa a ter o desejo de se emancipar e ter seu próprio regime. Para manter a Federação, temos que considerar esses interesses como legítimos. Sou pernambucano, vejo bem esses problemas do Norte, mas acho que, nesse caso, não é possível querer sufocar um estado em expansão.

C.C. - O problema são os critérios políticos. De qualquer maneira, a representação dos estados do Norte é muito mais conservadora do que as representações dos estados do Sul.

B.L. - E é conservadora por isso: não tem condições de ser independente. É outro aspecto dessa situação do proletariado brasileiro. Quando tínhamos a imigração estrangeira, tivemos no Brasil um proletariado vigoroso, que tinha idéias, tinha atitudes, tinha pronunciamentos. Era um proletariado baseado sobretudo no espanhol e no italiano, que vinha para o Brasil trazendo consciência de classe, idéias de socialismo, pontos de vista definidos. Esse elemento foi morrendo, desaparecendo, absorvido por um proletariado que vinha do Norte e já achava uma felicidade suprema ter salário mínimo e ocupação, o que não havia nos estados de onde vinham. A desgraça do Brasil é a miséria. Não podemos censurar essa gente por isso, mas temos que considerar que, realmente, toda essa situação que o Brasil sofre, inclusive um proletariado submisso e amorfo é uma conseqüência da miséria profunda, desse desnivelamento entre as nossas regiões.

D.P. - Agora, em São Paulo, os metalúrgicos começaram a botar as manguinhas de fora.

B.L. - Sim; lá em Santo André já se estão movimentando. À medida que eles vão se fortalecendo, vão se instruindo, e essa camada propriamente de imigrantes nordestinos venha a ser substituída por pessoas nascidas em São Paulo, já com uma consciência maior de sua condição de proletariado, a consciência de classe irá, de qualquer maneira, se definindo.

Pensar em luta de classes sem consciência de classe é uma coisa que não há meio de eu poder compreender. Não consigo! Não sei se é também uma conseqüência da situação brasileira que interfere na minha convicção. Acho, por exemplo, que o Werneck exagera muito essa influência de classe nos movimentos brasileiros, onde a gente custa a encontrar aquelas coisas. Tenho a impressão de que há formas que estão preparadas assim, e eles procuram ajustar os fatos dentro das formas.

D.P. - É Néelson Werneck [risos].

B.L. - Sim, e aquelas formas todas. Eles vão pondo os fatos ali, e eles têm que caber dentro daquelas formas.

D.P. - Isso é um problema muito sério.

B.L. – Aliás, se me convencessem realmente de que havia isso, eu não teria nenhum motivo para deixar de reconhecer o fato. Acho a tese comunista uma doutrina tão correta como qualquer outra; tem que ser estudada, observada. Não tenho preconceito nenhum contra essa ou aquela doutrina, estou longe desse sentimento brasileiro que acha que o sujeito, pelo fato de ser marxista, deve ser condenado, embora eu tenha minhas restrições a esses aspectos do marxismo.

D.P. – Quais, por exemplo?

B.L. – Esses aspectos da luta de classes, que são pontos básicos do marxismo. Quem não aceitar realmente a doutrina integral da luta de classes dificilmente poderá ser considerado um marxista. É preciso estudar isso e não apenas achar que é uma bobagem, um tolice, uma coisa secundária.

D.P. – Embora o senhor veja na luta nacionalista interesses econômicos, não é isso? Quer dizer, o que está movendo o nacionalismo é o interesse econômico?

B.L. – Aliás, interesses econômicos nem sempre estão ajustados perfeitamente a interesses de classes, já que podem dividir a mesma classe. Há momentos em que, dentro da burguesia, por exemplo, os lavradores podem ter um determinado ponto de vista. Na questão do protecionismo, quem se levantava mais contra a medida eram os lavradores, que estavam numa posição antagônica aos donos da terra. Eram os produtores de trigo contra os industriais. Mas aí, o que era? Eram interesses do proletariado? Não, eram os próprios latifundiários que se sentiam prejudicados pelos interesses industriais. Aqui em São Paulo, por exemplo, houve toda uma luta levada na *Folha da Manhã*, que sustentava essa tese de que a indústria estava prejudicando a lavoura de café, porque, com o desejo de proteger as indústrias, eles vinham dificultando a colocação do café nos mercados compradores de todo o mundo. Era um antagonismo dentro da mesma classe.

D.P. – Entre setores da mesma classe. O problema talvez seja ver a classe como um grupo onde diversos setores com atividades diferentes não possam ser classificados em camadas. Nesse caso, tratam-se de setores com atividades econômicas diferentes dentro de uma mesma classe dominante.

B.L. – Agora, vemos esses governos autoritários, que falam em nacionalismo, mas não o praticam. O próprio Mussolini, não se pode dizer que ele tenha tido nenhuma inspiração nacionalista. Mas fazem a retórica do nacionalismo. E o que se tem que evitar é exatamente que o nacionalismo seja objeto de retórica. No Brasil, muitos o usam apenas como figura de discursos populares.

C.C. – O que o senhor acha do governo Geisel? Quando o Geisel estava para subir, houve toda uma propaganda de tendência nacionalista, falando de Petrobrás e tal.

B.L. – Uma propaganda de que ele estaria dentro dessa tendência. O próprio Albuquerque Lima recomendava a candidatura dele, pelo fato de Geisel ter sido homem da Petrobrás. Mas os fatos foram caminhando de tal maneira que o Geisel foi bater no contrato de riscos e na demissão do ministro Severo Gomes.

C.C. – Que, segundo Carlos Castelo Branco, era a face oculta do Geisel.

B.L. – Severo Gomes era um bom ministro; foi uma figura realmente interessante. Eles ficam satisfeitos quando vão aos Estados Unidos e obtêm empréstimos. Cada vez que eles obtêm um empréstimo desses, eu fico com o coração apertado, porque começo a imaginar como isso vai pesar. Fico a meditar sobre a situação das gerações futuras, que vão ter que pagar uma dívida imensa, sem possibilidades maiores de produção para cobrir tudo isso. Sobretudo, acho que cultivar a independência do Brasil é exatamente evitar todas essas coisas. Um país que deve demais é um país dependente. Isso também ocorre no terreno individual. Uma pessoa, que tem dívidas tremendas, tem que ter uma atividade imensa para pagá-las em dia. Passa a viver sobressaltada e, se não consegue pagar, passa a depender dos credores.

O Brasil sempre dependeu de credores, sobretudo porque faz empréstimos para pagar empréstimos. Os empréstimos vão se acumulando. Desde a Independência é isso que ocorre. Nós levamos 60 ou 70 anos com esses empréstimos feitos na Independência, tomando outros empréstimos para pagá-los, porque naquela época não tínhamos possibilidades de divisas – ainda era mais difícil do que hoje. Obter divisas para pagar a amortização do empréstimo era praticamente impossível. Então, tomava-se um empréstimo para pagar outro empréstimo. Isso foi denunciado várias vezes. Osvaldo Aranha chegou a fazer discursos denunciando isso: empréstimos para pagar empréstimos.

Mas a situação continua, porque vamos comprando coisas, não temos divisas para ir compensando as compras feitas, e chegamos a um momento em que a dívida se avoluma de tal maneira que a única possibilidade que se tem é a de pedir um empréstimo para pagar tudo isso. Não recebemos nada, o dinheiro fica todo lá, e fica exatamente para satisfazer esses compromissos já concluídos, já vencidos. E eles acham que são grandes financistas!

No tempo do San Tiago Dantas, ele também obteve uma porção de empréstimos fabulosos, de não sei quantos milhões de dólares. Então escrevi um artigo em que eu dizia que precisávamos criar um museu dos sacos vazios [risos]. (Esses sacos de dinheiro vinham vazios, não traziam nada.)

De fato são dívidas já vencidas, são apenas créditos ou para pagar importações, que também já foram feitas, ou para facilitar outras importações que se impõem. Mas sempre o dinheiro fica lá. Vir para o Brasil não vem.

C.C. – O senhor acha que vamos ter agora o pacote de dezembro?

B.L. – Esse pacote, aliás, o que vai ser?

C.C. – Talvez traga a formação de outros partidos. Acho que, se eles mantêm a estrutura bipartidária ...

B.L. – Estou com a impressão de que a montanha está grávida e que, como na fábula, vai sair um rato [risos]. Eles não têm saída. Não querem chegar a solução completa, o que, confesso, seria uma derrota, já que a solução completa implica convocar uma constituinte e mandar elaborar uma nova constituição.

C.C. – Significa eles saírem do poder, não é?

B.L. – É; essa seria a saída perfeita e completa. Essa constituição seria, realmente, respeitada por todos. Agora, não sendo essa a solução... Eles querem fazer emendas constitucionais. Que emendas? A revogação do AI-5 me parece que hoje corresponde ao sentimento geral, inclusive da própria Arena, que está sofrendo com o ato. O AI-5 não permite a nenhum partido político se apresentar numa eleição. Nos meus últimos artigos tenho feito uma análise mais profunda do AI-5.

Revoga-se o AI-5, mas isso não é nada, se eles ficam com a faculdade de, amanhã, restabelecerem outro AI-8 ou AI-9, ou o que seja. O que é preciso, realmente, é uma atitude qualquer de renúncia total ao absolutismo. Quer dizer, o advento do estado de direito. Era preciso agir, de certa maneira, como Pedro I o fez com a Constituição de 1824, que foi outorgada e submetida depois ao pronunciamento das Câmaras Municipais e que, de fato, acabou com o absolutismo, embora o Poder Moderador daquela época tivesse uma amplitude maior do que a que se poderia hoje aceitar. Em compensação, quando Pedro I quis usar mais o Poder Moderador e se basear nos poderes majestáticos que ele reivindicava, bateu com as costas no 7 de abril e foi deposto; teve que abdicar. E Pedro II usou com parcimônia e com certa austeridade o Poder Moderador. De modo que, com isso, a Constituição de 24 sustou realmente o absolutismo anterior de que Pedro I queria se prevalecer. E tivemos um período de tranquilidade e de regime realmente de estado de direito.

Mas será que eles vão até a renúncia ao absolutismo? Isso é que gostaria de ver, porque se eles não renunciarem ao absolutismo não tenho nenhuma dúvida de que a campanha pela Constituinte vai continuar. A única maneira que eles têm de esvaziar essa campanha é oferecer logo garantias bastantes para que essas reivindicações percam realmente um maior interesse.

C.C. – Acho que a única saída será eles encamparem a própria campanha da Constituinte.

B.L. – Nisso eu já não creio. Em uma eleição, agora, com a convocação da Constituinte, eles ficariam em minoria. E aí todas essas coisas tinham que desaparecer. Viria a anistia, por exemplo. Mas a que solução eles vão chegar? Manter as cassações?

C.C. - Está difícil imaginar a saída, não é?

B.L. - O que vão fazer com as cassações?

[FINAL DA FITA 13-B]

B.L. - Vamos falar um pouco do Gama e Silva, como um exemplo desses ministros da Justiça que eles tiveram. O Gama e Silva é sobretudo um elemento complexado. Ele não tem uma atuação, no conjunto da sua vida, que se possa defender. A prova é que ele, depois de ministro da Justiça, foi para Portugal como embaixador, e o próprio governo não pôde agüentá-lo no cargo. Ele teve que sair da embaixada em Portugal e recolheu-se à Faculdade de Direito de São Paulo. Era um elemento que tinha tendências fascistas e não se acanhava diante disso. Ele deve ter complexos na sua vida particular. Não sei bem, não conheço bem a realidade da vida dele, mas estou certo de que, para imaginar um AI-5, só com algum complexo pessoal [risos], porque o AI-5 é uma dessas coisas realmente fabulosas! A pessoa arquitetar todas aquelas coisas apenas para quê? Para punir...

C.C. - Garanto ao senhor que se ele não tivesse imaginado, o Armando Falcão imaginaria [risos].

B.L. - Bom, nisso eu também acredito. Um ministro da Justiça numa situação militar não tem que ser um homem para reduzir à lei tudo que qualquer militar chegue e deseje que se faça. Deve ser um homem para ponderar: "Não; isso não é útil por isso ou por aquilo outro, temos que agir dessa forma". Tem que ser um homem que dê conselhos e tenha autoridade para dá-los.

Fazer o AI-5 como réplica do discurso do Marcito acho algo fabuloso, porque não há correspondência entre uma coisa e outra. Um rapaz faz um discurso imprudente, um discurso que, realmente, foi uma pena que fosse feito, porque é um rapaz inteligente, e o discurso não foi inteligente. Mas ele o fez. Então, como reação ao fato de a Câmara não querer cassá-lo, eles resolveram fazer um ato institucional para pôr a Câmara em recesso e tirar-lhe todos os poderes, para cassar não sei quantas pessoas, para acabar com o Poder Judiciário. Ora, vamos convir que o fato não explicava uma reação tão imoderada.

Houve quem alvitrasse no momento - eu próprio até cheguei a escrever alguma coisa sugerindo nesse sentido - que se fizesse uma sessão do Parlamento de homenagem à situação, na qual todos os líderes falariam exaltando as forças armadas e contrariando o ponto de vista do Márcio Alves. Então, com essa manifestação às classes armadas, aquele agravo que eles queriam atribuir ao discurso desapareceria. Ao contrário, o Márcio Alves é que ia ficar numa situação difícil, com toda a Câmara se pronunciando. Seria o caso de ele até passar um tempo afastado da Câmara. Mas eles fizeram o AI-5 como punição! Não sei o que passou pela cabeça do Gama e Silva, é difícil a gente imaginar.

C.C. - Mas será que realmente foi uma resposta direta ao Márcio Moreira Alves? Talvez o discurso dele tenha sido a gota d'água.

B.L. - Mas foi em consequência do discurso. A Câmara não quis cassá-lo, e eles sentiram que a Revolução estava perdendo substância. Se a Câmara não cassava, ela é que estava reagindo à Revolução. Eles então quiseram abatê-la. Foi uma réplica realmente em cima da Câmara. E para ser uma réplica e não ter outras consequências, eles tinham que fazer aquela armação toda de poderes. Não deviam ter pensado na cassação do Márcio? Deviam ter colocado a questão noutro pé, com o pronunciamento da Câmara de exaltação às classes armadas. Aí é que digo: faltam pessoas com bastante lucidez para isso.

Há elementos militares que gostam realmente de dar soluções extremadas, radicais, as mais violentas possíveis. E há sempre um grupo que se deixa seduzir por isso, e que é formado pelos elementos mais influentes, já que são mais ativistas e têm, assim, uma significação maior. Um homem com autoridade, combatendo essas coisas, vai pouco a pouco convencendo e chegando a soluções que possam harmonizar. Mas se tem um ministro da Justiça que, quando um sujeito diz "mata", ele diz "esfola", como era o caso do Gama e Silva, aí está tudo perdido. E foi o que aconteceu nesse caso.

Só me admiro de que o Lira Tavares, que é um homem pessoalmente estimável, cordato e tudo o mais, se tenha deixado arrastar. O único homem que realmente lutou contra o AI-5 foi o Pedro Aleixo. Ele definia naquela hora o AI-5 com uma frase que acho admirável. Ele dizia que era "institucionalização do arbítrio". Não é fácil institucionalizar o arbítrio. Nesse ponto temos que render homenagem à capacidade inventiva do Gama e Silva. O arbítrio por si só é uma coisa variada, complexa e multiforme - por isso mesmo é difícil de se institucionalizar. Mas ele conseguiu esse prodígio: institucionalizou o arbítrio. Não é fácil.

D.P. - Mas o que se nota é que, toda a vez que eles percebem que estão perdendo terreno, partem para uma ofensiva maior.

B.L. - Mas eles perderam terreno também porque forçaram a Câmara a uma atitude. Eles deviam logo de começo verificar que não tinham condições para executar. O discurso era uma bobagem, não tinha significação maior, não chegava a ser nem mesmo uma ofensa. Era mais uma coisa infantil, pueril, do que qualquer outra. Entretanto, exigir de todos os deputados que cassassem o mandato por causa daquela coisa era um ato também de subserviência que os deputados não quiseram praticar, mesmo os arenistas. Uma das pessoas que, nessa hora, se manifestou com a maior energia foi o padre Arruda Câmara, de Pernambuco, que era da Arena. Ele não admitiu, votou contra a cassação, e com ele a maioria da Câmara.

C.C. - O que se sente é que houve uma submissão do Congresso cada vez maior.

B.L. - Sim; depois disso, com essa coisa toda, o Congresso ficou de tal maneira que, agora, o Magalhães Pinto se candidatou e eles estão censurando essa candidatura. Desautorizando hoje a candidatura do Magalhães Pinto.

D.P. - De qualquer maneira, o AI-5 foi uma resposta não só à Câmara, mas a outros setores da população que estavam se mobilizando: a Igreja, o movimento estudantil....

C.C. - O que acho é que foi também uma legitimação. Acho que, naquele tempo, a correlação de forças ainda estava mais para o poder militar. Eles ainda tinham algumas bases de apoio nas camadas sociais, o que hoje é difícil de se encontrar. Realmente, existem mais setores de oposição dentro da sociedade do que de apoio. Hoje, dificilmente eles poderiam botar um AI-5.

D.P. - O preço seria muito mais alto.

B.L. - Mas porque eles foram perdendo essa situação? Exatamente por causa dessas medidas. Aí é que eu digo: uma pessoa mais prudente, mais avisada, que falasse a eles, aconselhasse, poderia conseguir... Mas é a tal coisa, se tem um ministro como Gama e Silva, diante de qualquer medida dessas que possa ser hoje de certa maneira atenuada, o que o Armando Falcão vai fazer? Ele vai aconselhar que não se tome essa medida? Evidentemente ele vai fazer como o Gama e Silva. Já o Buzaid...

C.C. - Veja o problema daquele jornalista lá em Brasília, que foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional. Isso é uma loucura, não é?

D.P. - Cada governo tem o ministro da Justiça que merece. O Gama e Silva estava ali não era por acaso. Ele estava ali escolhido para cumprir aquele papel.

B.L. - Houve um momento em que um desses juristas andou também trabalhando em um desses atos institucionais. Pedro Aleixo, na ocasião, andava censurando muito, achando que eles não tinham prestado um bom serviço à Revolução e tudo o mais. O sujeito disse: "Mas Pedro Aleixo, você está fazendo justiça? Esse homem trabalhou para burro". E o Pedro Aleixo comentou: "É isso mesmo; trabalhou para burro". [risos]

D.P. - Mas o senhor estava traçando o perfil dos ministros da Justiça, não é? Depois do Gama e Silva...

B.L. - O Buzaid era um jurista mais enfronhado em questões de processo do que propriamente em questões de direito público e de Constituição, e sem nenhuma experiência política. Não tinha maiores contra-indicações. Entretanto, o Armando Falcão veio porque seria o elemento ideal para todas essas medidas. A experiência política de um homem sensato poderia valer realmente para conter; a pessoa ia falar, ia mostrar... Por exemplo, esse caso agora do Brizola. Quer coisa mais característica da falha de uma atuação política de um governo? Não sei se foi do Armando Falcão, mas foi um erro tremendo.

O Brizola está confinado no Uruguai. Eles tinham receio de que ele pudesse, de uma hora para outra, ser aproveitado lá num movimento, numa coisa qualquer dessas.

Mas não estava havendo nada, nenhum movimento nesse sentido. Ele estava calado, talvez até tratando de agricultura e criação. Pois não tiram esse homem de lá, com a idéia de que ele poderia ser levado para a Venezuela e ficar confinado nesse país? Mas os Estados Unidos interferiram logo. Esse foi o maior golpe do Carter em relação ao Brasil. Aliás, eu até gostaria de ter a impressão da conversa dele com o Geisel, dizendo por que aceitou o Brizola nos EUA. O Brizola já falou dez minutos na *Voz da América*, não sei se vocês sabiam disso.

C.C. - Elogiou a política do presidente Carter. Há dez anos atrás ele não estaria ali. Foi realmente um erro político do Brasil, e um ato político do Brizola nos Estados Unidos.

B.L. - Foi um erro tremendo e fantástico! Salvaram o Brizola, que estava calado. Deram-lhe voz! E eu não tenho dúvida de que ele vai continuar a agir lá nos Estados Unidos e vai falar.

C.C. - Possivelmente seria um elemento aproveitável se mudasse esse regime, inclusive porque ele voltou com uma posição bem mais simpática. Ainda tem essa história: ele saiu do Brasil com uma posição radical, antipativada e hoje em dia ele se define como um democrata.

B.L. - Um democrata, defende os direitos humanos.

D.P. - Fazendo elogios a Carter, não é?

C.C. - Ele só teve a ganhar com a expulsão do Uruguai.

B.L. - Ele é muito inteligente e tem um poder de comunicação muito grande. Na verdade, aqui ele andou fazendo umas bobagens. Aquele grupo dos onze foi uma tolice. Mas é um elemento realmente capaz e atuante.

D.P. - Muito agitador, não é?

B.L. - É; e tem um poder de comunicação que só ele e o Jânio Quadros é que têm aqui no Brasil. Carlos Lacerda também tinha alguma, mas não tão acessível ou popular propriamente. Tanto o Jânio como o Brizola são homens que falam para o povo, para uma camada mais popular.

C.C. - Como o senhor vê a situação das lideranças políticas no Brasil hoje? Vamos supor que tivesse um processo de abertura política, quem iria assumir a liderança política desse país?

B.L. - Praticamente não há lideranças. No MDB há ainda algumas: o Brossard, por exemplo. O Ulisses não é bem um líder político, é mais um excelente orador, um elemento de propaganda. Não sei se o Brossard teria condições de liderança política; não foi experimentado.

C.C. - É difícil pensar em liderança política sem processo político.

B.L. - O Marcos Freire também é um elemento flexível. Esse rapaz que está hoje na liderança do MDB, o Freitas Nobre, é um elemento equilibrado. Aliás, o próprio Alencar Furtado não tinha esse radicalismo que estão atribuindo a ele. Era um elemento moderado, dentro de um certo sentido. Ele teve aquelas expressões que ele achou que devia porque é muito difícil um sujeito ir para a tribuna e não falar nesses aspectos os mais graves desses governos, sobre as questões dos direitos humanos, sobre as prisões e essas coisas todas. Ele achou que era a oportunidade de falar, tanto mais quanto o discurso era lido previamente pela censura. O governo poderia, inclusive, ter chamado o MDB e advertido que não concordaria com aquela parte do discurso. O homem devia dizer se mantinha ou não mantinha, não é? E o governo também não ia permitir nenhum discurso só para depois cassar quem o fez. Parece que havia realmente a preocupação de castigar.

D.P. - O senhor sabe que o livro de Alencar Furtado é o mais vendido do ano?

B.L. - Está vendendo muito - é um sinal - já tem três edições esgotadas. O Marcos Freire publicou também um livro.

D.P. - Em segundo lugar vem o do Castelo Branco: *Os militares no poder*.

[FINAL DO DEPOIMENTO]